

Pedro Morais



**Cidade e Arquitetura na América Latina em três tempos
e alguns corolários norte-americanos
1492 - 1880 - 1929**

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG
2014

Pedro Morais

**Cidade e Arquitetura na América Latina em três tempos
e alguns corolários norte-americanos
1492 - 1880 - 1929**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Arquitetura.

Área de concentração:
Teoria, Produção e Experiência do Espaço

Orientador:
Prof. Dr. Flávio de Lemos Carsalade

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG
2014

FICHA CATALOGRÁFICA

M828c

Morais, Pedro Henrique Almeida de.

Cidade e Arquitetura na America Latina em três tempos e alguns corolários norte-americanos [manuscrito] : 1492 – 1880 – 1929 / Pedro Henrique Almeida de Moraes. - 2014.

186 f. : il.

Orientador: Flávio de Lemos Carsalade.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

Arquitetura – História – América. 2. Arquitetura – América Latina. 3. Arquitetura e história. 4. Arquitetura moderna. 5. Urbanismo – História - América 6. Arquitetura primitiva. I. Carsalade, Flávio de Lemos. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

Dissertação defendida e aprovada em 19 de março de 2014, pela banca examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Flávio de Lemos Carsalade - UFMG

Profa. Dra. Maria Lúcia Malard - UFMG

Prof. Dr. Roberto Luís de Melo Monte-Mór – UFMG

Prof. Dr. Hugo Segawa - USP

Dedicatória

A Lilian e Reinaldo, meus pais, e à Morgana.

Agradecimentos

Ao professor Flávio de Lemos Carsalade, pela orientação, amizade e parceria.

Aos professores Maria Lucia Malard e Roberto Luís de Melo Monte-Mór pelos comentários nas bancas intermediária e final e pelo incentivo ao aprofundamento da pesquisa.

Ao professor Hugo Segawa, pela leitura compreensiva do texto e sobretudo pelos comentários precisos e abrangentes que o caracterizam, na banca final.

À professora Fernanda Moraes, pelo apoio e disposição na condução do NPGAU, sem esquecer o apoio imprescindível de Renata e Paula na secretaria.

À equipe da Biblioteca da Escola de Arquitetura da UFMG, sempre atenciosa e prestativa:
Andréia, Carla, Jane, Juliana, Lúcia, Marco e Moema.

Aos colegas e amigos do NPGAU, pelas trocas de ideias, comentários e sugestões, nas salas de aula e fora delas.

Aos colegas e amigos do PROPAR-UFRGS e do PPG-UnB, pelas boas conversas e interesse na pesquisa.

Ao amigo Danilo Matoso pelo incentivo, sugestões, revisões e interlocução incansável e atenta em todos os momentos.

À Morgana, pela paciência e pelos sucos.

Sendo a arquitetura uma manifestação a partir da natureza humana e para ela, as contribuições da sociologia, da historiografia arquitetônica e da história em geral são essenciais para entender seus fenômenos. No entanto, a tarefa dos arquitetos projetistas quanto à identidade – criar uma arquitetura apropriada a partir de cada realidade e para ela – requer enfoques diferentes daqueles dos sociólogos e dos historiadores. Fundamentalmente, uma atitude de afirmação cultural, entendida como a aceitação criativa das vantagens e carências de cada sociedade, de acordo com seus valores e peculiaridades. Uma atitude de contemporaneidade apropriada que aparece espontaneamente em algumas sociedades, e naquelas onde isso não acontece a mesma pode ser despertada pela exposição das negatividades da atitude contrária: a alienação de quem trata de parecer o que não é.

Cristián Fernández Cox

Aparentemente, a realidade é incoerente e é apenas a construção do pensamento que organiza, ordena e busca relações que lhe deem sentido.

Marina Waisman

É na cidade – e só na cidade – que a sociedade se realiza em sua inteireza.

Antonio Risério

Sumário

1. Introdução	16
1.1. Apresentação	17
1.2. Abordagem	18
1.3. Objetivos, recorte e periodização	20
2. Bases conceituais	24
2.1. A primazia do urbano e a América	25
2.2. Por uma historiografia da arquitetura americana	30
2.3. Visão de fora, visão de dentro	33
2.4. A questão da influência	37
2.5. América: Centro, Sul e Norte	40
2.6. O câmbio como uma constante	48
2.7. Moderno, modernidade, modernização, modernismo	49
3. Tempo I: Colonização 1492	54
3.1. Contexto	55
3.1.1. As cidades e as ideias	55
3.2. Eventos, agentes e influências	69
3.2.1. Colonização e fidalguia nas Índias	69
4. Tempo II: Industrialização 1880	76
4.1. Contexto	77
4.1.1. A Revolução Industrial inglesa	77
4.1.2. Reflexos na América	80
4.1.3. A balcanização da América hispânica	83
4.1.4. Independência ou morte?	92
4.2. Apontamentos teóricos	103
4.2.1. Mudança de escalas e tempos	103
4.2.2. Homem e natureza, cidade e campo	106
4.2.3. Trabalho e moradia urbana	108
4.2.4. Tecnologia, mobilidade e verticalização	115
4.3. Eventos, agentes e influências	121
4.3.1. Urbanismo moderno	121
4.3.2. Haussmann e gestão capitalista da cidade	126
4.3.3. Europeus na América e os Planos Urbanos	129
4.3.4. Cidades jardim e torres na natureza	131

5. Tempo III: A Grande Depressão 1929	133
5.1. Contexto	134
5.1.1 Primeira Guerra, vanguardas europeias e Revolução de Outubro	136
5.1.2 Crack de 1929 e reflexos na América Latina	139
5.1.3 Segunda Guerra, desvio do centro e política de boa vizinhança	143
5.1.4 Vanguardas de Estado na América Latina	147
5.2. Eventos, agentes e influências	151
5.2.1 CIAM e a debacle Soviética	151
5.2.2 Le Corbusier, Hilberseimer e Sert	155
5.2.3 Os mestres na terra dos tímidos	159
5.2.4 Le Corbusier e a “escola” da Rue de Sèvres	165
5.2.5 MoMA e a invenção de um estilo	172
6. Considerações finais	174
7. Referências Bibliográficas	181

Lista de Ilustrações

Figuras Capítulo 1

Figura 1.3.1: Sequência das seis gerações que construíram a América Latina moderna. **22**

Figuras Capítulo 2

Figura 2.1.1: *Teotihuacán*, vista desde a primeira plataforma da pirâmide da lua. **28**

Figura 2.3.1: Raros estudos gerais sobre a Arquitetura e o Urbanismo latino-americano: *Arquitectura y Urbanismo em Iberoamérica* (1983), de Ramón Gutiérrez e *Latinoamérica: las ciudades y las ideas* (1976), de José Luis Romero **35**

Figura 2.4.1: Trânsitos no Brasil: sentados, Burle Marx, Le Corbusier, Lucio Costa e Affonso Reidy em 1936. **38**

Figura 2.5.1: A diferença entre os processos colonizatórios no Norte, Centro e Sul do continente americano. À esquerda, uma representação da vida nas 13 colônias dos Estados Unidos. Ao meio, o encontro entre Cortez e Moctezuma II em Tenochtitlán. À direita, Debret retrata a vida no Brasil colonial e escravagista. **46**

Figura 2.7.1: Mapa político da América Latina e Caribe, a título de ilustração. Fonte: www.bcmaps.com **53**

Figuras Capítulo 3

Figura 3.1.1.: Planta da cidade Asteca de *Teotihuacán*. **56**

Figura 3.1.2.: *Teotihuacán* desde a pirâmide do sol. À esquerda, a calçada dos mortos. **56**

Figura 3.1.3.: Planta de Machu Picchu, conforme desenhada por Hiram Bingham em 1911. **57**

Figura 3.1.4.: Palácio das três janelas, Machu Picchu. **57**

Figura 3.1.5.: Planta de *Tenochtitlán* em mapa atribuído a Hernán Cortez, de 1524. **59**

Figura 3.1.6.: Reconstituição artística de *Tenochtitlán* apresentada no Museu de Antropologia do México. **59**

Figura 3.1.7.: Reconstituição do mercado de *Tlatelolco* em maquete exposta no Museu de Antropologia da Cidade do México. **60**

Figura 3.1.8.: *Plaza de Las Tres Culturas*, Residencial Nonoalco-Tlatelolco, na Cidade do México em 2013. **60**

Figura 3.1.9.: Vista aérea de Paris. Ao centro, a *Île Saint Louis*, à esquerda parte da *Île de la cité*, com a catedral de Notre Dame, no alto à direita a *Place des Vosges* e à direita a Bastilha. Área central da típica cidade radioconcêntrica europeia. **65**

Figura 3.1.10.: Vista aérea da Cidade do México. À esquerda a Alameda Central (praça verde) e à direita desta o Museu de Belas Artes, antes Teatro Nacional. À direita o Zócalo (praça central), acima deste a Catedral Metropolitana, à direita o Palácio Nacional e mais acima as ruínas do *Templo Mayor*. O típico *damero* hispano-americano construído sobre a antiga *Tenochtitlán*. **65**

Figura 3.1.11.: Na mesma escala das anteriores, vista aérea de Salvador, na Bahia. Na cidade de feições portuguesas, a conformação urbana do “Frontispício” da cidade acomoda-se à topografia ao longo de sua ocupação e crescimento. **67**

Figura 3.2.1.: Duas pinturas do artista peruano José Gil de Castro retratam fidalgos criollos: à esquerda, o peruano Mariano Alejo Álvarez com filho, à direita o chileno Don Ramón Martínez de Luco com o filho Fabian, em uma das mais famosas obras de Gil de Castro. Fonte: WikiCommons **72**

Figura 3.2.2.: Pintura de Debret retratando a hierarquia familiar do Brasil colônia. **73**

Figura 3.2.3.: O Largo da Sé em dois momentos: à esquerda, em 1862 e à direita na década de 1930, em fotografia de Hildegaard Rosenthal. Fonte: www.ims.com.br **74**

Figura 3.2.4.: Vista desde o mar da cidade de Recife, fundada em 1548. Fonte: Brazil Builds, 1943, p.68 **75**

Figuras Capítulo 4

Figura 4.1.1.: Gravura mostrando o aspecto da indústria de Richard Hartmann em Chemnitz, Alemanha, 1868. Domínio Público **79**

Figura 4.1.2.: À esquerda, pintura de John Trumbull, de 1819, retrata a assinatura da Declaração de Independência dos EUA e à direita, *La Liberté guidant le peuple*, de Eugène Delacroix, de 1830. **82**

Figura 4.1.3.: À esquerda, litogravura de Rugendas mostra a rua direita no Rio de Janeiro, c 1827-35. À direita, a Plaza de Guardiola na Cidade do México no século XVIII, autor desconhecido. **84**

Figura 4.1.4.: À esquerda, Simón Bolívar, o libertador. À direita, Pancho Villa e Emiliano Zapata posam para foto na cadeira presidencial, em 14 de dezembro de 1914, durante a revolução mexicana. **88**

Figura 4.1.5.: Mapas esquemáticos mostrando a divisão da América Latina no século XVIII (esquerda) e no século XIX (direita). **92**

Figura 4.1.6.: Porto da Estrela, Rio de Janeiro, por Johann Moritz Rugendas, c.1820. Domínio Público **94**

Figura 4.1.7.: Pintura "Independência ou Morte" de Pedro Américo. **94**

Figura 4.2.1.: Na mesma escala, à esquerda Praça Tiradentes, em Ouro Preto, Minas Gerais e à direita entroncamento urbano em Caracas, Venezuela, conhecido como “La Araña”. Fonte: Google **104**

Figura 4.2.2.: À esquerda, cidade medieval cercada pela natureza. À direita, Central Park, Nova York. **107**

Figura 4.2.3.: Aspecto externo e interno de típico *tenement*, no Lower East Side de Nova York. A foto da direita faz parte da série feita por Jacob Riis. **108**

- Figura 4.2.4.: Esquema de evolução dos *tenements*. Inicialmente adaptados a partir de casarões unifamiliares, passam a seguir a ser construídos para essa finalidade, sendo a seguir inseridos um mínimo de condições de iluminação e ventilação, assim mesmo claramente insuficientes. **109**
- Figura 4.2.5.: Aspecto da Mulberry Street, em Little Italy, Nova York, c. 1900. **110**
- Figura 4.2.6.: Exterior e interior de típica *miestkaserne* de Berlim, princípio do séc. XX. **111**
- Figura 4.2.7.: Trecho de planta de típica *miestkaserne*, Berlim em princípio do séc. XX. **111**
- Figura 4.2.8. Conventillos. À direita, cartão postal com os dizeres “Recuerdo de Buenos Aires” **112**
- Figura 4.2.9.: À esquerda, cortiço conhecido como “Navio Parado”, demolido para construção do edifício Japurá, São Paulo. À direita, favela da Rocinha, Rio de Janeiro. **113**
- Figura 4.2.10.: Em 1853, Elisha Otis apresenta o elevador de segurança. À direita, fantasia acerca da multiplicação do solo urbano promovida pela verticalização. Fonte: KOOLHAAS, Delirious New York **116**
- Figura 4.2.11.: À esquerda, edifício Flatiron em construção. No centro, o coroamento do mesmo edifício, já finalizado. À direita, verticalização da zona do Financial District. Todas em Nova York, EUA. **117**
- Figura 4.2.12.: Ponte do Brooklyn, Nova York. John A. Roebling e Washington A. Roebling. 1887-1889. Foto do autor **118**
- Figura 4.2.13.: Torre Eiffel. Gustav Eiffel, Paris. 1887-1889. Foto do autor **119**
- Figura 4.2.14.: Especulações de Harvey Wiley Corbett para as metrópoles, 1913. **120**
- Figura 4.3.1.: À esquerda, projeto para o Paralelogramo da Harmonia de Owen. À direita, familistério de Guise, na França, construído por Jean-Baptiste Godin inspirado nas teorias de Fourier. **122**
- Figura 4.3.2.: À esquerda, desenho de Antoine Blanchard mostra um bulevar parisiense. À direita, planta do *Eixample* de Barcelona, projetado por Ildefons Cerdá e executado a partir de 1860. **123**
- Figura 4.3.4.: À esquerda, projeto do sistema de parques de Buffalo, EUA, de Friedrich Law Olmsted. Ao centro, projeto da cidade-jardim de Riverside, EUA, de Olmsted e Vaux, 1869. À direita, plano de Chicago de Daniel Burnham, 1906-1909. **123**
- Figura 4.3.4.: Karl Marx Hof, em Viena, Áustria. Projeto de Karl Ehn, 1930. **124**
- Figura 4.3.5.: O edifício *Narkomfin*, em Moscou, projeto de Moisei Ginzburg e Ignati Milinis, 1928-32. **124**
- Figura 4.3.6.: Ciudad Lineal de Arturo Soria Y Mata, proposto para Madri em 1892. **125**
- Figura 4.3.7.: À esquerda, plano de Alfred Agache para o Rio de Janeiro, publicado em 1930. À direita, projeto de Belo Horizonte, de Aarão Reis, de 1895. **126**
- Figura 4.3.8.: À esquerda, o Plan Rotival para a Av. Bolívar em Caracas, de 1939. À direita, plano de Karl Brunner para avenida central em Bogotá, c. 1934. **129**

Figura 4.3.9.: Dois projetos do Town Planning Associates, de Josep Luis Sert e Paul Lester Wiener na América Latina. À esq., plano para a Cidade dos Motores, elaborado para a FNM na baixada fluminense na década de 1940 e não executado. À dir., “tapete urbano” do plano regulador elaborado para a cidade de Chimbote, no Peru, 1946-48. **130**

Figura 4.3.10.: Dois extremos na tentativa moderna de mediação da relação entre homem e natureza, ou cidade e campo. À esquerda, o esquema da Cidade Jardim de Ebenezer Howard. À direita, a proposição de Le Corbusier da Ville Radieuse, com torres isoladas em meio a áreas verdes. **132**

Figuras Capítulo 5

Figura 5.1.1.: 1929: À esquerda, caos na Wall Street em Nova York. À direita, fotografia de Margaret Bourke-White mostra o contraste entre a realidade e o out-door que alardeia o estilo de vida dos EUA. **135**

Figura 5.1.2.: Poderes emergentes na América Latina na década de 1930. À esquerda, Getúlio Vargas no Brasil. No meio, Fulgêncio Batista em Cuba. À direita, Juan Vicente Gomez, na Venezuela, é dos únicos a manter-se no poder em meio às reviravoltas políticas pós-1929. **141**

Figura 5.1.3.: À esquerda, Corbusier observa a maquete de um redent da Ville Radieuse. À direita, Multifamiliar Presidente Miguel Alemán, projeto de Mario Pani na cidade do México. 1951 **142**

Figura 5.1.4.: Rockefeller Center, Nova York. Projeto de Andrew Reinhard, Raymond Hood e Wallace Harrison. 1932-1940, torna-se um ícone do período pós 1929, junto com o Chrysler e o Empire State. **143**

Figura 5.1.5.: Política de boa vizinhança de Roosevelt: propaganda e aproximação da América Latina. **144**

Figura 5.1.6.: Edifício do MESP, no Rio de Janeiro, 1936-45, de Lucio Costa, Affonso Eduardo Reidy, Carlos Leão, Ernani Vasconcellos, Jorge Moreira e Oscar Niemeyer, com consultoria de Le Corbusier. **147**

Figura 5.1.7.: Campus da UCV – Universidad Central de Venezuela, em Caracas, visto desde a torre da biblioteca central. Projeto de Carlos Raúl Villanueva e equipe, 1940-60. Foto do autor. **149**

Figura 5.1.8.: Campus da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Edifícios da Reitoria e da biblioteca central. Projeto de Mario Pani, Enrique del Moral e equipe, 1949-52. Foto do autor. **149**

Figura 5.1.9.: Modernidade e tradição no Brasil nos anos de 1940. À esquerda, o Cassino da Pampulha recém-inaugurado. À direita, o Grande Hotel de Ouro Preto, projetos de Oscar Niemeyer. **150**

Figura 5.2.1.: Participantes do I CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), em La Sarraz, Suíça, 1928 (esq.) e do IV CIAM, realizado em viagem de Marselha a Atenas (foto) , em 1934. **151**

Figura 5.2.2.: À esquerda, projeto “babilônico” de B. Jofan, vencedor do concurso para o Palácio dos Sovietes. À direita, piscina que acabou sendo edificada em seu lugar. **153**

Figura 5.2.3.: Le Corbusier em frente a um croquis da Unité d'habitation, e a edição francesa de seu livro *La Ville Radieuse*, publicado em 1933. **156**

Figura 5.2.4.: À esquerda, modelo urbano apresentado no livro *Großstadtarchitektur*, de Ludwig Hilmerseimer. À direita, torres do Parque Central, em Caracas, projeto de Daniel Fernandez- Shaw de 1969, no qual a sobreposição de usos em estratos horizontais foi aplicada. **156**

Figura 5.2.5.: Capa e interior do livro *Can Our Cities Survive*, de Josep Luis Sert, publicado em 1942. **157**

Figura 5.2.6.: Trânsitos na América. À esquerda, Le Corbusier com Paulo Prado no Rio de Janeiro em 1929. No meio, Lucio Costa, Frank Lloyd Wright e Gregori Warchavchick na Casa Nordshild em 1931. À direita, Walter Gropius, que muda-se para os Estados Unidos em 1937. **159**

Figura 5.2.7.: Foto da maquete e edifício do Centrosoyuz, em Moscou, 1948, projeto de Le Corbusier. **161**

Figura 5.2.8.: Croquis de Le Corbusier para as torres de um bairro de negócios junto ao porto de Buenos Aires, 1929. **163**

Figura 5.2.9.: À esquerda, duas casas de Warchavchick em São Paulo. À direita, o edifício Nicolás Repetto, projetado para a cooperativa El Hogar Obrero por Wladimiro Acosta e Fermin Bereterbide, na Av. Rivadavia, em Buenos Aires. **164**

Figura 5.2.10.: Duas fotos do atelier da Rue de Sèvres nos tempos mais movimentados. **166**

Figura 5.2.11.: À esquerda, cadeira BKF, de Bonet, Kurchan e Ferrari Hardoy. À direita, o edifício de ateliers na esquina das ruas Paraguay e Suipacha, em Buenos Aires, projeto de Antoni Bonet. **167**

Figura 5.2.12.: O edifício da CEPAL e o edifício Plaza de Armas, ambos no Chile, projetos de Emilio Duhart. **168**

Figura 5.2.13.: *A Casa de Huéspedes Ilustres de Colombia* em Cartagena e o edifício Torres del Parque, em Bogotá, projetos de Rogelio Salmons. **168**

Figura 5.2.14.: O edifício do MUAC, Museo Universitário de Arte Contemporânea, projeto recente de Teodoro González de León, na Cidade do México. **170**

Figura 5.2.15.: Urbanización 23 Enero, em Caracas, projeto de Carlos Raúl Villanueva e equipe, década de 1950. **171**

Figura 5.2.16.: Catálogos das exposições de arquitetura do MoMA relacionadas à América Latina: *Brazil Builds*, de 1943 e *Latin American Modern Architecture since 1945*, de 1955. **173**

Figuras Capítulo 6

Figura 6.1.: Acima, croquis de Corbusier para o Rio. No centro, plan Obus para Argel. Abaixo, Residencial Pedregulho, projeto de Affonso Eduardo Reidy e o viaduto do Joá, ambos no Rio de Janeiro. Ideias apropriadas, desmembradas e construídas com a liberdade característica do Brasil. **176**

Resumo

A presente dissertação aborda as mudanças ocorridas na cidade e na arquitetura latino-americanas em três momentos históricos de rupturas e transições marcantes, que provocaram profundas modificações na realidade do continente americano, fundamentais para o entendimento básico da constituição dos países da região e conseqüentemente de suas cidades e sua arquitetura, pontos centrais de interesse no presente estudo.

Anteriormente ao tratamento dos três momentos-chave do estudo, o primeiro capítulo busca explicitar o ponto de partida que originou o presente trabalho, a forma de abordagem escolhida e as razões e justificativas para o recorte e periodização adotados.

O segundo capítulo estabelece algumas bases conceituais que perpassam todo o trabalho, tratando brevemente a forma de abordagem historiográfica adotada, o tema da influência como questão pertinente à arquitetura Latino-americana, o posicionamento adotado com relação aos câmbios históricos objeto do estudo e algumas definições pertinentes ao tema da modernidade.

O primeiro momento abordado tem como marco o ano de 1492, data da chegada dos primeiros colonizadores europeus à América, acontecimento que rompe com a relativa continuidade e plena autonomia com que se desenvolviam as atividades das populações existentes na América – e particularmente na América Latina – antes de tal acontecimento.

O segundo momento toma como referência o ano de 1880, momento no qual os reflexos promovidos pela industrialização Europeia parecem finalmente consolidar-se na América Latina – mais de um século após o início da industrialização na Inglaterra – buscando compreender como e quais foram os reflexos desta ruptura na América a partir do entendimento da gradual dominação de Portugal e Espanha pelas potências da França e Inglaterra refletem-se numa nova forma de colonialismo envolvendo a América Latina.

O terceiro e último momento abordado tem como início o ano de 1929, ponto a partir do qual uma nova mudança, em escala mundial, aponta a necessidade da reconstrução de uma autonomia perdida quatro séculos antes, levando as nações Latino-americanas a buscar a construção de suas identidades nacionais – em grande parte através da arte e de arquitetura - e cujos desdobramentos encontram-se ainda hoje em curso, notadamente no crescimento das cidades e na produção arquitetônica desenvolvida desde então.

Abstract

This dissertation addresses the changes occurred in Latin American cities and architecture in three historical moments of ruptures and striking transitions, which brought about profound changes in the reality of the American continent, fundamental to the basic understanding of the constitution of the countries of the region and therefore their cities and their architecture, central points of interest in this study.

Prior to the treatment of the three key moments of the study, Chapter 1 seeks to clarify the starting point that led to the present work, the chosen mode of approach and the reasons and justifications for the trimming and timeline adopted.

The second chapter seeks to establish some conceptual foundations that underlie the whole work, briefly pointing the historiographical approach taken, addressing the theme of influence as a relevant issue in the Latin American architecture, states a position over the historical changes treated on the research and tries to clear some relevant concepts on the subject of modernity.

The first moment addressed is marked by the year 1492, the date of arrival of the first European settlers to America, an event that breaks with the relative continuity and full autonomy of activities that existing populations in America – and particularly Latin America – had prior to that event.

The second main part takes as reference the year 1880, at which the reflections promoted by the European industrialization seem to finally be consolidated in Latin America – more than a century after the beginning of industrialization in England – aiming to understand how and what exactly were the consequences of this break in America, from the understanding of the gradual domination of Portugal and Spain by the powers of France and England, reflecting a new form of colonialism that encompass Latin America.

The third and final moment addressed starts at the year of 1929, date from which a new change on a global scale points out the need for reconstruction of autonomy lost four centuries before, leading Latin American nations to seek and define their national identities - largely through art and architecture – and whose developments are still in progress, strongly in the growth of cities and architectural production developed since then.

1. Introdução

Fazer uma tese significa divertir-se, e a tese é como um porco: nada se desperdiça.

Umberto Eco

1.1. Apresentação

O presente trabalho a tem sua origem na pesquisa *Habitação vertical em grandes blocos na América Latina, século XX*, iniciada com vistas à dissertação de mestrado, porém indicada pela banca de qualificação realizada em agosto de 2013 para desenvolvimento em nível de tese de doutorado. O material aqui presente consiste assim numa reestruturação e complementação dos estudos, leituras, reflexões e escritos realizados como aproximação ao tema, dos pontos de vista da história, teoria, crítica e práxis da arquitetura e ainda da aproximação urbanística do tema, dentro do qual a habitação é entendida como elemento fundamental da constituição urbana. Desde a transição do nomadismo primitivo à fixação das populações em locais geograficamente determinados – as cidades – a habitação constitui a maior parte delas, possuindo assim um papel central em seu estudo.

Para formulação de um novo recorte e elaboração do texto final fizeram-se necessárias uma série de novas leituras e correlações que buscam atribuir ao presente estudo autonomia e valor independentes da pesquisa inicial, que terá prosseguimento a partir da etapa que ora se conclui. No livro *Como se faz uma tese*, Umberto Eco postula a possibilidade de serem desenvolvidos dois tipos de tese: a tese de compilação e a tese de pesquisa, sendo a primeira aquela que parte de uma bibliografia ampla acerca de um assunto, buscando sintetizá-lo em um texto crítico coerente e a segunda voltada ao aprofundamento de um tema específico, na tentativa de esgotá-lo através da investigação. Assim, poder-se-ia dizer que o presente trabalho consiste em tese de compilação, enquanto seu prosseguimento com vistas ao doutoramento consistirá em tese de pesquisa. Tal diferenciação justifica o grande número de citações textuais encontrados ao longo das páginas que se seguem, e que visam à construção de um corpus teórico atualizado de autores, principalmente latino-americanos, em um entrelaçamento de ideias que, espera-se, atribua validade ao trabalho.

Pretende-se aqui realizar uma aproximação do tema em estudo primordialmente sob a ótica do crescimento urbano – via adensamento ou espraiamento, dependendo do caso. Aborda-se a verticalização das construções, bem como a inserção de grandes equipamentos na malha urbana de equipamentos de grande escala, considerados potenciais elementos de articulação urbana.

Salvo engano, os temas aqui abordados encontram-se distantes das discussões atualmente em curso na Escola de Arquitetura da UFMG, motivo pelo qual parece válido

trazê-los de volta ao debate, buscando possíveis interseções com as importantes questões sociais em pauta, mas que não raras vezes conduzem à obliteração de questões eminentemente arquitetônicas e urbanísticas, igualmente pertinentes à realidade atual.

Talvez seja arriscado tratar de assunto tão amplo em uma dissertação de mestrado, mas ao contrário de buscar respostas, propõe-se aqui realizar alguns apontamentos e correlações de ideias que ajudem a formular perguntas que esperam-se pertinentes para o desenvolvimento de futuras pesquisas, como aquela mencionada no princípio desta apresentação.

1.2. Abordagem

Os assuntos tratados neste trabalho são a mudança e o tempo. Mais especificamente, as mudanças ocorridas na cidade e na arquitetura latino-americanas, em três dos momentos históricos nos quais rupturas e transições históricas provocaram as modificações mais profundas na realidade do continente americano: 1492, marco da chegada dos primeiros colonizadores europeus à América; 1880, momento em que os câmbios promovidos pela industrialização na América parecem finalmente consolidar-se; e 1929, ponto a partir do qual uma nova mudança, em escala mundial, aponta a necessidade da reconstrução de uma autonomia perdida quatro séculos antes – ainda hoje em curso.

O enfoque primordialmente americano da presente pesquisa – e mais fortemente latino-americano – será desenvolvido principalmente com o auxílio das visões de Ramón Gutiérrez, Marina Waisman, Silvia Arango, Cristián Cox, Jorge Francisco Liernur, Carlos Eduardo Dias Comas, Roberto Segre, Adrián Gorelik, Arturo Almandoz e José Luis Romero, além dos artigos de vários autores compilados em livros por Roberto Segre, Antonio Toca e Carlos Sambricio, publicados respectivamente em 1975, 1990 e 2013. As referências históricas tiveram como base principalmente os livros *Latinoamérica: las ciudades y las ideas* (1976), de José Luis Romero, *História da América Latina* (1975), de Tulio Halperin Donghi, além de alguns livros de Eric Hobsbawm para os aspectos mais globais e outros sobre a história de cada cidade em particular. Foram também relevantes alguns escritos de Darcy Ribeiro, Gilberto Freyre e outros pensadores da cultura latino-americana. No intuito de melhor compreender as nuances que caracterizam o contexto americano e identificar traços que diferenciam ou unificam suas distintas regiões, lançaremos mão, quando pertinente, de trechos de autores literários e agentes políticos marcantes na cultura americana, que possam contribuir para um entendimento mais profundo da realidade e idiosincrasias próprias do continente e suas diversas culturas, em momentos distintos.

O fato da história corrente da arquitetura ter sido construída com base na antiguidade clássica e nos cânones ocidentais não impede que se pudesse – ou se possa – reconstruí-la a partir das preexistências e das condições locais latino-americanas. A possibilidade de uma outra história de nossos começos não implica valoração ou disputa com a chamada história universal europeia, mas simples constatação de que nossa história não é aquela, mas outra, muito embora relacionem-se em muitos pontos. Analisar o trânsito de ideias entre a Europa, América do Norte e América Latina faz-se importante por ao menos dois motivos. Primeiro, a percepção de que os conceitos Europeus devem ser relativizados, adequados ou mesmo negados na busca de aplicação à nossa realidade. Segundo, o fato de muitas das proposições urbanísticas e arquitetônicas originalmente postuladas na Europa terem alcançado grande expressão na América, sendo por algumas vezes somente concretizadas deste lado do Atlântico.

A opção por evitar o etnocentrismo e sua mais recorrente faceta no estudo da arquitetura, o eurocentrismo, não é tarefa fácil. A tentativa da construção – ou reconstrução – de um discurso histórico e uma teoria que tenham raízes em nossa cultura e realidade envolve diversas armadilhas, face ao costume em reproduzirmos o pensamento e visão incutidos em nossa formação básica. Poder-se-ia dizer que os maiores riscos envolvidos em tal tarefa são, por um lado, a adoção desavisada de pressupostos eurocêntricos que, embora aparentemente naturais, requerem um esforço não apenas para questioná-los, mas para descobri-los; por outro lado, a busca por fugir de tal armadilha envolve o risco da supervalorização de realizações locais e erros de interpretação, quiçá pela própria falta de costume de assim pensar. Não me eximo da possibilidade de ter incorrido em tais erros no texto a seguir, pelo que desde já assumo inteira responsabilidade. Como exemplo primário, cabe mencionar a tendência quase inevitável em nomear a chegada dos europeus à América no século XV como *descobrimento*. Análise um pouco mais detida indica que termo mais adequado seria ocupação, ou invasão. E essa é apenas a ponta do iceberg.

A abordagem de períodos e acontecimentos relativamente remotos da cidade e arquitetura na América não implica em retrocesso, pois, como coloca Marina Waisman, a necessária contemporaneidade da história e da teoria implicam colocar “em dúvida as formulações originais, obrigando a sua revisão, crítica, reformulação ou, mais de uma vez, a uma mudança radical na colocação dos problemas”, reforçando que “em todas as suas formas, a reflexão deveria partir sempre da consideração do presente para compreender e aproveitar em toda a sua riqueza as lições do passado, sem cair em estereis repetições”.¹

¹ WAISMAN, Marina. O interior da história. 2013, pp. 40-41.

1.3. Objetivos, recorte e periodização

Silvia Arango, em seu recente livro *Ciudad y Arquitectura*, destaca a falta de estudos gerais da arquitetura Latino-americana, em contraposição à grande quantidade de pesquisas setoriais sobre temas recorrentes e que permanecem, grande parte das vezes, desvinculados entre si. Muitos são os autores e teóricos latino-americanos que compartilham dessa opinião. O presente trabalho busca realizar uma pequena contribuição neste sentido, e na expectativa de quiçá ensejar pesquisadores futuros no aprofundamento e revisão contínua das questões aqui em discussão. Espera-se assim que antes cedo do que tarde possamos contar com um *corpus* historiográfico, teórico e crítico que, em seu conjunto, constitua efetivamente uma história da arquitetura e das cidades na América Latina. Estudos que partam da realidade palpável do nosso contexto e que contemplem as particularidades e especificidades que lhe são inerentes parecem um bom ponto de partida.

Um dos problemas-chaves enfrentados hoje em dia pela 'cultura arquitetônica' da América Latina é a revisão de sua própria historiografia. Uma visão cumulativa, finalista, cegamente amarrada à sorte da historiografia eurocêntrica, e ultimamente também ofuscada pela América do Norte, criou uma leitura de nós mesmos que serve não só para a autocomiseração, mas também como eficiente ferramenta para o ceticismo, a impotência e o complexo – ou seja, a dependência. (GUTIÉRREZ: 1989, p. 53)

A opção adotada neste estudo pela abordagem de momentos de ruptura na história da América e de sua arquitetura, parte do entendimento de que os momentos de câmbio são aqueles nos quais um grande número de caminhos se apresenta, abrindo assim possibilidades que permanecem ocultas ao longo dos períodos de estabilidade. Deste modo, parece ser também nestes momentos que as escolhas – ou imposições – adotadas determinam mais fortemente o curso dos acontecimentos. Em geral seguem-se períodos de relativa estabilidade, até que uma nova mudança novamente se opere, em movimento espiral. Por fim, tal opção justifica-se a partir da observação de que, nos últimos cinco séculos, o câmbio tenha sido para a América Latina mais a regra que a exceção, tornando assim importante a sua análise e compreensão. Alguns autores, como Manfredo Tafuri, Ramón Gutiérrez e Marina Waisman apontam a validade desta forma de recorte:

[...] um dos mais talentosos historiadores de nossos dias, Manfredo Tafuri, propõe um método de pesquisa dirigido precisamente ao fragmento, baseado em finos cortes produzidos na espessa rede de circunstâncias, em cujo núcleo se encontra o acontecimento arquitetônico. Essas histórias pontuais propõem-se a desvelar o significado profundo do fato arquitetônico, que deveria surgir do levantamento desse conjunto de circunstâncias. (WAISMAN: 2013, p. 68)

Para que tenhamos essa abertura imprescindível, é necessário ampliar as cronologias, de modo a integrar todos os momentos históricos e aprofundar os sistemas sistematicamente evitados nessa historiografia de 'monumentos'. [...] Trata-se de qualificar aquilo que foi desqualificado pelo preconceito e de ponderar os elementos que permitam uma compreensão a partir de nossas próprias circunstâncias de espaço e tempo. [...] Para realizar essa reflexão, é necessário fazer 'recortes' históricos que nos permitam interpretar diversos 'momentos', cuja estrutura reflita com nitidez os sistemas de pensamento e as relações do contexto socioeconômico e cultural. [...] O acúmulo de experiências é o que nos permite hoje procurar um caminho capaz de dar um sentido equilibrado a essa realidade de persistências e fragmentações. (GUTIÉRREZ: 1989, pp. 54-73)

Em suma, a descontinuidade é uma característica que aparece nas mais distintas manifestações da atividade arquitetônica e urbana e, portanto, há de construir uma das bases para definir pautas de valoração. Dependerá de nosso juízo sobre essa característica o fato de as pautas tenderem a acentuá-la ou diminuí-la, isto é, que apreciemos positiva ou negativamente aquilo que acentue ou diminua o caráter descontínuo de nossa história arquitetônica. Da minha parte, acredito que a descontinuidade é um fato historicamente certo, mas de nenhum modo desejável, pois impediu a consolidação de orientações próprias e de imagens urbanas coerentes. (WAISMAN: 2013, p. 66)

A eleição dos períodos a serem abordados na presente pesquisa foi balizada pela consulta a inúmeros autores, que propõem distintas formas de abordagem das perspectivas temporais, suas subdivisões e amplitude. No contexto deste estudo, aquelas que mostraram-se mais pertinentes são as proposições de Manfredo Tafuri, Silvia Arango e Ramón Gutiérrez, a partir dos quais foram determinados e confirmados os três momentos.

Manfredo Tafuri propõe que o estudo do período englobado pelas vanguardas modernas tenha atenção ao desenvolvimento de três momentos importantes:

Analisar o decurso do movimento moderno enquanto instrumento ideológico da segunda metade do século XIX até 1931, data em que a sua crise é patente em todos os setores e a todos os níveis, significa traçar uma história que se articula em três fases sucessivas:

a) uma primeira fase, que assiste à formação da ideologia urbana como superação das mitologias tardo-românticas;

b) uma segunda fase, que vê desenvolver-se o papel das vanguardas artísticas como projetos ideológicos e como individualização de 'necessidades insatisfeitas', consignadas como tais (como objetivos avançados que a pintura, a poesia, a música ou a escultura só podem realizar a um nível puramente ideal) à arquitetura e à urbanística: as únicas capazes de lhe dar concretização;

c) uma terceira fase, na qual a ideologia arquitetônica se transforma em ideologia do Plano: fase que é por sua vez superada e posta em crise quando, após a crise econômica de 1929, através da elaboração das teorias anticíclicas e da reorganização internacional do capital e após o lançamento do Primeiro Plano Quinquenal na Rússia soviética, a função ideológica da arquitetura parece tornar-se supérflua ou limitada a desempenhar tarefas de retaguarda e apoio marginal. (TAFURI: 1985, p.40)

Silvia Arango trabalha com uma periodização a que denomina método generacional, ou seja, marcado pelas gerações de arquitetos atuantes na América Latina na construção da modernidade. A autora considera que cada geração teria um horizonte médio de atuação de 45 anos, no interior do qual situam-se uma fase de 15 anos de ascensão, 15 anos de apogeu e 15 anos de enfraquecimento de sua influência, sucessivamente. Deste modo, ela delimita as seis gerações que, com distintas mentalidades, construíram conjuntamente a América Latina moderna. O diagrama é auto-explicativo:

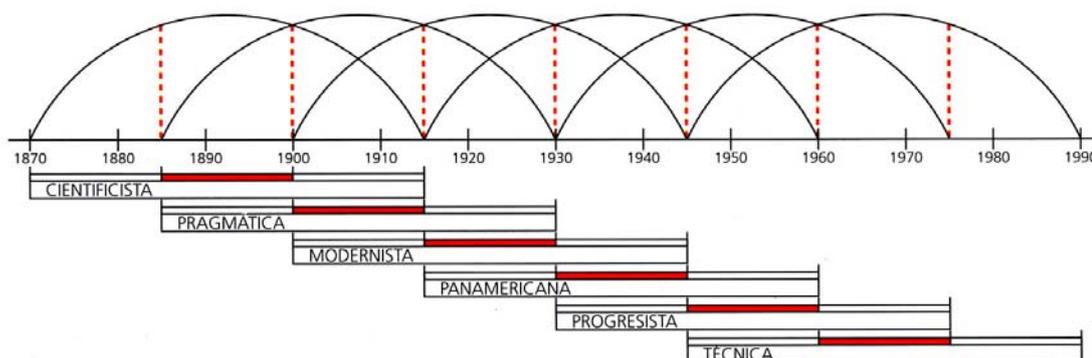


Figura 1.3.1: Sequência das seis gerações que construíram a América Latina moderna. Fonte: ARANGO: 2012, p. 18

Finalmente, em um momento da pesquisa no qual a delimitação dos períodos de estudo já se encontrava basicamente definida, uma leitura de Ramón Gutiérrez prestou-se a confirmar o acerto na definição dos principais momentos a serem tratados. Embora a abordagem do autor a estes momentos seja em muitos pontos distinta, como se verá ao longo do texto que se segue, a troca parece ter sido frutífera. Neste ponto, faço minhas as palavras do autor:

Concentraremos nosso estudo em três momentos históricos: a conquista europeia, a 'independência' no século XIX e o desmoronamento do sistema liberal na década de 30, seguido pelas novas hegemonias, cujos efeitos ainda perduram. (GUTIÉRREZ: 1989, p.54)

Não obstante, os três tempos aqui estudados serão tratados e delimitados de modos distintos entre si, de acordo com as características e especificidades de cada um deles.

O **Tempo I**, cuja referência foi fixada no ano de 1492, marca a data da chegada de Cristóvão Colombo ao Caribe, e é objeto do Capítulo 3. Embora haja autores que postulam a passagem de navegadores europeus pela América anteriormente a esta data, optou-se por adotá-la por tratar-se da mais comumente aceita. Neste primeiro tempo de estudo, serão abordados principalmente as arquiteturas e cidades já existentes na América neste momento, representadas pelas cidade e arquitetura das altas culturas pré-colombianas: Astecas, Maias e Incas. São abordadas ainda as principais ações observadas nos momentos iniciais da ocupação e fundação das primeiras cidades coloniais.

O **Tempo II** será abordado no Capítulo 4 e adota como marco temporal o ano de 1880. Ao contrário do período anterior, delimita não o começo, mas o final da fase iniciada pela Revolução Industrial inglesa de 1750, cujos reflexos na América Latina são relativamente defasados. Tal evento desencadeia, indiretamente, os processos de independência das colônias americanas, que desenrolam-se em conflitos ao longo de grande parte do século XIX. O ano de 1880 representa assim um ponto em que a maioria destes movimentos começa a se consolidar, permitindo que os efeitos sobre as cidades e a arquitetura, no decorrer do longo século XIX, possam ser melhor compreendidos. Abordam-se as alterações observadas na transição entre o período colonial e a fase mercantil republicana, que reflete-se no pensamento urbano e arquitetônico continentais.

O **Tempo III** é determinado pelo advento da Grande Depressão econômica que tem início com a quebra da bolsa de Nova York em 1929, cujos efeitos na América Latina se fazem sentir imediatamente. A quebra do pacto neocolonial conduz as nações do continente a uma mudança em suas estruturas políticas, sociais e produtivas de imensa magnitude, com reflexos profundos e duradouros nas cidades e arquiteturas destes países. Amalgamado com a Revolução Comunista de 1917 e com a Segunda Guerra Mundial, as consequências deste período sobre a arquitetura latino-americana podem ser observadas no decorrer do período que estende-se aproximadamente até 1960, tratadas no Capítulo 5.

Os temas em discussão são introduzidos por algumas bases conceituais de trabalho no Capítulo 2, que perpassam todo o trabalho. Ao final, breves considerações buscam sintetizar e atualizar alguns pontos relevantes discutidos ao longo do texto.

2. Bases conceituais

O objetivo daqueles que pesquisam a história da arquitetura não deve ser construir heróis, mas detectar contradições.

Carlos Sambricio

2.1. A primazia do urbano e a América

O caminho conduz de um ponto a outro, de uma cidade a outra, de uma região a outra, bem como dá acesso, de um lado e de outro, a terrenos, campos, lotes, lugares habitados. O cruzamento, o vau, a parada obrigatória engendram o comércio. Segue-se o sedentarismo. Nasce a cidade. (PANERAI, 2006, p.18)

Em seu livro *Economy of Cities* (1969), Jane Jacobs propõe uma teoria contrária ao senso comum de que o surgimento das cidades teria origem a partir do excedente da produção no campo, permitindo a fixação de populações até então nômades em áreas de dimensões limitadas e maior densidade de ocupação, dando origem às primeiras cidades. A versão mais comumente aceita acerca do surgimento das primeiras cidades postula que o abandono do nomadismo e a fixação de pequenos grupos pré neolíticos teria ocorrido somente a partir do momento em que tais povos primitivos houvessem aprendido a cultivar grãos e criar animais. Contrariando tais ideias, Jacobs postula que na realidade as cidades teriam precedência ao campo, uma vez que as condições de vida baseadas na agricultura – pré-histórica ou atual – não teriam como gerar excedente algum. Ela defende ainda que trabalhos que usualmente consideramos rurais têm, na realidade, sua origem não no campo, mas nas cidades e que, além de organismos primários de desenvolvimento cultural, as cidades seriam também organismos primários de desenvolvimento econômico, e não secundando a agricultura como em geral de acredita.

A autora atribui a formulação da teoria do excedente rural – por ela combatida – ao teórico pré-Darwinista Adam Smith, que em seu livro “A Riqueza das Nações” de 1775, a adota com o intuito de defender seu argumento a favor da divisão do trabalho¹. Abordadas e criticadas por Marx séculos depois, as teorias de Smith foram atualizadas por ele em diversos aspectos, mas este ponto específico não fora objeto de questionamento. Como exemplo, Jacobs compara a excessiva duração e aceitação da teoria de Adam Smith com aquela da geração espontânea na biologia, considerando-a tão estranha quanto. A proposição de Jane Jacobs toma como inspiração as então recentes descobertas, realizadas a partir de 1961 pelo arqueólogo britânico James Mellaart, na cidade pré-histórica de *Çatal Hüyük*, na região da Anatólia, atual Turquia. Jacobs realiza a partir disso a descrição romanceada de uma cidade imaginária para defender sua tese da primazia das cidades em relação à agricultura estacionária, de forma bastante lógica.²

¹ JACOBS, Jane. *The Economy of Cities*. New York: Vintage Books, 1970. p. 44

² *Op cit.*, pp. 18-31

A cidade imaginada pela jornalista – batizada Nova Obsidiana – teria sido estabelecida por caçadores nos arredores de um vulcão em virtude da abundância local de obsidiana - um silicato vulcânico parecido com o vidro - de grande utilidade para execução de armas e utensílios cortantes. A proximidade do vulcão e a relação estabelecida com as tribos que dominavam a extração da obsidiana teriam, com o passar do tempo, tornado os moradores da cidade intermediadores no comércio do produto. Seu alto valor de uso (e consequentemente, de troca) e a destreza desenvolvida pelos habitantes da cidade no manejo deste material para confecção de utensílios tornara Nova Obsidiana um local de grande afluxo de comerciantes, que pagavam por ele com toda sorte de produtos: grãos, carnes, animais vivos, metais, pedras, manufaturas etc. Com o tempo, o local se torna parte de uma rede de comércio na qual cada cidade, além de sua especialidade (obsidiana, cobre, pedras e outros tesouros), possui também um pouco dos produtos que ali chegam para o escambo com a obsidiana, convertendo Nova Obsidiana em uma espécie de depósito e polo de comércio e manufatura bastante diversificado. O trânsito de toda sorte de produtos a Nova Obsidiana é também responsável pelo aumento dos conhecimentos no manejo de grande número de matérias-primas, cada vez mais refinadas, e que com o passar do tempo agregam à comunidade novas formas de trabalho àquelas inicialmente realizadas por sua população, dinâmica denominada por Jacobs como economia criativa local. Desenvolvem-se também as condições para a manipulação de diversos tipos de grãos, sua hibridização - em princípio espontânea e depois controlada – bem como técnicas de plantio e a criação e cruzamento de animais em cativeiro. A situação descrita seria responsável por estabelecer condições concretas para manutenção de verdadeiro excedente urbano, uma vez que sua população não estaria submetida à fome extrema, situação que levaria ao consumo de todo o alimento disponível, pondo fim aos experimentos em andamento. No desfecho da história da hipotética Nova Obsidiana, a autora coloca seu argumento com clareza:

Nova Obsidiana experimenta uma importante mudança econômica, peculiar às cidades: um crescimento explosivo devido à produção local de bens antes importados e a consequente substituição de importações. [...] Comerciantes de outras pequenas cidades que vêm a Nova Obsidiana por vezes levam consigo alimentos dali e relatam o que viram na metrópole. Assim, a primeira difusão dos novos grãos e animais ocorre de cidade para cidade. O mundo rural é ainda um mundo no qual animais e alimentos selvagens são caçados e coletados. O cultivo de plantas e animais é, até então, somente uma atividade urbana e é replicado, até o momento, apenas por outras populações urbanas e não por caçadores de assentamentos comuns. (JACOBS: 1970, p.31)

A teoria apresentada por Jane Jacobs sugere que nossa visão de cidade estaria distorcida pelo dogma da precedência agrícola, como aliás distorcida segue estando em

relação a vários outros conceitos aceitos, sempre repetidos e poucas vezes questionados. No intuito de reforçar seu argumento, ao final do texto a autora propõe uma analogia que ilustra de modo eloquente como muitas vezes um raciocínio dedutivo simplista pode levar a incorrer em graves erros de interpretação:

As cidades atuais são tão dependentes da eletricidade que suas economias provavelmente entrariam em colapso sem ela. E ainda: se as cidades modernas não tivessem eletricidade, a maioria de sua população morreria de sede ou doenças. Os mais impressionantes e colossais equipamentos de geração de energia elétrica situam-se em zonas rurais. A energia gerada ali é fornecida tanto às cidades quanto às áreas rurais. Se a memória humana não alcançasse o tempo em que o mundo possuía cidades mas não eletricidade, pareceria, diante disso, que o uso da energia elétrica teria se originado no campo e consistiria um pré-requisito para a vida urbana. A sequência poderia ser reconstituída teoricamente da seguinte forma: Primeiro, haviam pessoas no campo que não tinham eletricidade, mas com o tempo a desenvolveram e eventualmente produziram um excedente; então as cidades se tornaram possíveis. (JACOBS: 1970, p.48)

Numa tentativa de uma aproximação à nossa realidade, a novela de Nova Obsidiana criada pela jornalista e inspirada pelas descobertas em *Çatal Hüyük* poderia igualmente ter sido elaborada, por exemplo, a partir da história de *Teotihuacán*, cidade pré-colombiana estabelecida na meseta central mexicana por volta de 200 a.C. Localizada também na proximidade de região vulcânica, escavações arqueológicas encontraram ali grande variedade de utensílios e peças cerimoniais finamente executadas em obsidiana, como em *Çatal Hüyük*. A diferença entre as duas cidades seria que, enquanto *Teotihuacán* seria primordialmente o centro de uma sociedade teocrática – tendo o comércio como atividade decorrente – em *Çatal Hüyük* o comércio seria a atividade central. Distinção que no entanto, não invalida o fato de que ambas seriam pontos de grande afluxo de pessoas e portanto de trocas – de mercadorias, bem como de ideias – tornando-as o que se poderia considerar metrópoles de então, como mencionado por Jane Jacobs. No livro *A América que os europeus encontraram*, Peregalli descreve o chamado Modo de Produção Tributário, identificado nas chamadas altas culturas pré-colombianas (Astecas, Maias e Incas), fornecendo alguns dados que reforçam a hipótese acima:

Calcula-se que chegavam anualmente a *Teotihuacán* 7.000 toneladas de milho, 4.000 de feijão, 36 de pimenta, 21 de cacau, 2 milhões de mantas de algodão, mel de abelha, anáguas, saias, algodão natural, armas, penas, madeira, cal, tinturas, perfumes etc. [...] A incorporação de novos territórios era precedida pela penetração dos comerciantes [Pochtecas]. Quando os Pochtecas regressavam de suas viagens, além de mercadorias, traziam detalhadas informações das regiões percorridas, comunicados aos diplomatas e guerreiros. (PEREGALLI: 1987, pp. 24-27)

Estima-se que *Teotihuacán* chegou a ocupar um território de 750 hectares (um décimo da área de Paris do século XVIII³) e que sua população tenha alcançado em seu apogeu, por volta do ano 750 d.C., um número próximo de duzentos mil habitantes, o que a faria a sexta maior cidade do mundo então, atrás apenas de Constantinopla, Changan na China (atual Xian), Loyang em Singapura, Ctesifonte na Pérsia e Alexandria no Egito⁴. Embora os motivos de seu abandono ainda não sejam conhecidos, vestígios arqueológicos comprovam a ampla influência da cultura e da arte *Theotihuacanas* por praticamente todo o território das altas culturas pré-colombianas, em autêntico processo de difusão cultural. Tais valores eram propagados pelos sacerdotes de *Quetzalcoatl*, cuja mensagem principal era a “busca incansável da realização humana”⁵. Seu pensamento se baseava na ideia de escapar da determinação da matéria pela “libertação das faculdades criadoras do homem e não as destrutivas”⁶. Elevação que seria alcançada através da aplicação do trabalho criativo e artístico sobre a natureza e sua transformação em cerâmicas, esculturas, murais e na criação que pode ser considerada sua mais perene e vigorosa manifestação: a arquitetura e os impressionantes espaços públicos de *Teotihuacán*.



Figura 2.1.1: *Teotihuacán*, vista desde a primeira plataforma da pirâmide da lua. Foto do autor.

Em termos especulativos, pode-se imaginar como teriam se tornado as sociedades e a arquitetura atual da América caso, ao contrário da importação – ou imposição – dos valores europeus ocorrida a partir do século XV, estas houvessem se desenvolvido a partir da Confederação Asteca, das cidades-estado Maias ou do Império Inca, com seu modo de produção característico e cujo manejo do território se dava em função da coletividade e não baseado na propriedade privada da terra. À guisa de provocação, resulta instigante perceber que, em uma perspectiva histórica ampla, o Parthenon (447-438 a.C.), cânone máximo da cultura clássica ocidental, poderia ser considerado contemporâneo de *Teotihuacán*, o que

³ Philippe Panerai fala das dimensões da muralha de Paris nessa época em *Análise Urbana*, p.13, assunto que será abordado adiante sob outro enfoque.

⁴ <http://www.aztec-history.com/teotihuacan.html> (consultado em janeiro de 2014)

⁵ PEREGALLI, Enrique. *A América que os europeus encontraram*. São Paulo: Atual, 1987. p.18

⁶ Idem, p. 19

permitiria pensar que toda a arquitetura americana pudesse, em teoria, ter se desenvolvido baseada, por exemplo, no esquema talude-tabuleiro, elemento recorrente na arquitetura meso-americana e considerado por alguns autores como equivalente às ordens clássicas gregas⁷. Tais povos tinham ainda sólidos conhecimentos astronômicos, um calendário de 365 dias com divisão bem mais regular que os calendários juliano ou gregoriano e um sistema numérico completo, que já incluía o avançado conceito de zero⁸. Se as altas civilizações pré-colombianas poderiam também ter nos legado um Sócrates, um Platão ou um Aristóteles, é algo que, infelizmente, a eliminação de tais culturas pelos colonizadores europeus nunca nos permitirá saber. No entanto, embora muitos aspectos sejam ainda obscuros no conhecimento pleno das culturas e arquitetura pré-colombianas, certos pontos afirmam-se com segurança, conforme coloca Peregalli:

Se o desenvolvimento das forças produtivas se assenta na continuidade histórica, criada pela transmissão técnica e cultural, os europeus romperam a possibilidade de um desenvolvimento autônomo das sociedades americanas. [...] A conquista espanhola foi uma tragédia para os homens que morreram debaixo do jugo espanhol, e foi uma tragédia também para nós, pois os europeus eliminaram a possibilidade de um desenvolvimento autônomo, e nos direcionaram no caminho do subdesenvolvimento. A história pré-colombiana tem muito a ver com a história da América contemporânea. (PEREGALLI: 1987, p.60)

Pretende-se com a reflexão acima notar que a escrita da história – e a historiografia da arquitetura não foge à regra - não é simples decorrência da descrição e análise dos acontecimentos passados, mas enredo construído cultural e intencionalmente. Construção que pode ser feita a partir do ponto de vista que se queira, da adoção das informações que se deseje utilizar e igualmente daquelas que se desprezam. Como alternativa à escrita e transmissão de uma suposta “história universal da arquitetura”, na qual parte-se da antiguidade clássica grega e sua evolução romana, renascentista e barroca até o movimento moderno europeu, é possível construir nossa própria história da arquitetura – aquela da América – a partir de antecedentes locais e de seu desenvolvimento cultural e tecnológico próprios. O “Novo Mundo” só é novo para os que vieram de fora, pois o continente americano – e sua cultura – sempre estiveram aqui.

⁷ FERNÁNDEZ, Roberto. *Propiedad y ajenidad en la arquitectura latinoamericana*, In: *Nueva arquitectura en América Latina: presente y futuro*, 1990. pp. 56-67.

⁸ SJOBERG, Gideon. *Origem e evolução das cidades*. In: *Cidades: a urbanização da humanidade*. 1970, p.42.

2.2. Por uma historiografia americana

Tradicionalmente negada, submetida a uma profunda dependência da Europa, pouco conhecida e menosprezada, a arquitetura da América Latina não tem uma presença importante no desenvolvimento do panorama mundial e, ainda, a possibilidade de sua existência como fenômeno conjunto, com características que permitissem qualificá-la como uma corrente, tem sido questionada. No entanto, parece haver uma inegável herança cultural, social e histórica, que permite falar de uma identidade – com diferenças particulares e evidentes – da região; constitui, sem dúvida, um potente conjunto de países que tiveram, e lutam por ter, uma cultura vital e criativa, dentro da qual a arquitetura deve ser uma de suas manifestações mais vigorosas. (TOCA, 1990)

A construção de uma historiografia própria da arquitetura americana e, mais especificamente, latino-americana é um esforço empreendido nas últimas décadas por uma série de pesquisadores e que vem alcançando pouco a pouco um corpo de estudos relevantes em seu conjunto, embora ainda relativamente fragmentário. Em se tratando de continente com tantas nuances – sociais, econômicas, climáticas, políticas etc - falar de uma unidade latino-americana é tarefa difícil, como difícil é identificar as idiosincrasias que distinguem o México do Peru, a Argentina do Uruguai ou a Colômbia da Venezuela. Sem embargo, tanto as semelhanças quanto as distinções existem, e acredita-se que é justamente na identificação e análise de tais aspectos que residem as respostas – ou ainda melhor, as perguntas – que possam contribuir num entendimento mais amplo das realidades e realizações dos países que compõem tão diverso continente.

Para isso é fundamental exercer a memória histórica e manipular a temporalidade que vincula o passado, o presente e o futuro. Essa é a chave de compreensão da nossa identidade, formulada nessa perspectiva abrangente. [...] O acúmulo de experiências é o que nos permite hoje procurar um caminho capaz de dar um sentido equilibrado a essa realidade de persistências e fragmentações. (GUTIÉRREZ, 1989, p.72-73)

Explica-se também aí a opção por incluir – embora sem dúvida com menor enfoque – os Estados Unidos no presente estudo. Apesar de sua realidade inquestionavelmente distinta da América Latina – em termos históricos, culturais, econômicos e sociais, dentre outros – é também país de constituição cultural moderna (no sentido amplo), em contraposição às culturas milenares europeias e orientais, e portanto parte importante de uma unidade que pode sem receio ser denominada “América”. Sua inclusão parece também contribuir em dois outros aspectos: o primeiro cultural, haja visto a deliberada ascendência que vem exercendo sobre os países ao sul do continente ao longo dos últimos séculos, com reflexos inegáveis nas culturas desses países; o segundo fator é metodológico, acreditando

que a comparação pontual de características e realizações estadunidenses mostra-se útil no sentido de clarear – por contraste ou semelhança – aspectos reveladores de nossa própria realidade e condição.

Parece válida uma breve consideração de ordem metodológica, estabelecida a partir da leitura de Marina Waisman no livro *O Interior da História – historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos*. É importante a diferenciação proposta pela autora entre os termos “história” e “historiografia”, sendo aquela “a realidade dos acontecimentos – no nosso caso, a sucessão dos fatos arquitetônicos” (e suas motivações) – e esta o conjunto dos “textos mediante os quais se estuda seu desenvolvimento no tempo”. Em decorrência, cabe ainda distinguir “problemas históricos” de “problemas historiográficos”, sendo aqueles relacionados “à existência mesma dos fatos históricos” e estes “à sua interpretação ou caracterização por parte do historiador.”⁹ Sob outro viés, cabe também mencionar o alerta trazido por Darcy Ribeiro na introdução do livro *América Latina en su arquitectura*, e que se aplica à ideia da construção de uma historiografia da arquitetura latino-americana:

[...] nenhuma explicação para essa ordem de problemas pode ser encontrada fora de uma teoria geral da evolução sociocultural. Esta, contudo, deve ser elaborada com fundamento em uma base temporal e espacial muito mais ampla do que a proporcionada pelo fundo histórico europeu. Somente assim se poderá falar de categorias realmente significativas em termos universais e não de meras teorizações da história europeia. Para esse efeito, os esforços de generalização devem ser realizados a partir de um quadro mais representativo, dentro do qual Europa não seria um arquétipo, mas uma variável tão marcada de singularidades quanto qualquer outra corrente civilizatória particular. Esta ampliação da perspectiva histórica é imperativa para nós, americanos. (RIBEIRO: 1975, p.4)

Cabe ressaltar que Darcy Ribeiro não advoga o puro e simples abandono do estudo da Europa e de suas teorias na transição para uma visão historiográfica americana, mas sim um adequado cotejamento crítico aos eventuais aportes externos que venham contribuir para o entendimento efetivo de nossa realidade. A ampliação da perspectiva histórica não implica assim a substituição de uma visão excludente por outra, mas ao contrário, a adoção de uma visão inclusiva e abrangente que procure abarcar a realidade local como um todo.

É importante ter em mente que, não obstante o desafio histórico possa ser visto como genérico e comum – a modernidade – as respostas históricas a dito desafio são sempre *sui generis*, heterogêneas, plurais: “as modernidades”. Embora a questão histórica se apresenta como genericamente comum, ela sempre será interpretada peculiarmente, e respondida peculiarmente, segundo cada historicidade espaço-temporal. (COX:1991)

⁹ WAISMAN. O interior da história. 2013, pp.4-5

No livro *Historia de un Itinerario*, Silvia Arango traz também um apontamento útil à leitura e interpretação da arquitetura moderna latino-americana em contraposição à realidade europeia. A autora destaca que nos livros de autores europeus que tratam da história da arquitetura moderna, conjunturas políticas raramente figuram dentre as motivações arquitetônicas, e as relações ideológicas em geral se justificam através de um “espírito de época”, “avanços científicos” ou “vigências culturais extensas”. A sólida tradição europeia permite que a base de toda sua interpretação arquitetônica seja o enfoque estilístico, uma vez que “em seus processos de longa duração [...] as formas emanam umas das outras em criteriosa sucessão e coerência cronológica”. Nesse sentido, a autora reforça que a análise estilística é um modelo de interpretação inadequado às condições locais e ao qual não devemos nos resignar, pois:

As tentativas de aplicar estilos claramente estabelecidos por sua linguagem formal na arquitetura latino-americana tropeçam em toda sorte de paradoxos: justaposições, defasagens temporais e incoerências estilísticas demonstram que, por esse caminho, nossa arquitetura sempre resultará interpretada como desbotado arremedo de um modelo que sim, é coerente em outras partes. Com um senso comum insuspeitado, ao observar o panorama rapidamente cambiante do século XX, os historiadores latino-americanos de arquitetura ajustaram o ritmo das rupturas às também rápidas mudanças políticas, com o que conseguem uma sincronia relativamente consistente com a realidade social observada. (ARANGO: 2002, p. 9)

De fato, na América Latina, não raras vezes a arquitetura foi utilizada a partir de motivações políticas, constituindo “traço peculiar e próprio da arquitetura moderna latino-americana”, unindo os “personagens do arquiteto e do político no propósito comum de uma realização construtiva.” A autora destaca que tais condições nos “obrigam ao esforço teórico de repensar a relação entre política e arquitetura”, processos em cuja análise deve-se ter cuidado redobrado com generalizações equivocadas¹⁰. Esta proposição é ratificada e ampliada por Marina Waisman, que coloca-a da seguinte forma:

Ao complexo conjunto de causas e circunstâncias históricas e culturais europeias contrapõe-se uma situação [...] na qual o condicionamento político assume papel preponderante, como também as circunstâncias sociais e econômicas. (WAISMAN: 2013, pp. 59-60)

Tais relações serão retomadas oportunamente no desenvolvimento do texto, mas cabe ainda mencionar correlação interessante colocada por Silvia Arango no mesmo livro:

¹⁰ ARANGO, Silvia. História de um itinerário. 2002, p.9

Tanto arquitetura quanto política são atividades “*futurísticas*”¹¹, ou seja, voltadas ao futuro, são realização de sonhos. Ambas requerem consensos sociais para poder levar-se a cabo e ambas necessitam de indivíduos [...] talentosos e hábeis, que realizem atos vigorosos e memoráveis. Razões lógicas, como as anteriores, não constituem, no entanto, prova suficiente para afirmar a hipótese de uma modernidade propriamente latino-americana, na qual a dimensão política seria fundamental. Provas suficientes somente podem ser dadas pela história real. (ARANGO, 2002, p.10)

2.3. Visão de fora, visão de dentro

Na América Latina, o entusiasmo pelas coisas da Europa deu origem a certo espírito de imitação que teve a deplorável consequência de atrasar em muitas décadas nossas expressões vernáculas. [...] Temos sonhado com *Versailles* e o *Trianon*, com marquesas e abades, enquanto os índios contavam suas maravilhosas lendas em paisagens nossas, que não queríamos ver.¹²

De modo pertinente, Silvia Arango destaca que praticamente todos os arquitetos do mundo – incluindo os latino-americanos – teriam sido formados a partir das leituras de uma lista restrita e plenamente elencável de livros e autores Europeus e Estadunidenses que constituem a história oficial e canônica do movimento moderno, a saber: *Pioneers of Modern Design* (1936), de Nikolaus Pevsner; *Space, Time and Architecture* (1941), de Sigrifried Giedion; *Storia dell'architettura moderna* (1950), de Bruno Zevi; *Storia dell'architettura moderna* (1960), de Leonardo Benevolo; *Theory and Design in the First Machine Age* (1957), de Reyner Banham; *Changing ideals in Modern Architecture* (1965), de Peter Collins; *Architettura Contemporanea* (1976), de Manfredo Tafuri e Francesco Dal Co; *Modern Architecture: A critical view* (1980), de Kenneth Frampton e *Modern Architecture since 1900* (1982), de William Curtis. A despeito da relevância de tais publicações e distintos enfoques propostos por cada um dos autores, todos eles compartilham uma suposta universalidade nos relatos e um marcado eurocentrismo na abordagem, sendo em todos eles escassas as menções a arquiteturas oriundas da América Latina.¹³

Em contraste, Arango menciona como únicas publicações elaboradas localmente a tratar especificamente da realidade Latino-americana de forma geral, tão somente os livros: *Latinoamérica: las ciudades y las ideas* (1976), de José Luis Romero, e *Arquitectura y Urbanismo em Iberoamérica* (1983), de Ramón Gutiérrez, além de artigos e ensaios dispersos de Jorge Enrique Hardoy, textos em que a amplitude temporal acaba por impedir

¹¹ Grifo nosso

¹² “*América ante la joven literatura europea*” in: Alejo Carpentier. *La novela latinoamericana em visperas de un nuevo siglo y outros ensayos*. Siglo XXI Editores: México, 1981, pp. 81

¹³ ARANGO, Silvia. *Ciudad y Arquitectura*. 2012, p.13.

que se detenha na análise específica do período moderno. Abordagens mais gerais da arquitetura latino-americana do século XX são encontradas em *Otra arquitectura en América Latina* (1988), de Enrique Browne, e *América Latina fim de Milênio – Raízes e Perspectivas de sua arquitetura* (1991), de Roberto Segre, publicado apenas em português. A autora relata ainda a presença de visões limitadas a períodos mais curtos ou temas específicos da arquitetura latino-americana no catálogo da exposição *Latin American Architecture since 1945*, organizada por Henry-Russel Hitchcock no MoMa de Nova York em 1955, no terceiro tomo da *Encyclopédie de l'Architecture Nouvelle* (1954), de Alberto Sartoris; em *Architettura latinoamericana 1930-1960* (1969), de Francisco Bullrich, e *América Latina. Gli ultimi vent'anni* (1990), de Jorge Francisco Liernur. Destaca o fato de que quase todos os historiadores que se debruçaram sobre o tema geral da arquitetura latino-americana são argentinos e que, a despeito do enfoque regional, os textos em geral derivam do cânone historiográfico geral. Explicar os processos da modernidade no continente com bases fundamentalmente europeias acaba tendo a consequência de obliterar a noção de que manifestações originais possam ter ocorrido na América Latina - como de fato ocorreram - não apenas na arquitetura, mas também nas artes em geral.¹⁴ Reforçando tais observações, Max Cetto sugere que

Somente um pequeno número de historiadores da arte procedentes do Novo e do Velho mundo se atreveram a fazer declarações conclusivas sobre as relações arquitetônicas existentes entre os próprios países latino-americanos, entre tais países em sua totalidade e a península ibérica e, finalmente, a relação de Espanha e Portugal com o mundo islâmico, assim como com o restante da Europa, sem esquecer o refluxo de influências sobre o velho continente, procedente da América. (CETTO: 1975, p.172)

Efetivamente, e não somente na arquitetura mas em todos os campos da atividade humana, ao longo dos mais de quinhentos anos decorridos desde o desembarque de Cristóvão Colombo no Caribe, a América Latina esteve sujeita à imposição de visões externas à sua realidade e contexto cultural. Não suficiente, tais visões e valores foram por diversas vezes ao longo da história modificados de modo súbito, submetendo os povos do continente a uma contínua sujeição a conceitos não apenas exóticos, mas instáveis e cambiantes ao sabor dos ventos históricos. Da duração e persistência nas imposições destes valores – em princípio europeus, depois estadunidenses – decorre seu arraigamento no imaginário coletivo, levando à perda de referencial e identidade próprios, os quais vem-se tentando recentemente reconstruir, recolhendo os cacos do que ainda poderia ser reconhecido como autêntico em nossas culturas e, no caso específico, em nossas arquiteturas.

¹⁴ Idem, p.14.



Figura 2.3.1: Raros estudos gerais sobre a Arquitetura e o Urbanismo latino-americano: *Arquitectura y Urbanismo em Iberoamérica* (1983), de Ramón Gutiérrez e *Latinoamérica: las ciudades y las ideas* (1976), de José Luis Romero

Diante do exposto, percebe-se que as tentativas de adoção de teorias de origem externa à realidade latino-americana e sua aplicação na análise e interpretação da arquitetura local sem a devida relativização resultam, via de regra, equivocadas e, não raras vezes, enganosas. A despeito disso, tal constatação não deve ser tomada como fator restritivo a sua abordagem, desde que criteriosa, devendo ser incentivada a amplitude e diversidade de visões, conforme sugere Ramón Gutiérrez:

O processo de transculturação criativa do povo latino-americano, com suas variáveis próprias e atitudes distintas na pesquisa espacial, merece diversas leituras. Portoghesi destacava em Roma, em 1980, sua impossibilidade de interpretar essa arquitetura a partir dos códigos europeus. Essa é uma atitude de honestidade intelectual que lhe faz honra e evidencia os estéreis esforços dos que pretendem explicar nossos fenômenos a partir de Bernini e Borromini. (GUTIÉRREZ, 1989, p.61)

Na construção de uma visão própria e apropriada acerca da arquitetura latino-americana, o estabelecimento de parâmetros e critérios claros é necessário. Devem assim ser evitados tanto a exaltação de manifestações que – embora locais – mostrem-se

irrelevantes, quanto o desprezo injustificado a outras que – embora de origem externa – sejam efetivamente parte das condições e cultura locais, construídas e entronizadas ao longo do tempo. De modo que a busca de um caminho próprio para a arquitetura americana

[...] não se trata de uma atitude nostálgica para com o passado, nem da aplicação de um fragmento deste. Nossa cultura resulta de um processo integral, com seus acertos e erros; ela só poderá ser construída a partir dessa realidade concreta que nos dá testemunho e que constitui a nossa identidade, tão matizada. (GUTIÉRREZ, 1989, p.70)

Em defesa de uma adequada valorização da arquitetura latino-americana, Ramón Gutiérrez ressalta ainda que “uma das formas mais características da desintegração cultural e da perda de identidade se manifesta pelo desconhecimento das próprias expressões culturais” (GUTIÉRREZ, 1989, p.76), fenômeno este que, ao que parece, infelizmente segue presente em grande parte das escolas de arquitetura brasileiras. É na investigação de alguns aspectos que envolvem a arquitetura e o urbanismo americano que o presente trabalho se situa.

Cabe ainda pontuar que, neste trabalho, buscou-se levar em conta duas visões reforçadas pelos historiadores nas últimas décadas. A primeira é a substituição da chamada *histoire événementielle*, ou simples relato do encadeamento de fatos, pela construção crítica e contextualizada da historiografia defendida pela escola francesa dos *Annales* e adotada por muitos autores atuais¹⁵. A segunda se baseia no princípio de circularidade estudado por Ginzburg¹⁶ e que questiona a escrita tradicional da história pelos “vencedores”, assumindo uma indiferenciação hierárquica entre relatos de elementos dominantes da sociedade e daqueles considerados inferiores ou marginais, visando à construção de uma historiografia com maior abrangência de visões e possibilidades de interpretação.

É então através do exercício de síntese de algumas questões teóricas relevantes ao contexto latino-americano e de sua ilustração através de uma seleção de obras que buscam estabelecer um diálogo com o contexto urbano e cultural em que se inserem, que espera-se que este trabalho possa aportar uma singela contribuição a um debate que envolve – ou deveria envolver – aqueles que pensam e praticam arquitetura no Brasil hoje.

¹⁵ Mais sobre o assunto pode ser visto em WAISMAN e DONGHI, e ambos referem-se a Fernand Braudel.

¹⁶ GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

2.4. A questão da influência

Do ponto de vista histórico, o planejamento e expansão urbana na América, bem como a consolidação de sua arquitetura moderna no século XX, têm grande relação com as teorias e realizações postuladas e desenvolvidas principalmente na Europa e a circulação mundial de ideias ao menos desde o século XIX. Por outro lado, envolve uma série de fatores (históricos, políticos, sociais, climáticos etc.) muito distintos daqueles encontrados no velho continente. Nesse sentido, faz-se importante uma revisão crítica dos escritos sobre o tema da influência, no sentido de questionar a medida, extensão e características do trânsito de ideias ocorrido entre locais e estrangeiros na adoção e adaptação por todo o continente americano de modelos de cidade e arquitetura originalmente alheios às condições locais.

Primeiramente, é importante apontar o recorrente engano em termos da ação que envolve a ideia de influência. Embora seja comum considerar aquele que se deixa influenciar por ideias ou ações de outrem como subordinado a ele, ao se aprofundar a questão não é difícil perceber que a partir da aceitação da influência, aquele torna-se imediatamente sujeito ativo, no intuito de testar, adaptar e realizar concretamente a “inspiração” acolhida. Por tal equívoco na avaliação corrente de tais trocas é que Michael Baxandall considera que a

'Influência' é uma maldição da crítica de arte sobretudo pelo insistente preconceito gramatical acerca de quem é o agente e quem é o paciente: parece inverter a relação ativo/passivo que um personagem histórico experimenta, e que um observador tenderá a levar em conta. Se alguém diz que X influenciou Y, parece de fato que X fez algo a Y, em lugar de Y ter feito algo a X. Mas, ao se tratar de bons quadros e pintores, o segundo caso é quase sempre mais provável... Se pensamos em Y como agente, em lugar de X, o vocabulário é muito mais rico e [...] diversificado: fazer uso de, recorrer a, aproveitar-se de, apropriar-se, recorrer a, adaptar, reinterpretar, referir-se, colher de, assumir, comprometer-se com, reagir a, citar, se diferenciar de, assemelhar-se, assimilar, se alinhar com, copiar, endereçar, parafrasear, absorver, fazer uma variação, reviver, continuar, remodelar, macaquear, emular, travestir, parodiar, extrair de, distorcer, comparecer, resistir, simplificar, reconstituir, aprofundar-se, desenvolver, confrontar, dominar, subverter, perpetuar, atenuar, promover, responder a, transformar, abordar... qualquer pessoa poderia pensar outros. A maior parte dessas relações simplesmente não pode ser feita no sentido contrário - em termos de X agindo sobre Y ao invés de Y agindo sobre X. Pensar em termos de influência cega o pensamento por empobrecer os meios de diferenciação. (BAXANDALL, 1985:58-59)

Quando tratamos da América em geral e da América Latina em especial, é ainda mais forte a noção que em geral se tem da condição de submissão estabelecida nas relações de influência cultural, artística e arquitetônica. Em virtude do extenso período colonial – em suas distintas fases – e das relações de dependência cultural, comercial e econômica de longa duração estabelecidas entre a região e países dominadores ao longo da história, reforça-se a impressão de que as realizações latino-americanas são e serão sempre, obras de segunda categoria ou simples requeentamento de ideias gestadas alhures. Aprofundando-se na investigação do tema em artigo publicado em 2003, Arango e Salcedo consideram que

O interesse por examinar o conceito de influência no estudo da arquitetura atual e do passado surgiu a partir de uma constatação: com notável frequência, a influência aparece nos livros de história da arquitetura como recursiva explicação das mudanças arquitetônicas, em especial para explicar estes fenômenos nos países latino-americanos, onde se dá por certa uma suposta dependência cultural há vários séculos. Na medida em que a comparação é inerente à análise arquitetônica e, em geral, a toda análise artística, é natural que se recorra ao conceito de influência como primeira ou última explicação de toda mudança, em especial na América Latina. (ARANGO e SALCEDO, 2003)

No mesmo artigo, constatam ainda “a ampla gama de acepções que toma a noção de influência” como por exemplo o uso do termo por *Sir Bannister Fletcher*, que estende seu uso a “determinantes climáticas, geográficas e sócio-culturais na construção da arquitetura”, coincidindo com o que hoje costuma-se denominar condicionantes de projeto. Trata-se portanto de outra das muitas acepções possíveis para o termo e, portanto, aqui irrelevante.



Figura 2.4.1: Trânsitos no Brasil: sentados, Burle Marx, Le Corbusier, Lucio Costa e Affonso Reidy em 1936

Ao longo do texto que se segue, veremos alguns exemplos de obras arquitetônicas e urbanísticas realizadas na América e que constituem, efetivamente, feitos relevantes não apenas para o contexto local, mas igualmente para o desenvolvimento e reflexão da arquitetura em âmbito global. A ousadia, originalidade e principalmente a adequação ao contexto – físico e cultural – que podem ser observadas em muitos dos projetos apresentados adiante constituem aportes de grande relevância na discussão de temas atuais pertinentes à arquitetura e ao contexto metropolitano e a partir dos quais espera-se demonstrar que

A antes iniludível [sic] noção de “influência” passou, pelo menos nos campos historiográficos mais sofisticados, a uma vida melhor. Graças a pesquisas que mostraram a força da circulação das ideias na modernidade, as noções de centro e periferia conjugam-se no plural, deixando para trás o tempo em que, para celebrar ou injuriar as vanguardas, eram tomadas como versões, mais ou menos bem-sucedidas, mais ou menos degradadas, os seus modelos de referência. [...] A ideia de um conjunto de valores originais, que devia ser estendida e aplicada, foi um componente essencial no desenvolvimento mundial do modernismo, tanto nos exemplos centrais como nos periféricos. (GORELIK, 2005)

Salvo engano, a muitos escapa hoje a noção de que, embora com velocidade distinta, há vários séculos pessoas, ideias e livros já circulavam por todo o mundo e que o período anterior ao advento da internet não era a pré-história. Ao contrário, sabe-se que, se o contato marítimo estabelecido entre a Europa e a América desde o final do século XV era ainda relativamente rudimentar, ao menos desde o século XIX as viagens transatlânticas de navio se tornaram mais frequentes e que desde os anos 40 do século passado tornaram-se usuais as viagens aéreas comerciais, levando apenas 20 horas da América à Europa. Também os livros não tinham dificuldade em chegar às regiões mais distantes do globo pelos sistemas de distribuição das editoras, por catálogos enviados a clientes frequentes e anúncios de lançamentos publicados em revistas de grande circulação e alcance rápido e abrangente. Ao contrário do que se possa pensar, as ideias estavam no ar e muitas das informações que se desejasse obter eram, sim, acessíveis.

Não é também por acaso que ao menos desde finais o século XIX - e devido ao enorme valor atribuído à cultura francesa na América desde o período que antecedeu à independência – diversos urbanistas franceses fossem convidados a desenvolver projetos para as cidades da América Latina, como veremos mais detidamente nos capítulos adiante. As primeiras experiências nesse sentido remontam a princípios do século XVIII, quando o francês Grandjean de Montigny é trazido ao Rio de Janeiro no intuito de auxiliar a corte real

portuguesa a “dignificar” a cidade que se tornara então a sede do império. Mais recentemente, era também usual nas primeiras décadas do século XX que filhos de famílias abastadas fossem mandados a estudar em Paris e que aqueles com acesso à educação de qualidade tivessem como segunda língua o francês. Situação esta que seria modificada a partir da crescente importância dos Estados Unidos no contexto mundial a partir da Primeira Guerra Mundial e, definitivamente, após 1945.

Por fim, mas não menos importante, é relevante também a constatação de Silvia Arango, em texto mais recente, de que as influências não “chegam” mas, ao contrário, se “escolhem” e – em consonância com o argumento de Baxandall – ressalta que “em todo processo de contato entre culturas, quando algo influi de maneira intensa e duradoura, esta influência diz mais da cultura receptora que da emissora.”¹⁷

2.5. América: Centro, sul e norte

Fui o milésimo ou o primeiro a prever através da geografia, da topografia, do clima, da marcha cíclica das raças, o destino próximo de Buenos Aires? A ter desenhado num papel o esquema fatídico que fomentou nos EUA, Nova Iorque e na Argentina, Buenos Aires? A ter percebido, desde 1929, a sombra que se estenderá sobre Nova Iorque e a luz que brilhará sobre Buenos Aires? A ter pensado que havia chegado a hora da raça latina após o cumprimento da etapa anglo-germânica? A imaginar que dois mil anos de cultura poderiam enriquecer uma raça e não necessariamente envelhecê-la? A admitir que à hora da propulsão, da explosão que eleva prodigiosamente as energias anglo-saxônicas e que precipita o mundo moderno no caos, sucederia a hora cartesiana da medida, da leitura, da escolha, da proposta, da construção, da realização, do equilíbrio? . (LE CORBUSIER: 1929¹⁸)

Embora o continente Americano consista em uma unidade geográfica, com território praticamente contínuo, e seus países compartilhem muitos fatores principalmente do ponto de vista de sua história geral, muitos também são os aspectos que diferenciam cada um deles e, como subunidades geográficas, a América do Norte, a Meso América ou América Central juntamente com o Caribe e a América do Sul. Uma vez que o presente trabalho tem como delimitação geográfica a América – e em maior medida a América Latina –, cabe aqui proceder à identificação básica das principais distinções entre estes três setores que a constituem, como mais um subsídio para a identificação, no decorrer do trabalho, de seus eventuais reflexos nas arquiteturas e no urbanismo americanos.

¹⁷ ARANGO: 2012, p. 14

¹⁸ O Espírito Sul americano, *In*: SANTOS, PEREIRA, PEREIRA e SILVA. Le Corbusier e o Brasil. 1987, p. 69.

Quando da chegada dos europeus, as áreas do continente mais amplamente ocupadas eram a faixa que se estende desde os atuais estados do Arizona e Novo México, nos Estados Unidos, passando pelo México, pelo istmo do Panamá e seguindo pela costa do Pacífico até o norte do Chile e da Argentina, com concentrações notadamente maiores na meseta central do México (Astecas) e nos atuais territórios do Equador, Peru e Bolívia (Incas)¹⁹. Para a formulação de uma hipótese que explique esta desigual distribuição, resulta interessante tentar colocar-se no lugar dos povos que – segundo os estudiosos do tema – migraram desde a Ásia pelo estreito de Bering há dezenas de milhares de anos. Um povo migrante que por ali chegasse se depararia inicialmente com grandes áreas congeladas e, uma vez superadas rumo ao sul, chegaria em certo ponto onde, apesar de contar com estações quentes, contava com boa parte do ano em temperaturas não menos inóspitas que as encontradas mais ao norte. Descendo um pouco mais, ao alcançar o sudoeste dos Estados Unidos e norte do México, enfim encontrariam temperaturas amenas, terras férteis e clima pouco oscilante ao longo do ano, portanto adequadas a sua permanência. Se algum tempo depois decidissem (ou fossem forçados por inimigos também vindos do norte, ou fossem acometidos por um terremoto) continuar descendo, logo passariam o Panamá e alcançariam a América do Sul, onde, indo à esquerda ou reto, cedo se deparariam com a densa e inóspita floresta amazônica ou, seguindo ao sul, conseguiriam avançar mais, até que o frio das altitudes andinas ou o deserto do Atacama os fariam novamente parar, ou retornar. Aqueles que houvessem optado por caminhos mais difíceis poderiam evitar ataques inimigos, mas acabariam como populações isoladas. Não é improvável que isto possa ter ocorrido, ao longo de migrações milenares, justificando tal distribuição populacional.

Em sendo assim, a colonização da América pelos diversos povos europeus se deu a partir do contato de imigrantes de diversas origens, que entraram em contato com povos nativos de culturas distintas, sob condições geográficas e climáticas também diferentes. A interação destes vários fatores teve em cada caso efeitos particulares. Os primeiros colonos da América do Norte eram primordialmente ingleses, holandeses, espanhóis e suecos²⁰, e encontraram ali uma terra parcamente povoada, de grandes dimensões e clima semelhante àquele predominante na Europa. Os espanhóis, na Américas Central, viram-se em um primeiro momento no paraíso caribenho, de alguma população e clima tropical. Num segundo momento, alcançaram as civilizações mais avançadas então existentes na América: imensas populações possuidoras que grandes quantidades de ouro e prata,

¹⁹ PEREGALLI. A América que os europeus encontraram. 1987, pp. 5-6.

²⁰ RIBEIRO, Darcy. As Américas e a civilização. 1983, p. 421.

localizadas em áreas de climas tropicais, equatoriais e também climas de altitude, no caso dos Andes. No sul encontraram povos indígenas menos avançados e um clima subtropical. Os portugueses desembarcaram num imenso território verde, medianamente ocupado por populações tribais de estruturas sociais simples, num contexto climático majoritariamente intertropical. A partir do contato de diferentes colonizadores com também distintos povos, situações climáticas e geográficas, formam-se as conjunções que hoje compõem fatores de identidade e diferenciação entre o norte, o centro e o sul americanos, observados na sua cultura, na política, nas cidades e na arquitetura.

Buscando identificar os traços de identidade e diferenciação básica entre os povos que se formaram na América a partir deste momento, contaremos com a visão de alguns autores. A partir de Darcy Ribeiro serão abordadas as formações histórico-culturais presentes na América; Gilberto Freyre trata da adaptação de cada colonizador ao clima local e sua estratégia de ocupação do território; Mozart Linhares da Silva aborda a relação entre trabalho, religião e regime político nas Américas e José Luís Romero identifica o contraste entre a visão de um viajante europeu e de um cidadão latino-americano.

Quanto às distintas formas histórico-culturais identificadas por eles, três delas presentes na América, Ribeiro explica que

[...] distinguimos quatro grandes configurações histórico-culturais dos povos não europeus do mundo moderno. Primeiro, os *povos testemunho* representados pelos sobreviventes transfigurados de altas civilizações com os quais chocaram os europeus em sua expansão depois de 1500. Segundo, os *povos novos* que são o resultado do choque e fusão posterior no plano racial e cultural, de agentes da expansão europeia com populações tribais encontradas nos territórios conquistados ou para ali transplantados afim de servir como mão de obra de empresas coloniais. Terceiro, os *povos transplantados*, que são transplantes europeus que se trasladam a ultramar e crescem por autocolonização, preservando muitas de suas características originais. Quarto, os *povos emergentes*, que ascendem em nossos dias da condição tribal à nacional: esta categoria não comparece na América. (RIBEIRO: 1975, p. 13)

Darcy Ribeiro aponta que, na América, os povos testemunho estão representados por México e Guatemala, sobreviventes das civilizações Asteca e Maia, além de Bolívia, Peru e Equador, que compunham a civilização incaica do altiplano andino, todos situados no trecho mais central do continente. Ribeiro coloca que:

O problema básico dos *povos testemunho* é o de integrar no ser nacional as duas tradições culturais que herdaram, e que frequentemente resultam opostas. Por um lado, a contribuição europeia consistente em técnicas, instituições e em conteúdos

ideológicos, cuja incorporação ao antigo patrimônio cultural se cumpriu à custa da redefinição de todo seu modo de vida e da alienação de sua visão de si mesmos e do mundo. Por outro, seu antigo acervo cultural, que apesar de haver sido drasticamente reduzido e traumatizado, pode manter alguns elementos como por exemplo línguas, formas de organização social, conjuntos de crenças e valores que permaneceram profundamente arraigados em vastos contingentes da população, além de um patrimônio de conhecimento popular e de estilos artísticos peculiares que agora encontram oportunidades de reflorescer como instrumentos de autoafirmação nacional.

Atraídos simultaneamente pelas duas tradições, mas incapazes de fundi-las em uma síntese a que toda sua população confira significado, conservam ainda hoje dentro de si o conflito entre a cultura original e a cultura europeia. (RIBEIRO: 1975, p. 14)

Ribeiro lembra ainda a presença de alguns *povos novos* na América Central, como os antilhanos, mas que ao contrário do sul, destaca-se nesta região a preponderância nesses povos de conteúdos culturais indígenas.

Na América do Sul localizam-se a maioria dos *povos novos* do continente, que, de acordo com Darcy Ribeiro “constituem a configuração histórico-cultural mais característica das Américas porque estão presentes em todo o continente e têm aqui uma particular prevalência”. Incluem-se aí Brasil, Venezuela, Colômbia e, com formações histórico-culturais distintas também Chile, Paraguai, Argentina e Uruguai. Ribeiro descreve os *povos novos* americanos:

Como populações plasmadas pelo amálgama biológico e pela aculturação de etnias díspares dentro de um marco escravocrata e fazendista. [...] Surgidos da conjunção, desculturação e fusão de matrizes étnicas africanas, europeias e indígenas, os denominamos *povos novos* em virtude a sua característica fundamental de *espécie nova*, posto que compõem entidades étnicas distintas de suas matrizes constitutivas. [...]

Poucas décadas depois de inauguradas as empresas coloniais, a nova população, nascida e integrada naquelas plantações e minas já não era europeia, nem africana, nem indígena, senão que configurava as proto-células de uma nova entidade étnica. [...] A carência de tradições culturais solidamente mantidas decorrente de sua drástica desculturação os fez receptivos às mudanças e, por isso mesmo, menos conservadores e mais abertos. (RIBEIRO: 1975, pp. 17-19)

Ribeiro aponta ainda as particularidades de Chile, Paraguai, Argentina e Uruguai, sendo os dois últimos casos distintos de *povos novos* convertidos em *povos transplantados*:

Uma segunda categoria de *povos novos*, muito diferente da primeira por não haver experimentado as compulsões da *implantação* se encontra no Chile e no Paraguai.

Foram *povos novos* do mesmo tipo que estes últimos, embora mais tarde etnicamente desfigurados por um processo de sucessão ecológica que os europeizou massivamente, os do Uruguai e Argentina. [...]

No caso dos países rio-platenses, ao contrário, derivam de um empreendimento particularíssimo realizado por uma elite *criolla* inteiramente alienada e hostil a sua própria etnia de povo novo, que adotou como projeto nacional a substituição de seu próprio povo por europeus, a quem atribuíram mais peremptória vocação para o progresso. A Argentina e o Uruguai contemporâneos são pois o resultado de um processo de sucessão ecológica deliberadamente levado a cabo pelas oligarquias nacionais, mediante o qual uma configuração de *povo novo* se transformou em *povo transplantado*. Nesse processo, a população ladina e gaúcha surgida da mestiçagem dos povoadores ibéricos com os indígenas que era o contingente básico da nação, foi achatada e substituída pela avalanche de imigrantes europeus. (RIBEIRO: 1975, p. 16-20)

As regiões centro e sul da América são aquelas em geral identificadas com a ideia que o estrangeiro faz dos trópicos, presente no imaginário europeu desde que ele primeiro travou contato com as verdadeiras Índias e com os demais países de clima mais aprazível nas rotas comerciais do oriente médio. Pode-se especular que o espanto do europeu ao descobrir que sempre houvera aqui um modo de vida mais simples que sua épica luta pela sobrevivência no clima e nas eternas guerras europeias tenha dado origem ao mito do latino ocioso e vagabundo, como relatavam os viajantes:

Pal Rosti, o viajante húngaro que percorreu a Venezuela em 1857, perguntava a “um moço cor de café” que estava recostado em uma parede perto do mercado de Caracas porque não trabalhava. “Para que vou trabalhar? - foi a resposta -; o alimento necessário dá em todas as árvores; devo apenas esticar uma mão para recolhê-lo; se me faz falta um cobertor, ou um facão ou um pouco de aguardente, trago ao mercado algumas bananas ou outras frutas e obtenho abundantemente o que desejo; para quê mais? Não passaria melhor nem que fosse tão rico quanto o senhor X ou Y”. E assim sente e opina cada peão da Venezuela. (ROMERO: 1975, p.192)

Quanto às diferenças na relação com o trabalho observada entre os países cristãos e aqueles protestantes, é pertinente a postulação de Linhares da Silva, ao dizer que “no sentido protestante, o trabalho era a condição primeira para o desenvolver uma ética social, de responsabilidade social”, enquanto “o valor do trabalho na sociedade brasileira, de formação católica, não é o mesmo e, ao contrário, sofre o estigma da escravidão e da sociedade de corte que originaram a nossa formação social”²¹. Este perfil pode ser complementado pela citação por Linhares da Silva de Sérgio Buarque de Holanda, afirmando que “o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho”.²²

²¹ SILVA, Mozart Linhares. In: Modernidade e urbanização no Brasil. 1998, p.159.

²² HOLANDA, Sergio Buarque. Raízes do Brasil. apud SILVA, op cit., p160.

Mas, se em termos de disposição para o trabalho o português falhava, Gilberto Freyre propõe que quanto à disposição à miscigenação “nenhum povo colonizador, dos modernos, excedeu ou sequer igualou nesse ponto aos portugueses”. O autor ressalta ainda que “a miscibilidade, mais do que a mobilidade, foi o processo pelo qual os portugueses compensaram-se da deficiência em massa ou volume humano para a colonização em larga escala e sobre áreas extensíssimas”.²³ Freyre destaca ainda que, embora o português, acostumado a climas mais quentes na terra natal, tenha se adaptado bem aos trópicos em comparação com franceses ou ingleses nas mesmas condições, os colonizadores do norte teriam levado vantagem, ao serem transplantados para um clima muito semelhante ao dos países de origem, tendo ainda encontrado ali terras mais amigáveis ao cultivo:

Tudo aqui era desequilíbrio. [...] O solo, excetuadas as manchas de terra preta ou roxa, de excepcional fertilidade, estava longe de ser o bom de se plantar nele tudo o que se quisesse, do entusiasmo do primeiro cronista. Em grande parte rebelde à disciplina agrícola. Áspero, intratável, impermeável. [...] Contrastem-se essas condições com as encontradas pelos ingleses na América do Norte, a começar pela temperatura: substancialmente a mesma da Europa ocidental (média anual 45°F²⁴), considerada a mais favorável ao progresso econômico e à civilização à *européia*²⁵. [...] O português vinha encontrar na América tropical uma terra de vida aparentemente fácil; na verdade difícil para quem quisesse aqui organizar qualquer forma permanente ou adiantada de economia e de sociedade. Se é certo que nos países de clima quente o homem pode viver sem esforço da abundância de produtos espontâneos, convém, por outro lado, não esquecer que igualmente exuberantes são, nesses países, as formas perniciosas de vida vegetal e animal, inimigas de toda cultura agrícola organizada e de todo trabalho regular e sistemático. (FREYRE: 1999, p.15-16)

Paralelamente, em contraste com o colono do norte que veremos a seguir, Freyre lembra que “a sociedade colonial no Brasil, principalmente em Pernambuco e no Recôncavo da Bahia, desenvolveu-se patriarcal e aristocraticamente à sombra das grandes plantações de açúcar, não em grupos a esmo e instáveis; em casas grandes de taipa ou de pedra e cal, não em palhoças de aventureiros”.²⁶

No contexto da América do Norte, de acordo com Ribeiro, são povos transplantados os Estados Unidos e o Canadá, frutos de “projetos de colonização aplicados em territórios cujas populações tribais foram dizimadas ou confinadas em reservas, para neles instalar uma nova sociedade”. O autor complementa:

²³ FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. 1992, p.9

²⁴ Entre 7 e 8 graus Celsius.

²⁵ Grifo meu.

²⁶ FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. 1992, p.17.

Correspondem a esta categoria as nações modernas criadas pela migração de populações europeias pelos novos espaços mundiais, onde procuraram reconstruir formas de vida no essencial idênticas às de origem. Cada um deles se estruturou de acordo com os modelos econômico-sociais proporcionados pela nação de onde provinham, levando adiante nas terras adotivas processos de renovação já atuantes no âmbito europeu.

Os contingentes migrantes se recrutaram inicialmente entre grupos europeus dissidentes, sobretudo em matéria religiosa; mais tarde foram engrossados com toda classe de inadaptados que as nações condenavam ao desterro, e finalmente cresceram graças à avalanche migratória de indivíduos desarraigados de suas comunidades rurais ou urbanas, pelo avanço do capitalismo e da industrialização na Europa. Em geral, emigravam obrigando-se a trabalhar alguns anos em condições muito próximas da servidão. Não obstante, um grande número conseguiu ingressar mais tarde nas categorias de granjeiros livres, artesão independentes e assalariados. (RIBEIRO: 1975, p. 19)



Figura 2.5.1: A diferença entre os processos colonizatórios no Norte, Centro e Sul do continente americano. À esquerda, uma representação da vida nas 13 colônias dos Estados Unidos. Ao meio, o encontro entre Cortez e Moctezuma II em Tenochtitlán. À direita, Debret retrata a vida no Brasil colonial e escravagista.

Segundo Ribeiro, no norte pode ainda ser considerado como um povo novo a região sul dos Estados Unidos, embora se “tenha perdido posteriormente o caráter de *povo novo*, já que, por não haver conseguido estruturar-se como nação, se viu compelida a sobreviver como um corpo estranho dentro de uma formação de *povo transplantado*”. Como características gerais que diferenciam os *povos transplantados* dos demais, merecem atenção do autor os seguintes traços:

[...] Os povos transplantados, em especial os do norte, tiveram em sua maioria, e ao princípio, o caráter de colônias de povoamento dedicadas às atividades granjeiras, artesanais e de pequeno comércio. Enquanto tratavam de consolidar seu estabelecimento nos territórios desertos, vegetavam na pobreza procurando viabilizar economicamente sua existência mediante a produção de artigos de exportação a mercados mais ricos e especializados, como as colônias escravistas das antilhas. Nestas circunstâncias, não pode surgir entre eles uma minoria dominante capaz de impor uma ordenação social oligárquica. Embora pobres – inclusive paupérrimos – viviam em uma sociedade igualitária, regidos por princípios democráticos de autogoverno. Não puderam ter universidades, nem templos, nem palácios suntuosos, como os dos povos testemunho e os povos novos, mas alfabetizaram toda sua população branca, que

congregavam-se em modestas igrejas de madeira para ler a Bíblia; estas reuniões serviram frequentemente para resolver problemas locais, vindo assim a lançar as bases do autogoverno.

Deste modo ascenderam coletivamente como povo à medida que a colônia se consolidava e enriquecia, e ao final, quando se emanciparam formavam já uma sociedade mais homogênea e apta para levar adiante a revolução industrial.

As peculiaridades de sua formação, assim como o feito de entrar em posse de consideráveis recursos naturais, asseguraram aos povos transplantados condições especiais de desenvolvimento. A isso se somou o acesso aos mercados europeus e as facilidades linguística e culturais de comunicação com a Inglaterra, que lhes possibilitaram o domínio da tecnologia industrial. [...]

Há entre os povos transplantados do norte e do sul do continente profundas diferenças, não só por sua cultura – predominantemente latina e católica nestes, anglo-saxônica e protestante naqueles – mas também pelo grau de desenvolvimento alcançado. Estas diferenças aproximam a argentinos e uruguaios aos demais povos latino-americanos, também neo-ibéricos, católicos, pobres e atrasados. Na maioria de suas outras características, de todo modo, eles são povos transplantados, e como tais apresentam muitos traços comuns com os colonizadores do norte. (RIBEIRO: 1975, pp. 20-21)

Como contraponto na leitura das diferenças entre a mentalidade estadunidense e a latino-americana, coloca-se pertinente ainda a fala do cubano auto exilado Carlos Alberto Montaner, embora até por isso deva ser lida como visão assaz parcial da questão:

[...] a característica essencial da sociedade norte-americana é a busca por mudanças, a construção de um destino sempre diverso. Nessa busca, os norte-americanos consideram apenas sua própria sociedade como ponto de referência. Para ser um centro permanente de novas iniciativas dirigido por sua dialética interna própria, os Estados Unidos não seguem a liderança dos europeus. A Europa e o restante do planeta são sujeitados ao motor estadunidense, que algumas vezes avança na direção do espaço sideral e em outras imerge no microuniverso da biogenética. Os Estados Unidos arrastam com ele os demais países do mundo na direção da inovação e rumo à aceleração crescente da complexidade tecnológica.

Nós latino-americanos, com mais habitantes que os Estados Unidos, possuímos tanta ou mais riqueza potencial. Gestados pela Europa – bem como os Estados Unidos – temos universidades que tem mais de quatrocentos anos. Temos centros urbanos que estavam já estabelecidos quando Chicago era apenas uma pradaria habitada por búfalos. Inconscientemente, renunciamos a contribuir na construção de nosso próprio destino. [...] Tudo o que somos e seremos nos é dado pois não controlamos nossas próprias vidas. Seguimos indiferentes sem nem mesmo um plano contra a essencial imoralidade que tolera essa paralisia criativa. Na história sangrenta de nossa luta social, nenhum grupo há estabelecido como meta principal assumir um papel ativo na determinação de nossos destinos nacionais.

Ficamos roucos gritando por nossos direitos, mas esquecemos nossa responsabilidade com nós mesmos e com interesses que nos ligam ao nosso destino. [...] Nada e ninguém além de nós mesmos pode evitar que um Edison, Bell, Freud, Kant, Einstein ou Heidegger apareça em Lima, Havana, Caracas ou Cidade do México. As sociedades latino-americanas não encorajam novas ideias. Estamos despreocupados com a tarefa de modificar o mundo em que vivemos. Não permitimos nossa própria criatividade. Seria errado sugerir que vivemos em sociedades retrógradas que desprezam as mudanças, uma vez que ficamos tão satisfeitos em observá-las quando ocorrem. Somos simplesmente relutantes em iniciar tais mudanças nós mesmos. Não compreendemos que é a audácia e a inovação que determinam o curso da história, e não o contrário. Não compreendemos que fazem cinco séculos que o objeto de nossa civilização tem sido a mudança. É por isso que nos tornamos países marginais. (MONTANER:1985, pp. 1-2)

2.6. O câmbio como uma constante

Há uma imagem corrente da América Latina, segundo a qual todo o continente constitui uma grande unidade cultural. Suas cidades, seus centros históricos, sua arquitetura, assim como os problemas sociais e econômicos relacionados apareceriam com traços comuns, acima da diversidade de origens pré-colombianas, permitiriam entrever soluções semelhantes para as conflituosas situações percebidas em seus centros históricos.

Essa imagem unitária, por um lado, provém de uma visão eurocêntrica simplificadora, mas também de uma ideologia americanista que, ao descobrir um destino comum para a América Latina no panorama mundial, estende essa unidade fundamental à consideração de problemas particulares. Embora a ideia de uma América Latina unida por ideais e procedimentos compartilhados frente ao resto do mundo seja um objetivo valioso e de urgente concretização, pode perder a eficácia se for baseada na falácia de considerar o subcontinente como uma férrea unidade histórico-cultural. (WAISMAN: 2013, p.197)

Efetivamente, como coloca Marina Waisman, parece claro que a América Latina não poderia ser considerada como sendo um território uniforme, haja visto as distinções que se observam desde os povos pré-colombianos, das formas de colonização adotadas por espanhóis, portugueses, franceses ou holandeses, e ainda sua diversidade de solos, relevos, climas e muitos outros aspectos que não caberiam nestas linhas. No entanto, há provavelmente mais fatores que nos unem do que aqueles que nos separam e, como dito pela autora, espera-se por uma crescente integração – principalmente política e estratégica, frente aos demais países – de modo que os latino-americanos possam cada vez mais colaborar e melhorar conjuntamente, sem contudo perderem suas características próprias.

A opção neste trabalho por realizar um recorte a partir de momentos de mudança e, portanto, de rupturas marcantes na história da América como um todo, aponta decerto para

um dos fatores que destacam-se como traço comum, se não a todo o continente, ao menos à América Latina. Desde a chegada dos colonizadores, a partir de 1492, passando pelos câmbios ao longo do período colonial, pela revolução industrial, as lutas pela independência, os conflitos pós-independência, muitos são os momentos em que a América Latina foi submetida a mudanças nos últimos cinco séculos. Já no século XX, às grandes guerras e ao *crack* de 1929 seguem-se ditaduras militares em muitos países. Alcançamos hoje processos de gradual redemocratização, que em muitas nações apresentam avanços consideráveis, embora os caminhos até aí não tenham sido em geral de bonança, mas de tempestade. Frente a tudo isso, algo parece certo: ao longo dos últimos quinhentos anos, se há alguma constante que una toda a América Latina, essa constante é a mudança.

A incapacidade de ter memória histórica se relaciona com a dificuldade de definir a identidade; portanto, essa é uma das condições essenciais do subdesenvolvimento: viver a partir da conjuntura imediata, estar sempre começando de novo... [...] Conjuguar ciência e sabedoria, cultura oficial e cultura popular, persistência e ruptura é sem dúvida contribuir para a formação do novo homem latino-americano, e uma arquitetura adequada a essa problemática é a tarefa que nos cabe. (GUTIÉRREZ: 1989, pp.67-74)

Assim sendo, do ponto de vista da prática contemporânea da arquitetura no âmbito da América Latina, o desafio que parece colocar-se é o desenvolvimento de identidades próprias que, ao propor respostas para as condições locais – humanas, climáticas, técnicas, sociais, econômicas – alcance uma expressão que seja, efetivamente, universal.

2.7. Moderno, modernidade, modernização, modernismo

Estudar a América, sobretudo desde a ótica das cidades e sua arquitetura, torna obrigatória a abordagem do período moderno, motivo pelo qual cabe aqui uma breve aproximação à questão, visando não apenas uma definição da terminologia e suas acepções como também a delimitação conceitual envolvendo a ideia de *moderno* e suas derivações no âmbito do presente trabalho. Antes de tudo, cabe reafirmar que não entende-se aqui o moderno como um estilo, não só pela impossibilidade de sua aplicação – como desenvolvido em 2.2 –, mas principalmente porque a construção de uma arquitetura nova ao longo dos últimos séculos parte justamente de negar a adoção de estilos no fazer arquitetônico, em vista da constatação de sua impertinência no mundo, esse sim, moderno. Neste sentido, antes da definição dos conceitos propostos, é pertinente o alerta de Carlos Sambricio com relação aos equívocos que envolvem o chamado Movimento Moderno:

Hoje sabemos que as opiniões sobre os temas mencionados não foram monocórdias e nada mais absurdo (ou desinformado) que globalizar aquelas preocupações com a etiqueta 'Movimento Moderno'. Não houve um racionalismo, senão vários, de sentido e características bem distintas, e os partidários das diferentes opções chocaram-se – em suas opiniões – de maneira violenta, resultando absurdo identificar as propostas defendidas por Le Corbusier nos CIAM com aquelas desenvolvidas em Berlim por Bruno Taut ou Martin Wagner, ou em Frankfurt por Ernst May. Conhecemos as críticas à ortodoxia de Le Corbusier, formuladas tanto por aqueles que reclamaram a Nova Objetividade [*Neue Sachlichkeit*] como por críticos como Karel Teige, confrontando aos famosos 'cinco pontos' que entendiam como reflexo formal de um novo academicismo. (SAMBRICIO: 2013, p.7)

Isto dito, e partindo do princípio que, conforme sintetizado por Alan Colquhoun, “a principal questão do modernismo, tanto em arte quanto em arquitetura, era que ele representava uma mudança na relação entre o presente e o passado, em vez de ser uma continuação de uma relação existente”, recorreremos a Cristián Cox na formulação das primeiras questões e definições:

O que é modernização? O que é modernidade?

Peçamos ajuda à sociologia para um panorama mais amplo dentro do qual se situa a arquitetura. Se poderia chamar modernização ao desenvolvimento de uma certa racionalidade instrumental (por exemplo, a previsibilidade meio-fim dos processos humanos e naturais, aferível em eficácia e produtividade: os mercados, o desenvolvimento científico e tecnológico, etc). E se poderia chamar modernidade o desenvolvimento de uma certa racionalidade normativa (a autodeterminação política, a autonomia moral, os direitos humanos) e outros desafios inerentes ao alcance de um novo e maior grau de capacidade de questionamento crítico e de liberdade.

Por sua natureza histórica, modernização e modernidade se desenvolvem com complexas interdependências, heterogeneidades e semelhanças, evoluções conjuntas ou assimétricas, que são próprias de todo acontecimento histórico. Assim, embora seja válido afirmar que modernização e modernidade podem retroalimentar-se positivamente (uma ajudando no desenvolvimento da outra) é também certo, por exemplo, que no recém-terminado regime autoritário chileno [1991] houveram significativos avanços em modernização juntamente com significativos retrocessos parciais em modernidade.

Como caracterizar então os “impulsos sociais” aludidos quando se fala em modernidade? De todas as tentativas que conheço, o mais sintético e compreensivo que encontrei é aquele que caracteriza a modernidade como 'o desafio histórico de transitar de uma ordem recebida a uma ordem produzida'²⁷. (COX:1991, p.28)

²⁷ Esta definição é de Marcel Gauchet, citado em COX, Cristián Fernández. Afirmación cultural: Uma atitude ativa na busca da identidade na arquitetura. *Arquitextos*, São Paulo, ano 05, n. 055.00, Vitruvius, dez. 2004 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.055/515/pt>>

Depreende-se então desta reflexão a delimitação básica de ao menos dois dos conceitos em discussão que parecem pertinentes. Buscando generalizar as definições da maneira mais simples possível, pode-se colocar que *modernidade* define-se em sentido amplo como sendo a *mentalidade* geral que perpassa tanto a racionalização de processos do período moderno quanto a liberdade – individual, intelectual e de ação – que passa então a ser não apenas tolerada, mas incentivada. Por conseguinte, pode-se definir *modernização* como sendo os *processos* pelos quais se atua na modernidade, por exemplo, sobre a matéria, as ideias, a ciência e a produção, quaisquer sejam seus produtos.

Na tentativa de definição de *modernismo*, contaremos com uma leitura paralela, proposta por Jorge Francisco Liernur, de três textos relevantes²⁸ que abordam a questão:

Modernismo, ou melhor, modernismos, são as formas de consciência da modernidade. Formas de consciência que se expressam em modos muito diversos no pensamento do século XIX em relação com o século XX. Para Berman, os grandes modernistas do primeiro – Goethe, Marx, Nietzsche especialmente – souberam expressar uma posição de aceitação dos inéditos espaços de liberdade abertos pelos processos que viviam, sem abandonar uma atitude crítica e questionadora dos aspectos sinistros desses mesmos processos. Os modernistas do século XX haviam aplainado esta visão contraditória, tomando partido pela afirmação ou negação. [...] A figura do Fausto *developer*, do perfeito demiurgo decidido a transformar o mundo, a impor sua vontade à natureza e a liquidar até a menor manifestação do passado [...] é lida por Berman como clara prefiguração de algumas das mais significativas fantasias modernistas do século XX, do Futurismo italiano a Juscelino Kubitscheck, de Alvin Toffler a Stálin, de Robert Moses a Le Corbusier. (LIERNUR: 2010, pp.64-65)

Clareia-se aí mais uma definição, a de *modernismo*, distinta portanto de modernidade. Sendo a modernidade a mentalidade geral do período moderno, os distintos *modernismos* podem definir-se como sendo as diversas formas de *manifestações*, promovidas por distintos atores, no contexto da modernidade. Tal definição parece encontrar suporte tanto na ideia de formas de consciência proposta por Liernur quanto nos distintos racionalismos colocados por Sambricio, podendo inclusive serem alteradas com o passar do tempo, como demonstra Liernur pela leitura de Marshall Berman.

Abrindo então a uma perspectiva histórica e conceitual mais ampla, no intuito da definição central do amplo conceito de *moderno*, e buscando ir além de sua natural oposição a *antigo*, parece pertinente recorrer à forma colocada pelo próprio Marshall Berman:

²⁸ O livro *Arquitectura, em teoria: escritos 1986-2010* reúne uma série de artigos teóricos de Jorge Francisco Liernur, dentre eles *Sarlo, Schorscke, Berman: tres aproximaciones a la modernidad, la metrópoli y la periferia*, onde o autor propõe a inter-relação dos livros *Buenos Aires, una modernidad periférica*, de Beatriz Sarlo, *Tudo o que é sólido desmancha no ar*, de Marshall Berman e *Viena fin-de-siècle*, de Carl Schorscke.

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. [...] As pessoas que se encontram em meio a esse turbilhão estão aptas a sentir-se como as primeiras, e talvez as últimas, a passar por isso; [...] Na verdade, contudo, um grande e sempre crescente número de pessoas vem caminhando através desse turbilhão há cerca de quinhentos anos. Embora muitas delas tenham provavelmente experimentado a modernidade como uma ameaça radical a toda sua história e tradições, a modernidade, no curso de cinco séculos, desenvolveu uma rica história e uma variedade de tradições próprias. (BERMAN: 1987, p. 15)

Neste sentido, pode-se então considerar a América como sendo essencialmente um continente moderno. Seria mesmo o território do moderno por excelência, desde 12 de outubro de 1492, momento em que o primeiro invasor europeu desembarca no continente e a partir do qual, para os que aqui estavam, tudo que era sólido começa a se desmanchar no ar. Além da simples oposição a antigo, *moderno* seria ainda tudo aquilo que, em oposição à aparente imobilidade e estabilidade do mundo antigo, coloca-se em mutação e em movimento constante. Como toda mudança, inclui em si tanto a parcela de imprevisibilidade que, segundo Berman, guardaria o potencial latente da destruição total, quanto a possibilidade de sua modificação por uma ação intencional. Permite ainda, e mais importante, sua apropriação, adaptação e incorporação por quem quer que, imbuído da liberdade atribuída pela *modernidade*, motivado por um intuito *modernizador*, se disponha a agir sobre esta condição, originando com isso um novo *modernismo*.

A falácia da “modernidade à seca” ou a “modernidade sem sobrenomes” (que na realidade sempre resulta ser algum modelo concreto da modernidade central) penetrou tão profundamente entre nós que nem sequer nos apercebemos que se trata de uma noção essencialmente anti-moderna. Ao nos auto-impingirmos um modelo dogmático de modernidade pré-definida, na verdade trocamos a antiga ordem recebida por outra ordem recebida, e não por uma ordem produzida. Toda modernidade deve ser *sui generis* (apropriada) não apenas para ser autêntica em relação a sua identidade particular, mas igualmente para ser autenticamente uma ordem produzida: autenticamente uma modernidade. (COX:1991, p. 29)

Sendo a América continente essencialmente moderno como proposto por Berman e, tratando-se a modernidade, segundo Cox, do ato de transitar de uma ordem recebida a uma ordem produzida, parece esclarecer-se o desafio imposto à América Latina há aproximados 500 anos. Desafio este que segue vigente e em construção, como confirma Gutiérrez:

O compromisso com nossa cultura não implica renunciar à modernidade, mas apenas compreender que existe uma modernidade própria, que nasce da realidade intrínseca. Uma modernidade que não só é possível, como também pode ser responsável, na medida em que dá respostas às exigências sociais concretas. (GUTIÉRREZ: 1983, p.71)

É então no contexto dos movimentos entre as várias acepções possíveis de nossa modernidade – aquela iniciada em 1492, modificada por volta de 1880 e reiniciada em 1929 – que se estabelecem as bases para o desenvolvimento, neste trabalho, de uma série de reflexões em torno da cidade e da arquitetura na América, e particularmente na América Latina, situando-as em torno de três momentos de câmbios e rupturas marcantes.



Figura 2.7.1: Mapa político da América Latina e Caribe, a título de ilustração. Fonte: www.bcmmaps.com

3. Tempo I: Colonização - 1492

Colonizar é pura e simplesmente deixar para trás os chinelos e incorrer na aventura. O sábio, o artista, colonizam a cada dia. Descobrir, logo revelar. Revelar, conseqüentemente mudar a face das coisas. Mudar a face das coisas, dar ao ontem um amanhã. [...] Esses sujeitos da América que vieram para cá com outras finalidades, aludiram, desta forma, tímida e puerilmente aos hábitos europeus dos quais, em vindo aqui, desligavam-se. O que vinham fazer? Duas coisas: a primeira, pouco nobre: ganhar dinheiro. A outra, digna: aventurar-se, tendo-se libertado das servidões triviais de países domesticados como um estábulo de cavalos de aluguel.

Le Corbusier¹

¹ O Espírito Sul americano, *In*: SANTOS, PEREIRA, PEREIRA e SILVA. Le Corbusier e o Brasil. 1987, p. 69.

3.1. Contexto

Nada no mundo ficou isento e alheio às forças desencadeadas pela expansão europeia. Ela está na base da renovação da natureza, cuja flora e cuja fauna se uniformizaram em todas as latitudes. Ela é a causa fundamental da dizimação de milhares de etnias, da fusão de raças e da expansão linguística e cultural dos povos europeus. No curso dessa expansão se difundiram e generalizaram as tecnologias modernas, as formas de ordenação social e os corpos de valores vigentes na Europa. Seu produto verdadeiro é o mundo moderno, unificado pelo comércio e pelas comunicações, movido pelas mesmas técnicas, inspirado por um corpo básico de valores comuns.

A Europa, que começou sua expansão armada da hipótese de que a Terra tinha a forma de um globo uninavegável, acaba por realizar, no humano, esta unidade pela conversão dos povos e das culturas originais, amplamente divergentes, em uma unidade só, cada vez mais integrada e una. Só com referência a esta aventura e desventura suprema do homem, que foi a expansão europeia ocidental e cristã, se torna inteligível o mundo de nossos dias, vítima e fruto desse processo civilizatório. (RIBEIRO: 1983, pp.73-74)

O título do presente capítulo é tributário do livro homônimo de José Luis Romero, *Latinoamérica: las ciudades y las ideas*, no qual o autor aborda o tema das cidades no continente de modo abrangente, e a cuja visão iremos recorrer ao longo do texto, bem como às contribuições de Enrique X. De Anda, Philippe Panerai, Darcy Ribeiro e Max Cetto, dentre outros.

3.1.1. As cidades e as ideias

Antes mesmo da chegada de Cristóvão Colombo ao Caribe em 1492 e de Pedro Álvares Cabral à Bahia em 1500, muitas cidades já existiam no continente americano, o que em absoluto não implicaria considerá-lo naquele momento um território urbano. Embora ainda não se tenha comprovado a existência de cidades na área atual do Brasil², no território das chamadas Altas Civilizações – Astecas no atual México, Maias na península do Yucatán, Guatemala e Belize e Incas do sul da Colômbia até o norte do Chile e da Argentina – existia uma rede de cidades bastante consolidada. Com características que indicam a época de seu apogeu e a cultura de seus habitantes, tais cidades refletiam com precisão as configurações geográficas do local em sua implantação e também sua finalidade prática. Pode-se observar, no período pré-colombiano, cidades com configurações urbanas bastante distintas entre si, como buscam demonstrar os exemplos apresentados a seguir.

² Pesquisas recentes no sítio arqueológico de Kuhikugu apontam fortes indícios da existência de uma rede de pequenas cidades na região do alto Xingu com características próprias, sugerindo que a densidade populacional da amazônia pode já ter sido muito maior. Indicam ainda a existência de um caminho pré-colombiano de aproximados 3000km que interligaria a região de São Vicente a Cuzco, denominado Peabiru.

Um primeiro exemplo é o caso de *Teotihuacán*, onde a configuração da cidade é determinada essencialmente por amplos espaços públicos. Tais espaços partem de uma praça de destaque, a chamada *ciudadela*, e desenvolvem-se ao longo da calçada dos mortos em uma série de “ágoras” sucessivas e delimitadas parcialmente em altura pelas plataformas escalonadas de um lado e outro do eixo. Os pontos focais são marcados pela presença de enormes monumentos cerimoniais – as pirâmides do sol e da lua – conformando um conjunto urbano caracterizado por uma relação claramente aberta em relação à natureza circundante e ao cosmos como um todo, refletindo a visão de mundo e a cosmogonia dos povos *teotihuacanos*.

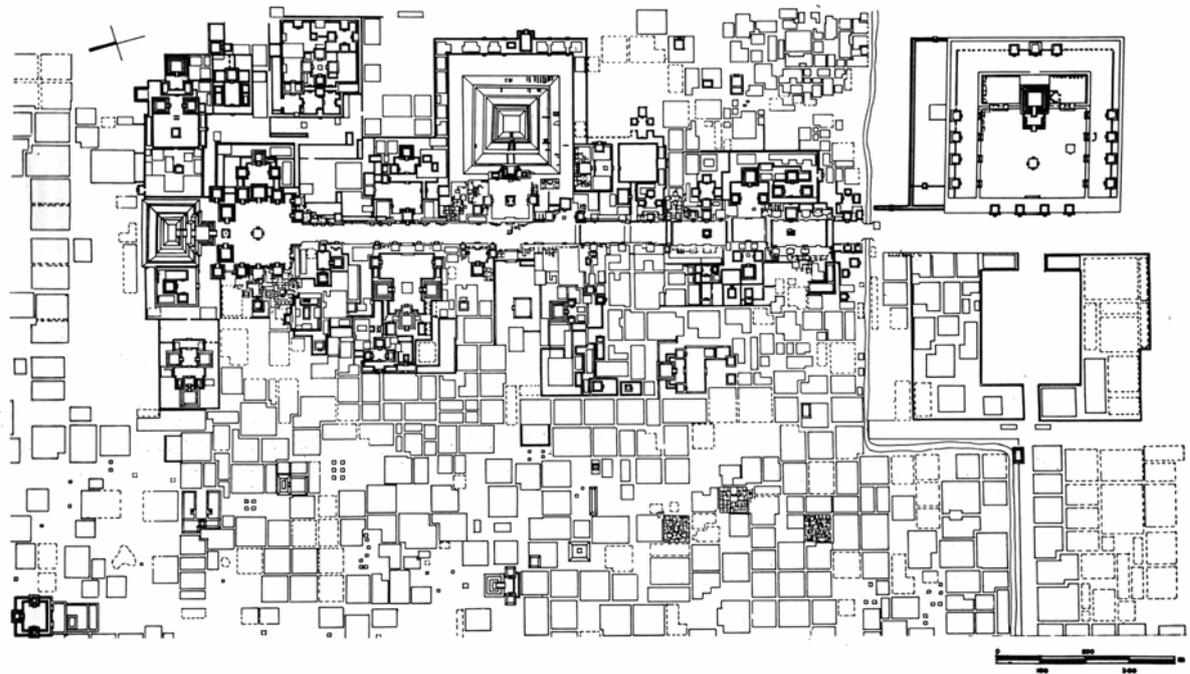


Figura 3.1.1.: Planta da cidade Asteca de *Teotihuacán*. Fonte: *Desarrollo urbano em México*, 1968.



Figura 3.1.2.: *Teotihuacán* desde a pirâmide do sol. À esquerda, a calçada dos mortos. Foto do autor.

A configuração urbana de *Machu Picchu*, em contraste, responde por sua vez a uma necessidade técnica específica ligada ao plantio de alimentos, haja visto que seus habitantes perceberam com a experiência que o milho – base de sua alimentação – deveria ser cultivado a determinada altitude, não se desenvolvia bem em encostas e carecia de boa irrigação para alcançar a produtividade desejada, condicionando então a construção de uma série de platôs escalonados e de canais de irrigação³. A cidade divide-se entre um setor agrícola e um setor urbano, sendo que na proximidade do primeiro distribuem-se as construções vinculadas ao cultivo de alimentos e no outro setor os demais espaços ligados à produção de bens, à moradia e ao lazer, além dos espaços cerimoniais coletivos.



Figura 3.1.3.: Planta de Machu Picchu, conforme desenhada por Hiram Bingham em 1911.



Figura 3.1.4.: Palácio das três janelas, Machu Picchu. Fonte: *Redescubrimiento de América en el Arte*, 1944, p.65

³ PEREGALLI, Enrique. *A América que os europeus encontraram*. São Paulo: Atual, 1987. p.58

Um terceiro caso pode ser observado naquela que se tornou a cidade sede da Confederação Asteca, *México-Tenochtitlán* (atual Cidade do México), localizada no altiplano mexicano e cuja população, quando da chegada dos espanhóis em 1516, estima-se em cerca de 1 milhão de habitantes⁴. A construção de *Tenochtitlán* é iniciada por volta de 1325 a partir da confirmação da profecia do deus *Huitzilopochtli* acerca da predestinação de um povo eleito pelo sol para perpetuar a vida: “No meio de um lago, uma águia estará pousada num nopal⁵ devorando uma serpente”. Rumando ao sul pela bacia do México, a última das sete tribos *nahuátl*, os astecas, avistam em uma ilha do lago *Texcoco* a cena descrita, não tendo dúvidas de que ali deveriam erigir sua cidade, com toda a magnificência requerida à sede administrativa e militar de todo um povo supostamente escolhido pelo sol. Construída sobre uma ilha artificial em meio a um lago, conciliando “a profecia divina com a estratégia militar”, *Tenochtitlán* consistiu, segundo Enrique de Anda, “prodígio do engenho humano [...], dentro de um processo de trabalho que demandou mão de obra em proporções colossais e que pode ser equiparada a qualquer das grandes façanhas tecnológicas da antiguidade”⁶.

O traçado urbano de *Tenochtitlán*, do qual se tem amplas referências graças às crônicas indígenas recolhidas pelos conquistadores e devido também ao registro que alguns deles fizeram de sua visão particular da grande cidade, consistia em um loteamento quadriculado por canais (sendo sem dúvida o canal o mais importante meio de comunicação) e artérias de pedestres; três largas avenidas a comunicavam com terra firme [...]. A água potável era conduzida desde os mananciais de *Chapultepec* através de um aqueduto de pedra, e as calçadas eram interrompidas em intervalos com finalidade tanto de permitir a livre circulação das águas quanto de estrategicamente poder interromper a passagem diante de possíveis ataques inimigos. A parte central da ilha era ocupada pelo recinto cerimonial, uma enorme esplanada quadrangular de cerca de trezentos metros de lado [...], dentro da qual se localizavam os principais adoratórios, o centro do governo teocrático militar e as dependências sacerdotais; ao norte do recinto se fundou anos depois, como produto de uma segmentação, a cidade gêmea de *México-Tlatelolco*, com um centro cerimonial similar ao de *Tenochtitlán* e o mercado mais importante e espetacular da Meso América de finais do século XV. (DE ANDA: 2013, p.36)

Ainda segundo o arquiteto e historiador mexicano, a cidade e sua arquitetura foram construídas tendo como referência a tradição artística e o misticismo *teotihuacanos*, ainda então marcantes na cultura do altiplano central mexicano e cuja influência teria alcançado até mesmo a região Maia. De Anda faz ainda menção à cidade gêmea de *Tlatelolco*, que remete a outro tipo de cidade pré-colombiana, a cidade-mercado. Estima-se que o conjunto urbano *Tenochtitlán-Tlatelolco* ocupasse uma área de mais de 12 quilômetros quadrados⁷.

⁴ Idem. p.21

⁵ O Nopal é uma espécie de cacto, similar ao quipá brasileiro, muito apreciado na culinária mexicana.

⁶ DE ANDA, Henrique. Historia de la arquitectura mexicana. 2013, p. 36.

⁷ <http://www.tenochtitlanfacts.com> (consultado em janeiro de 2014)

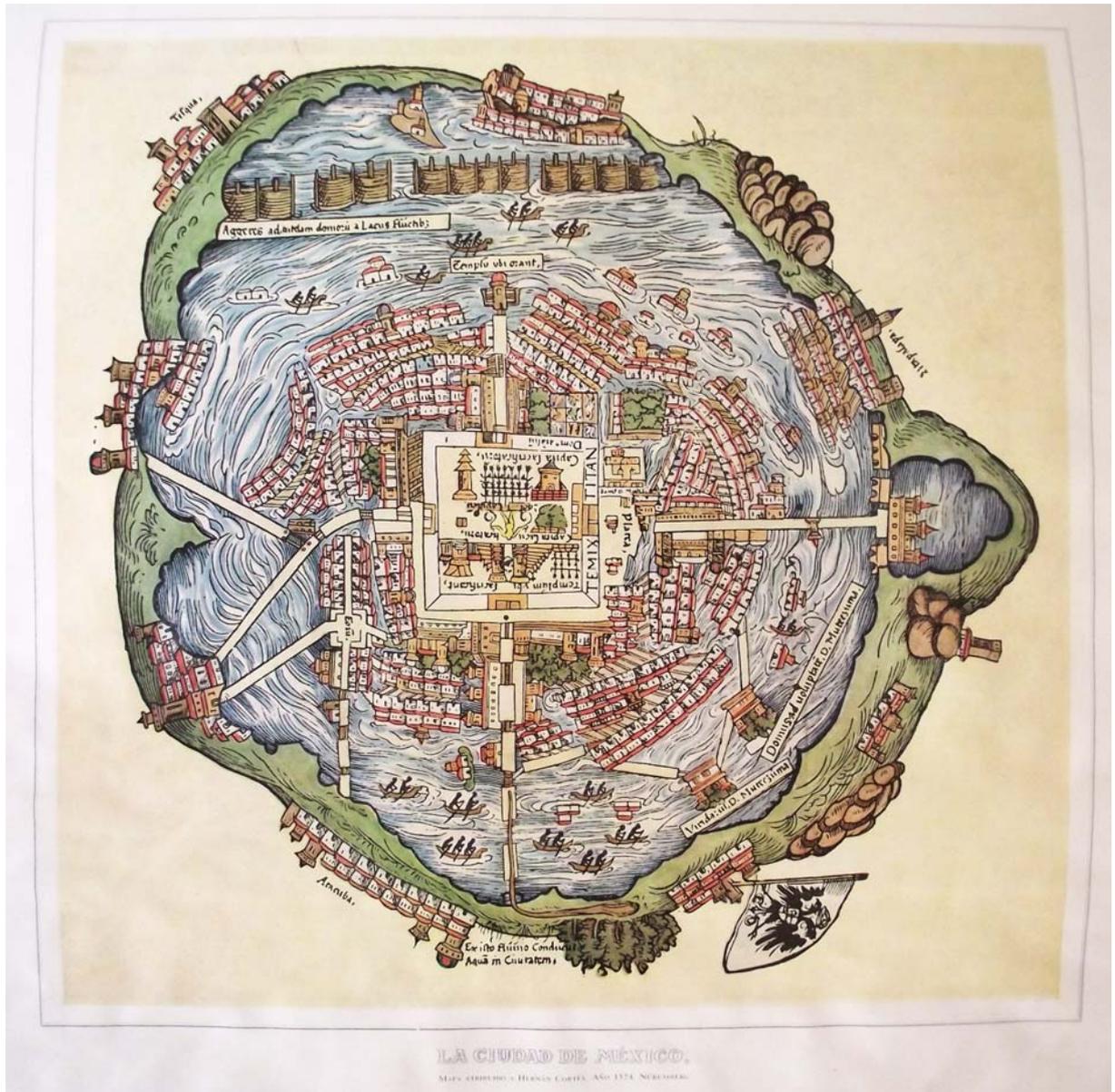


Figura 3.1.5.: Planta de *Tenochtitlán* em mapa atribuído a Hernán Cortez, de 1524.



Figura 3.1.6.: Reconstituição de *Tenochtitlán* apresentada no Museu de Antropologia do México.

Tlatelolco, a cidade gêmea de *Tenochtitlán*, representa assim um quarto tipo de cidade pré-colombiana, a cidade-mercado:

Nesta cidade existiu um dos mercados indígenas mais notáveis de seu tempo; segundo o conquistador Hernán Cortez, mais de trinta mil nativos se reuniam diariamente para intercambiar seus produtos. O conjunto do mercado se constituía por um grande espaço ao ar livre, à maneira de pátio, rodeado de cômodos que serviam como armazéns. Naquele pátio, sob a vigilância dos governantes pochtecas [comerciantes] os vendedores ofereciam seus vários produtos aos compradores, que os adquiriam mediante a troca direta com outros produtos. A nobreza utilizava o cacau, as machadinhas de cobre e o ouro em pó a maneira de moeda.⁸

Tlatelolco, uma vez incorporada pelo crescimento da cidade de México, foi o local escolhido para construção de um dos mais extensos e massivos complexos habitacionais da América Latina, a *Unidad Nonoalco-Tlatelolco*, no centro da qual localiza-se a *Plaza de las Tres Culturas*, assim nomeada em virtude da construção, sobre as ruínas da cidade pré-hispânica, de uma igreja e um mosteiro coloniais e, já no século XX, do colossal conjunto habitacional projetado por Mario Pani e edificado ao seu redor.



Figura 3.1.7.: Reconstituição do mercado de *Tlatelolco* em maquete exposta no Museu de Antropologia da Cidade do México.



Figura 3.1.8.: A *Plaza de Las Tres Culturas*, na *Unidad Nonoalco-Tlatelolco*, na Cidade do México em 2013.

⁸ Texto expositivo no Museu de Antropologia do México.

As cidades americanas são fundamentalmente distintas das europeias em inúmeros aspectos, como veremos adiante. Se a cidade europeia pudesse ser representada em um *croquis*, seria provavelmente um círculo ou conjunto de círculos concêntricos, enquanto a cidade americana seria uma cruz ou sucessão de cruzes justapostas. Embora simplista, tal raciocínio se mostra pertinente na tentativa de decifrar a natureza das cidades do continente americano e distinguir como e porque elas se diferenciam em essência daquelas da Europa, no intuito de melhor proceder à sua análise e à compreensão de suas particularidades. Antes de prosseguir à identificação dos aspectos principais que as diferenciam, cabe ainda considerar que:

Evidentemente, a cidade – e sua inserção no território geográfico, sua forma, o desenho de suas vias, a organização de seu tecido, as relações entre seus bairros – não é independente dos grupos sociais que a produzem, que nela vivem e que a transformam. (PANERAI: 2006, p.14)

Não há novidade em tal afirmação, mas o enfoque de análise urbana adotado pelo estudioso francês Philippe Panerai parte deste ponto para ensejar uma série de reflexões que resultam úteis no sentido de compreender a formação e conformação das cidades no contexto americano e ainda seu entendimento como modelo de mundo e materialização de ideias. Seu profundo conhecimento da realidade americana em geral e brasileira em particular permite sua adoção neste estudo sem o receio de se incorrer em uma contradição ou incoerência, uma vez que a própria realidade latino-americana não poucas vezes é objeto de seus escritos e inspiração de suas proposições teóricas. Neste capítulo tentaremos compreender um pouco mais acerca da formação das primeiras cidades na América e apontar algumas hipóteses na busca de identificar como as características estabelecidas nestes núcleos iniciais podem ou não refletir-se na vocação urbana e condições atuais de nossas cidades. Como abordagem inicial, Panerai propõe que:

Partindo da convicção de que a cidade é um lugar de acumulação, não privilegiaremos apenas os últimos estratos, as camadas mais recentes, mas tentaremos abranger também os núcleos antigos e as continuidades. (PANERAI: 2006, p.14)

Tendo em vista que a gênese das primeiras cidades coloniais americanas se dá a partir da ocupação europeia no continente, faz-se importante compreender um pouco melhor a concepção urbana que perpassa a mentalidade europeia, subjacente na historiografia geral sobre o tema, para a seguir realizarmos uma análise do sentido adquirido pelas cidades por aqui e o grau de originalidade e particularidade do urbano na América, os quais muitas vezes falta-nos o devido distanciamento para perceber.

Ainda que não haja um arquétipo que permita reunir todas as cidades europeias em um formato único, pode-se ao menos encontrar inúmeras características comuns à maioria delas que as distingue, em seu conjunto, das cidades de outros continentes, cujo desenvolvimento obedece a histórias diferentes. Por um longo período, as cidades europeias seguiram um modelo radioconcêntrico, o qual permite uma interpretação bastante simples ao se associar o controle do crescimento à incorporação das expansões ocorridas ao fio do tempo. [...] Quase sempre oriundas de uma fundação romana ou de um pequeno burgo celta, as cidades da Europa se enclausuraram na Idade Média, protegendo-se por trás de suas muralhas; estas, por sua vez, foram gradualmente ultrapassadas, sendo substituídas por uma 'via perimetral' com um novo contorno adaptado às suas novas dimensões e englobando seus antigos arrabaldes, seus *faubourgs*. No período clássico, avenidas e bulevares foram combinados para organizar um território no qual é fácil se orientar e circular. O sistema era eficaz, pois permitia que os arrabaldes fossem sucessivamente incorporados à cidade e que surgissem novos limites. [...] Para além dessa inscrição física no território, que alcança seu ponto culminante na Europa do século XIX, a representação radioconcêntrica é uma visão de mundo. [...] É essa adequação perfeita entre a forma da cidade e representação do mundo que está colocada radicalmente em questão hoje em dia. (PANERAI: 2006, pp.15-17)

Parece bastante evidente que tal descrição não é aplicável às cidades do continente americano, sejam elas pré-colombianas, sejam aquelas fundadas a partir da ocupação europeia no século XVI ou mesmo as cidades contemporâneas. Isso ocorre não apenas porque as condições geográficas e climáticas da América não são iguais às da Europa, mas também em virtude da visão de mundo americana ser fundamentalmente distinta da europeia, fruto de sua história, formação e crescimento. Se na Europa a formação e evolução das cidades parte em geral de uma condição de fechamento e clausura necessária à sua proteção, na amplitude do território americano seu estabelecimento se dá de modos bastante distintos, a partir das condições existentes e cambiantes ao longo do tempo.

Mesmo as cidades coloniais – tanto aquelas fundadas do zero a partir da ocupação dos europeus quanto as construídas a partir da destruição de cidades preexistentes como a Cidade do México, Cuzco ou Quito – apresentam traços bastante distintos das cidades tradicionais europeias, embora tenham sido construídas por colonizadores oriundos de países como Espanha, Portugal, Inglaterra ou Países Baixos. Explicação parcial para tal fenômeno pode ser fornecida pela colocação de Max Cetto acerca do choque de realidades representado pela chegada dos colonizadores europeus à América e seu contato com as condições encontradas aqui. Colocada em termos de uma relação estabelecida a partir deste momento entre a teoria europeia e a realidade americana, Cetto postula que:

Nesta época a Europa já possuía uma literatura teórica bastante ampla sobre planificação urbana, embora oferecesse poucas oportunidades de aplicar estas teorias, cristalizadas durante quase dois mil anos de tradição urbanística. Na América, inverteu-se a relação entre a teoria e a prática, e as oportunidades de realização, sem paralelo desde a colonização do império romano, superaram em muito qualquer conhecimento disponível, ao menos no começo. (CETTO: 1975, p.172)

Deste modo, é no confronto entre um amplo arcabouço teórico e empírico acumulado ao longo da experiência urbana europeia e as condições radicalmente distintas encontradas na América que surge, nas palavras de Ramón Gutiérrez, uma das características da “cultura de conquista: a criação de respostas para problemas novos e inéditos”⁹. Mas, em sendo assim, o que caracterizaria a cidade típica americana, em que aspectos ela se diferencia das cidades europeias e de que ordem e em qual medida esta diferença se dá? Como hipótese, a diferença primordial seria um fator bastante simples, mas do qual decorrem amplas e complexas possibilidades, intrínsecas às suas próprias características: a adoção da quadrícula urbana ortogonal – ou *damero* hispânico – como regra quase universal para os traçados viários da urbanística americana. Pode parecer óbvio e reducionista – e talvez o seja – mas este simples fator traz consigo ao menos três aspectos que o diferenciam radicalmente e o contrapõem ao modelo radioconcêntrico.

O primeiro aspecto, considerado quando de sua adoção inicial na fundação das cidades, é de ordem prática – e pragmática – relacionado à necessidade dos colonizadores de se estabelecerem, tomarem posse e ocuparem o território americano do modo mais abrangente possível no processo colonizatório: a adoção da quadrícula como modelo básico de traçado urbano adotado em praticamente todas as cidades fundadas pelos espanhóis, mas também predominante nas ocupações urbanas portuguesas sempre que a topografia o permitiu. Quanto a este aspecto, Panerai propõe:

Nascida da necessidade de quadricular a terra para irrigá-la por igual, a geometria surge no Egito antigo. Lá, ela regula também a forma das cidades traçadas, quadriculadas, regulares. [...] A cidade quadriculada, imagem urbana do centuriato agrícola, é fruto de um raciocínio simples e de uma geometria elementar: distante de Roma, um oficial subalterno pode rapidamente traçar e repartir terras para cultivo ou lotes para habitação entre seus soldados. O campo e a cidade (ou o acampamento militar) fazem parte de um mesmo entendimento: o mundo é quadriculado, medido, controlado, culturalizado. [...] Pouco depois, a técnica geométrica é exportada para a América, onde a urgência da colonização e a amplidão dos territórios impõem, desde o começo, uma concepção aberta de urbanização. (PANERAI: 2006, pp.18-19)

⁹ GUTIÉRREZ, Ramón. *Arquitetura latino-americana*. 1989, p. 58.

Tal hipótese é confirmada por Max Cetto, no artigo já mencionado:

Como é natural, Cortez, que ao fim e ao cabo era um soldado, aplicaria os mesmos critérios ao fundar as primeiras cidades do continente americano. Mais que perder-se em discussões de eruditas teorias, tinham que resolver com suas próprias mãos os problemas da realidade. (CETTO: 1975, p.173)

Cabe mencionar que a ideia colocada por Panerai de que a quadrícula teria sua origem no Egito, bem como a geometria, revela certo etnocentrismo do estudioso, embora tenha de fato sido adotada na ocupação da América pelos colonizadores. Sabe-se que a quadrícula urbana já estava presente na América ao menos desde *Teotihuacán*, onde a disposição cruciforme dada pelo setor monumental se estendia em malha regular pelo setor residencial de modo a facilitar os deslocamentos e a drenagem subterrânea de águas¹⁰. Em termos de organização social, também o chamado Modo de Produção Tributário adotado pelas altas civilizações pré-colombianas (denominado Modo de Produção Asiático por Marx em seus estudos sobre a Índia) guarda enormes semelhanças com modelos vigentes no Egito antigo, na Creta Micênica e na África Negra¹¹. Efetivamente, Gasparini confirma que “o traçado destas cidades capitais coloniais nada tem a ver com tradições locais ou com a persistência de conceitos urbanísticos pré-colombianos”¹², muito embora, como bem colocado por Max Cetto, cabe o questionamento de “porque não poderia surgir independentemente uma certa forma de criação humana em distintas partes do mundo, e porque ele tem de limitar-se a formar parte de uma tradição única”¹³, haja visto o raciocínio construtivo elementar e quase instintivo presente por trás da ideia do traçado em *damero*.

Um segundo aspecto diz respeito à adequação da lógica urbana às características geográficas inerentes ao continente americano e à sua escala territorial. Em contraposição às limitações físicas próprias do território europeu, o continente americano apresenta-se como espaço virtualmente infinito, e o caráter da quadrícula urbana se mostra fundamentalmente adequado a tais condições. Como colocado anteriormente, por mais que o modelo europeu possa ser expandido a partir do acréscimo de um novo círculo exterior e da extensão das vias radiais, a própria forma geradora do *damero* – a cruz – guarda em si a possibilidade da simples extensão dos eixos principais, gerando sempre mais quadras idênticas, adjacentes às anteriores. Permite, paralelamente, sua justaposição, operação que agrega também crescimento diagonal ao conjunto, consistindo assim em um sistema

¹⁰ Mais sobre o assunto pode ser encontrado em HARDOY, Jorge E. *In: América Latina en su arquitectura*, 1975. p. 46 e também em DE ANDA, Enrique. *Historia de la arquitectura Mexicana*. 2013 (3a Ed.) pp.18-28.

¹¹ PEREGALLI, Enrique. *A América que os europeus encontraram*. São Paulo: Atual, 1987. pp. 9-10

¹² GASPARINI, Graziano. *In: América Latina en su arquitectura*, 1975. p.147

¹³ CETTO, Max. *In: América Latina en su arquitectura*, 1975. p.174

passível repetição potencialmente infinita, e portanto adequado às condições territoriais e geográficas da América. Conforme observado por Bullrich, “enquanto a cidade europeia evoluiu centripetamente, a cidade latino-americana evoluiu centrifugamente”¹⁴.



Figura 3.1.9.: Vista aérea de Paris. Ao centro, a *Île Saint Louis*, à esquerda parte da *Île de la cité*, com a catedral de Notre Dame, no alto à direita a *Place des Vosges* e à direita a Bastilha. Área central da típica cidade radioconcêntrica europeia.



Figura 3.1.10.: Na mesma escala, vista aérea da Cidade do México. À esquerda a Alameda Central (praça verde) e à direita desta o Museu de Belas Artes, antes Teatro Nacional. À direita o Zócalo (praça central), acima deste a Catedral Metropolitana, à direita o Palácio Nacional e mais acima as ruínas do *Templo Mayor*. O típico *damero* hispano-americano construído sobre a antiga *Tenochtitlán*.

¹⁴ BULLRICH, Franciso. *New Directions in Latin American Architecture*. 1969, p. 14.

Entretanto, ainda que já tenhamos esquecido como eram as cidades egípcias, assírias ou babilônicas, outras formas de cidades vêm-se desenvolvendo há séculos em paralelo com o esquema radioconcêntrico e oferecem situações igualmente urbanas. (PANERAI: 2006, p.17)

O terceiro fator, relacionado com o segundo porém de cunho conjuntural – portanto não manifesto num primeiro momento, mas marcante com o passar do tempo – guarda relação estreita com os dois fatores supracitados. Consiste simplesmente na efetiva transposição à realidade de todo o potencial expansível e multiplicador da quadrícula e consequente crescimento e espraiamento do urbano observado na América a partir da metade do século XX, resultando nas metrópoles americanas como hoje as conhecemos.

Aceitar essa outra lógica de uma cidade estirada, em oposição à ideia de densidade e compacidade da cidade radioconcêntrica e à intenção de controle e ordem da cidade modernista, constitui uma primeira pista para apreender a realidade da cidade contemporânea e lançar um novo olhar sobre as cidades mais antigas. (PANERAI, 2006, p.18-19)

As fundações de cidades realizadas por espanhóis e portugueses distinguem-se em alguns fatores. Nas colônias hispânicas a ocupação do território se dá deliberadamente através da fundação de cidades por militares prepostos, privilegiando a escolha de áreas planas. Em geral era replicada a fórmula básica do *damero* com a *plaza de armas* e igreja ao centro e o mercado na borda, fórmula que deu origem a inúmeras cidades, muitas vezes quase idênticas.

Já na área portuguesa a ocupação tem em um primeiro momento caráter mais rural, haja visto que a partir da designação de donatários para as capitânicas hereditárias – onde cada um deles assume autonomia de decisão – a ocupação se dá de modo mais gradual e espontâneo, tendo como bases pequenos núcleos ou vilas rurais. Em paralelo ao estabelecimento destes núcleos, a esparsa ocupação privilegia a construção de elementos de defesa, em geral localizados na costa oceânica e em pontos altos (portanto de melhor visibilidade), como explica José Luis Romero:

Daí que os traçados difiram, pois embora no Brasil não tenha faltado uma certa tendência à geometrização ou, ao menos, à regularidade, a topografia dos lugares altos impôs suas próprias regras. A partir de 1580 – quando Portugal esteve unido à coroa espanhola – se terão mais em conta as normas de regularidade que a Espanha impunha às suas colônias. (ROMERO: 1975, p. 62)



Figura 3.1.11.: Na mesma escala das anteriores, vista aérea de Salvador, na Bahia. Na cidade de feições portuguesas, a conformação urbana do “Frontispício” da cidade acomoda-se à topografia ao longo de sua ocupação e crescimento.

Como hipóteses, outras diferenciações internas também podem ser desenvolvidas com relação às cidades pré-colombianas. Enquanto na Europa a história de lutas seculares entre povos e disputas por territórios ensinou-os que a cidade deveria ser uma fortificação, na América elas em geral tiveram configuração bem mais aberta e, conseqüentemente, desprotegida. Pode-se aventar que o caráter essencialmente aberto destas cidades possa ter favorecido a submissão dos povos Astecas, Incas e Maias – numericamente superiores – pelos invasores espanhóis.

Outra hipótese neste âmbito é a relação que pode ser estabelecida entre a existência de cidades e a escravidão. Onde haviam cidades, a escravatura negra em geral se deu em menor grau, ou em período tardio. Paradoxalmente as cidades (que no contexto europeu serviam para proteger seus habitantes) prestaram-se no caso americano à submissão de sua população pelo invasor. Nos núcleos urbanos já existentes os espanhóis encontraram, já agrupados e organizados, imensos contingentes humanos em esquemas sociais hierárquicos. Uma vez submetidos os governantes, a massa de cidadãos comuns estaria imediatamente disponível e mobilizada para servi-los em seus propósitos¹⁵. Em contraste, na área da ocupação portuguesa, onde as populações estavam dispersas e inseridas em esquemas sociais menos estruturados, os invasores encontraram maior dificuldade em submetê-los a seu jugo, vendo-se obrigados a proceder à importação de escravos africanos para efetuar a exploração comercial da colônia.

¹⁵ Tal hipótese encontra respaldo na interpretação de Darcy Ribeiro: *As Américas e a Civilização*, 1983, p.121.

No campo social e político, o período decorrido desde as primeiras ocupações e fundações urbanas a partir de 1492 até meados do século XVIII veria surgir na América uma série de movimentos, conflitos e disputas internas. Originados em grande medida no âmbito das diversas realidades urbanas constituídas ao longo de quase três séculos de ocupação europeia, algumas disputas já apontavam para a iminente ruptura das relações estabelecidas com as metrópoles ibéricas desde os primeiros momentos da colonização.

Sua culminação se daria em virtude do gradual enfraquecimento das metrópoles ibéricas, premidas entre a França napoleônica e a Inglaterra mercantilista. A eclosão da independência das colônias americanas, observada a partir de 1820, não se dá como movimento coeso, mas como uma série de conflitos muitas vezes díspares e contraditórios que viriam, uma vez mais, modificar o curso da história e a feição das cidades. Ao longo dos três primeiros séculos da colonização, os núcleos urbanos americanos – inicialmente adaptações da mentalidade europeia ao novo contexto – começam a adquirir personalidade e incorporam diversas arquiteturas próprias, testemunhos das várias fases da história americana: fidalgas, *criollas*, aristocráticas, modernas. A diferença dos modelos centrais torna-se cada vez mais evidente na adequação dessas arquiteturas à realidade dos trópicos.

As pesquisas latino-americanas não foram semelhantes às europeias. Aqui, a organização do território, a sacralização da cidade, o desenvolvimento conceitual das formas de participação e persuasão se imbricaram com o mundo de crenças míticas do indígena, com seu sentido de equilíbrio ecológico e cultural, com sua ritualização simbólica. Tudo isso acabou lançando fecundas raízes na expressão plástica, espacial e funcional, espelhando assim a nova realidade transculturada. (GUTIÉRREZ: 1989, p.61)

Aproxima-se assim da constatação de que as cidades americanas – tanto as pré-colombianas quanto as coloniais – desde os primeiros tempos, seriam também reflexo da natureza geográfica e cultural do continente. Materializam em seu espaço construído tanto as virtudes quanto as idiosincrasias e incertezas que com o tempo tornaram-se inerentes à realidade latino-americana. O traçado aberto e a predisposição à expansão potencialmente infinita do urbano sobre o aparentemente infundável território americano apresenta-se em claro contraste com a cidade típica europeia, ensimesmada e fortemente centralizada, como aliás o próprio continente europeu, espacialmente compacto e geograficamente comprimido entre mares, oceanos e as imensidões africanas e asiáticas.

3.2. Eventos, agentes e influências

A avidez pelo ouro era incompreensível para os americanos. O imperador *Moctezuma* [...] não entendeu o desprezo do conquistador Cortez pelas plumas de aves, mantas e comestíveis enviados aos espanhóis, nem entendeu porque preferiam os vasilhames de ouro em lugar dos alimentos que ali estavam. Logo os Astecas perceberam que os invasores não eram deuses e passaram a chamá-los de “*popolocas*”, que quer dizer “bárbaros” [em língua *Nahuátl*]. [...] Para conseguir os 20.000 quilos de ouro, remetidos à Espanha entre 1503-1530 (antes disso não existem registros), os espanhóis saquearam, mataram e roubaram. Os historiadores discutem o número de mortos, mas ninguém nega a tragédia. Se a ilha de São Domingos [atuais Haiti e República Dominicana] tinha 8 milhões de habitantes em 1492, em 1514 restavam 32.000 homens. Se o vale do México comportava 25 milhões de pessoas, no final do século não passavam de 70.000. Sessenta e oito por cento dos Maias pereceu nas mãos dos espanhóis. A população do Peru, que em 1530 era calculada em 10 milhões, em 1560 caiu para dois milhões e meio. Um desastre demográfico. (PEREGALLI: 1987, p.4-5)

Estatísticas apontam que, afóra a erradicação da cultura local que tal massacre representou, em termos demográficos o continente levaria não menos que 400 anos para alcançar numericamente a população existente quando da chegada dos europeus¹⁶. O processo que se segue à invasão espanhola e portuguesa da América é complexo e controvertido, não havendo, obviamente, como ser abordado em toda sua amplitude no presente trabalho. Alguns movimentos, entretanto, têm maior ascendência sobre o tema da evolução das cidades e da arquitetura que aqui interessa, e serão tratados nas páginas que se seguem, primordialmente com o auxílio da leitura de José Luis Romero no livro *América Latina: las ciudades y las ideas*.

3.2.1. Colonização e fidalguia nas Índias

Nos três séculos decorridos desde a chegada dos europeus e as primeiras fundações coloniais urbanas na América Latina nos séculos XV e XVI, até as alterações do pacto colonial do século XVIII, as cidades do continente foram primordialmente governadas pela classe denominada por Romero como *Fidalgos das Índias*. Fossem eles os inúmeros administradores enviados às cidades hispânicas ou os poucos donatários das capitâncias hereditárias portuguesas – e independente do fato de serem ou não fidalgos na metrópole – este grupo efetivamente constituía uma classe de poder dominante nos primeiros tempos das cidades coloniais. A adaptação dos prepostos das coroas das metrópoles ibéricas à nova realidade que encontrariam nos trópicos obviamente iria adquirir suas particularidades:

¹⁶ HARDOY, Jorge E. *In: América Latina en su arquitectura*, 1975. p. 46

Transplantada às índias, a mentalidade fidalga exagerou alguns traços e modificou outros. No Brasil, durante os séculos XVI e XVII, se manteve aderida à vida rural; mas pouco a pouco deslizou a formas urbanas, como as que prevaleceram na América hispânica desde o começo. (ROMERO: 1976, p. 115)

A coroa espanhola, convencida de que a criação de uma rede urbana era o melhor modo de tomar posse e impor seu poderio no território colonial que lhe cabia, enviou à América grande número de cidadãos, aos quais atribuiu títulos de nobreza de segunda linha, válidos apenas nas índias. Foram incumbidos da tarefa de fundar as cidades necessárias à ocupação do território, seguindo o modelo básico do traçado em *damero*. No entanto, ressalta Romero, “ato simbólico, a fundação não instaurou a cidade física. [...] Apesar de sua lentidão e parcimônia, o desenvolvimento das cidades foi, na verdade, sua progressiva criação.”¹⁷ De modo semelhante, o autor menciona que “era fácil transpor o traçado do papel ao terreno, mas não o era transformar uma ideologia em uma política”¹⁸. No intuito de exercer algum controle sobre as distantes colônias, as coroas – sobretudo a espanhola – submetiam-nas a uma pesada burocracia, no interior da qual “um mundo de papéis se revolvia entre intrigas e funcionários e um mundo de personagens de diversas condições flutuava ao redor de vice-reis, capitães gerais, ouvidores, bispos e corregedores”¹⁹:

Nesse jogo, se diferenciavam as grandes capitais – México, Lima, Bahia [Salvador] – de outras menores e quase aldeãs, como Bogotá, Havana, Santiago, São Paulo ou Buenos Aires; e ainda se diferenciavam todas elas, centros de poder, das cidades que não tinham outra preocupação que seus problemas municipais [...] Eram as primeiras não só centros de poder, mas também centros de atividade cultural, ou melhor dizendo, centros de elaboração de ideias: umas vezes triviais e outras relacionadas com o curso da vida da cidade. (ROMERO: 1976, pp. 70-71)

A partir da gradual diferenciação entre os distintos núcleos urbanos em formação no continente e do crescimento das atividade econômicas, umas e outras adquirem com o tempo caráter próprio, relacionado ao papel e função que desempenhavam dentro da estrutura colonial. Romero exemplifica:

Também a cidade-empório, porto e feira diversificou suas atividades, e foi praça militar algumas vezes, ou sede administrativa, ou centro cultural. Mas, à diferença da cidade-forte, onde a função primitiva era progressivamente superada por outras atividades, a cidade-empório foi cada vez mais um empório [...]. Certamente, cresceu e se organizou ao redor da cidade todo o sistema de produção, tanto agropecuária quanto mineradora. Mas, sobretudo, se intensificaram as atividades intermediárias, porque de uma ou outra maneira, a produção se canalizava através da cidade. [...] Mas cresceu ainda mais o

¹⁷ Romero, José Luis. As cidades e as ideias. 1976, p. 69.

¹⁸ Idem, pp. 99-101.

¹⁹ Idem, p. 70.

mercado interno, simbolizando o mercado de cada cidade – o do México ou Cuzco, o de Recife ou Santiago [...]. Assim se foram constituindo, ao diferenciarem-se as atividades, os grupos econômicos com os quais se iria comprometendo pouco a pouco o destino da cidade. [...] Os portos tiveram seu próprio estilo de vida: Portobelo, Havana, Cartagena, Veracruz, La Guayra, Santo Domingo, Acapulco, Panamá, Guayaquil, El Callao, Valparaíso, Buenos Aires, São Vicente, Rio de Janeiro, Bahia, Recife. Ali tinham sua sede os grandes negócios e se constituíram, em consequência, os grupos econômicos mais poderosos, caracterizados por sua decisão, seu pragmatismo e sua eficácia. (ROMERO: 1976, pp. 71-98)

Desde o primeiro momento, diferenciam-se os modelos de ocupação espanhol – primordialmente focado no estabelecimento da rede urbana – e o português, que parte de uma disponibilidade populacional visivelmente menor que a espanhola para ser enviada para ocupação da colônia. Diante de uma costa de sete mil quilômetros de extensão a ser ocupada, a coroa portuguesa decide adotar o modelo das capitânicas hereditárias, que seriam geridas por seus donatários com relativa autonomia, caráter notadamente rural e densidade de ocupação muito menor, voltadas em um inicialmente apenas à agricultura e às atividades necessárias ao traslado do produto de tal exploração à Europa:

No Brasil, circunstâncias especiais contribuíram a delinear o modelo de vida mercantilista e burguês. A exportação de açúcar abriu uma perspectiva do mercado mundial muito mais ampla que aquela que podia permitir a política monopolista da Espanha. Essa perspectiva melhorou ainda mais quando os holandeses se instalaram em Recife em 1630 e criaram ali uma cidade tipicamente burguesa e mercantil cujo remoto modelo era Amsterdam, como o foi para as outras fundações holandesas, Nova Amsterdam, hoje Nova York, em 1624, e Willemstad em Curaçao, 1634. Na época de Maurício de Nassau – entre 1637 e 1644 – Recife foi não só um empório econômico senão também um modelo do estilo burguês de vida, que os portugueses imitaram e continuaram depois que a reconquistaram em 1654. Frente a Olinda, que perpetuava a tradição fidalga, acentuou-se o contraste, apontando o caminho que iriam seguir as classes altas, sem prejuízo da sobrevivência de uma vaga tendência senhoril. (ROMERO: 1976, pp. 98-99)

Atraindo toda sorte de aventureiros e mercadores em busca de riqueza, muitos a alcançavam, e ser rico na colônia representava, independente de sua origem, fazer parte da fidalguia das índias. Haviam, como coloca Romero, “uns poucos que podiam alegar fidalguia espanhola ou portuguesa, como filhos de casas geralmente pobres, mas foram todos fidalgos das índias, mais orgulhosos de seus pobres brasões que de suas ricas façanhas”²⁰, mas todos, a despeito de sua situação, defendiam sua condição privilegiada e seu estilo de vida dentro da sociedade em consolidação:

²⁰ Romero, José Luis. As cidades e as ideias. 1976, p. 75.

Um estilo de vida fictício, posto que a fidalguia foi, a rigor, uma ideologia do grupo fundador a qual traíam em seus feitos, cedendo às exigências de seu propósito primeiro que era a riqueza, única via para sua ascendência social. E, por ser fictício, imprimiu às sociedades urbanas um ar cortesão, e não burguês, que contradizia a dura realidade. [...] Ainda assim, nem todos os fidalgos das índias eras iguais em tudo. Eram-no na hora de proclamar sua condição; mas os fidalgos se dividiram, na verdade, entre ricos e pobres. Ricos foram os que obtiveram minas e constituíram as aristocracias de Guanajuato y Zacatecas, de Taxco e Potosí, de Popayán e Cali, muitos de cujos descendentes edificaram as casa suntuosas não só dessas cidades, mas de México ou Lima, onde muitos preferiram viver. Ricos foram os senhores de engenho de Pernambuco ou da Bahia, os encomendeiros que souberam explorar suas plantações e os pecuaristas que souberam crescer seus rebanhos e se estabeleceram em Caracas ou Bogotá. E ricos foram os que descobriram as possibilidades do comércio, legal ou ilegal, que multiplicava os ganhos com menos esforço que a produção exigia. Todos adquiriram a soberba de sua condição de ricos, disfarçada de soberba fidalga. [...] Partícipes da condição fidalga foram os grupos intelectuais que se formaram em muitas cidades, com maior ou menor brilho. [...] Apenas a posse de uma sólida cultura revelada em obras, ou na conversação ou no seu ensino, prestava um testemunho de superioridade que confirmava a condição fidalga. (ROMERO: 1976, pp. 74-77)



Figura 3.2.1.: Duas pinturas do artista peruano José Gil de Castro retratam fidalgos criollos: à esquerda, o peruano Mariano Alejo Álvarez com filho, à direita o chileno Don Ramón Martínez de Luco com o filho Fabian, em uma das mais famosas obras de Gil de Castro. Fonte: WikiCommons

Em contraste com o colonizador espanhol, Gilberto Freyre descreve em bons termos o perfil geral, a flexibilidade moral do conquistador português típico e suas diferenças fundamentais em relação à fidalguia urbana das colônias hispânicas:

Figura vaga, falta-lhe o contorno ou a cor que a individualize entre os imperialistas modernos: Assemelha-se nuns pontos ao inglês; noutros à do espanhol. Um espanhol sem a flama guerreira nem a ortodoxia dramática do conquistador do México ou do Peru; um inglês sem as duras linhas puritanas. O tipo do contemporizador. Nem ideais absolutos, nem preconceitos inflexíveis. O escravocrata terrível que só faltou transportar da África para a América, em navios imundos, que de longe se adivinhavam pela inhaca, a população inteira de negros, foi por outro lado o colonizador europeu que melhor confraternizou com as raças chamadas inferiores. O menos cruel nas relações com os escravos. É verdade que, em grande parte, pela impossibilidade de constituir-se em aristocracia europeia nos trópicos: escasseava-lhe para tanto o capital, senão em homens, em mulheres brancas. Mas independente da falta ou escassez de mulher branca o português sempre pendeu para o contato voluptuoso com mulher exótica. Para o cruzamento e miscigenação. Tendência que parece resultar da plasticidade social, maior no português que em qualquer outro colonizador europeu. [...]

A colonização do Brasil se processou aristocraticamente – mais do que a qualquer outra parte da América. No Peru terá havido mais brilho cenográfico; maior ostentação das formas e dos acessórios da aristocracia europeia. Lima chegou a ter quatro mil carruagens rodando pelas ruas e, dentro delas, magníficos e inúteis, centenas de grandes da Espanha. Quarenta e cinco famílias só de marqueses e condes. Mas onde o processo de colonização europeia afirmou-se essencialmente aristocrático foi no norte do Brasil. Aristocrático, patriarcal, escravocrata. O português fez-se aqui senhor de terras mais vastas, dono de homens mais numerosos que qualquer outro colonizador da América. Essencialmente plebeu, ele teria falhado na esfera aristocrática em que teve de desenvolver-se seu domínio colonial no Brasil. Não falhou, antes fundou a maior civilização moderna nos trópicos. (FREYRE: 1999, pp. 189-190)

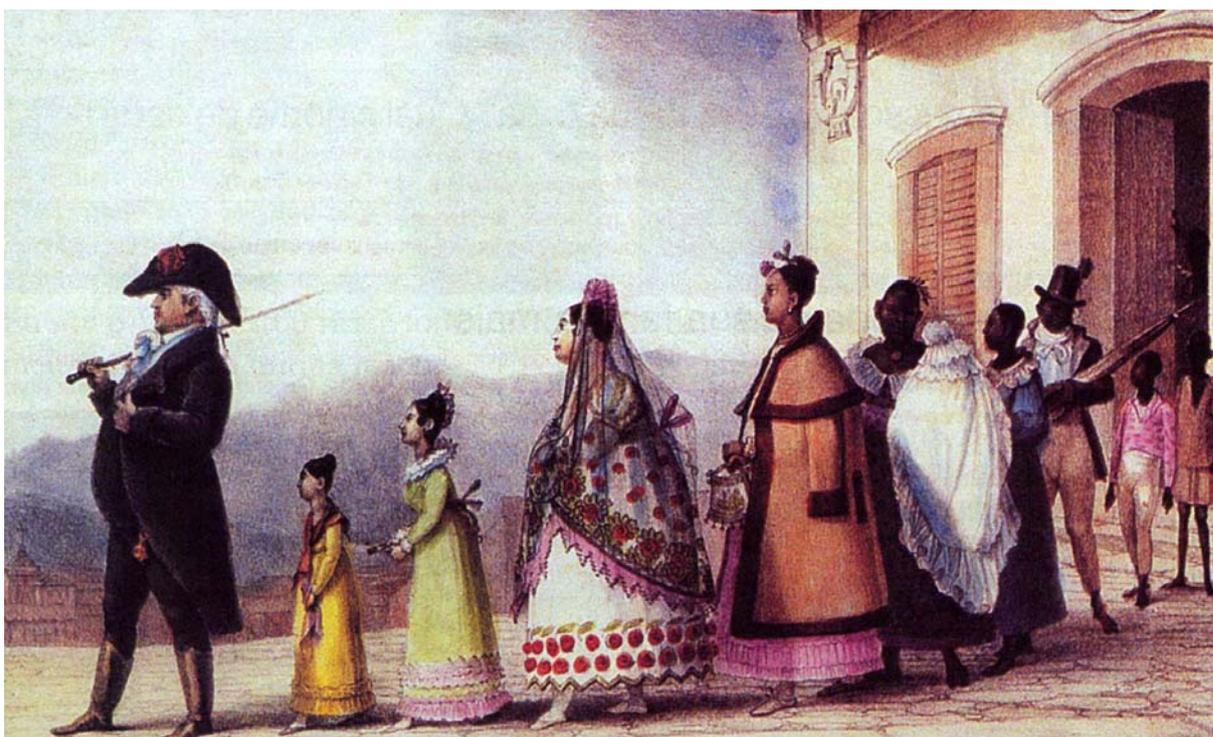


Figura 3.2.2.: Pintura de Debret retratando a hierarquia familiar do Brasil colônia.

De acordo com José Luis Romero, é no Brasil que se dá o caso mais notável de transformação de um centro missionário em uma grande cidade: São Paulo, cuja primeira fundação descreve o autor:

A missão foi estabelecida em 1554 pelos jesuítas por iniciativa do padre Manuel da Nóbrega, provincial do Brasil com sede em São Vicente. Instalada por treze religiosos, entre os quais logo se destacaria o padre José de Anchieta, na aldeia indígena de Piratininga a que se incorporaram os índios que seguiam aos caciques guaianazes Tibiriçá e Caiubí; e a exemplo dos dois famosos índios, tantos foram os que desceram de seus sertões que já não cabiam na aldeia. [...] O centro da nova fundação foi o colégio dos jesuítas e a igreja, e ao seu redor se levantaram as cabanas dos índios. [...] Não muito depois acudiam a São Paulo gentes diversas que mudariam o caráter original; os bandeirantes transformaram a cidade em uma base de operações para a caçada de índios que logo se vendiam como escravos, com o que São Paulo se converteu em importantíssimo mercado de 'escravos vermelhos'; e homens de negócios – como Jorge Moreira e os Sardinha – amealharam grande capital em toda sorte de iniciativas. Eram eles que predominavam na Câmara, órgão do governo municipal que começou a funcionar em São Paulo em 1560. (ROMERO: 1976, p. 57)

Muito embora a cidade somente viesse a tomar porte e relevância séculos depois, desde então pode-se especular acerca de sua vocação para atrair grandes populações, bem como para o comércio, os negócios e, quiçá, a política. Romero menciona ainda que São Paulo, tornando-se “Metrópole do Café” no século XIX, com o reforço da imigração (italianos, espanhóis, portugueses, alemães, mas também brasileiros de outras regiões), daria um salto populacional de 70.000 habitantes em 1890 para quase um milhão em 1930.



Figura 3.2.3.: O Largo da Sé em dois momentos: à esquerda, em 1862 e à direita na década de 1930, em fotografia de Hildegaard Rosenthal. Fonte: www.ims.com.br

No entanto, tanto nas colônias portuguesas quanto nas espanholas, com o aumento da complexidade no interior das cidades e das sociedades, o tempo deixaria também patentes as muitas desigualdades internas subjacentes ao sistema de exploração:

O que estava por baixo do conjunto dos fidalgos – ricos e pobres, reais e virtuais – era a outra subsociedade. Havia nela brancos, europeus, geralmente dedicados aos negócios financeiros ou ao pequeno comércio; não faltavam os judeus, que constituíam um comércio importante em Olinda, Salvador, Recife e também em Lima, Assunção e Buenos Aires. [...] Por debaixo de todos estavam os grupos submetidos, índios, negros, mestiços e mulatos aos montes, que se ocupavam nas cidades de toda sorte de necessidades, inclusive dos trabalhos artesanais que cumpriam pelos seus mestres. Os mais afortunados foram os que formavam parte da servidão das casas fidalgas [...] porque adquiriram essa situação especial que o 'criado' assumiu nas sociedades barrocas, onde se impregnou, ante os olhos de seus iguais, de alguns dos traços de seus senhores. Outros, os demais, arrastavam sua miséria pelos arrabaldes e a exibiam ocasionalmente no centro da cidade [...]. Em geral, não faltavam trilhas e caminhos pelos quais podiam aproximar-se as duas subsociedades. Os mestiços foram o elemento corrosivo da ordem formal de sociedade barroca das índias, o que minaria a sociedade dual urbana. [...] Unidos, esses fatores precipitaram a crise da sociedade fidalga na segunda metade do século XVIII. (ROMERO: 1976, pp. 74-79)



Figura 3.2.4.: Vista desde o mar da cidade de Recife, fundada em 1548. Fonte: Brazil Builds, 1943, p.68

É então com base na sequência de acontecimentos brevemente descrita acima que os países latino-americanos passam de sua situação original de povos autônomos para a de países coloniais na virada do século XV para o século XVI, desenvolvendo-se e urbanizando-se precariamente nos três séculos seguintes. Tanto nas colônias portuguesas quanto nas espanholas, observa-se por meios distintos o crescimento brutal das desigualdades sociais, que pouco a pouco vão tornando-se patentes na mesma proporção em que crescem as cidades. Se as cidades tem a capacidade de colocar em contato em um mesmo espaço distintas realidades e pessoas, prestam-se também a lançar luz ao contraste entre tais realidades, o que se fará cada vez mais claro nos séculos que se seguem.

4. Tempo II: Industrialização - 1880

A metrópole se esforça para alcançar um ponto mítico no qual o mundo seja inteiramente fabricado pelo homem, para que ele coincida inteiramente com seus desejos.

Rem Koolhaas

4.1. Contexto

Na Inglaterra, em 1689, e na França, em 1789, a luta pela liberdade do mercado resultou numa vitória da classe média. O ano de 1789 bem pode ser considerado como o fim da Idade Média, pois foi nele que a Revolução Francesa deu o golpe mortal no feudalismo. Dentro da estrutura da sociedade feudal de sacerdotes, guerreiros e trabalhadores, surgira um grupo da classe média. Através dos anos, ela foi ganhando força. Havia empreendido uma luta longa e dura contra o feudalismo, marcada particularmente por três batalhas decisivas. A primeira foi a Reforma Protestante; a segunda foi a Gloriosa Revolução na Inglaterra, e a terceira, a Revolução Francesa. No fim do século XVIII era pelo menos bastante forte para destruir a velha ordem feudal. Em lugar do feudalismo, um sistema social diferente, baseado na livre troca de mercadorias com o objetivo primordial de obter lucro, foi introduzida pela burguesia. A esse sistema chamamos – capitalismo. [...]

Antes da idade capitalista, o capital era acumulado principalmente através do comércio – termo elástico, significando não apenas a troca de mercadorias, mas incluindo também a conquista, pirataria, saque, exploração. (HUBERMAN: 1976, pp. 164-169)

Definir em poucas palavras a Revolução Industrial do século XVIII não é tarefa fácil. Poder-se ia dizer simplesmente que foi um conjunto de avanços técnicos que trocou o uso de força muscular, humana ou animal, na produção de bens pelo uso de máquinas movidas por motores. Outra alternativa seria defini-la como uma mudança completa nas estruturas sociais vigentes até aquele momento, o que também não diz muito. Não sendo este o foco central do presente trabalho, parece melhor abster-se das especificidades de tal definição e deter-se ao que aqui importa: o desenvolvimento de tal processo viria modificar todas as instâncias da vida, do trabalho e das cidades de modo permanente, em escala global. Como um exemplo da magnitude de tais modificações Edward Soja menciona que na Grã-Bretanha, epicentro inicial da industrialização, “a população passou de ser 80% rural em 1750 a ser 80% urbana em 1900”¹.

4.1.1. A Revolução Industrial inglesa

O que se convencionou chamar a Revolução Industrial é de fato a coordenação de uma série de avanços dispersos, em andamento já há alguns séculos, em diversos campos do conhecimento. Tal coordenação consistiu em levar a cabo um conjunto de ações de modo planejado e sistemático, a saber: obter e acumular uma imensa quantidade de riquezas; alcançar o avanço técnico que possibilitasse que máquinas realizassem tarefas antes realizadas pelo homem; desenvolver o uso de outra forma de energia que não a muscular, eólica ou hidráulica; aprimorar o manejo de matérias-primas minerais; apartar os

¹ SOJA, Edward. *Posmetropolis: Estudios críticos sobre las ciudades y las regiones*. 2008, p. 125.

trabalhadores dos meios de produção de modo a torná-los passíveis de vender sua mão de obra a terceiros em troca de um salário.

Sjoberg diz não ter sido por acaso que a revolução industrial tenha ocorrido primeiro na Inglaterra, argumentando que “a estrutura social inglesa não tinha a rigidez que caracterizava a maior parte da sociedade europeia e de todo o mundo civilizado”, e que “a tradição puritana da Inglaterra – um sistema étnico ligado ao utilitarismo e ao empirismo” – permitia que naquele país “os sábios podiam-se comunicar mais facilmente com os artesãos do que no resto da Europa”². Embora se saiba que o protagonismo inglês na primeira industrialização não fora incidental, a suposta naturalidade do processo descrito por Sjoberg parece desconsiderar uma questão de base: o encadeamento de um conjunto de ações visando estabelecer as condições necessárias à industrialização. Os meios empregados pela Grã-Bretanha para tornar-se protagonista neste processo são explicados por Hobsbawm:

A razão para esse extraordinário potencial de expansão era que a indústria de exportação não dependia da modesta taxa de crescimento 'natural' da demanda interna de nenhum país. Poderiam criar a ilusão de um rápido crescimento por dois meios principais: a captura dos mercados de exportação de uma série de outros países, e a eliminação da concorrência interna em determinados países, ou seja, pelos meios políticos ou semipolíticos da guerra e da colonização. O país que lograsse concentrar mercados de exportação alheios, ou mesmo monopolizar os mercados exportadores de grande parte do mundo num intervalo de tempo suficientemente curto, poderia expandir suas próprias indústrias exportadoras a um nível que tornaria a revolução industrial não apenas factível para seus empresários, mas praticamente obrigatória. E foi isso que a Grã-Bretanha conseguiu fazer no século XVIII*.

*[nota do original] Resulta que, se um país assim o fez, seria improvável que outros desenvolvessem as bases para a revolução industrial. Em outros termos, sob condições pré-industriais somente haveria espaço para uma única industrialização nacional pioneira, mas não para a industrialização simultânea de diversas 'economias avançadas', e conseqüentemente – ao menos por algum tempo – para uma única 'fábrica do mundo'. (HOBBSAWM: 1969, pp. 48-49)

Identificar com tal clareza a estratégia premeditada e meticulosa adotada pelos Britânicos para criar condições de realizar a Revolução Industrial permite perceber como tal lição seria bem assimilada por sua principal colônia americana. Expediente semelhante seria empregado pelos Estados Unidos nas relações com seus vizinhos latinos, incitando guerras e solapando sistematicamente suas possibilidades de desenvolvimento autônomo ao longo dos séculos XIX e XX, convencidos de que na América havia espaço somente para uma superpotência industrial e econômica.

² SJOBERG, Gideon. Origem e evolução das cidades. *In*: Cidades: a urbanização da humanidade. 1970, p.50.

Estabelecidas as condições para a industrialização, inicia-se uma gradual integração entre a ciência – antes voltada às suas próprias questões internas – e o desenvolvimento tecnológico – até então fruto de descobertas feitas quase ao acaso no âmbito da prática. Tal integração era necessária para sustentar o progresso técnico continuado, conforme colocado por Sjoberg:

Com o desenvolvimento do método científico, o saber da elite ligou-se com o conhecimento prático do artesão; o resultado foi uma fundamental revisão de método que tem sido denominada revolução científica. Essa foi a base da revolução industrial e da cidade industrial. (SJOBORG: 1970, p. 50)

Embora seja difícil precisar uma data, é geralmente aceito que as transformações fruto de tal movimento já eram notáveis por volta de 1780. O próprio termo Revolução Industrial não teria sido cunhado pelos ingleses, mas sim pelos franceses, em analogia à Revolução Francesa de 1789³. Abordando o tema posteriormente, autores como Arnold Toynbee, Karl Marx e Paul Mantoux, consideram o termo apropriado “não em função de uma ruptura, mas pela rapidez das transformações e pela extensão e profundidade de suas consequências”.⁴ Consequências que mudariam definitivamente o destino da humanidade.

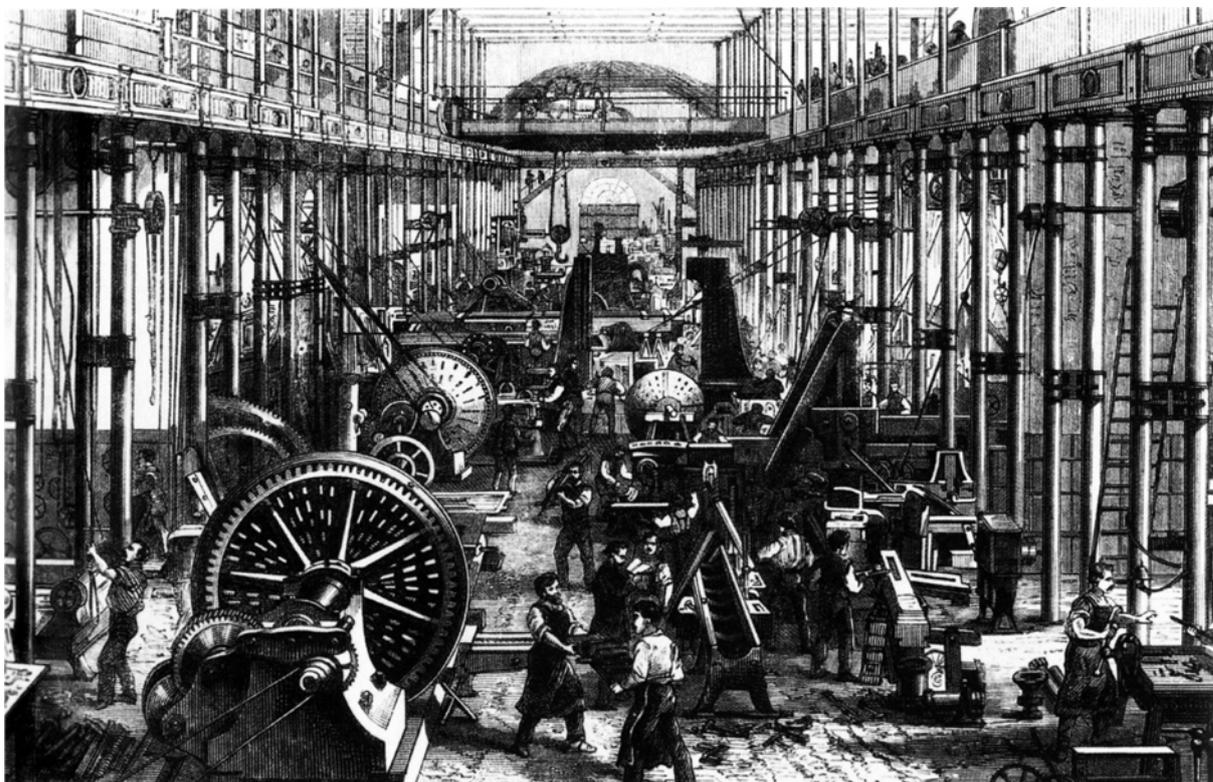


Figura 4.1.1.: Gravura mostrando o aspecto da indústria de Richard Hartmann em Chemnitz, Alemanha, 1868. Domínio Público

³ CANÉDO, Leticia Bicalho. A revolução industrial. 1987, p.9.

⁴ Idem, p.10.

O período que se segue à Revolução Industrial do século XVIII aporta ao campo da construção, da arquitetura e da cidade câmbios de tal magnitude que estas disciplinas alcançam condições totalmente novas, alterando o rumo de seus avanços em vários aspectos. O rápido avanço das tecnologias de construção e materiais, conjuntamente com a matemática avançada, possibilitam o cálculo preciso de esforços nas estruturas e a modificação radical das técnicas de construção até então empregadas. A adoção crescente de um racionalismo filosófico e epistemológico por arquitetos e urbanistas e a gradual tomada de consciência social no campo destas disciplinas dá origem a vários grupos que buscam discutir e conceber modelos urbanos que pudessem melhorar efetivamente as condições de vida das crescentes populações urbanas. A investigação das possibilidades trazidas por tais inovações práticas e epistemológicas daria origem a um modo de planejar e executar as estruturas necessárias às atividades humanas inteiramente distinto de tudo que havia sido feito até então. Em contraste às construções antigas, baseadas em maior ou menor medida na lógica compositiva e construtiva da arquitetura clássica, este novo modo de construir se denominaria Nova Arquitetura ou Arquitetura Moderna.

4.1.2. Reflexos na América

A descoberta de ouro e prata na América, a extirpação, escravização e sepultamento, nas minas, da população nativa, o início da conquista e saque das Índias Orientais, a transforação da África num campo para a caça comercial aos negros, assinalaram a aurora da produção capitalista. Esses antecedentes idílicos constituem o principal impulso da acumulação primitiva.⁵

[...] um país rico, tal como um homem rico, deve ser um país com muito dinheiro; e juntar ouro e prata num país deve ser a mas rápida forma de enriquecê-lo.⁶

Embora o processo central da Revolução Industrial do século XVIII não tenha se dado na América, seus reflexos no continente americano são imediatos. Sua origem está também intrinsecamente ligada à relação de dependência estabelecida unilateralmente entre tais regiões pelas nações europeias a partir da ocupação da América, desde o século XV. Ao longo dos aproximados três séculos que separam as primeiras fundações e as rupturas observadas a partir do século XVIII, o desenvolvimento das cidades e da arquitetura na América se dá de forma relativamente gradual, até que é novamente submetida a um câmbio conjuntural de origem externa. Analisar as medidas de tais reflexos

⁵ Karl Marx, *O Capital*, vol I. Citado por HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*, 1976. p. 169.

⁶ Adam Smith, em *Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (1776). Citado por HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*, 1976. p. 130.

e de que modo eles se dão é relevante para compreender as alterações observadas nas cidades e na arquitetura americanas em virtude da revolução global que então se iniciava. Nesse sentido, Darcy Ribeiro coloca que:

Esse novo ciclo provoca uma transfiguração interna de alguns dos núcleos capitalistas mercantis – Inglaterra, França, Países Baixos – que se configuram como formações *imperialistas industriais* e simultaneamente desencadeiam novas ondas de expansão civilizatória muito mais vigorosas que qualquer das anteriores. Nessa etapa, o mundo extra europeu é alcançado, uma vez mais, por um movimento de incorporação histórica, que reordena seus modos de ser e de viver segundo os interesses dos novos centros de poder. As nações ibéricas, ainda mais obsoletas por não haver ascendido autonomamente à nova civilização, experimentam, também elas, apenas de reflexo seus efeitos modernizadores. O peso conservador de sua configuração original como formação mercantil salvacionista impede que se renove seu sistema produtivo, sua rígida estratificação social e sua despótica estrutura de poder. A consequência é a emancipação das colônias ibéricas que, nesta fase, se transferem da órbita ibérica à inglesa e se transfiguram de formações colonialistas de diversos tipos, a uma condição geral de nações neocoloniais. A partir de então, experimentam os modelos e os ritmos de tecnificação [sic.], renovação social e modernização ideológica compatíveis com um processo de atualização histórica. (RIBEIRO: 1975, pp. 9-10)

O ciclo de revoluções e insurreições voltadas à independência – principalmente comercial, mas também política e administrativa – observado na América Latina ao longo do século XIX tem estreita relação com a Revolução Industrial e a disputa de domínios comerciais então em curso entre França e Inglaterra, mas há também eventos internos ao âmbito das colônias, que devem ser considerados. A expulsão dos jesuítas em 1759 no Brasil e em 1767 nas colônias hispânicas, a independência dos Estados Unidos ratificada em 1776 e a Revolução Francesa de 1789-1799 são os principais eventos que estimularam a construção dos primeiros ideais iluministas e libertadores que se fortaleceram nas colônias ibéricas ao longo do século XIX.⁷ A Revolução Francesa em particular teria profundos reflexos na mentalidade latino-americana de então, inaugurando forte influência intelectual do pensamento e modo de vida francês no continente, e que perduraria de maneira vigorosa em todos os campos da cultura ao menos até a Segunda Guerra Mundial. Donghi confirma:

Essa é a consequência de um processo mais amplo: verdadeiramente novas, depois de 1776 e sobretudo de 1789, não são as ideias, mas a própria existência de uma América republicana, de uma França revolucionária. O desenvolvimento dos fatos faz com que essas novidades interessem cada vez mais à América Latina. (DONGHI: 1975, p. 67)

⁷ Sobre o assunto, ver: ROMERO, José Luis. *América Latina: las ciudades e las ideas*, 1976; DONGHI, Tulio Halperin. *História da América Latina*, 1975.



Figura 4.1.2.: À esquerda, pintura de John Trumbull, de 1819, retrata a assinatura da Declaração de Independência dos EUA e à direita, *La Liberté guidant le peuple*, de Eugène Delacroix, de 1830.

Após controversos processos internos às colônias americanas e, principalmente, a perda de condições das coroas de Portugal e da Espanha na manutenção da estabilidade política, administrativa e comercial além-mar, eclodem pouco após 1800 os processos de independência das colônias, seguindo-se em muitas regiões “um prolongado período de conflitos que desembocaram geralmente em longas e sangrentas guerras civis”⁸.

É importante notar que a magnitude do avanço tecnológico promovido pela industrialização inglesa a partir de 1750 – baseada no chamado metalismo – somente se fez possível em virtude da obtenção de quantidades colossais de metais preciosos amealhados a partir da exploração mercantil das colônias americanas no segundo período colonial minerador, notadamente a prata da Bolívia e o ouro do Brasil, conforme confirmam ambos os autores consultados, embora Donghi prefira não se comprometer com o argumento:

A alucinação dos primeiros conquistadores, deslumbrados pela massa acumulada de metais preciosos de que se fizeram possuidores, se renovou com o descobrimento sucessivo dos veios de Potosí e de Minas Gerais, que inundaram o mundo de ouro e prata. (ROMERO: 1976, p. 164)

O ouro brasileiro, mais ainda que a prata da América espanhola, encontra na metrópole apenas um centro de trânsito; e os historiadores brasileiros, nas pegadas de Lúcio de Azevedo, definem esse ouro como uma das principais causas da revolução industrial inglesa. (DONGHI: 1975, p. 56)

Cabe ainda pontuar que, a despeito de grande parte das riquezas auferidas pela Grã-Bretanha no intuito de realizar a Revolução Industrial do século XVIII sejam oriundas da exploração da América, o processo de desenvolvimento industrial possui aqui características sumamente distintas da sequência observada na Europa ou nos Estados Unidos. Um dos

⁸ ROMERO, José Luis. *América Latina: las ciudades e las ideas*. 1976, p. 174.

principais pontos, no que tange ao tema do presente estudo – as cidades e a arquitetura – é a identificação de que, na América Latina, o processo de urbanização e seus reflexos naturais, como o êxodo rural, se dão paradoxalmente antes de uma efetiva industrialização.

4.1.3. A “balcanização” da América hispânica

Ao desprender-se a América da monarquia espanhola, encontra-se semelhante ao Império romano, quando aquela enorme massa caiu dispersa no meio do Antigo Mundo. Cada desmembramento formou então uma nação independente, conforme sua situação ou a de seus interesses; mas com a diferença que aqueles membros voltavam a estabelecer suas primeiras associações. Nós nem conservamos vestígios do que se passou em outro tempo: não somos europeus, não somos índios, senão uma espécie média entre os aborígenes e os espanhóis. Americanos por nascimento e europeus por direito, nos encontramos no conflito de disputar com os nativos os títulos de propriedade e de nos mantermos no país que nos viu nascer, contra a oposição dos invasores; assim, nosso caso é o mais extraordinário e complicado. (BOLÍVAR: 1819)⁹

O crescimento e adensamento das cidades no século XVIII começaria a deixar clara a necessidade de lidar com os problemas que surgiam, agora já com características efetivamente urbanas. Segundo Romero, “menos no Brasil que no mundo hispânico, os funcionários progressistas tomavam nota dos transtornos cotidianos ocasionados pela desordem urbana e alguns começaram a aplicar modernas ideias para racionalizar o que até então havia se desenvolvido espontânea e desordenadamente”. O autor destaca nesse âmbito as ações de figuras como Revillagigedo no México, Amat em Lima, Vértiz em Buenos Aires, González Torres de Navarra em Caracas e Mestre Valentim no Rio de Janeiro como alguns dos que tomaram “medidas de diverso alcance para melhorar o aspecto e funcionamento das cidades”. Ele destaca ainda que a nova sociedade “usava a cidade mais que antes e transbordava os espaços públicos, de modo que a preocupação com a limpeza elementar foi a primeira que apareceu”¹⁰.

Ao final do século XVIII, Bogotá alcançava vinte mil habitantes; Santiago, Caracas e Buenos Aires quarenta mil; Lima alcançava sessenta mil e a Cidade do México passava de

⁹ Trecho do famoso discurso proferido por Simón Bolívar em 13 de março de 1819 no Congresso de Angostura, cidade da província de Guayana, hoje Venezuela. É citado por Darcy Ribeiro em sua introdução ao livro *América Latina em su arquitectura*. A fala de Bolívar se dá no contexto da independência da Colômbia e da Venezuela e nela o libertador analisa de modo profundo a realidade de seu tempo e reforça a conveniência de que as instituições que surgem na América a partir de sua independência deveriam responder às necessidades e possibilidades destas sociedades, sem copiar modelos de terras estranhas. O discurso pode ser lido na íntegra em: http://es.wikisource.org/wiki/Discurso_de_Simón_Bolívar_ante_el_Congreso_de_Angostura

¹⁰ ROMERO, José Luis. *América Latina: las ciudades e las ideas*. 1976, p. 145.

cem mil habitantes¹¹. O relato de Alexander von Humboldt (1769-1859), geólogo e naturalista alemão que percorreu a América nas primeiras décadas do século XIX é descrito por Romero:

México deve contar-se, sem dúvida alguma, entre as mais formosas cidades que os europeus fundaram em ambos os hemisférios. À exceção de Petersburgo, Berlim, Filadélfia e alguns bairros de Westminster, praticamente não existe uma cidade daquela extensão que possa comparar-se com a capital da Nova Espanha pelo nível uniforme do solo que ocupa, pela regularidade e largura das ruas e pelo grandioso das praças públicas. A arquitetura, em geral, é de um estilo bastante puro e há também edifícios de belíssima ordem. (ROMERO: 1976, p. 145)



Figura 4.1.3.: À esquerda, litogravura de Rugendas mostra a rua direita no Rio de Janeiro, c 1827-35. À direita, a Plaza de Guardiola na Cidade do México no século XVIII, autor desconhecido.

Já sobre o pano de fundo da industrialização inglesa, as cidades de colonização hispânica assistem à formação de uma nova burguesia *criolla* (descendentes de europeus nascidos na América) que disputava poderes com a fidalguia estabelecida nas colônias. Esses grupos, bem como a grande massa de populações submissas e excluídas, tanto urbanas quanto rurais, – em sua maioria indígenas, escravos negros e mestiços – já apresentavam por volta de 1750 os primeiros indícios de um sentimento anticolonial que iria se reforçar gradualmente até princípios do século XIX. Estabelecida e incorporada à América já a algumas gerações e estimulada pelos ideais do iluminismo francês, a burguesia *criolla* acreditava ser este o momento de alcançar o papel hegemônico que há muito pretendia dentro da sociedade urbana que se consolidara:

Frente à elite tradicional, a burguesia *criolla* parecia mais arraigada, menos atada às metrópoles em seus modos de vida e suas expectativas. [...] Se sentia profundamente comprometida com a terra, sem outra alternativa: uma terra onde seus interesses particulares eram distantes, mas a cujos interesses gerais e a cujo destino se sentia total

¹¹ Idem, pp. 144-145.

e indissolúvelmente unida. Essa terra continha uma sociedade extensa, heterogênea, composta majoritariamente pelos descendentes daqueles a quem seus avós haviam submetido. Mas a burguesia *criolla* não os via do mesmo modo que seus avós viam aos vencidos. [...] Quiçá os via como o superior ao inferior e, às vezes, como o explorador ao explorado; mas os via como membros de um conjunto em que ela mesma estava integrada, que constituía seu entorno necessário, do qual aspirava a ser cabeça e sem o qual não poderia ser cabeça de nada. [...] Era, ademais, um grupo essencialmente urbano, constituído nas cidades e moldado às restrições e à sedução da vida urbana. A burguesia *criolla* havia herdado – no mundo hispânico e em algumas cidades brasileiras como Recife, São Paulo e Rio de Janeiro – a convicção dos mais velhos acerca do papel hegemônico das cidades como centro da região, de onde se comandava a vida do entorno rural. E esta convicção se afirmou cada vez mais, na medida que a sociedade urbana era penetrada pela mentalidade mercantilista. [...] A burguesia *criolla* adquiriu veementemente ideias que, por certo, não eram antagônicas. Acreditava que sua posição dependia também de sua eficácia, e pensou que sua eficácia – e sua riqueza – tinham muito a ver com sua educação. Era, precisamente, o que ensinava a filosofia do Iluminismo. Rico, eficaz e culto, o *homo faber* americano se sentia em condições de dominar seu âmbito e derrotar ao janota brilhante nos saraus, zeloso dos brasões que seus pais haviam comprado e saturado de desprezíveis preconceitos. (ROMERO: 1976, p. 160-161)

No entanto, a ruptura da estrutura tradicional até então estabelecida trouxe reflexos inesperados para a burguesia *criolla*, que pretendia assumir papel dominante nas colônias. O projeto de ascensão urbana imaginado pelas burguesias *criollas* enfrentou não apenas cisões dentro de sua própria classe – dividida entre radicais e moderados – como também encontrou forte oposição da sociedade rural: por um lado pelos setores populares que não se viam representados por seus ideais e por outro de suas elites conservadoras que, como eles, também almejavam o poder. Como aponta Romero, “era muito mais que o poder o que se disputava: era o lugar de cada um dentro da estrutura econômica e social”¹².

O ponto primeiro e fundamental da continuação ou não da ordem colonial era o da independência política, que se combinou com o da forma de governo. Houveram opções variadas: a independência total dentro de um sistema republicano ou monárquico e vagas formas de protetorado, entre as quais não estava excluída a possibilidade de um protetorado inglês. [...] Era a escolha entre ordem e anarquia, entre autoritarismo e o livre jogo das forças sociais. Mas nem todas as forças sociais tinham o mesmo caráter [...] Uma coisa era a “gente decente” e outra o “populacho”; e ainda, dentro deste, uma coisa era a plebe urbana e outra a plebe rural. A primeira opção das burguesias urbanas foi a favor da ‘gente decente’ e da ordem; mas à medida que passou o tempo e as outras forças sociais cobraram vigor e se canalizaram através de certos grupos da mesma burguesia *criolla* que não rechaçaram ou buscaram o apoio rural, as burguesias urbanas se dividiram em facções que, em sua luta pelo poder, se tornaram mais compreensivas da nova realidade social.

¹² Idem, p. 169.

O outro ponto, não menos importante, foi o da opção entre um regime centralizado ou outro em que se reconheceria personalidade política às regiões que haviam começado a cobrar fisionomia própria. O centralismo supunha confirmar o significado das cidades e de suas burguesias, manter a rede urbana que convergia às capitais e perpetuar uma ordem que ignorava o processo de diferenciação real que se havia produzido em cada área [...]. O regionalismo era sua antítese e [...] afirmava pura e simplesmente a realidade incontestável das regiões que se haviam descoberto a si mesmas e cujos habitantes não reconheciam outro âmbito além daquele que sentiam com seu, independente do arranjo institucional. E, como no caso da independência e dos regimes políticos, as burguesias *criollas*, urbanas e instruídas, se aferraram à concepção centralista e se dividiram logo, segundo a sorte da luta das facções pelo poder. [...] Dividida, a burguesia *criolla* deixou de ser exclusivamente a elite da nova sociedade e cedeu passagem a outra elite, *criolla* também, mas menos atada a uma ideologia que a uma situação: a elite patricia. (ROMERO: 1976, p. 171-172)

O estudo destas convulsões internas se presta à compreensão dos conflitos políticos e lutas de poder no âmbito das cidades hispânicas, bem como à identificação dos primeiros traços da valorização de uma cultura, literatura e modo de vida de inspiração francesa no interior da intelectualidade urbana das cidades coloniais como um todo. Entretanto, Tulio Halperin Donghi alerta que tais eventos não devem ser entendidos como um preâmbulo da independência, a qual estaria mais vinculada a outros “sintomas de descontentamento manifestados em ambientes muito restritos, em algumas cidades da América Latina, a partir de 1790”¹³, dentre os quais o autor cita como exemplos a Inconfidência Mineira, reprimida em 1789, e outros eventos aparentemente isolados em Bogotá, Santiago do Chile, Buenos Aires ou Caracas, aparentemente fomentados por franceses. Em suas palavras:

Neste sentido, mais que um antecedente das lutas pela independência, essas rebeliões parecem fornecer uma das chaves para compreender a obstinação com a qual se defendeu a causa do rei nesta vasta área. Uma parte da população americana verá na manutenção da ordem colonial a melhor salvaguarda da própria hegemonia e a única garantia contra o extermínio por parte das castas mais numerosas de índios e mestiços. [...] Na América espanhola, a crise da independência é a consequência da desagregação do poder espanhol, iniciada por volta de 1795 e que assume um ritmo cada vez mais intenso. (DONGHI: 1975, pp. 65-67)

Profundamente identificada com a filosofia iluminista, a burguesia *criolla* se prontificou em adotá-la como ideologia em um ambiente que, embora urbano, tinha como base econômica essencial o mundo rural. Passou assim a incorporá-la e aplicá-la no desenvolvimento de noções e conhecimentos práticos que seriam de utilidade não apenas em sua vida social e política, mas principalmente no manejo da natureza que o envolvia e que, ao fim e ao cabo, garantia a sobrevivência e o avanço da sociedade que havia ajudado

¹³ DONGHI, Tulio Halperin. História da América Latina. 1976, p. 66.

a construir. Neste sentido, Romero menciona ampla lista de escritos publicados entre 1797 e 1810 e que tencionavam sistematizar e aproximar a nova ideologia da realidade concreta da América, lista na qual figuram nomes como o de Antonio Nariño, Mariano Moreno, José da Silva Lisboa e Camilo Torres, colaboradores na elaboração concreta de uma ideologia que logo se transformaria em um projeto de mudanças concretas. Passariam a lutar pela abertura do comércio das colônias com os estrangeiros e, principalmente, com os ingleses.

Na origem, a América Latina havia sido um mundo de cidades. Mas o campo surgiu de repente e inundou essas ilhas. [...] A sociedade rural pôs suas cartas na mesa, e revelou que em seu seio não só se produzia a riqueza que assegurava a sobrevivência de todos mas que também se amalgamava essa população arraigada que podia fazer de cada núcleo colonial uma nação independente e de fisionomia definida. [...] Como expressão de um sistema econômico, ou melhor, de um sistema produtivo que via nas cidades o sinuoso mecanismo da intermediação, a sociedade rural irrompeu como um fator de poder. Mas logo se viu que seu objetivo não era aniquilar as cidades, mas apoderar-se delas, quiçá esperando que se submetessem a seus ditames. Certamente foi assim em parte. [...]

De todo modo, depois da independência as cidades deixaram de ser o centro exclusivo das decisões econômicas e políticas. Seguiram sendo, certamente, os núcleos sociais mais organizados, e por isso recuperaram pouco a pouco seu poder, embora tiveram de substituir suas velhas elites por outras mais aptas para uma negociação com a sociedade rural. O campo se transformou, por sua vez, em um centro de decisões, e as cidades tiveram de aceitar essa bipolaridade. [...] Na prática, a elite rural se urbanizou tanto ou mais que se ruralizaram as cidades, e ao cabo de pouco tempo se integrou à sua sociedade e ao seu jogo. [...]

Campo e cidade, vida rural e vida urbana, expressam os polos que manifestaram o surgimento da sociedade local dentro do marco ainda vigente do mundo colonial. Triunfaria a cidade, mas à custa de mudanças profundas na fisionomia da sociedade urbana, que teve de conjugar as forças das antigas burguesias dentro dos novos patriarcados. (ROMERO: 1976, pp. 176-196)

Os longos processos de independência das colônias espanholas na América seriam marcado por sangrentas disputas, que resultariam na divisão e subdivisão dos territórios espanhóis. Ao prolongarem-se as guerras civis por grande parte do século XIX, o cuidado com as cidades acabaria sendo relegado a segundo plano. O contraste entre os relatos de viajantes de antes e depois desse período é notável, como apresentado por Romero:

Uma fisionomia colonial, ou melhor, uma fisionomia envelhecida, descobriram nas cidades latino-americanas os numerosos viajantes europeus que chegaram e elas por esta época, muitos movidos por interesses comerciais, outros fugindo dos vaivéns da política e alguns impulsionados por um romântico espírito de aventura. Desde as cidades, e como enclausurados em um reduto de civilização, observaram com certa

surpresa um mundo que lhes parecia totalmente estranho. Era uma espécie de Europa, talvez mais primitiva, mas ostentava um exotismo moderado, curioso e ao mesmo tempo tolerável. Observaram a natureza um pouco desproporcional, e as cidades um pouco elementares. [...] Apesar de seu ar ligeiramente desdenhoso, muitos viajantes – transmutados em escritores e pintores – observaram cuidadosamente as cidades latino-americanas no meio século que se seguiu à independência. Sem dúvida lhes chamaram a atenção, sobretudo por seus contrastes. Certamente lhes estavam contemplando em um momento singular de seu desenvolvimento, quando uma mudança profunda se operava em suas sociedades sem que se produzisse simultaneamente uma transformação em seu aspecto físico. [...] Certamente, as cidades eram então objeto de curiosidade e de estudo. As da Europa cresciam ao calor das transformações econômicas, e a industrialização mudava os costumes, as condições de vida, os objetos de uso. (ROMERO: 1976, pp. 217-218)

O processo de independência e desmembramento das colônias espanholas na América marca um período de intensos conflitos, não apenas das colônias em relação à metrópole, mas também por disputas internas. As lutas pelo domínio de territórios, cisões das próprias colônias e uma série de avanços e retrocessos dificultam sua abordagem com brevidade e a apreensão de sua complexidade por não hispânicos. Na tentativa de simplificar ao máximo seu entendimento geral, cabe delimitar que tal processo se dá principalmente ao longo do século XIX, haja visto que na América, apenas os Estados Unidos alcançam a independência no século XVIII. Alguns poucos casos prolongam-se até princípios do século XX. São os casos da separação entre Panamá e Colômbia em 1903, sob intervenção norte-americana (buscando o domínio da passagem transoceânica), e a independência dos países antilhanos, que estende-se até o terceiro quartil do século XX.



Figura 4.1.4.: À esquerda, Simón Bolívar, o libertador. À direita, Pancho Villa e Emiliano Zapata posam para foto na cadeira presidencial, em 14 de dezembro de 1914, durante a revolução mexicana.

Paralelamente, deve-se identificar a relação de tais lutas com processos em âmbito mundial. Nesse sentido, Donghi ressalta que “em 1810, diante dos novos elementos que parecem assinalar a inevitável ruína da metrópole, a revolução explode desde a Cidade do México até Buenos Aires”, no interior de um complexo processo histórico onde as guerras da independência são “aspecto de um conflito mundial, sem o qual ela não teria ocorrido”¹⁴.

À parte tais pontuações, embora constitua clara simplificação, uma cronologia dos principais momentos desse processo ao longo do século XIX, tão resumida quanto possível, auxilia no entendimento da sequência e desencadeamento dos principais acontecimentos e seus agentes nos movimentos independentistas das colônias hispano-americanas:

1804. José de San Martín é nomeado capitão de infantaria na Espanha. Simón Bolívar encontra-se em Paris com seu mestre Simón Rodríguez e com Alexander Humboldt, e assiste à coroação de Napoleão. Proclamada independência do Haiti, segundo país americano independente. Jean Jacques Dessalines será o novo imperador.

1805. No Monte Sacro de Roma, Bolívar jura ante Simón Rodríguez dedicar sua vida à liberdade da América. Francisco de Miranda prepara nos EUA a invasão da Venezuela.

1808-1814. Ocupação francesa da Espanha e Guerra da Independência Espanhola.

1814-1819. Período conhecido como a Reconquista Espanhola em que se tenta restaurar o governo da Espanha nas colônias americanas.

1810. Buenos Aires elege o Governo das províncias do antigo Vice-reinado do Rio da Prata. Protestos em Bogotá iniciam lutas independentes na *Nueva Granada*, durando até 1819 com vitória de Simón Bolívar e independência da *Gran Colombia*. Começa guerra de independência do México, durando até 1821. Forma-se o primeiro Governo do Chile.

1811. Rebelião do Uruguai e atuais estados brasileiros do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, contra a Espanha. Assinada Ata da Declaração de Independência da Venezuela.

1813. Dos Andes a Caracas, Bolívar inicia a “Campanha admirável”, sendo proclamado Libertador. Na Argentina é instalada Assembleia Constituinte, que declara-se soberana.

1816. Declaração de Independência das *Provincias Unidas en Sudamérica* (atuais Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai, além de Santa Catarina e Rio Grande do Sul no Brasil). Salvo o Rio da Prata, a América hispânica volta ao domínio espanhol.

1817. Início do governo de Bernardo O'Higgins no Chile.

¹⁴ DONGHI, Tulio Halperin. História da América Latina. 1975, p. 70.

1819. Se cria a *Gran Colombia* integrada por Venezuela, Colômbia e Equador. Bolívar y Francisco Antonio Zea são nomeados presidente e vice-presidente, respectivamente.

1821. Proclamada a independência de Lima. San Martín é nomeado protetor do Peru. Independência do Reino da Guatemala, reunindo as províncias de Chiapas, Guatemala, São Salvador, Comayagua, Nicarágua e Costa Rica. Independência do Panamá sobre a Espanha e união à *Gran Colombia*. Proclamada a independência de Santo Domingo.

1822. Guayaquil incorpora-se à *Gran Colombia*. É coroado no México Agustín Iturbide, e proclama-se imperador. San Martín renuncia ao protetorado e retira-se do Peru. Antonio López de Santa Anna revolta-se em Veracruz a favor da república mexicana. Situação do México influi em toda a Centroamérica, pela decisão de anexar suas províncias ao império mexicano. São Salvador resiste e integra-se aos Estados Unidos.

1823. Na Colômbia, produz-se uma rebelião contra Bolívar. Renúncia do imperador mexicano Agustín de Iturbide, sendo enfim proclamada a república.

1824. Constituição da *República Federal de Centroamérica*, reunindo a Costa Rica, Guatemala, El Salvador, Honduras e Nicarágua, até sua dissolução em 1856.

1825. Declaração de Independência das Províncias do Alto Peru, atual Bolívia. Uruguai une-se às *Provincias del Río de la Plata*. Inglaterra reconhece independência de Colômbia, México e Chile. Assinado tratado de amizade entre Argentina e Grã-Bretanha.

1826. Instala-se o congresso do Panamá, convocado por Bolívar. Fracassa o intento de união das novas nações. Bolívia aprova a Constituição preparada pelo Libertador.

1828. Em Bogotá produz-se o fracassado atentado contra Bolívar. Quebra-se a unidade *grancolombiana*. Peru entra em guerra contra Bolívia, invade Equador e ataca Guayaquil.

1830. Primeira Constituição do Uruguai. Independência do Equador da *Gran Colombia*. Morre Simón Bolívar, na Colômbia.

1832. Em Bogotá se constitui a *República de Nueva Granada*.

1833. No Chile se aprova a nova Constituição, legado de Diego Portales. O governo de Bogotá declara o livre comércio no istmo de Panamá.

1836. Tenta-se reconstruir o vice-reinado do Peru, e Chile declara guerra ao país vizinho.

1837. Chile é vencido pela nova *Confederación Peruboliviana*. No Chile, é assassinado Diego Portales a mando de oficiais rebeldes.

1838. Começa a desmembrar-se a *Confederación Centroamericana*. Nicarágua, Honduras y Costa Rica se separam.

1839. Com a vitória do Chile se dissolve a *Confederación Peruboliviana*. México termina a guerra com a França e esmaga o movimento federalista de Jalisco.

1840. Se cria no Panamá o *Estado del Istmo*, independente de *Nueva Granada*. Espanha reconhece a independência do Equador.

1842. Independência do Paraguai da Confederação Argentina.

1895-1898. Conflito entre Espanha e Estados Unidos leva à independência de Cuba e à perda pela Espanha de Guam, Porto Rico e Filipinas, cedidas aos Estados Unidos.

1902. Nascimento da República de Cuba.

1903. Separação do Panamá da Colômbia com a intervenção dos Estados Unidos.

Fruto deste processo, e marcados por cisões e diferenciações internas ao longo do século XIX, estabelecem-se as nações da América hispânica como hoje as conhecemos. Maior aprofundamento em questões tão intrincadas (ou mesmo apenas à Revolução Mexicana, por exemplo) resultaria em trabalho dedicado apenas ao assunto, não cabendo portanto aqui prolongar-se ainda mais no assunto.¹⁵ Para encerrar, Romero destaca que:

Foi, precisamente, nos temas políticos onde mais claramente se manifestou a luta das ideologias. O primeiro e mais profundo desses temas foi o da nacionalidade. Surgidos – exceto o Brasil – de uma casual divisão das áreas coloniais, as novas nacionalidades se constituíram sem um fundamento suficientemente vigoroso; era difícil estabelecer, nas décadas que seguiram à independência, quais eram os traços específicos e diferenciadores de cada um dos novos países. Duas tendências se manifestaram contra a definição das nacionalidades. Uma foi a aspiração a constituir grandes unidades políticas, como tentaram Bolívar com a Gran Colombia, Morazan com a América Central e Santa Cruz com a Confederação Peru-Boliviana. Outra foi a tendência de certas regiões a converter-se em nacionalidades. [...] O vigor da ideologia nacionalista, confrontada com as concepções supranacionais e as regionais, se manifestou na obra dos historiadores que se propuseram a indagar geneticamente a formação da nacionalidade e sua preexistência em relação ao sentimento regional. (ROMERO: 1976, pp. 212-213)

¹⁵ Mais sobre a independência das colônias espanholas na América pode ser encontrado em DONGHI, 1975, alguns aspectos em ROMERO, 1976 e parcialmente em BRUIT, 1988. Aspectos específicos ou locais são ainda tratados por Octavio Paz em *El Laberinto de la Soledad*, por Eduardo Galeano em *Veias abertas da América Latina* e por Darcy Ribeiro em *As Américas e a civilização*. A cronologia adotada tem como fonte o arquivo do Instituto Cervantes, consultado em fevereiro de 2014 em http://www.cervantes.es/lengua_y_ensenanza/independencia_americana/bicentenario_independencia_calendario.htm

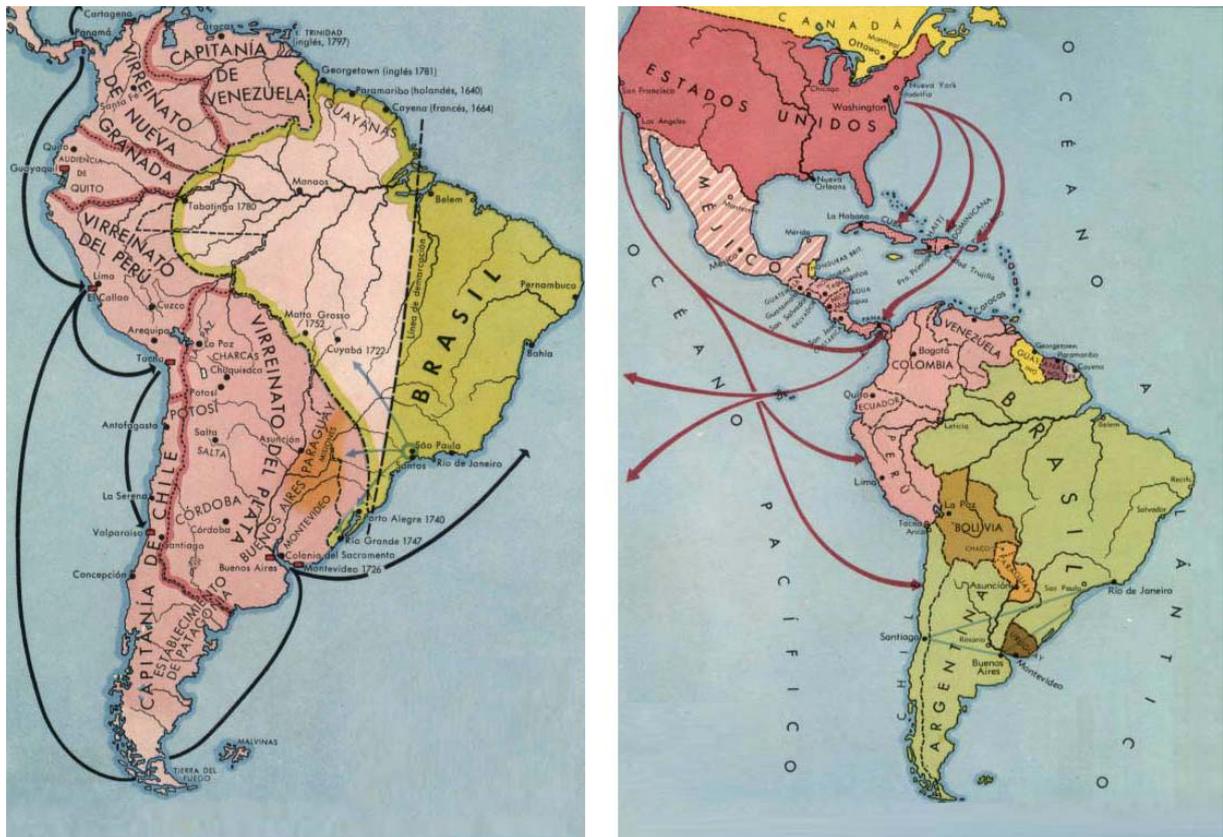


Figura 4.1.5.: Mapas esquemáticos mostrando a divisão da América Latina no século XVIII (esquerda) e no século XIX (direita).

4.1.4. Independência ou morte?

O Brasil, no entanto, desenvolveu um processo de independência bastante distinto do observado nas colônias espanholas. Enquanto no Brasil este processo se daria a partir de uma base essencialmente rural, nas colônias hispânicas seria articulado pela considerável rede urbana iniciada desde os primeiros momentos por Hernán Cortez. A evolução da modesta rede urbana brasileira no período colonial é descrita por Darcy Ribeiro:

A rede urbana brasileira desenvolveu-se com extrema lentidão e, enquanto prevaleceu a economia agrário mercantil, jamais atingiu uma parcela assinalável da população. Ao fim do primeiro século, contava o Brasil com apenas três núcleos alçados oficialmente à condição de cidades e 14 vilas. Um século depois, tinha 7 cidades e 51 vilas. Por volta de 1800, eram 10 as cidades e 60 as vilas, tendo a população total alcançado 2,5 milhões de habitantes. Com esta precária rede urbana é que o Brasil ascende à independência (1822) e começa a sofrer o impacto de uma nova expansão civilizadora – a revolução industrial – que, apesar de reflexa, transformaria profundamente a estruturação da sociedade nacional. As cidades maiores eram, então, o Rio de Janeiro (50 mil hab.), Salvador (45,6 mil), Recife (30 mil), São Luís (22 mil) e São Paulo (16 mil). [...] Já em 1900, ela estava enormemente ampliada, juntando, em apenas quatro cidades, cerca de 1,5 milhão de habitantes, ou sejam, dez vezes mais que as grandes cidades do fim do período colonial. (RIBEIRO: 1983, pp. 266-267)

A interrogação no título deste tópico justifica-se: a relativa tranquilidade com que se deu o episódio da Independência do Brasil, proclamada às plácidas margens do Ipiranga em 7 de setembro de 1822 pelo próprio Príncipe Regente Pedro I, teria justificado o retumbante brado? Seria mesmo questão de vida ou morte?

A medida da gravidade da situação em que se encontrava a coroa portuguesa (e também a espanhola) naquele período – pressionada entre a subjugação pela França Napoleônica e pela Inglaterra – pode ser dada pelo fato de que em 8 de março de 1808, o imperador Dom João VI desembarca no Rio de Janeiro com toda a sua corte, transferindo para cá a sede do império português. Fato único na história das colonizações americanas, deixaria marcas profundas na cultura e na política brasileiras, com todos os reflexos positivos e negativos que isso implicou, muitos ainda hoje presentes. Em vista desse acontecimento é “que se costuma afirmar que nossa independência teria ocorrido nesse momento, em 1808, e que 1822 teria representado apenas sua consolidação”¹⁶. As verdadeiras disputas de vida ou morte se dariam, efetivamente, no processo de transição para a República, que seria finalmente sacramentada em 1889. As feições urbanas do Brasil encontrado pela corte são descritas por Del Priore e Venâncio:

De acordo com vários viajantes estrangeiros que aqui estiveram, na primeira metade do século XIX a paisagem urbana brasileira era então bem modesta. Com exceção do Rio de Janeiro e de alguns centros – onde a agricultura exportadora e o ouro tinham deixado marcas, caso de Salvador, São Luís e Ouro Preto -, a maior parte das vilas e cidades não passava de pequenos burgos isolados com casario baixo e discreto, como São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Mesmo na futura Corte, o Rio de Janeiro, as mudanças eram mais de forma do que de fundo. [...] Além dos saraus familiares e do popular entrudo – uma espécie de carnaval -, o evento social mais importante continuava a ser a missa dominical. A capital era cortada por ruas estreitíssimas, lembrando a mouraria lisboeta, e as vivendas não tinham vislumbres de arquitetura decorativa. Os conventos eram numerosos, mas apenas habitáveis. A talha dourada das igrejas, inferior às da Bahia, provocava entre os devotos um estímulo às obras de embelezamento. Bairros como Botafogo ou Catete eram considerados arrabaldes, encerrando casas de campo que procuravam abrigo sob a frondosa vegetação. O Passeio Público representava a melhor área de lazer da população. (DEL PRIORE e VENÂNCIO: 2010, p.153)

A vinda da corte portuguesa para o Brasil era justificada pela ameaça napoleônica que pairava sobre a Europa. Com sua derrota definitiva em 1815, tal ameaça deixa de existir e inicia-se a pressão para o retorno de D. João VI a Portugal. Vendo-se enfraquecida em seus poderes pela partida do imperador para a colônia, a elite metropolitana exige o seu retorno, enquanto parte da corte que o acompanhara ao Brasil estabelece raízes, colocando-se contrária a sua volta.

¹⁶ Del Priore e Venâncio. 2010, p. 162.



Figura 4.1.6.: Porto da Estrela, Rio de Janeiro, por Johann Moritz Rugendas, c.1820. Domínio Público

Em 1820, com o início da Revolução do Porto, movimento constitucionalista português, a pressão torna-se insustentável e em 1821 D. João retorna à metrópole, deixando D. Pedro I como príncipe regente no Brasil. Mantinha-se assim a dualidade de poderes que tanto incomodava aos metropolitanos. A pressão volta-se então a D. Pedro que, desacatando o decreto de 1821 que determinava seu retorno a Portugal, provoca o nivelamento do Rio de Janeiro às demais províncias pela metrópole. Como resposta, D. Pedro expulsa as tropas lusitanas do Rio e declara oficialmente seu rompimento com Portugal em 12 de outubro de 1822, sagrando-se imperador do Brasil.



Figura 4.1.7.: Pintura "Independência ou Morte" de Pedro Américo.

Residem aí as principais idiossincrasias da independência brasileira, aparentemente um “movimento bastante elitista, quase uma disputa entre aristocratas portugueses”¹⁷. Proclamada por um monarca desgarrado, a independência de 1822 apontava paradoxalmente para a continuidade do regime monárquico, em contraposição ao movimento liberal e constitucional iniciado em Portugal pela Revolução do Porto. As elites regionais brasileiras viram-se então divididas entre a crescente autonomia prometida pela metrópole, todavia distante da realidade colonial, e o acatamento pelo regente da sugestão local de elaboração de uma constituição efetivamente brasileira, embora colocasse sempre a ressalva de que tal constituição deveria ser “digna de seu poder”¹⁸. Segue-se então à independência uma série de disputas e guerras. Marcados tanto por buscas de reatamento com a metrópole quanto por independências regionais, são movimentos que, se não fossem contidos a tempo, poderiam ter potencialmente resultado em fragmentação semelhante à observada nas colônias espanholas. Foi então no sentido de destituir os poderes das Cortes legislativas portuguesas que se “deve em grande parte ser atribuído o sucesso do Grito do Ipiranga, gesto que, se não contasse com o inestimável apoio das elites do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, passaria para a história como mais um berro inconsequente do autoritário D. Pedro.”¹⁹ Naquele momento o ato se prestava a garantir a coesão do novo império, sendo que “em 1825, graças à mediação britânica [...] a corte de Lisboa aceitava o fato consumado”²⁰. No entanto, Del Priore e Venâncio apontam que:

A independência, porém, pregou uma peça nessas elites. Um ano após ser convocada, a Assembleia Constituinte foi dissolvida e, em seu lugar, o imperador designou um pequeno grupo para redigir uma Constituição 'digna dele', ou seja, que lhe garantisse poderes semelhantes aos dos reis absolutistas. [...] Não é de se estranhar, portanto, que, pelos idos de 1824, parte das elites provinciais encarasse a independência como um retrocesso em relação às conquistas da Revolução do Porto. Tal descontentamento, porém, não significava a luta pela 'restauração', até porque Portugal, por aquela época, também dava uma guinada rumo ao absolutismo. Em vez de voltar a obedecer Lisboa ou continuar obedecendo ao Rio de Janeiro, a palavra de ordem agora era de independência local e Proclamação da República. (DEL PRIORE e VENÂNCIO: 2010, pp.165-166)

Em contraste com o ocorrido na América espanhola, a independência brasileira não resulta na constituição de uma república, mas em nova modalidade de monarquia que, embora liberal e parlamentar, seguia como regime autocrático. É assim que no Brasil o clima insurrecional implanta-se paradoxalmente não antes, mas logo após a proclamação da

¹⁷ Del Priore e Venâncio. 2010, p. 164.

¹⁸ Del Priore e Venâncio. 2010, p. 164.

¹⁹ Idem, pp. 165.

²⁰ DONGHI, 1975. P. 110

independência. À exemplo da Inconfidência Mineira de 1789 e da Revolução Pernambucana de 1817, eclodem pelo Brasil uma miríade de movimentos, muitas vezes violentos, de cunho federalista e republicano. Nesse sentido, Donghi aponta que a “unidade será salvaguardada, mas não sem dificuldades: em 1824, o norte se rebelava assumindo uma base republicana federal; e, pouco depois, desencadeava-se a guerra no sul, na Banda Oriental do Uruguai, na qual o Brasil herdava de Portugal uma nova e indócil província, a Cisplatina, formada por antigos territórios espanhóis.”²¹ No entendimento da verdadeira guerra civil que se espalha pelo território brasileiro ao longo do século XIX, mostra-se pertinente a interpretação de Gilberto Freyre, ajudando inclusive na interpretação de movimentos que, já no século XXI, manifestam com veemência insatisfações populares de distintas origens.

Também são frequentes, entre nós, os relapsos no furor selvagem, ou primitivo, de destruição, manifestando-se em assassinatos, saques, invasões de fazendas por cangaceiros: raro aquele dos nossos movimentos políticos ou cívicos em que não tenham ocorrido explosões desse furor recalcado ou comprimido em tempos normais. Sívio Romero chegou a criticar-nos pela ingenuidade com que 'damos o pomposo nome de revoluções liberais' a 'assanhamentos desordeiros'. O caráter, antes de choque de culturas desiguais, ou antagônicas, do que cívico ou político, desses movimentos, parece não ter escapado ao arguto observador: 'os elementos selvagens ou bárbaros que repousam no fundo étnico de nossa nacionalidade, vieram livremente à tona, alçaram o colo e prolongaram a anarquia, a desordem espontânea', escreve ele, referindo-se às balaiadas, sabinadas, cabanadas, que têm agitado o Brasil. Poderia talvez estender-se a caracterização aos mata-marinheiro, quebra-quilos, farrapos; quem sabe mesmo se atualizá-la, aplicando-a a movimentos mais recentes, embora animados de um fervor ideológico mais intenso do que aqueles? A revolução pernambucana de 1817 parece-nos permanecer em nossa história política 'a única digna desse nome', da frase de Oliveira Lima; é sem dúvida aquela que se revestiu menos do caráter de pura desordem propícia ao saque, ou menos sofreu da deformação de fins políticos ou ideológicos. Não que a consideremos exclusivamente política, sem raízes econômicas; o que desejamos acentuar é que se processou de modo diverso das abriladas, com um programa e um estilo político definidos. Da vinagrada de 1836, no Pará, escreveu Sívio Romero: 'o elemento tapuio alçou o colo, tripudiando sobre a propriedade alheia'.

Isto sem falarmos em movimentos francamente de revolta de escravos, explosões ou de ódio de raça ou de classe social e economicamente oprimida – a insurreição de negros em Minas, por exemplo. Ou nos como terremotos de cultura: culturas oprimidas explodindo para não morrer sufocadas, rompendo a crosta da dominante para respirar, como parece ter sido o movimento de negros na Bahia em 1835. A cultura negra maometana contra a portuguesa católica.²² Estes são movimentos à parte, de um profundo sentido social, como à parte é o de Canudos – resultado da diferenciação de cultura que se operou entre o litoral e o sertão. Os relapsos em furor selvagem

²¹ Idem, p. 110.

²² Quanto a este movimento, denominado Revolta dos Malês, Del Priore e Venâncio descrevem que “os cativos pretendiam matar todos os brancos e decretar uma monarquia muçulmana na Bahia”. 2010, p. 168.

observamo-los em movimentos de fins aparentemente políticos ou cívicos, mas na verdade pretexto da regressão à cultura primitiva, recalcada porém não destruída.

É natural que na noção de propriedade como na de outros valores, morais e materiais, inclusive o da vida humana, seja ainda o Brasil um campo de conflito entre antagonismos os mais violentos. No tocante à propriedade, para nos fixarmos nesse ponto, entre o comunismo do ameríndio e a noção de propriedade privada do europeu. Entre o descendente do índio comunista, quase sem noção de posse individual, e o descendente do português particularista que até princípios do século XIX viveu, entre alarmes de corsários e ladrões, a enterrar dinheiro em botija, a esconder bens e valores em subterrâneos, a cercar-se de muros de pedra e estes, ainda por cima, ouriçados de cacos de vidro contra os gatunos. [...] na verdade, expressão do conflito que salientamos entre as duas noções de propriedade. (FREYRE: 1999, pp.141-142)

Nesse contexto, diante dos crescentes gastos públicos com a contenção das revoltas, o aumento na emissão de moedas provoca não apenas a falência do Banco do Brasil em 1829 como também inflação vertiginosa.²³ O imperador, forçado a aumentar os contingentes militares para enfrentar tropas portuguesas e rebeliões internas, conjuntamente com a morte em 1826 de D. João VI, vê a situação escapar ao controle. Virtual sucessor da coroa e receoso do agravamento dos movimentos separatistas frente à possibilidade da restauração da ligação com Portugal, em 1831 Pedro I se vê obrigado a renunciar ao trono. Seu herdeiro, Pedro II, tinha então menos de 5 anos, levando à instauração de uma regência civil – primeiro trina, e a seguir centralizada em um único regente. Sua crença de que a delegação da regência e do poder a membros das elites regionais viesse arrefecer os ânimos se frustraria, uma vez que os grupos dominantes derrotados nas eleições para a escolha de regentes demonstrariam seu descontentamento de armas em punho. O caminho rumo à República parecia cada vez mais irreversível.

Por volta de 1880, com o processo de uma economia primária e de exportação, consolidou-se em quase toda a América Latina um novo pacto colonial que substituiu aquele imposto pela Espanha e por Portugal. Desde então, continua-se a avançar rapidamente pelo caminho empreendido. O desenvolvimento, mais rápido que antes, será acompanhado por crises de intensidade cada vez maior. O regime neocolonial, desde o início, parece revelar os limites de suas conquistas: não se pode dizer que nasce velho [...] mas, pelo menos, nasce com os sintomas bem perceptíveis de um esgotamento que deverá ser precoce. É um progresso mediante sobressaltos, que nem sempre deixa sobre o terreno por que passa outra marca indelével que não seja uma devastação comparável àquela provocada por uma catástrofe natural. Em parte, pelo menos, a sua turbulência é a consequência de estreitas ligações com a metrópole, também ela abalada pelo andamento mais agitado da conjuntura econômica. (DONGHI: 1975, p. 237)

²³ Del Priore e Venâncio. 2010, p. 166.

A repercussão na América Latina da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da Revolução Francesa – e sua tradução espanhola por Antonio Nariño – traria também uma adesão da classe burguesa que se afigurara às novas ideias sociais, educacionais e políticas, pois “uma sociedade híbrida em processo de integração deveria rever as teses iluministas acerca da igualdade humana e da condição do índio e do negro”²⁴. Muito embora uma igualdade efetiva não tenha ainda sido alcançada até os dias atuais, a propagação de tais ideais teria seu papel nos sucessivos processos de abolição da escravatura que ocorreria de 1829 a 1888 nos diversos países da região. Em pouco tempo, seria revogada também a tributação aos indígenas nas colônias hispânicas, herdada dos povos nativos e praticada desde o primeiro momento da dominação dos povos pré-colombianos.

Embora nem sempre explorada, a relação entre modernização, escravidão e militarismo encontra-se na base das razões que levaram à proclamação relativamente súbita da república no Brasil, em 1889. Ao final do século XIX, as contradições irreconciliáveis entre os fatores em jogo levariam à implosão do sistema monárquico escravocrata instituído na colônia portuguesa desde os primeiros tempos de sua ocupação.

Segundo Del Priore e Venâncio, “a animosidade dos militares em relação à monarquia tinha raízes profundas”, pois o Exército brasileiro sofria já há muito pela falta de investimentos e contingentes, fator que, “na percepção da maioria dos militares, era planejada pelos dirigentes do Império”. Um funcionamento efetivo do exército pressupunha em grande parte o desarmamento da sociedade, ação que o regime escravista impossibilitava por motivos óbvios.²⁵ Paralelamente, estimulados tanto pelos ideais iluministas franceses quanto pela independência das nações americanas, tornadas repúblicas – principalmente a dos Estados Unidos –, éramos, segundo Roberto Schwarz, “um país agrário e independente, dividido entre latifúndios, cuja produção dependia do trabalho escravo por um lado, e por outro do mercado externo” e que, “por sua mera presença, a escravidão indicava a impropriedade das ideias liberais”. Schwarz defende ainda que “sendo uma propriedade, um escravo pode ser vendido, mas não despedido. O trabalhador livre, nesse ponto, dá mais liberdade a seu patrão, além de imobilizar menos capital. Este aspecto – um entre muitos – indica o limite que a escravatura opunha à racionalização produtiva.”²⁶ Em um contexto mundial de modernização, estruturada sobre

²⁴ ROMERO, José Luis. *América Latina: las ciudades e las ideas*. 1976, p. 167.

²⁵ Del Priore e Venâncio. 2010, p. 198.

²⁶ SCHWARZ, Roberto. 1977, pp. 13-15.

contradições tão fundamentais num frágil equilíbrio de fatores, a monarquia logo desabaria. A permanência da escravatura e a ampla vigência da prática do *favor* no Brasil do século XIX o colocava assim numa posição de inferioridade cultural e invalidez científica em relação aos países liberais europeus, que não atribuíam crédito a suas afirmações e realizações.

Encontravam-se nesse momento em disputa três frentes principais quanto à questão escravagista: os abolicionistas, advogando a imediata eliminação da escravidão, os escravistas, a favor de sua permanência e os emancipacionistas, favoráveis à sua gradual extinção. Em crise ao menos desde a década de 1830, o avanço das lavouras de café e a proibição do tráfico de escravos em 1850 havia elevado em muito os seus preços, que se por um lado dificultavam sua aquisição, por outro tornaram-nos escassos, aumentando em muito seu valor e incentivando a criação de um tráfico interno. Enquanto os emancipacionistas trabalhavam as bases para criar as condições necessárias à abolição – como o incentivo à recepção de trabalhadores livres europeus e leis como a do *Vente Livre* e dos *Sexagenários* – a ação abolicionista acabou por mostrar-se mais efetiva, precipitando a assinatura da *Lei Áurea* em 13 de Maio de 1888²⁷:

O impacto da abolição foi devastador na relação entre o governo imperial e uma legião de proprietários rurais, pois, na época em que foi sancionada, a indenização era impossível: os 700 mil escravos existentes (sendo quase 500 mil deles localizados em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) valiam, no mínimo, 210 milhões de contos de réis, enquanto o orçamento geral do Império era de 165 milhões de contos de réis. A *Lei Áurea* rompeu, dessa forma, com o gradualismo dos emancipacionistas, sendo resultado das lutas de escravos e de homens livres engajados no movimento abolicionista. Para os escravistas, a abolição representou uma traição, um confisco da propriedade privada. A reação desse grupo não tardou a acontecer. Um ano após o 13 de Maio, à oposição dos militares somou-se a de numerosos ex-senhores de escravos. A monarquia estava com seus dias contados. (DEL PRIORE e VENÂNCIO: 2010, p.210)

Unidos, militares e descontentes ex-senhores de escravos proclamariam a república em 15 de novembro de 1889. A consolidação deste processo, tanto no Brasil quanto nas colônias hispânicas, dariam origem ao fenômeno conhecido como coronelismo, com efeito prolongado no interior das estruturas das sociedades latino-americanas.

No tremor geral que havia sofrido a sociedade depois da independência, a mudança mais profunda se havia produzido, precisamente, nas classes dirigentes. [...] No ambiente que predominou depois da independência era impensável uma política que não estivesse respaldada pela força. O sinal desta situação foi a transmutação de civis em

²⁷ Del Priore e Venâncio. 2010, pp. 203-210.

militares. [...] Mas ninguém hesitava em proclamar-se coronel se tivesse à retaguarda quinhentos homens bem montados. Coronel era, por direito próprio, o chefe político que estava em condições de fazer efetiva sua autoridade arbitrária com o respaldo de uma força militar. A época das guerras civis foi a época dos militares-políticos, porque dificilmente podia gravitar na política quem não tivesse essa dupla condição.[...] E para uma sociedade que comprovava cotidianamente que esse era, de fato, o governo que tinha, a classe dominante foi a dos coronéis e dos generais. [...] Alguns se mostraram conservadores e outros liberais, sem preconceito de que trocavam de partido se o julgassem oportuno. [...] Foi uma nova classe dirigente, de características inéditas, surgida espontaneamente da nova sociedade e adequada a ela. [...] Ao longo do tempo, o patriarcado se foi consolidando, graças à continuidade de ação de suas sucessivas gerações, à fortuna e ao poder herdados, à ação simultânea em diversos setores da sociedade, às alianças matrimoniais ou econômicas. Converteu-se em uma 'riqueza antiga' e começou a considerar-se e ser considerado como uma aristocracia que, como de costume, escondia ou idealizava suas origens. (ROMERO: 1976, pp. 197-204)

Mas, na América Latina, muitas das cidades que haviam começado a transformar-se em finais do século XVIII interromperam seu leve desenvolvimento por motivo das alterações que produziram a independência primeiro, e as guerras civis depois. [...] Em paralelo, eram muitas as cidades que não haviam tido ainda um desenvolvimento significativo, e se somavam às que haviam declinado, para completar o quadro geral de estancamento. Que imagem podiam oferecer Cuzco ou Quito, Ouro Preto ou Tacna, Cochabamba ou Monterrey, Asunção, Guatemala ou Valdivia? O século XVIII sobrevivia nelas: a mesma praça, a mesma fonte, a mesma igreja, as mesmas ruas e casas. Quem lesse uma antiga descrição da cidade descobria que nada havia mudado. (ROMERO: 1976, p. 219)

Após o relativo estancamento observado ao longo dos períodos de conflitos internos, nos quais as questões urbanas eram relegadas a um segundo plano de importância, as cidades retomam o crescimento e suas feições modificam-se para adequar-se às novas condições. O lento crescimento das cidades até meados do século XVIII se acelera, casas melhores são construídas e os vazios urbanos até então existentes são preenchidos à medida que cresce cada vez mais rapidamente a população urbana. Após a independência e, no caso Brasileiro, a proclamação da República, consolidam-se definitivamente as novas burguesias urbanas e seus reflexos passam a ser observados nas principais cidades.

Rio de Janeiro foi a primeira cidade latino-americana que sofreu câmbios importantes na sua fisionomia, já nas primeiras décadas do século. [XIX] [...] Também México foi, por poucos anos, capital imperial, quando Maximiliano e Carlota ocuparam o trono. [...] Na metade do século XIX outras começaram a mudar sua fisionomia. Uma maior estabilidade política e alguma forma de riqueza permitiu que as classe altas e os governantes se ocupassem em dar às cidades uma aparência nova, compatível com sua importância e, sobretudo, com suas pretensões de luxo inspiradas no já obsessivo exemplo de Paris. Não houveram remodelações importantes na planta urbana, mas nos bairros de classe alta começaram a aparecer as residências com pretensões de palácios, mandadas fazer por opulentos comerciantes, fazendeiros ou mineradores. A tendência

ao revivalismo que se manifestava em alguns países europeus produziu nas cidades latino-americanas também a aparição de palácios neogóticos e mouriscos. Mas em geral predominou na arquitetura um ecletismo afrancesado que correspondia à influência preponderante nos gostos e nos costumes. [...]

Abertas às influências estrangeiras, as cidades latino-americanas começaram a transformar-se quando se estabilizaram em alguma medida os processos sociais e políticos e começou a crescer a riqueza: foi preocupação fundamental das sociedades patricias moldar sua vocação de legítima aristocracia arraigada na terra dentro do quadro da civilização europeia. Tudo se imitou: desde os modelos arquitetônicos até o costume de tomar chá. No entanto, as formas de convivência foram predominantemente provincianas durante este longo meio século que se seguiu à independência. Quando se aceitaram definitivamente os costumes europeus nas classes altas, o velho patriarcado havia cedido seu lugar a uma nova geração, a uma nova classe. (ROMERO: 1976, pp. 222-227)

Romero ressalta que já no século XVIII “algumas cidades tiveram bibliotecas e jornais, mas por quase todas circulavam os livros e as ideias que então sacudiam a Europa”. Segundo ele, a inquietação e efervescência gerada pela circulação dessas ideias renovadoras, rapidamente assimiladas como ideologia das burguesias americanas, fariam com que as cidades “fervessem em fogo baixo até a Independência, e em fogo alto depois dela”²⁸. No interior das cidades, e desde o relativo processo de valorização intelectual iniciado ao final do século XVIII, este é um fator que tem importância crescente ao longo do século XIX. Intelectualidade e política entrelaçam-se e muitas vezes confundem-se. É no paradoxal balanço entre a política atrelada às classes intelectuais e àquela regida pela força que se constroem as nacionalidades latino-americanas.

Atuavam na luta pelo poder grupos reduzidos, às vezes organizados sob a forma de um partido político, mas, mais geralmente como setores de interesse e de opinião [...]. Eram políticos ou militares, sem que se pudesse distinguir sempre o matiz que diferenciava uns de outros. [...] A política se decidia nas cidades, umas vezes através de processos eleitorais e outras vezes por meio de revoltas. [...]

O 'palácio', ou o 'forte' ou a 'casa de governo' eram algumas vezes suntuosos – como nas cortes imperiais da Boa Vista ou *Chapultepec* – e outras modestos; mas sempre foram vistos como o recinto de onde se urdia uma trama secreta da qual logo se conheciam os efeitos. [...]

Junto à cidade política desenvolvia sua vida a cidade intelectual. As velhas universidades coloniais [...] definham em meio aos sobressaltos políticos e as novas inquietudes intelectuais. [...] São Paulo sediou uma Faculdade de Direito de tão intensa vida que durante muito tempo emprestou seu caráter à cidade, como uma espécie de Coimbra americana. Os estudantes compunham o grupo social mais identificável da cidade,

²⁸ ROMERO, José Luis. *América Latina: las ciudades e las ideas*. 1976, pp. 120-121.

apesar de serem de diversas cidades brasileiras, inclusive do Rio de Janeiro, onde havia, ao contrário, uma Faculdade de Medicina. [...]

De todos os modos, o jornal foi o principal instrumento da vida intelectual, que raramente se desentendia da vida política. [...] Não faltava na rua mais frequentada de cada capital uma livraria onde chegavam os livros estrangeiros mais solicitados pelos curiosos e pelos *snobs*. Ali se reuniam também tertúlias literárias em que se encontravam os que liam os mesmos livros e seguiam assiduamente os mesmos autores. Eram os que se encontravam no teatro, nas redações de jornais, no congresso. Política e literatura eram inseparáveis [...]. (ROMERO: 1976, pp. 241-246)

Com a consolidação dos processos de independência das colônias americanas em princípios do século XIX, tem início o processo de construção efetiva das identidades nacionais. O período em que se iniciam os sentimentos voltados à construção da noção de pátria e, ao mesmo tempo, em que se fortalecem os patriarcados, divididos entre o mundo urbano e o mundo rural.

Certamente, o longo processo que em cada país se desenvolveu desde a independência até 1880 [...] se viu inscrito no quadro das grandes mudanças econômicas que sofreram então Europa e os Estados Unidos. A Revolução Industrial desencadeada na Inglaterra se havia estendido por outros países, e a pressão econômica foi cada vez mais forte sobre a América Latina. Houve pressão sobre os mercados através de financistas que negociavam empréstimos e de comerciantes que vendiam produtos manufaturados e compravam matérias-primas, mas não faltou a pressão militar e política.[...] O campo recebeu os impactos da mudança industrial, e viu aparecer a força do vapor aplicada aos velhos engenhos açucareiros. Logo se viram os barcos a vapor e começou-se a ter estradas de ferro. Mas a produção afluía às cidades e foi nelas, já iluminadas a gás, onde notou-se uma crescente atividade, sobretudo depois da metade do século. O comércio de importação e exportação e os bancos estrangeiros impulsionaram a vida urbana: pouco a pouco os descendentes do velho patriarcado, estabelecido em cidades que queriam imitar as da Europa, descobriram que a melhor opção para os novos países era incorporar-se ao desenvolvimento das grandes potências industriais. (ROMERO: 1976, pp. 173-176)

Pouco a pouco aparecia o primeiro esboço da cidade industrial, com suas fábricas incipientes, com suas oficinas tipográficas ou ferroviárias ou simplesmente de manutenção de maquinaria, com suas usinas de gás, nos quais se começava a ver os velhos artesãos mesclados com um incipiente proletariado industrial. E embora se insinuassem alguns movimentos operários em algumas cidades, o novo estrato social não chegou a constituir então uma força importante. [...] Apesar da abertura que se observou temporariamente depois das revoluções, a possibilidade de emergir, mesmo ao nível da subsistência, era difícil para muitos; mais difícil ainda era dar os passos à ascensão social e econômica, a despeito dos efeitos indiretos da revolução industrial. (ROMERO: 1976, pp. 190-192)

4.2. Apontamentos teóricos

Ao mudar nossa imagem do tempo, modificou-se nossa relação com a tradição. Melhor dizendo, porque mudou nossa ideia do tempo, tivemos consciência da tradição.²⁹

4.2.1. Mudança de escalas e tempos

No princípio do romance *Os dados estão lançados*, de Jean-Paul Sartre (*Les jeux sont faits*, 1947), o personagem principal sente em um dado momento um impulso inexplicável de se dirigir a determinado ponto da cidade, a um edifício desconhecido. Ao entrar, depara-se com uma espécie de repartição pública, onde é informado que está agora oficialmente morto. Desconcertado, ele sai à rua e percebe que há muito mais pessoas do que antes. Um grupo acerca-se dele, explicam que muitos daqueles estão, como eles próprios, mortos, e dispõem-se a ajudá-lo em sua adaptação à nova condição. O recém-chegado pergunta a eles como faria então para distinguir entre os vivos dos mortos. Os homens não têm dúvida em responder: – Preste atenção : os vivos têm pressa.

Esta talvez seja uma parábola pertinente para buscar entender um pouco do que provavelmente sentiram muitas das pessoas que se viram em dado momento envolvidas pelos desdobramentos da revolução industrial. O mundo que agora era movido pela máquina não era o mesmo de antes, nem era igual o tempo. A presença da máquina, e a mentalidade por trás da lógica de sua invenção impuseram ao mundo naquele momento – quiçá inadvertidamente – uma mudança na própria lógica do tempo. Se uma atividade qualquer levava agora a metade do tempo para ser realizada, o tempo havia então sido reduzido à metade do que era antes. O ritmo de produção imposto pela máquina, resulta assim em um colateral encurtamento do tempo, ou, por outra ótica, em sua aceleração. À medida que mais e mais eficientes e rápidas se tornam as máquinas, maior é o achatamento do tempo que se observa. As cidades responderão a esse impacto, não apenas em termos temporais, mas também espacialmente.

Com 7.300 hectares, o centro histórico de Paris – praticamente todo ele contido no interior da muralha erigida no século XVIII, a já demolida muralha dos *Fermiers Généraux* – representa hoje uma porcentagem ínfima da aglomeração. A mesma constatação pode ser feita em todas as grandes cidades. A grande Londres ocupa um território de cinquenta quilômetros de diâmetro, enquanto sua área central, a City, pode ser atravessada a pé em menos de meia hora. Em Nova York, Manhattan – que antes

²⁹ Octavio Paz, citado por J. J. Martin Frechila, em *Desde la arquitectura, la ciudad moderna*. 1989, p.7.

das extensões de 1810 se restringia à área ao sul da Rua Houston – só foi inteiramente ocupada em fins do século XIX, enquanto, à exceção do Brooklyn, seus demais distritos, os *boroughs*, eram ainda pequenos e tranquilos arrabaldes. Em Brasília, [...] a “cidade histórica”, isto é, o Plano Piloto, abriga menos de um quinto da população da aglomeração e representa apenas uma porção menor da área urbanizada. Ao longo do século XX, constata-se nas cidades uma inversão da relação entre o centro antigo e sua periferia, esta última passando a representar, em superfície e população, a parcela maior da aglomeração. Tal inversão ocorre não apenas nas grandes metrópoles e nas capitais, mas alcança também cidades menores. (PANERAI: 2006, p.13)

Conforme colocado de modo perspicaz por Philippe Panerai, é ao longo dos últimos cem anos, e principalmente nas últimas seis décadas decorridas desde a intensificação do uso do automóvel, que as aglomerações urbanas sofrem uma transição de escala sem precedentes, que viria alterar radicalmente toda a concepção de urbanidade que se tinha até finais do século XIX.

O espraiamento vem acompanhado por uma esgarçada no tecido urbano. A evolução dos modos de vida urbana engendra um consumo expressivo de espaços. [...] Ela vai ficando abarrotada com uma heterogênea massa construída, na qual ocorrem rupturas de escala impressionantes: um trevo viário ocupa a mesma área que uma cidadezinha antiga. (PANERAI: 2006, pp.13-14)

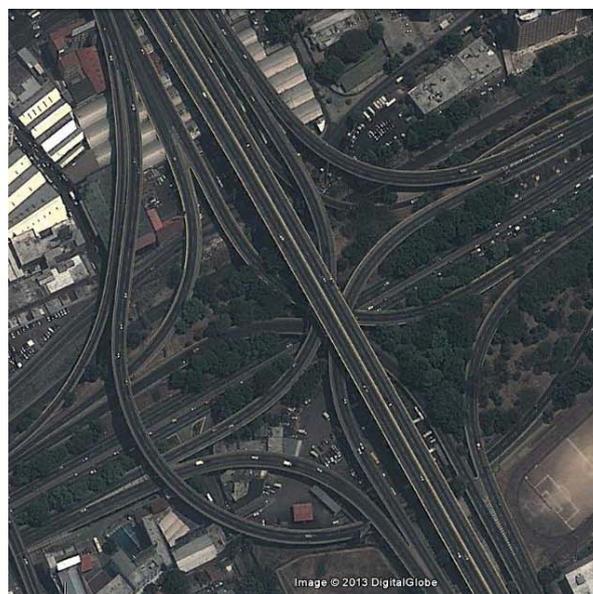


Figura 4.2.1.: Na mesma escala, à esquerda Praça Tiradentes, em Ouro Preto, Minas Gerais e à direita entroncamento urbano em Caracas, Venezuela, conhecido como “La Araña”. Fonte: Google

No entanto, com notável lucidez, Panerai se priva de tratar a questão com a grandiloquência cataclísmica que muitas vezes acompanha tal sorte de constatações em relação às cidades contemporâneas mas, ao contrário, aborda objetiva e pragmaticamente o assunto e convida o leitor a acompanhar sua reflexão:

[...] não se pretende propor uma nova terminologia para designar a cidade contemporânea. Continuaremos a chamá-la, como sempre, de cidade, pois estamos convencidos de que essa cidade não é menos urbana que aquela do passado, apenas a sua urbanidade é que é de outra ordem. [...] Se a perda da forma urbana tradicional anunciada por Carlo Aymonino (1966) testemunha nossa dificuldade em ler a cidade atual e nossa confusão diante de uma situação que não corresponde mais às nossas referências, é necessário indagar porque não conseguimos entender a cidade. [...] É preciso perguntar que outros modelos podem nos ajudar, hoje, a pensar a aglomeração como totalidade, a descrever sua forma, a identificar suas partes e a compreender porque o modelo radioconcêntrico – tão idealmente atrelado a uma representação de mundo e de poder – não funciona mais. (PANERAI: 2006, p.14-15)

Ora, se modifica-se a escala de percepção do tempo e muda também a própria dimensão física da cidade e sua percepção, fruto das alterações sociais, econômicas e tecnológicas engendradas pela nova conjunção histórica, mudaria também a própria forma com que o homem passa a relacionar-se com sua vida e suas ideias, bem como a percepção de sua escala relativa neste contexto, conforme propõe Scully:

O modo de vida antigo, cristão, pré-industrial, pré-democrático, foi progressivamente se rompendo à sua volta, de modo que o homem obteve um lugar jamais ocupado por um ser humano antes. Ao mesmo tempo, tornou-se um átomo minúsculo em um vasto mar de humanidade, um indivíduo que se reconhece como sendo definitivamente solitário. Portanto, vacilou entre o desejo frenético de encontrar algo mais amplo a que pertencer e a paixão igualmente avassaladora para expressar a sua própria individualidade e agir por conta própria. A arquitetura moderna refletiu as tensões desse estado mental e materializou o caráter da época que a gerou. (SCULLY Jr.: 2002, p.15)

O crescimento desmesurado e descontrolado observado nas cidades da América ao longo do século XX veio tornar realidade o potencial de reprodutibilidade da quadrícula urbana em escala massiva. Neste processo a quadrícula foi repetida *ad nauseam*, sua adaptação forçada a relevos distintos, rotacionados seus eixos e permitidas toda sorte de liberdades à especulação imobiliária urbana no século XX. Resultam daí as cidades características da América, e particularmente as da América Latina, em geral desprovidas de uma noção de conjunto ou unidade, distendidas indefinidamente pelo território e às quais faltam continuidades e limites claros. Dessa lógica derivam cidades tão distintas quanto São Paulo, México, Los Angeles, Caracas ou Belo Horizonte, compartilhando entre si a perda de importantes referenciais urbanos e, via de regra, a feiura. Quanto a este último fator, a análise de Liernur é bastante precisa, e delimita bem a questão:

Mas será que as favelas do Rio e os bairros miseráveis de Rosário, os barracos desmoranando que cercam Caracas, as esquálidas *medianeras* de Buenos Aires, as intermináveis periferias escangalhadas da Cidade do México, os lixões infinitos a céu

aberto, o *smog* sobre Santiago, o cheiro podre dos tugúrios de Lima, os esgotos transbordados, bairros nunca acabados, os cartazes toscamente besuntados, toda essa imensa paisagem de nossas cidades, em sua absoluta carência de forma e limites, são uma versão fim de século daquele sublime universo dos temporais, dos monstros, das tumbas e dos vulcões que celebraram os românticos? [...] Mais apropriado, ao contrário, me parece considerar que à destruição permanente das formas – políticas, sociais, culturais, e urbanas – nesta porção do planeta corresponde aplicar outra categoria: a da fealdade.

É que há que admiti-lo. Por mais que hoje repintemos suas relíquias, ou inventemos pequenas ordens espelhadas, vistas de perto nossas cidades são, em sua maior parte, isso: feias. Mark Cousins propôs recentemente uma sugestiva análise desta condição, a da fealdade, várias de cujas hipóteses podem ajudar-nos. Para começar, Cousins considera que a fealdade não constitui uma categoria dependente da beleza, algo assim como seu negativo. O feio é mais bem uma característica que escapa à estética. A fealdade nega a verdade. Desde Aristóteles pertence ao reino do erro. [...] Cousins sustenta ainda que dado que os objetos existem por si mesmos e como representação de si mesmos, o feio se produz como um transbordamento de matéria sobre a representação. Por isso a fealdade é uma condição contaminante: consome um espaço maior que o que ocupa sua forma externa. O feio é voraz, um excesso que ameaça, porque consiste na súbita aparição de uma interioridade da qual a referência externa não pode dar conta. A fealdade é matéria sem significado. [...] Mas a fealdade não é só o que não deveria estar aí: é ainda o que não está mas poderia estar. É certo que esta condição não é exclusiva das metrópoles e modernas cidades deste lado do mundo. Mas sua magmática extensão é das mais provocadoras. [...] Que ocorre se observamos deste modo nossas cidades, desagregadas e sem forma? (LIERNUR: 2010, p.90-93)

Deste modo, para nós latino-americanos, além do desconcerto provocado pelo encurtamento exponencial do tempo imposto pelos crescentes avanços tecnológicos, da perda da forma e dos limites urbanos que impõem dificuldades à leitura e apreensão da cidade e a condição humana no mundo moderno, temos ainda de lidar – e, se possível, mitigar e combater – por mais desconfortável que seja aceitá-lo, com a lamentável e crescente fealdade das cidades que construímos.

4.2.2. Homem e natureza, cidade e campo

O crescimento urbano dos séculos XIX e XX provocado pela industrialização traz consigo uma profunda transformação na relação até então existente entre o homem e a natureza, transformação que se reflete diretamente na dialética urbana estabelecida entre a cidade e o campo desde as primeiras aglomerações deste tipo. Se a cidade antiga ou tradicional era tida antes de tudo como espaço seguro onde se abrigar dos perigos da natureza desconhecida e selvagem do lado de fora, tal concepção altera-se radicalmente.



Figura 4.2.2.: À esquerda, cidade medieval cercada pela natureza. À direita, Central Park, Nova York.

No contexto da América, Marina Waisman aborda o tema da dualidade cidade-campo, ou homem-natureza, tanto sob o aspecto da diferença fundamental entre o Norte e o Sul, tratada em 2.5, quanto da gradual evolução do urbano que aqui se observa:

O tecido tradicional de uma cidade também possui uma elevada carga significativa. A tradição europeia mediterrânea da rua com fachadas contínuas se repete nas cidades da América espanhola, e o significado urbano da fachada parece ter tal relevância que, como é sabido, em zonas quase descampadas de pequenas populações rurais, encontra-se a tipologia de casas de paredes-meias, paredes que, frequentemente, limitam terras vagas, e instauram assim o significado de 'cidade' em oposição a 'campo'³⁰. Essa tradição urbana, ou talvez deveríamos dizer essa *vocação urbana*, contrastante com a *vocação rural* anglo-saxônica, modificou-se em boa parte desde a incorporação do subúrbio tipo cidade jardim, que introduz outros significados como resultado de uma nova semantização da cidade, que não entende já como o lugar da vida plena e da eclosão da cultura, mas como a condensação dos males acarretados pela civilização industrial, motivo pelo qual se tenta acabar com aquela oposição cidade/campo e incorporar os significados do campo na cidade. (WAISMAN: 2013, pp. 176-177)

Ao expandir-se exponencialmente, a cidade moderna se hipertrofia a ponto de perder de vista seus limites, e assim o contato direto com a natureza, rompendo a dualidade clara de tal relação. À medida que a cidade cresce, altera-se gradualmente o significado atribuído à natureza, ao ponto de inverter-se a relação original. A natureza passa neste momento a ser considerada como lugar desejado de sossego e descanso que libertaria das angústias e incertezas o homem urbano moderno, refletindo-se tanto na adoção do modelo de cidades jardim ou condomínios campestres – como um retorno ilusório à vida rural – ou pela incorporação de áreas verdes e parques na malha urbana – como tentativa de transpor um pedaço de natureza para o interior do contexto urbano denso. Todavia, em ambas as modalidades, também a natureza passa agora a ser planejada.

³⁰ Fenômeno semelhante pode ser também observado em várias partes do Brasil, tanto em pequenas cidades do interior de Minas Gerais, aglomeradas, em um trecho de estrada, quanto em vilas do sul da Bahia, com suas casas dispostas ombro a ombro ao redor do recorrente “quadrado” ou ao longo de vielas de areia fofa.

4.2.3. Trabalho e moradia urbana

Desde meados do século XIX, a crescente demanda por moradia imposta pela grande massa de trabalhadores deslocados para as cidades enseja o surgimento de novas formas de habitação, em geral explorados comercialmente por terceiros, e que adquirem configurações espaciais diversas em cada situação. As *mietskasernen* alemãs, os *tenements* estadunidenses, os *conventillos* e *villas miseria* da América hispânica, bem como os cortiços e favelas brasileiras são bons exemplos disso, em momentos distintos. Não por acaso, todas tem em comum as más condições de moradia que oferecem ao trabalhador, condições que em inúmeros casos persistem até os dias atuais. Segundo Anatole Kopp, o desejo de melhorar as condições da moradia operária na Europa arrasada pela guerra era a causa que mobilizara os arquitetos da vanguarda europeia a investigar novas possibilidades para a habitação urbana. Kopp defende com veemência que “esses arquitetos não tinham por objetivo a realização de uma obra-prima pessoal, mas a edificação em grande escala de tudo aquilo que os habitantes da cidade de pedra sempre estiveram privados”³¹.

No século XIX em Nova York, investidores rentistas percebem que quanto mais cômodos conseguissem construir em seu terreno maior seria sua renda, raciocínio que origina os típicos cortiços americanos, chamados *tenements*. Em geral, eram conformados a partir da adaptação de casas unifamiliares ou edifícios de apartamentos existentes em terrenos estreitos, aos quais se iam agregando precariamente construções anexas e subdividindo-se os espaços originais, tornando escassa ou até mesmo inexistente a ventilação e iluminação naturais dos ambientes de moradia.



Figura 4.2.3.: Aspecto externo e interno de típico *tenement*, no Lower East Side de Nova York. A foto da direita faz parte da série feita por Jacob Riis.

³¹ KOPP, Anatole. Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa. 1990, p. 19.

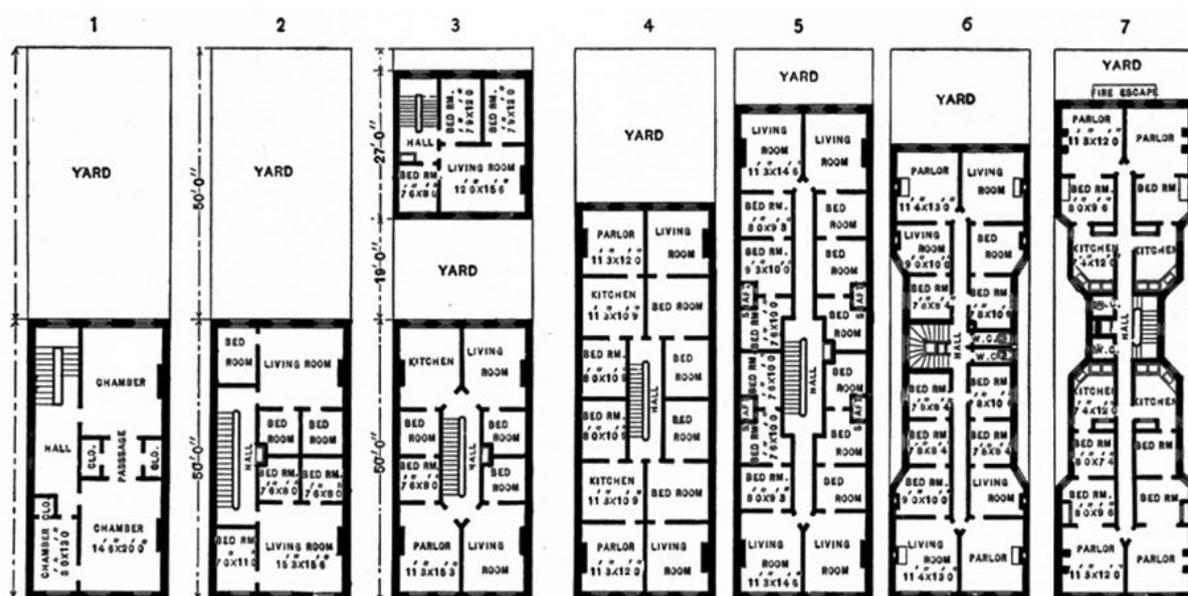


Figura 4.2.4.: Esquema de evolução dos *tenements*. Inicialmente adaptados a partir de casarões unifamiliares, passam a seguir a ser construídos para essa finalidade, sendo a seguir inseridos um mínimo de condições de iluminação e ventilação, assim mesmo claramente insuficientes.

As condições de vida nos *tenements* nova-iorquinos foram apontadas pelo fotógrafo jornalístico dinamarquês radicado em Nova York Jacob Riis, em artigo publicado inicialmente no jornal *The Sun* de 12 de fevereiro de 1888. Utilizando-se do recém inventado flash fotográfico, Riis penetraria sem aviso nos piores recônditos de Nova York – impossíveis até então de serem fotografados devido à diuturna escuridão – para documentar as desumanas condições em que se encontravam a massa de trabalhadores da cidade em finais do século XIX. O trabalho de conscientização das classes médias e altas estadunidenses realizado por Jacob Riis seria publicado em 1890 sob o título *How the Other Half Lives: Studies Among the Tenements of New York* e teria imenso impacto em todo o país. A partir de então o autor, em parceria com o humanista Lawrence Veiller, iniciam movimento em favor de *tenements* modelo, com objetivo de melhorar as condições da moradia operária denunciadas por Riis³². Tal movimento não veria reflexos imediatos, indo de encontro com a crença política vigente, pois, como aponta Kopp “o Estado não se envolve com esses problemas. Sua intervenção seria julgada como um entrave ao bom funcionamento do único sistema econômico reconhecido, o da livre-iniciativa.”³³

³² Mais informações encontram-se no documentário em 10 capítulos da rede PBS: *New York: A Documentary*, de Ken Burns. O livro de Riis é de domínio público e pode ser encontrado em www.archive.org.

³³ KOPP, Anatole. Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa. 1990, p. 162.



Figura 4.2.5.: Aspecto da Mulberry Street, em Little Italy, Nova York, c. 1900.

Na Alemanha, as *mietskasernen* surgem como fruto de estudos minuciosos dos arquitetos da Berlim Imperial sobre a maneira mais rentável de alojar o maior número de trabalhadores em espaços tão reduzidos quanto possível. Estima-se que em 1861 10% da população de Berlim viviam nos subsolos destes imóveis, em cômodos sem iluminação ou ventilação adequadas. Em 1910, seus habitantes viviam numa média de 4,5 pessoas por cômodo, numa “cidade de pedra” que seria denominada por Werner Hegemann “a maior *Mietskasernestadt* do mundo”³⁴. Além de um quarto, os alojamentos típicos contavam apenas com um segundo cômodo, utilizado para todas as demais atividades além do sono, a chamada *Wohnküche*, ou em tradução literal, cozinha onde se vive.

De modo semelhante como ocorreu nos Estados Unidos, as condições da vida na Alemanha de então veriam críticas sociais serem adotadas como pautas de manifestações artísticas dotadas de engajamento político. Esse é caso de *Wem gehört die Welt?*, filme de 1932 com roteiro de Bertolt Brecht, no qual a miséria e o desemprego da Berlim dos anos vinte são abordados com base na pergunta-título: *A quem pertence o mundo?*

³⁴ KOPP, Anatole. Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa. 1990, p. 19.



Figura 4.2.6.: Exterior e interior de uma típica *miestkaserne* de Berlim em princípio do século XX.

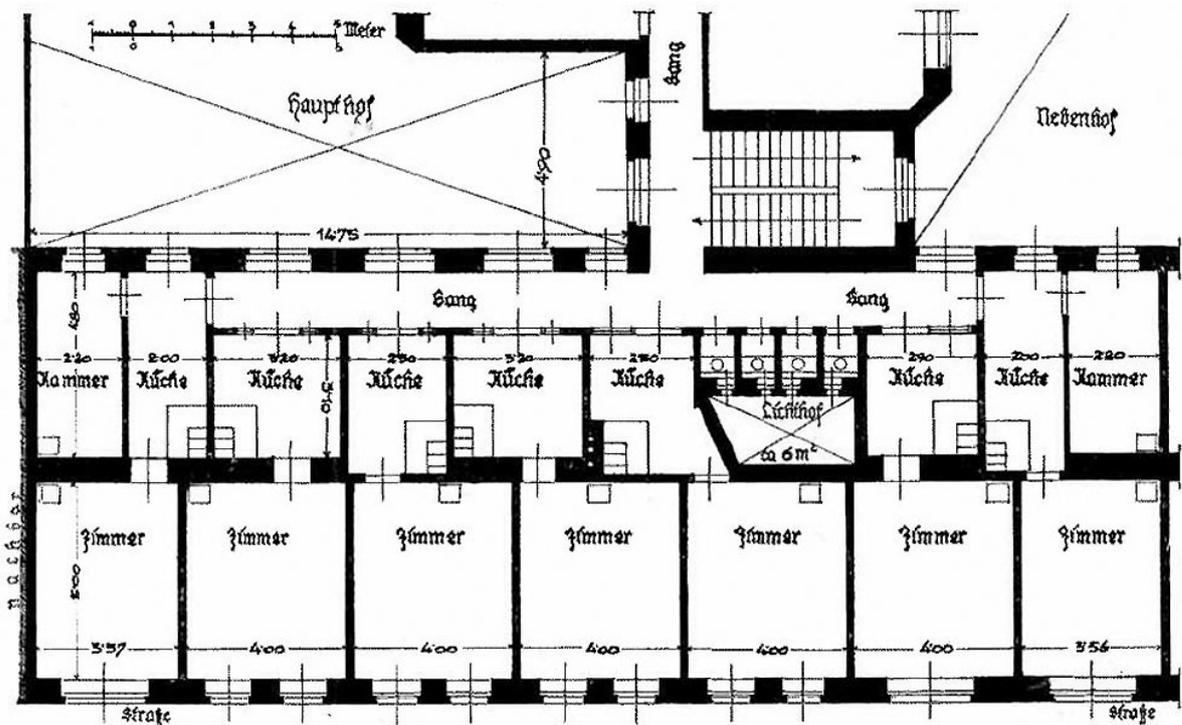


Figura 4.2.7.: Trecho de planta de uma típica *miestkaserne* de Berlim em princípio do século XX.

Na América Hispânica, a tipologia de moradia precária mais recorrente eram os chamados *conventillos*, ou cortiços. A formação desse tipo de moradia tem algumas origens distintas. A primeira, descrita por Marina Waisman, parte da adaptação da típica casa com pátio de Buenos Aires, originalmente ocupada por uma única família. Dividida ao meio por um muro, a casa adquiria uma configuração estreita, gerando dois meios-pátios, origem da tipologia que se tornaria recorrente, denominada *casa chorizo* (casa tripa ou casa linguixa)³⁵.

³⁵ WAISMAN, Marina. O Interior da História. 2013, p. 74.



Figura 4.2.8. Conventillos. À direita, cartão postal com os dizeres “Recuerdo de Buenos Aires”

Tal adequação permitia seu uso por duas ou mais famílias distintas, no caso de construções de dois pavimentos, também divididos entre si. Posteriormente, e com o intuito de abrigar ainda mais famílias, seria adotado nestes imóveis o esquema de uma família por cômodo, em processo semelhante ao observado nos *tenements* novaiorquinos e nas *mietskasernen* alemãs, sendo o usual sua exploração pelos proprietários num regime de aluguéis. A experiência levaria com que se passasse a realizar construções com esse fim específico, nas quais uma série de cômodos independentes eram distribuídos em um ou mais pavimentos, ao redor de um pátio coletivo. Sobre o assunto, Rosa Aboy descreve com cifras espantosas o caso de Buenos Aires:

A escassez de moradias foi consequência da massiva chegada de imigrantes, que depositou no porto de Buenos Aires quatro milhões de europeus entre 1880 e 1914. Posteriormente, o déficit foi reforçado pela migração de um milhão de argentinos das províncias à capital, entre 1935 e 1945. [...] Para os trabalhadores radicados no centro da cidade, o aluguel de quartos em *conventillos* ou hotéis se incrementaram de maneira constante, ao ritmo da demanda. A maior parte dos imigrantes chegados na passagem do século XIX ao XX se radicou no centro da cidade, próximo às fontes de emprego, em anos em que o transporte não havia tido ainda a expansão que conheceria na década de 1930. (ABOY: 2013, pp. 73-75)

Outra modalidade de habitação precária recorrente na América espanhola neste momento, as chamadas *villas miseria*, guardam enorme semelhança com as favelas brasileiras e com o processo de êxodo rural, como demonstra a descrição de Romero:

Desde a plataforma começava a peregrinação, umas vezes pelos bairros velhos e deprimidos da cidade, como o Tepito no México, e outras até as bordas despovoadas, terra de ninguém na qual era possível instalar-se com a condição de renunciar a todos os serviços: os morros que rodeiam Caracas ou Lima, as zonas baixas próximas a Buenos Aires, os lixões de Monterrey ou as salgadas terras do seco lago Texcoco no México. Um

barraco precário, talvez levantado em uma noite, consolidava a situação do imigrante que, desde o dia seguinte, começava o árduo trabalho de aproximar-se da estrutura em que reinava a sociedade organizada, aproximação que terminaria em sua integração depois de um prazo imprevisível que podia alcançar mais de uma geração. [...] Era um conjunto de seres humanos que lutavam pela subsistência, por um teto, isto é, por sobreviver; mas lutavam também por tratar de viver, embora o preço desse gozo fosse alto. E ambas as lutas implicavam a necessidade de agarrar-se em algum lugar da estrutura da sociedade organizada, seguramente sem autorização, possivelmente contra determinada norma, talvez violando os direitos de alguém pertencente àquela sociedade e que olhava assombrado ao intruso. (ROMERO: 1976, pp. 332-333)

No Brasil, como na maioria da América Latina, o salário operário em geral não é suficiente para cobrir as despesas com a aquisição ou compra de uma moradia digna. O trabalhador faz o que pode com os recursos que tem, ocupando áreas de risco na cidade (ou distantes dela), dando origem às favelas e periferias sem infraestrutura e baseadas na autoconstrução precária. Observa-se que, embora também no Brasil houvessem cortiços, não foram tão presentes ou persistentes como no restante da América Latina, predominando fortemente por aqui as favelas. Embora o tema das favelas e moradias precárias no Brasil seja objeto de constante interesse de estudos sociológicos e econômicos, do ponto de vista da história urbana, Arturo Almandoz afirma:

Acredito que a agenda do campo não tenha ainda alcançado a amplitude que deveria, no sentido de incorporar temas fundamentais nesta parte do Terceiro Mundo. Entre eles, a pobreza urbana e as favelas seguem como exemplos dramáticos de uma história não escrita, talvez o mais urgente capítulo a ser atacado pela historiografia do planejamento na América Latina, ao menos em relação à prática disciplinar. (ALMANDOZ: 2006, p. 119)

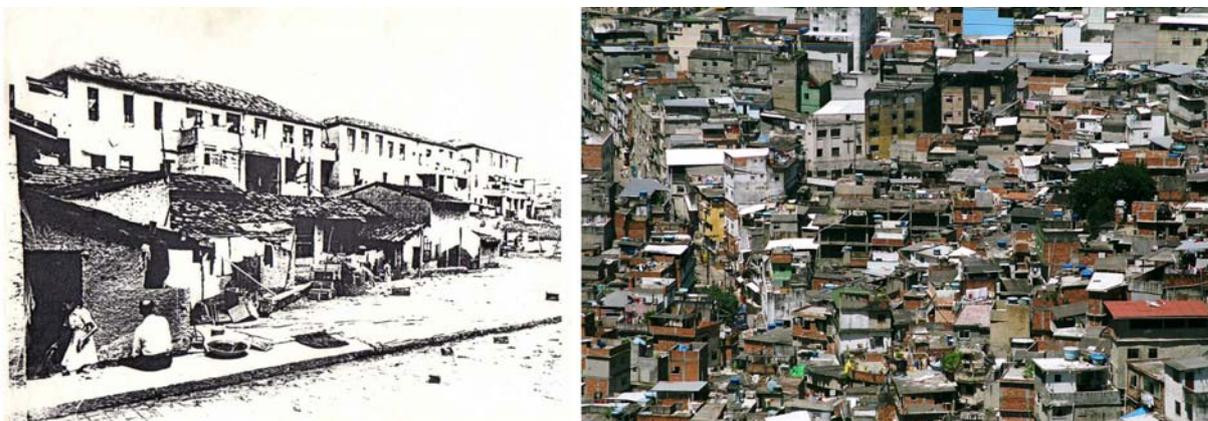


Figura 4.2.9.: À esquerda, cortiço conhecido como “Navio Parado”, demolido para construção do edifício Japurá, em São Paulo. À direita, favela da Rocinha no Rio de Janeiro.

O modelo dos edifícios residenciais de um único proprietário, denominados na América espanhola *edificio para renta* não teve no Brasil a mesma presença que se observa nos demais países latino-americanos. Na América hispânica, onde no mais das vezes o gregário espírito espanhol refletia-se na opção pelos trabalhadores da moradia no interior da cidade, encarando a passagem pelos *conventillos* como situação provisória, no Brasil observa-se preferência clara por moradias individuais, mesmo que muito distantes das comodidades dos centros ou empilhadas nos morros urbanos, em declividades acima do que o bom senso recomendaria. Seria este um traço do cruzamento da mentalidade personalista portuguesa com o gosto pelos espaços abertos do índio e do negro africano? Outra hipótese seria que, em tempos mais recentes, o modelo de vida estadunidense inculcido pelo bom vizinho Roosevelt tenha também contribuído para o reforço da ideia da casa própria, sonho de toda família brasileira.

A partir da tomada de consciência de tais situações, desde finais do século XIX e mais fortemente após a Primeira Guerra, algumas iniciativas de arquitetos e urbanistas no sentido de atender a estas demandas coletivas começam a ser pautas de discussões e despertam crescente interesse por parte dos governos. Lançando mão das então recentes tecnologias de construção – ou simplesmente daquelas disponíveis – e com uma consciência social até então ausente, alguns arquitetos percebem que seus conhecimentos poderiam também ser empregados na atenção à massiva demanda de moradia urbana gerada pela indústria e pela guerra – na Europa – e pelo êxodo rural e imigração estrangeira – na América. Percebendo que, além de criar “estruturas de poder e gosto para pessoas de poder e gosto”³⁶, seu trabalho poderia aportar melhorias sensíveis às condições de vida e moradia do trabalhador, muitos arquitetos debruçam-se sobre o assunto.

A necessidade de abrigar grandes contingentes humanos nas cidades europeias destruídas pelas duas grandes guerras ensejou assim, nas primeiras décadas do século XX, uma série de teorias que investigam a criação de sistemas em que habitações, fábricas e serviços fossem partes constituintes de um modelo integral de planejamento urbano. Iniciativas similares nesse sentido começam a ser esboçadas na América Latina a partir de meados dos anos de 1920 e 30, avançando principalmente até a década de 1960. A adaptação e adequação de muitos modelos de habitação propostos no contexto europeu, bem como iniciativas de caráter local, foram responsáveis por constituir partes consideráveis das cidades do continente. Entretanto, o crescimento urbano exponencial da segunda metade do século XX e o gradual abandono dos programas habitacionais governamentais

³⁶ STEVENS, Garry. O Círculo privilegiado. 2003. p. 255

fariam com que o imenso e crescente déficit habitacional na região permanecesse sem solução até os dias atuais. Não parecem também ser o caminho para equacionar a questão habitacional programas de dinamização da economia travestidos de programas habitacionais, como o *Minha Casa Minha Vida*. Sem a mínima preocupação com a qualidade do que se constrói, sofrem não apenas a população, mas as cidades como um todo, como já havia alertado de modo claro e direto Ermínia Maricato:

Quando mais da metade da população está excluída do mercado em um país industrializado como Brasil, não será uma política fragmentada e pontual, baseada nos famosos 'projetos-piloto', que dará solução ao problema da habitação. A produção de grande parte das moradias (e das cidades) se dá sob relações de sobrevivência ou pré-capitalistas, com todas as consequências que essa condição de mercadoria informal acarreta, num meio onde se banaliza o consumo de bens modernos. Essa contradição não é irrelevante, não é abstrata e portanto não pode ser ignorada quando se pretende formular soluções para o problema. Para tarefa de tal dimensão, a leitura rigorosa e científica da realidade ajuda a prevenir as velhas fórmulas ideológicas que se prestam mais à propaganda política do que à solução do problema. Os mais importantes programas habitacionais já empreendidos no Brasil (período dos IAPs e período BNH) não lograram reverter a tendência de crescimento das favelas e da periferização urbana. Não será uma política compensatória e nem exclusivamente de promoção pública a reverter tal tendência. Essas palavras iniciais pretendem contrariar as iniciativas que 'fazem de conta que resolvem o problema', tão características das políticas que se apoiam a) apenas na promoção pública no país onde o mercado é a referência central para as políticas urbanas; b) desconhecem e não incluem a gestão pública sobre as questões fundiária e urbana; c) são dirigidas por lógica compensatória ou por interesse empresariais privados; d) tomam como referência o conceito de unidade residencial e não o hábitat; e) limitam-se a experiências pontuais. Ou seja, assim como não se faz omeletes sem quebrar os ovos, não há solução para o problema habitacional sem interferir em aspectos fundamentais que embasam o poder na sociedade brasileira como o patrimonialismo e a captação das rendas imobiliárias. (MARICATO: 2001, p. 129)

4.2.4. Tecnologia, mobilidade e verticalização

Um aspecto que de modo algum pode ser desconsiderado na abordagem da arquitetura na era industrial é o desenvolvimento de novas tecnologias, abrindo possibilidades antes inexistentes para a construção de toda sorte de estruturas. Em se tratando de tecnologia, os aportes fruto do empirismo anglo-saxônico, transmutado na América em pragmatismo técnico e obsessão com o avanço tecnológico estadunidenses destacam-se como pontos fundamentais. No que tange ao avanço da nova arquitetura em uma escala urbana, três principais avanços podem ser destacados.

Embora possa parecer secundário, o primeiro destes avanços, ou se poderia chamar, invenções, é o advento de um elevador no qual se pudesse confiar. O desenvolvimento de estruturas verticais não faria sentido algum se não houvesse a possibilidade de aceder aos pisos superiores por um meio seguro e confortável que não o uso de escadas. Reside aí a importância da invenção do elevador de segurança, apresentado ao mundo por Elisha Otis na Exposição Mundial de Nova York em 1853 e sem o qual a verticalização das construções não teria sido possível.

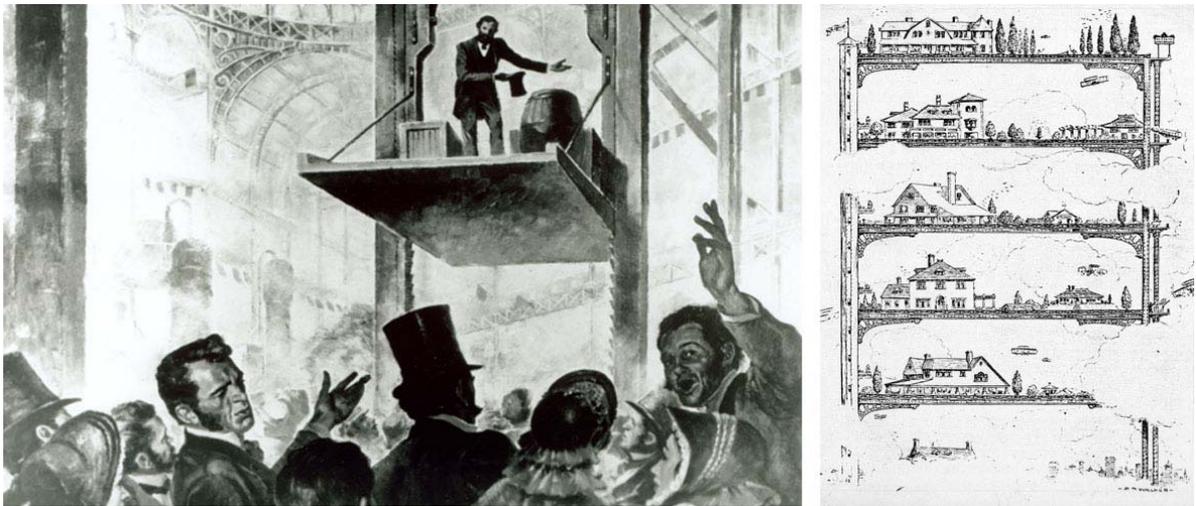


Figura 4.2.10.: Em 1853, Elisha Otis apresenta o elevador de segurança. À direita, fantasia acerca da multiplicação do solo urbano promovida pela verticalização. Fonte: KOOLHAAS, Delirious New York

Na era das escadas, todos os pavimentos acima do segundo eram considerados inadequados para uso comercial e todos acima do quinto, inabitáveis. Desde 1870 em Manhattan, o elevador tem sido o grande emancipador de todas as superfícies horizontais acima do solo. O aparato de Otis recupera todos os incontáveis planos que estiveram flutuando no fino ar da especulação e revelam sua superioridade em um paradoxo metropolitano: quanto maior a distância da terra, maior o contato com o que ainda resta da natureza (i.e., luz e ar). O elevador é a suprema profecia auto-realizada: quanto mais ele sobe, mais circunstâncias indesejáveis deixa para trás. Estabelece também uma relação direta entre repetição e qualidade arquitetônica: quanto maior o número de pisos empilhados ao redor do fosso, mais eles se fundem em uma forma única. O elevador produz a primeira expressão estética baseada na ausência de articulação. Em 1880 o elevador conhece a estrutura metálica, apta a suportar os territórios recém-descobertos sem ocupar muito espaço. Através do apoio mútuo destas duas revoluções, qualquer terreno agora pode ser multiplicado *ad infinitum* para produzir a proliferação de área de piso chamada arranha-céu. (KOOLHAAS: 1994, pp.25-27)



Figura 4.2.11.: À esquerda, edifício Flatiron em construção. No centro, o coroamento do mesmo edifício, já finalizado. À direita, verticalização da zona do Financial District. Todas em Nova York, EUA.

O segundo ponto de desenvolvimento tecnológico, e talvez o mais importante, é o aumento no conhecimento dos materiais, conjuntamente com evolução do cálculo estrutural. Em substituição às paredes portantes, primeiramente seriam adotadas estruturas de ferro, seguindo-se as ligas metálicas – onde destaca-se o aço carbono – e então o aprimoramento e propagação do concreto armado, também em grande medida dependente da tecnologia dos metais. Como a maioria das evoluções tecnológicas do período, tais tecnologias foram inicialmente desenvolvidas no intuito da adoção em estruturas industriais e pontes, mas seriam logo empregadas em todo tipo de construções. Giedion acrescenta que:

A engenharia estrutural nasceu dos novos métodos de cálculo e desenvolvimento da produção de metais ferrosos. Para fins de cálculo, todos os componentes estruturais eram concebidos como elementos lineares – forças obrigadas a seguir e agir numa direção predeterminada – de modo que seu comportamento pudesse ser medido e calculado de antemão. Essas cargas eram conduzidas através de vigas, treliças e arcos, como através de um canal. A pré-fabricação e a padronização seguiram, naturalmente, esse procedimento linear. [...] A engenharia estrutural do século XX segue um caminho diferente. É cada vez maior a tendência de acionar todas as partes de um sistema estrutural, em vez de concentrar o fluxo das cargas em linhas ou canais únicos. [...] Esse desenvolvimento requer um material mais flexível do que treliças lineares de aço. Por volta de 1900, o desenvolvimento do concreto armado já possibilitava a construção de cascas. [...] Múltiplas possibilidades podem derivar de combinações de cascas com curvatura dupla ou única, ou ainda de formas espaciais complexas como os paraboloides hiperbólicos, gerados por retas. Os cabos – o mais flexível dos materiais construtivos – adquirem uma importância sintomática para o concreto pré-fabricado. (GIEDION: 2004, pp. 10-11)

Neste aspecto, duas obras paradigmáticas de finais do século XIX destacam-se. Uma delas é a ponte do Brooklyn, construída entre 1867 e 1883 para estabelecer a necessária ligação entre a ilha de Manhattan e o Brooklyn, na outra margem do *East River*. Projetada pelo engenheiro, filósofo e inventor de origem alemã John Augustus Roebling, aluno dileto de Hegel³⁷, sua construção foi cercada por uma série de dramas envolvendo a família de Roebling³⁸. A ponte do Brooklyn fez uso inédito de cordoalhas de aço fabricadas *in loco*, artesanalmente – como de fato toda a construção da ponte o foi –, avanço técnico que teria grande importância no desenvolvimento posterior das estruturas de concreto protendido. Mas talvez ainda mais importante tenha sido o estabelecimento de uma nova escala vertical, que mudaria definitivamente a fisionomia da cidade de Nova York, e conseqüentemente, de boa parte da América.

Acontece que a obra que será provavelmente nosso monumento mais duradouro, e transmitirá algum conhecimento de nós para a posteridade mais remota, é uma obra de pura utilidade; não um santuário, não uma fortaleza, não um palácio, mas uma ponte.³⁹



Figura 4.2.12.: Ponte do Brooklyn, Nova York. John A. Roebling e Washington A. Roebling. 1887-1889
Foto do autor

³⁷ Citado no documentário "Ken Burns' America – Brooklyn Bridge", 1981.

³⁸ John A. Roebling sofre um acidente durante a realização das prospecções prévias ao início da obra. Em virtude de sua morte, a construção da ponte seria conduzida por seu filho, o também engenheiro Washington A. Roebling. Posteriormente, Washington também ficaria gravemente doente, em virtude dos longos períodos sob altas pressões atmosféricas a que fora submetido no interior do sistema de *caissons* adotados nas fundações da ponte. Os dez anos finais da construção seriam acompanhados por sua esposa, Emily.

³⁹ Montgomery Schuyler. "The Bridge as a Monument," in *Harper's Weekly* (26 de Maio de 1883). Citado no documentário "Ken Burns' America – Brooklyn Bridge", 1981

Quando inaugurada a ponte do Brooklyn, suas torres de pedra talhada eram não apenas muito maiores que qualquer estrutura então existente em Nova York, mas também a mais alta estrutura da América do Norte. Quando da chegada do homem à lua, uma senhora entrevistada em meio à comoção nas ruas de Nova York diria que, embora emocionante, aquilo não era nada comparado com a inauguração da ponte do Brooklyn, à qual estivera presente.⁴⁰ Desafortunadamente, Washington Roebling somente assistiria à tal inauguração do mesmo local de onde havia acompanhado a última década da construção: desde a janela de seu apartamento em Brooklyn Heights.

Outra obra representativa do cálculo estrutural baseado em elementos lineares é a Torre Eiffel, construída em Paris entre 1887 e 1889 como ponto alto da Exposição Universal de 1889. Funde-se aqui pela primeira vez a verticalização estrutural e o uso do elevador, como coloca Giedion:

É curioso notar que o primeiro elevador para uma construção com as proporções de um arranha-céu moderno tenha sido construído com fins nada comerciais, tampouco estritamente práticos. Ele foi destinado a uma estrutura que brotava muito mais da fantasia que das necessidades cotidianas do homem – a Torre Eiffel. (GIEDION: 2004, pp. 10-11)

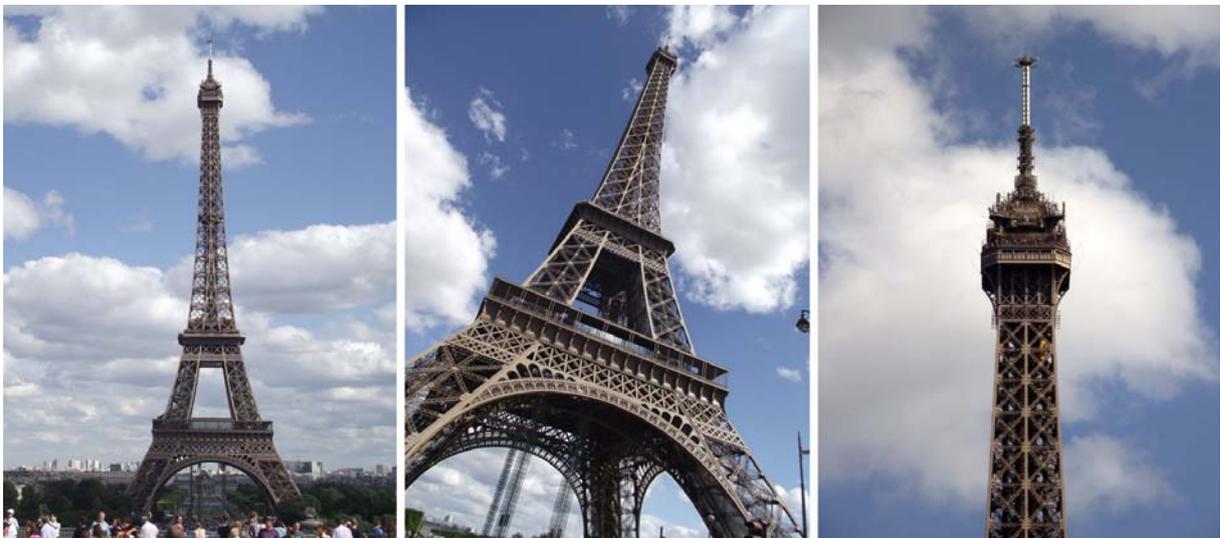


Figura 4.2.13.: Torre Eiffel. Gustav Eiffel, Paris. 1887-1889. Foto do autor

Por fim, um terceiro ponto que deve ser mencionado é o desenvolvimento das tecnologias de transporte terrestre, que mudariam definitivamente não apenas as escalas urbanas, como também as relações entre distâncias que, antes da industrialização, levavam tempos longos para serem percorridas. Os primeiros desenvolvimentos das estruturas e

⁴⁰ Citado no documentário "Ken Burns' America – Brooklyn Bridge, 1981.

trilhos de ferro fundido, associadas à evolução das máquinas a vapor faria com que as ferrovias se tornassem parte integrante da paisagem não apenas urbana, mas também rural, uma vez que seria este o principal meio de transporte entre longas distâncias a partir de finais do século XIX. Já no século XX, a crescente adoção do uso de automóveis particulares e o conseqüente desenvolvimento da engenharia viária – uma vez mais encabeçada pelos Estados Unidos – viria impor uma nova escala e condições para o planejamento urbano e a arquitetura, como já mencionado em 4.2.1. No entanto, um fator não desprezível relativo à questão da mobilidade é justamente a alteração que a perspectiva em movimento traz para o entendimento humano do mundo em um sentido mais amplo. Identificar este câmbio é relevante porque, segundo Giedion, “forçou a incorporação do movimento como um elemento indissociável da arquitetura”⁴¹, levando à incorporação na arquitetura, como coloca Collins, de novas ideias que “buscavam incorporar à arquitetura os efeitos de paralaxe causados pelo movimento do ponto de vista”.⁴²

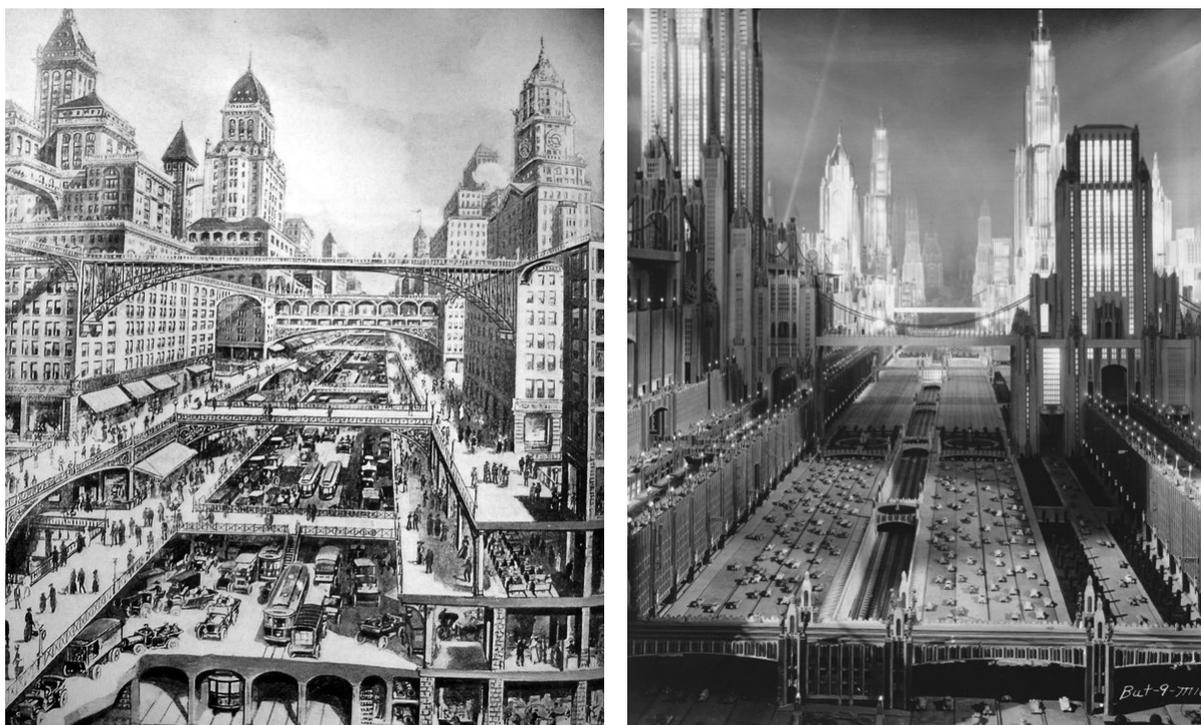


Figura 4.2.14.: Especulações de Harvey Wiley Corbett para as metrópoles, 1913.

O advento, avanço e difusão destas tecnologias – mobilidade vertical, sistemas estruturais novos e engenharia viária – ensejariam no princípio do século XX inúmeras especulações acerca dos efeitos de sua aplicação nas metrópoles por investigadores como Werner Hegemann, Louis Bonnier, Antonio Sant'Elia, Mario Chiattone e Harvey Wiley

⁴¹ GIEDION, Sigfried. Espaço, tempo e arquitetura. 2004, p. 26.

⁴² COLLINS, Peter. *Los ideales de la arquitectura moderna; su evolución* (1750-1950). 1970, p. 21.

Corbett⁴³, sendo provavelmente as ilustrações publicadas por este último na revista *Scientific American*, em 1913, uma das mais eloquentes. Sedutora naquele momento, a ideia da aplicação conjunta de sistemas de transporte por trilhos, tráfico automotivo, ruas elevadas de pedestres, construções verticalizadas e pontes que interligariam os edifícios acabaria por realizar-se concretamente em situações tão díspares como por exemplo o *Rockefeller Center* em Nova York e as torres do Parque Central em Caracas, Venezuela.

4.3. Eventos, agentes e influências (Industrialização)

Sempre considere o passado não como algo morto, mas sim como uma parte integral da existência, o que me levou a entender cada vez mais a sabedoria de um ditado Bergsoniano, que diz que o passado corrói incessantemente o futuro. Tudo depende da maneira pela qual abordamos o passado. Uma coisa é considerá-lo um vocabulário útil, a partir do qual podemos selecionar formas e formatos. Assim fez o século XIX, ao utilizar o passado como uma fuga de sua própria época e mascarar-se sob a aparência de períodos passados. [...] Uma abordagem do passado somente se revela criativa quando o arquiteto é capaz de penetrar em seu conteúdo e significado internos. Quando o que se busca são apenas formas, ela torna-se um passatempo perigoso: arquitetura *playboy*. (GIEDION: 2004, pp. 13-15)

4.3.1. Urbanismo moderno

O que se convencionou chamar urbanismo moderno e a ideia de que as cidades carecem de um planejamento adequado são, direta e indiretamente, decorrências da Revolução Industrial. O advento da industrialização incita o afluxo de grandes contingentes de trabalhadores do campo para a cidade, em busca de trabalho, do novo e do futuro. É também este fator que promove o aumento exponencial das dimensões das aglomerações urbanas, a partir de uma dinâmica de forças ao mesmo tempo centrípetas e centrífugas, na qual os centros urbanos se tornam fortes polos de atração de atividades e pessoas, promovendo paralelamente a expansão física desmesurada do urbano sobre o seu entorno imediato e sobre o campo, como visto em 4.2.1. e 4.2.2.

Em um primeiro momento, no qual o planejamento urbano começa a se estabelecer como disciplina na Europa, diversas teorias são elaboradas com o intuito de definir e estabelecer parâmetros e métodos para sua aplicação. São relevantes proposições como as de Patrick Abercrombie, Patrick Geddes, Robert Owen, Ebenezer Howard e Raymond Unwin

⁴³ Ver COHEN, Jean-Louis. *Scenes of the World to Come: European Architecture and the American Challenge 1893-1960*, pp. 30-37 e, do mesmo autor, *The future of architecture since 1889*, p. 75.

na Inglaterra, Ildefons Cerdá e Arturo Soria Y Mata na Espanha, Charles Fourier e Tony Garnier na França, além das já exaustivamente discutidas intervenções realizadas por Haussmann em Paris por solicitação de Napoleão III.

O advento do planejamento urbano a partir das condições mencionadas ensejou o desenvolvimento do que se convencionou chamar “urbanismo moderno”. Desde princípios do século XIX profissionais oriundos de diversos campos elaboraram projetos e planos, muitas vezes utópicos, na tentativa de equacionar a nova realidade urbana que se afigurava, diante das profundas modificações nos modos de produção e das novas escalas e tempos da cidade. Longe de serem homogêneas, tais proposições tinham em comum a busca de uma articulação coerente entre os espaços de produção (fabril ou agrícola), os serviços indispensáveis de apoio (escolas, comércio, serviços) e aquele que pode ser considerado o elemento fundamental da equação e que em última instância constitui – e sempre constituiu – a maior parte da cidade edificada, a habitação. Dentre as principais proposições urbanas surgidas neste sentido, de finais do século XIX a princípios do século XX, algumas destacam-se por terem alcançado maior repercussão, seja no campo puramente teórico ou em sua aplicação prática. Tais teorias poderiam ser agrupadas, por exemplo, assim:

Como utopias socialistas que propunham adequar e reorganizar não apenas da cidade, mas a vida das pessoas na era industrial de modo integral, destacam-se os *Paralelogramos da Harmonia* de Robert Owen, executados em 1816 e 1825 na Inglaterra, o falanstério de Charles Fourier, postulado de 1822 a 1829 e o familistério executado por Jean-Baptiste Godin inspirado pelas ideias de Owen, Saint-Simon e de Fourier e executado em Guise, na França, de 1859 a 1884.

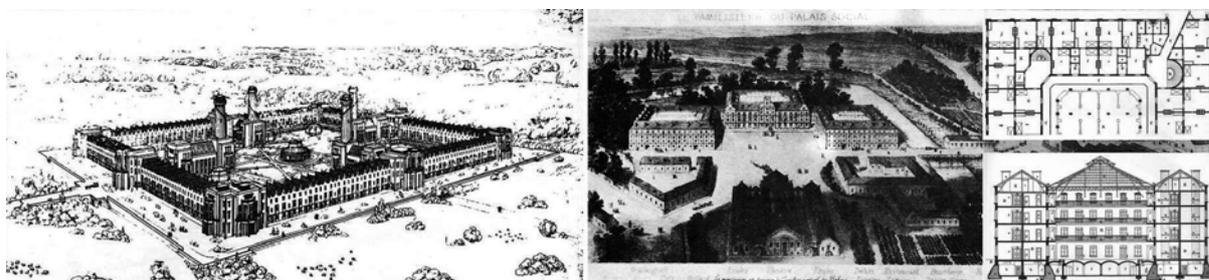


Figura 4.3.1.: À esquerda, projeto para o Paralelogramo da Harmonia de Owen. À direita, familistério de Guise, na França, construído por Jean-Baptiste Godin inspirado nas teorias de Fourier.

No campo das utopias tardo-românticas de habitações isoladas, são fundamentais as cidades-jardim de Ebenezer Howard e Raymond Unwin, sintetizadas pelo primeiro no livro *Garden Cities of Tomorrow*, em 1902 e ainda hoje reproduzidas em inúmeras situações mundo afora, tendo tornado-se praticamente um padrão em ocupações de baixa densidade.

Dentre as intervenções ou expansões urbanas de grande escala, valem menção os *Grands Ensembles* de Georges-Eugène Haussmann em Paris, executados de 1853 a 1870; o projeto do *Eixample* (ou extensão) de Barcelona, realizado por Ildefons Cerdá, no qual se destacam a tipologia de quadra urbana adotada e os sistemas de drenagem de águas e esgotos executados a partir de 1860.



Figura 4.3.2.: À esquerda, desenho de Antoine Blanchard mostra um bulevar parisiense. À direita, planta do *Eixample* de Barcelona, projetado por Ildefons Cerdá e executado a partir de 1860.

Como propostas paisagísticas e de embelezamento urbano, já no contexto estadunidense, destacam-se o *City Beautiful Movement* de Daniel Burnham entre 1890 e 1900 e os sistemas de parques urbanos desenvolvidos por Friedrich Law Olmsted e Calvert Vaux para várias cidades dos Estados Unidos entre 1863 e 1893.

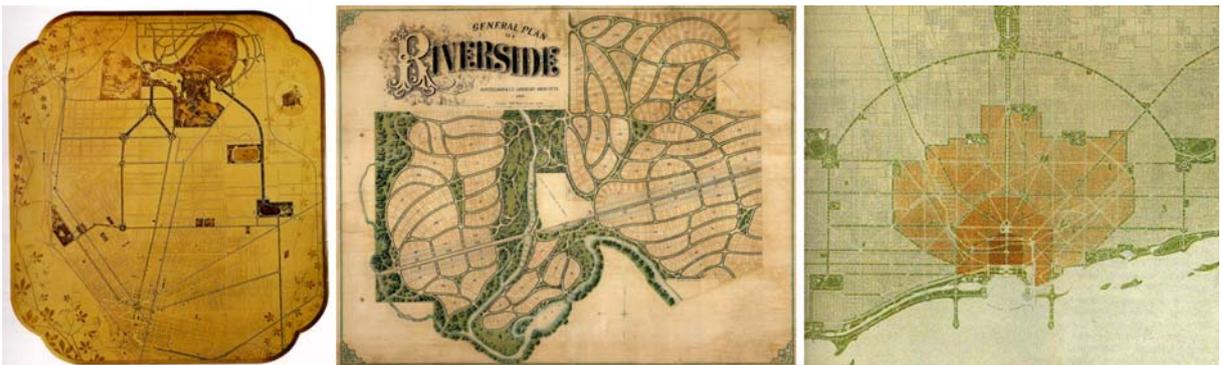


Figura 4.3.3.: À esquerda, projeto do sistema de parques de Buffalo, EUA, de Friedrich Law Olmsted. Ao centro, projeto da cidade-jardim de Riverside, EUA, de Olmsted e Vaux, 1869. À direita, plano de Chicago de Daniel Burnham, 1906-1909.

Enquanto propostas de planejamento total das grandes cidades da era industrial, podemos destacar as teorias presentes no livro *Une Cité Industrielle* de Tony Garnier, publicado em 1917, as inúmeras propostas de Le Corbusier, dentre as quais as mais relevantes são os *Immeuble-villas* de 1922, a *Cité Contemporaine pour trois millions*

d'habitants, ambos de 1922, a *Ville Radieuse*, publicada em livro de 1935 e o *Plan Obus* para Argel de 1933. Como modelos de cunho mais teórico, são relevantes os esquemas da *Großstadtarchitektur*, de Ludwig Hilberseimer de 1928, e no espírito estadunidense, no contexto da crise da década de 1930, a proposição da *Broadacre City* de Frank Lloyd Wright é bastante representativa do modo particular de relação estabelecida com a natureza naquele país, fruto de um cruzamento da cultura anglo-saxônica e do encantamento com a ideia do *wilderness*, ou natureza selvagem, próprio dos estadunidenses.

Como modelos de moradia urbana, são relevantes os *Hoffe* vienenses construídos nas primeiras décadas do século XX, as *Siedlungen* alemãs de Hannes Meyer, Walter Gropius e outros, postulados na década de 1920, as extensões de Frankfurt realizadas na mesma linha por Ernst May entre 1925 e 1930 e a teoria dos *Condensadores Sociais* soviéticos, tendo no campo da habitação sido executados alguns edifícios prototípicos como o edifício *Narkomfin*, de Moisei Ginzburg e Ignati Milinis, finalizado em 1932 em Moscou.

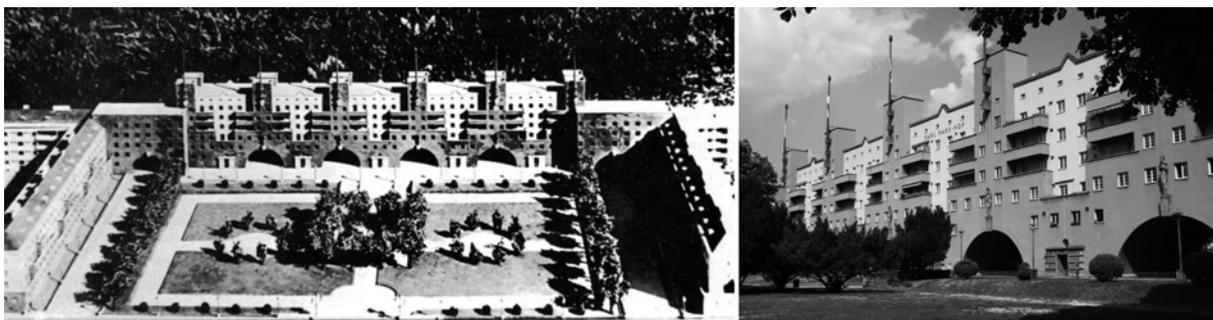


Figura 4.3.4.: Karl Marx Hof, em Viena, Áustria. Projeto de Karl Ehn, 1930.

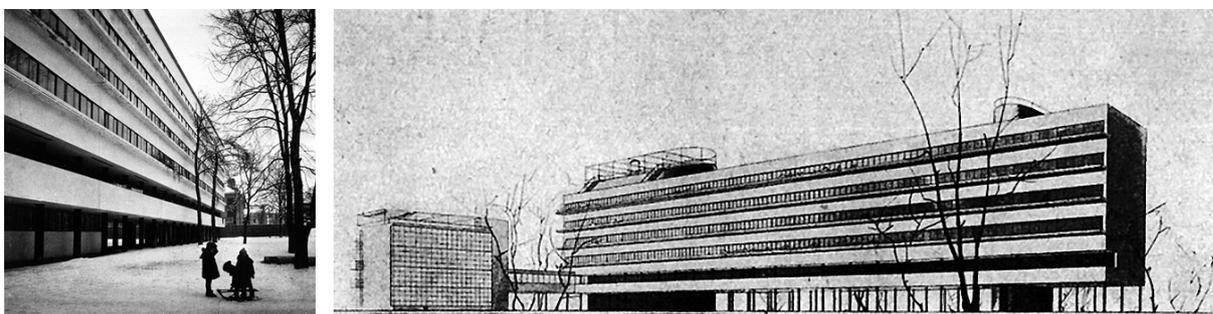


Figura 4.3.5.: O edifício *Narkomfin*, em Moscou, projeto de Moisei Ginzburg e Ignati Milinis, 1928-32.

E por fim, mas não menos importante, numa escala de planejamento regional e de macro-escala urbana é marcante o projeto da *Ciudad Lineal* proposto pelo espanhol Arturo Soria y Mata, construído a partir de 1892 em Madri e as teorias do desurbanismo soviético postuladas após a revolução comunista russa de 1917. Panerai aponta a relação dessas teorias tanto com o princípio da urbanização quanto com propostas posteriores a elas:

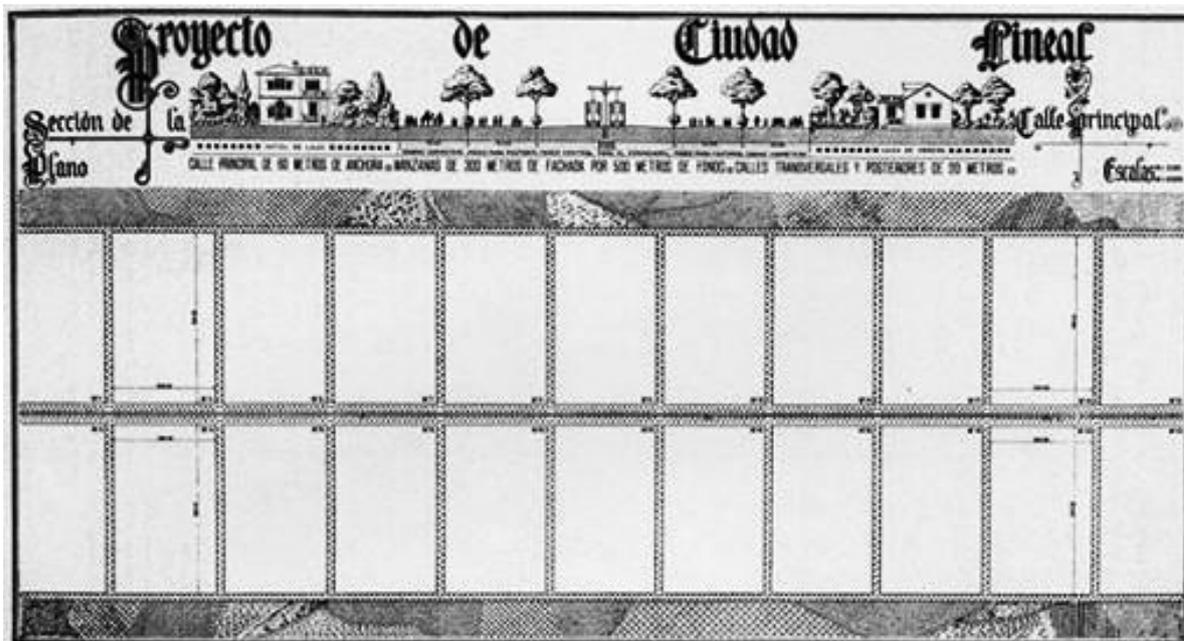


Figura 4.3.6.: Projeto da Ciudad Lineal de Arturo Soria Y Mata, proposto para Madri em 1892.

A aldeia-rua primitiva, essa primeira forma de ocupação urbana do território, continua a existir em nossos dias na expansão dos subúrbios, na pavimentação dos caminhos. Ela encontra sua expressão teórica na cidade linear elaborada por Soria Y Mata em 1882, retomada pelos desurbanistas soviéticos e, desde 1929, por Le Corbusier. (PANERAI: 2006, p. 18)

O modelos urbanos baseados na análise e pré-definição dos distintos setores que compõem as cidades, tendo usualmente a habitação como elemento unificador, são partes constituintes das teorias urbanas modernas, em geral de pretensão universalista e fruto da industrialização que se inicia no século XVIII, das mudanças nas condições urbanas decorrentes, no século XIX, e das grandes guerras do XX. Tanto as quadras urbanas de Haussmann ou Cerdá quanto as cidades-jardim de Howard, as *Siedlungen* alemãs ou as propostas megalomaniacas de Le Corbusier são tentativas de estabelecer sistemas que fossem aplicáveis às cidades de modo integral, que permitissem o seu controle, manipulação e a previsão do desenvolvimento das atividades humanas naquele território ordenado. Todavia, a passagem do tempo veio provar que, ao contrário do que gostariam os primeiros urbanistas modernos, a cidade definitivamente não é uma máquina.

4.3.2. Haussmann e a gestão capitalista da cidade

O urbanismo haussmanniano nas cidades americanas já foi discutido por inúmeros autores do ponto de vista do desenho urbano e intervenções físicas, podendo ser identificado no traçado de muitas cidades planejadas e intervenções urbanas no continente. A presença da cultura francesa de inspiração positivista ou *Beaux-Arts* ficou marcada nas cidades pela atuação de urbanistas europeus, na maioria franceses ou de formação francesa. Foram elaborados planos urbanísticos sob esta ótica para diversas cidades americanas do século XVIII ao século XX, com recorrente ênfase no sanitarismo e embelezamento. São exemplos o plano de Pierre L'Enfant para Washington já em 1789; os planos para o centro do Rio de Janeiro de Pereira Passos no começo do século XX e de Alfred Agache nos anos de 1930; o plano de Maurice Rotival para a avenida central de Caracas em 1939 e o projeto fundacional da cidade de Belo Horizonte, elaborado em 1895 pelo engenheiro Aarão Reis, este último já nascido e formado no Brasil, dentro da tradição acadêmica francesa então em vigor na Escola de Belas Artes carioca.



Figura 4.3.7.: À esquerda, plano de Alfred Agache para o Rio de Janeiro, publicado em 1930. À direita, projeto de Belo Horizonte, de Aarão Reis, de 1895.

Arturo Almandoz aborda a fascinação por Haussmann e distingue a partir da leitura de Paolo Sica duas fases em sua influência na América Latina:

Seguindo a revitalização urbana alimentada pela penetração do investimento europeu, na segunda metade do século XIX os *grands travaux* de Haussmann em Paris tornaram-se o principal símbolo de modernização importado por algumas capitais latino-americanas durante sua consolidação republicana. Ansiosos por participar da ordem capitalista-industrialista sintetizada pelo urbanismo haussmanniano, a América Latina independente tornou-se devota daquilo que era visto culturalmente como um produto francês *par excellence*. [...] “pode-se distinguir ao menos duas ondas consecutivas, porém distintas, de 'haussmannização' na América Latina pós-colonial. A primeira levou à 'sistematização' da estrutura urbana das capitais, tendo lugar basicamente nos limites da

era colonial, durante a segunda metade do século XIX. [...] A segunda onda incluiu as reformas urbanas e ampliações das capitais latinas até a 2ª guerra mundial, sempre com algum grau de referência ao modelo haussmanniano. [...] Sintetizando ao mesmo tempo o mito metropolitano importado da Europa em industrialização, o exemplo foi utilizado pelas elites locais para demonstrar a transformação cultural de suas cidades pós-coloniais em cidades burguesas.⁴⁴ (ALMANDOZ: 2002, pp. 24-25)

Segundo Ramón Gutiérrez, baseiam-se na concepção de Haussmann também as ideias de que o plano urbanístico deveria incorporar “a capacidade científica de por um lado representar a realidade existente e por outro de poder atuar sobre essa realidade corrigindo seus defeitos através dos conceitos higienistas, funcionalistas e de arte urbana”⁴⁵. No livro *Formes Urbaines: de l'îlot à la barre*, Philippe Panerai apresenta a estratégia adotada por Haussmann em Paris:

Haussmann toma posse como prefeito de Paris em 29 de junho de 1853. Sua nomeação tem a meta explícita de executar a política de grandes obras solicitada por Napoleão III [...]. Serão necessárias mudanças imediatas no conselho municipal que, embora tenha sido nomeado pelo governo, é considerado intratável. Deve-se criar uma comissão oficiosa que terá o controle dos trabalhos e funcionará como uma 'espécie de conselho particular'. [...] Haussmann irá administrar a cidade como um 'bom pai de família', de acordo com as regras de prudência e cuidado que merecem as empresas privadas. Os métodos de Haussmann estão para os de seus predecessores assim como as políticas agressivas do mercado financeiro estão para o capitalismo antiquado dos grandes bancos governamentais. [...] No centro do 'plano de crescimento' que queremos promover, o método é criar um programa de estímulos nos moldes do novo estilo de empreendedorismo, que oferece retornos rápidos, promove o fortalecimento ilimitado dos bancos e que coincidirá com uma acumulação de capital sem precedentes [...]. Haussmann desenvolve como método de gestão a teoria das despesas produtivas. O ponto de partida é a folga no orçamento do município[...]. A teoria das despesas produtivas consiste em priorizar a utilização do excedente, total ou em parte, não para intervenções de curto prazo, mas como empréstimos a juros muito consideráveis no longo prazo. Mas o financeiro municipal não consegue lidar com a expectativa de um recurso rápido e constante, baseado na ampliação da atividade econômica, dos negócios e da população. A riqueza dos contribuintes é a riqueza da cidade. O melhor meio de aumentar o orçamento é estimular o enriquecimento dos contribuintes. As grandes obras são a uma só vez o instrumento e o produto dessa estratégia. A cidade é gerida como uma empresa capitalista. (PANERAI: 1977, pp. 13-15)

Se do ponto de vista espacial a influência de Haussmann talvez seja superestimada, no campo da gestão talvez não esteja sendo devidamente criticada. Não é difícil perceber como a gestão atual de muitas cidades no Brasil ainda guarda estreitas semelhanças com a visão financeira de Haussmann, em particular nas ações relacionadas às operações

⁴⁴ Arturo Almandoz cita a passagem sobre as fases a partir de Paolo de Sica.

⁴⁵ GUTIÉRREZ, Ramón. O princípio do urbanismo na Argentina. 2007. In: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.087/216>

urbanas consorciadas e obras de preparação para grandes eventos esportivos. Nestas ações, é clara a prevalência da visão financista e comercial no manejo do território e sua entrega ao capital especulativo, geralmente em detrimento de iniciativas prioritárias para o bem-estar real da população e para o uso e vivência cotidianos do espaço urbano. A observação de Liernur a partir de sua leitura de Marshall Berman confirma as semelhanças:

É certo [...] que as transformações haussmannianas configuram uma reorganização global do espaço urbano, com o propósito de aumentos vertiginosos na renda com a terra, reorganização do capital financeiro, ocupação massiva de mão de obra e otimização das possibilidades repressivas. (LIERNUR: 2010, p. 66)

Sem embargo, o autor chama atenção para um aspecto que, embora menosprezado, talvez seja o mais relevante aporte do projeto de Haussmann do ponto de vista do uso do espaço urbano. Fator este lamentavelmente ausente das operações urbanas brasileiras:

[...] o bulevar configura um inédito espaço de confluência, um cenário urbano apto à aparição, pela primeira vez, da grande personagem da metrópole: a multidão. O bulevar é assim sede de novas possibilidades de relações humanas, de novos encontros entre setores até então reclusos em áreas estanques da cidade, de protagonismo, identidade e participação. (LIERNUR: 2010, p. 66)

Há todavia uma diferença essencial entre os contextos europeu e americano: enquanto em Paris a intervenção de Haussmann era primordialmente corretiva e promovia a abertura de grandes bulevares através da malha secular da cidade existente e ampliando-a, na América os traçados urbanísticos inspirados pelo francês foram principalmente empregados na fundação de novas cidades e na ampliações de setores urbanos ao longo das primeiras décadas do século XX. Outro aspecto de diferenciação entre o urbanismo europeu e o desembarque da disciplina nos países latino-americanos é ressaltado por Almandoz:

À diferença dos países europeus, onde a consolidação do planejamento foi fortemente associada à mudanças na legislação, tanto em nível nacional quanto local, o urbanismo da América Latina seria proclamado por novos planos para as principais cidades, servindo como manifestos ou certidões de nascimento da nova disciplina. (ALMANDOZ: 2006, p. 86)

De todo modo, o que mais caracteriza – e diferencia – a adoção do traçado francês na América Latina é sua ocupação. À distinção de Paris, sobre os eixos e os bulevares haussmannianos construiu-se a no continente americano a cidade moderna do século XX, com sua arquitetura geométrica e na maioria das vezes, verticalizada, alcançando nesse processo significado bastante distinto daquele presente no contexto original europeu.

4.3.3. Europeus na América e os Planos Urbanos

Aquilo que conhecemos como tradição acadêmica foi, de fato, o começo de uma revolução, e não o fim de um período de declínio. (COLQUHOUN: 1962)⁴⁶

As teorias urbanísticas de finais do século XIX e princípios do XX refletem diretamente na configuração das grandes metrópoles latino-americanas. Uma vez que a urbanização destes núcleos urbanos é bem mais recente que na Europa, o urbanismo moderno – em sentido amplo – determinou em grande medida a fisionomia de cidades como São Paulo, Belo Horizonte, Caracas, Bogotá, Havana, Buenos Aires, Cidade do México, Santiago, Washington ou Chicago. Muito embora algumas delas tenham sua origem no *damero* fundacional e a maior parte de seu território tenha sofrido massivas expansões posteriores, o traçado das áreas centrais de tais cidades guardam ainda legíveis uma concepção acadêmica ou positivista que caracteriza fortemente sua imagem urbana.

A atuação dos urbanistas europeus – em grande maioria franceses – na América Latina tem seu início com a chegada de Grandjean de Montigny ao Rio de Janeiro no ano de 1816, apenas oito anos depois da transferência da coroa portuguesa para o Brasil. Já na virada do século XX, Charles Thays, Édouard André e Eugène Courtois são chamados a Buenos Aires para realização do Parque de Palermo, remetendo ao parisiense *Bois de Boulogne* e ao *Central Park* de Nova York. Posteriormente, em 1907, Joseph Bouvard (Diretor da Exposição de Paris de 1900) é responsável pelos planos de Buenos Aires e Rosário, e em 1939 Maurice Rotival elabora o plano diretor de Caracas, que entretanto seria reelaborado nos anos de 1950, já segundo os preceitos postulados pelos CIAM.⁴⁷

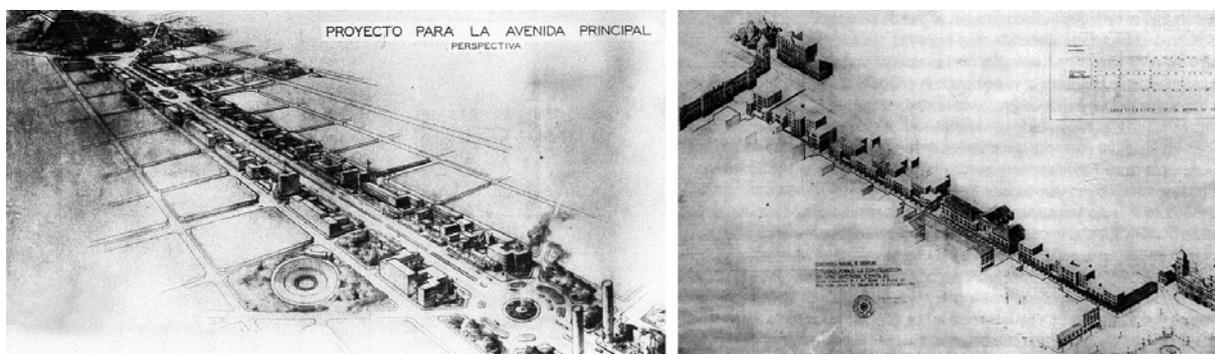


Figura 4.3.8.: À esquerda, o Plan Rotival para a Av. Bolívar em Caracas, de 1939. À direita, plano de Karl Brunner para avenida central em Bogotá, c. 1934.

⁴⁶ “*The Modern Movement in Architecture*”, 1962. Citado por ÁBALOS e HERREROS. *Tower and Office*, p. 9.

⁴⁷ Ver: SEGRE, Roberto. *In: Urbanismo na América do Sul*, 1999. p. 94. e GUTIÉRREZ, Ramón. *O princípio do urbanismo na Argentina*. 2007. *In: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.087/216>*

São relevantes também ao longo de século XX as propostas e realizações de Antonio Bonet, Wladimiro Acosta e Fermín Bereterbide na Argentina, além das críticas de Werner Hegemann em sua passagem pela capital em 1930. Jean-Claude Forestier atua em Buenos Aires e Havana, Maurício Cravotto no Uruguai e Pedro Martínez Inclán em Cuba. O Brasil recebe contribuições seminais de figuras como o sanitarista Saturnino de Brito em diversas cidades, Prestes Maia com prefeito de São Paulo, Aarão Reis com o projeto de Belo Horizonte, Pereira Passos e Alfred Agache no Rio, sendo que este atua também em Curitiba. Destacam-se ainda os manuais de urbanismo de Karl Brunner editados na Colômbia e seus projetos para Bogotá e Santiago do Chile e os planos para a *Companhia City* de São Paulo elaborados por Barry Parker e Raymond Unwin, este um dos pioneiros das cidades-jardim inglesas, juntamente com Ebenezer Howard. Já em meados do século XX, o alemão Hannes Meyer retorna de sua estada em Moscou, trabalhando e lecionando no México de 1939 a 1941 e a firma *Town Planning Associates*, de Josep Luis Sert e Paul Lester Wiener realizam planos urbanos para diversos pontos do continente.

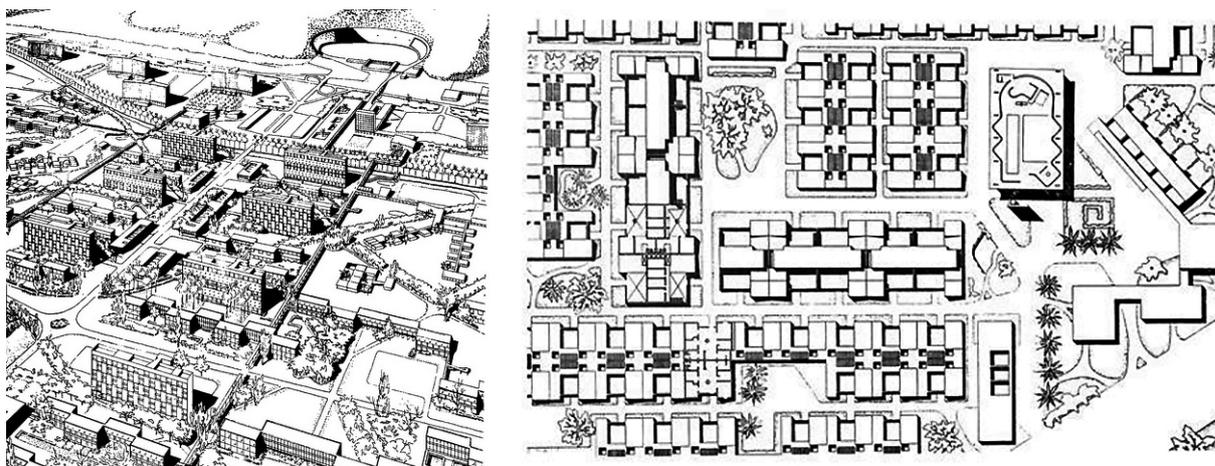


Figura 4.3.9.: Dois projetos do Town Planning Associates, de Josep Luis Sert e Paul Lester Wiener na América Latina. À esquerda, o plano para a Cidade dos Motores, elaborado para a FNM na baixada fluminense na década de 1940 e não executado. À direita, “tapete urbano” constante do plano regulador elaborado para a cidade de Chimote, no Peru, 1946-48.

Deste modo, muitas das grandes cidades latino-americanas compartilham uma história de visões urbanísticas distintas, sobrepostas em curtos intervalos de tempo. São legíveis tanto as quadrículas dos traçados coloniais, quanto as primeiras extensões acadêmicas, as quais se seguiram expansões mais amplas nos anos 40 e 50, já dentro do espírito do urbanismo racionalista. Entretanto, a verdadeira explosão urbana ocorrida a partir dos anos 60 na América Latina foi primordialmente realizada pela especulação imobiliária, sem muito planejamento e pouco controle estatal. Prática esta que, ao fim e ao cabo, acaba por edificar grande parte do território das metrópoles latino-americanas e imprimir a elas um caráter fundamentalmente distinto das cidades tradicionais europeias.

Enquanto na Europa a configuração urbana mais recorrente consiste em um casco histórico secular de ocupação espontânea e desordenada cercado por expansões planejadas, na América Latina a situação se inverte: em geral encontra-se um centro planejado ao longo dos séculos XVI a XIX, ou mesmo princípios do XX, mas a seguir o controle se perde, sendo o núcleo original circundado de enormes expansões descontínuas e fragmentadas, muitas vezes alheias a toda forma de planejamento.

4.3.4. Cidades jardim e torres na natureza

As principais tentativas de conciliar no âmbito urbano as múltiplas e cada vez mais complexas atividades humanas propostas para a cidade moderna levam em conta este desejo de articular de modo harmônico a cidade e a natureza. Dentre as diversas gradações possíveis de estabelecer os parâmetros de tal relação, destacam-se dois extremos. A cidade-jardim *versus* a torre na natureza: de um lado o retorno ao bucolismo campestre e de outro a organização total da vida urbana como modo de ordenar o mundo, como bem colocado por Adrián Gorelik a partir da teoria de Tafuri de Nostalgia e Plano:

Nostalgia para ordenar o caos do presente e Plano para neutralizar o medo do futuro: na encruzilhada desses dois impulsos nasce a cultura arquitetônica de vanguarda na década de 1930 na América Latina. Nostalgia e Plano: toda indagação sobre as vanguardas latino-americanas deve encarar o problema de uma cultura arquitetônica cuja configuração moderna reconhece essa origem cruzada, porque ela afeta a própria noção de vanguarda. (GORELIK: 2005, p. 15)

Estes dois modelos podem ser entendidos como formas extremas de mediação da dialética entre o homem e a natureza, entre a cidade moderna e o campo, agora também ordenado e controlado. Entre eles situam-se, em diversas gradações, os demais modelos propostos, tanto os que ficaram no papel quanto os que a partir dele tomaram vida própria. Em um extremo, a tipologia de residências unifamiliares inseridas em uma vizinhança bucólica com seu próprio jardim, afastada do caos urbano; no extremo oposto, a ideia da concentração máxima de moradias mínimas em blocos verticais como estratégia de liberação de grandes áreas verdes de uso público e coletivo e distanciamento do tráfico de veículos. Em comum, a mesma questão: a perda do ambiente tradicional da rua, no qual os acontecimentos se sobrepõem, desconhecidos se cruzam e o inesperado se dá. Em suma: o espaço onde a cidade acontece. A viagem ao Rio de Janeiro em 1929 enseja em Le Corbusier uma série de reflexões acerca desta dialética, em sua intrínseca relação com as dualidades homem-natureza / cidade-campo discutidas em 4.2.2.:

[...] quando se é urbanista e arquiteto, com um coração sensível às magnificências naturais e um espírito ávido por conhecer o destino de uma cidade, quando se é homem de ação por temperamento e pelos hábitos de toda uma vida; então, no Rio de Janeiro, cidade que parece desafiar radiosamente toda colaboração humana com sua beleza universalmente proclamada, somos acometidos por um desejo violento, quem sabe louco, de tentar também aqui uma aventura humana – o desejo de jogar uma partida a dois, uma partida 'afirmação-homem' contra ou com 'presença-natureza'. [...] Eu jurei que não abriria a boca no Rio e eis que sinto uma necessidade invencível de falar. (LE CORBUSIER: 2004 [1930], p. 229)

Quanto a esta passagem, os autores de Le Corbusier e o Brasil comentam que:

O que interessa salientar é que a partir da visão da paisagem carioca, o pensamento corbusiano reconstrói seu ideal urbano como o de uma 'cidade radiosamente verde'. Esse ideal ignora o valor romântico da volta ao campo, baseado num sonho à la Jean-Jacques Rousseau, e insiste em reforçar o estatuto 'urbano', considerado 'inerente à natureza humana'. Relações homem-natureza, cidade-campo, que o arquiteto define contra o postulado das cidades jardins periféricas e contra as experiências soviéticas de 'desurbanização' que acabara de observar. (SANTOS *et alli.*: 1987, p. 21)⁴⁸

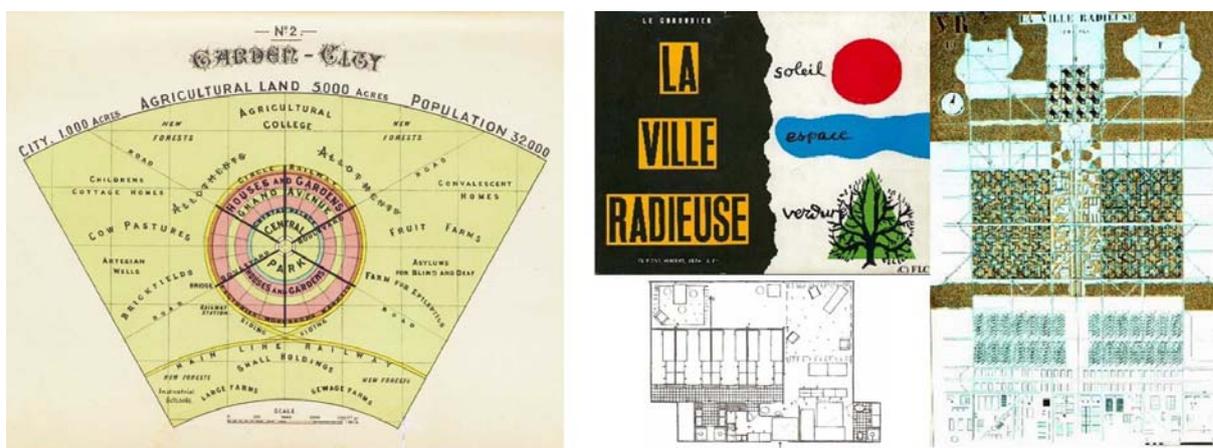


Figura 4.3.10.: Dois extremos na tentativa moderna de mediação da relação entre homem e natureza, ou cidade e campo. À esquerda, o esquema da Cidade Jardim de Ebenezer Howard. À direita, a proposição de Le Corbusier da Ville Radieuse, com torres isoladas em meio a áreas verdes.

Percebe-se então que os modelos acima contrapostos – como extremos na tentativa de articulação planejada da habitação na cidade – possuem grande importância para os estudos das cidades latino-americanas. Acrescentando que, como já mencionado anteriormente, a habitação constitui na maioria das vezes grande parte da cidade construída e seu amálgama por excelência, tornam-se cada vez mais importantes pesquisas que avaliem as implicações e desdobramentos contemporâneos alcançados pela aplicação de tais modelos, na busca pela melhoria constante das cidades onde vivemos.

⁴⁸ SANTOS, PEREIRA, PEREIRA e SILVA. Le Corbusier e o Brasil. 1987, p. 21.

5. Tempo III: A Grande Depressão - 1929

Os latino-americanos da minha geração conheceram um raro destino que bastaria por si só para diferenciá-los dos homens da Europa: nasceram, cresceram e amadureceram em função do concreto armado. Enquanto o homem da Europa nascia, crescia e amadurecia entre pedras seculares, construções velhas, apenas ampliadas ou anacronizadas por alguma tímida inovação arquitetônica.

Alejo Carpentier

5.1. Contexto

A todos, em algum momento, se nos revela nossa existência como algo particular, intransferível e precioso. Quase sempre essa revelação se situa na adolescência. O descobrimento de nós mesmos se manifesta em nos sabermos sozinhos; entre o mundo e nós mesmos se abre uma impalpável, transparente muralha: a de nossa consciência. É certo que ao nascermos já nos sentimos sozinhos; mas crianças e adultos podem transcender sua solidão e esquecer-se de si mesmos através da brincadeira ou do trabalho. Ao contrário, o adolescente, vacilante entre a infância e a juventude, encontra-se suspenso um instante entre a infinita riqueza do mundo. O adolescente se assombra de ser. E ao pasmo sucede a reflexão: inclinado sobre o rio de sua consciência se pergunta se esse rosto que aflora lentamente do fundo, deformado pela água, é o seu. A singularidade de ser – pura sensação na criança – se transforma em problema e pergunta a sua consciência interrogante.

Aos povos em transe de crescimento lhes ocorre algo parecido. Seu ser se manifesta como interrogação: que somos e como realizamos isso que somos? Muitas vezes as respostas que damos a estas perguntas são desmentidas pela história, quiçá porque isso a que chamam “o espírito dos povos” é somente um complexo de reações a um estímulo dado; frente a circunstâncias diversas, as respostas podem variar e com elas o caráter nacional, que se pretendia imutável. Apesar da natureza quase sempre ilusória dos ensaios de psicologia natural, me parece reveladora a insistência com que em certos períodos os povos se voltam para si mesmos e se interrogam. Despertar à história significa adquirir consciência de nossa singularidade, momento de repouso reflexivo antes de entregar-nos ao fazer. “Quando sonhamos que sonhamos, está próximo o despertar”, diz Novalis. Não importa, então, que as respostas que demos a nossas perguntas sejam logo corrigidas pelo tempo; também o adolescente ignora as futuras transformações desse rosto que vê na água: indecifrável à primeira vista, como uma pedra sagrada coberta de incisões e símbolos, a máscara do velho é a história de umas feições amorfas, que um dia emergiram confusas, extraídas em suspense por uma visão extasiada. Em virtude dessa visão, as feições se fizeram rosto e, mais tarde, máscara, significação, história. (Octavio Paz. *El laberinto de la soledad*, 1950)

A passagem acima diz muito do momento histórico pelo qual passou a América Latina a partir de meados do século XX, e mais ainda a partir da década de 30, momento destacado por Tafuri referindo-se ao movimento moderno como sendo aquele no qual “a sua crise é patente em todos os setores e a todos os níveis”¹. A partir do *crash* de 1929 e da reorganização internacional do capital, os países latino-americanos se veem de certo modo traídos por, uma vez mais, terem se enredado em relações de dependência com outras nações, mas passam a vislumbrar a possibilidade de uma inédita autonomia na constituição de identidades nacionais. Jorge Amado descreve tal período no Brasil da seguinte maneira:

Era nos tempos heroicos do “movimento de 30”, movimento literário que sucedia ao Modernismo somando um interesse real pelo homem brasileiro e seus problemas às

¹ TAFURI, Manfredo. *Projecto e utopia*. 1985, p.40.

conquistas formais da Semana de Arte Moderna. O Modernismo processara-se nas cúpulas dos salões literários, em São Paulo e no Rio, e em revista de pequena circulação. Só muitos anos depois o público viria tomar conhecimento dos grande nomes de 22 e um Mário de Andrade, por exemplo, só alcançaria um vasto círculo de leitores nos dias de agora, de um Brasil em luta contra o subdesenvolvimento, industrializando-se, rasgando estradas para a Amazônia, construindo Brasília. O “movimento de 30” processou-se, por assim dizer, no meio da rua, entre o povo. Essa a sua diferença essencial para o Modernismo. Surgiam nomes e livros e logo tornavam-se populares, começou a existir uma coisa antes desconhecida no Brasil: o público leitor. [sic.] (AMADO: 2002, p.6)²

Muito embora ele se refira a um movimento literário, percebe-se na fala o reflexo do momento histórico em curso, através do envolvimento da população em um movimento cultural coletivo até então restrito à elite intelectual e culta. Numa fase marcada pela busca pela construção de autonomia e identidades nacionais, ganha importância o envolvimento da população, como efetivamente se veria nos reflexos à Grande Depressão dos anos de 1930. Romero o confirma, dizendo que “de repente, pareceu que havia muito mais gente, que se movia mais, que gritava mais, que tinha mais iniciativa; mais gente que abandonava a passividade e demonstrava que estava disposta a participar como fosse na vida coletiva”.³ Os principais efeitos globais do colapso econômico iniciado pela quebra da bolsa de Nova York em 29 de outubro de 1929 são descritos por Hobsbawm:

Sem ele, com certeza não teria havido Hitler. Quase certamente não teria havido Roosevelt. É muito improvável que o sistema soviético tivesse sido encarado como um sério rival econômico e uma alternativa possível ao capitalismo mundial. As consequências da crise econômica no mundo não europeu ou não ocidental [...] foram patentemente impressionantes. Em suma, o mundo da segunda metade do século XX é incompreensível se não entendermos o impacto do colapso econômico. (HOBSBAWM: 2000, p.91)

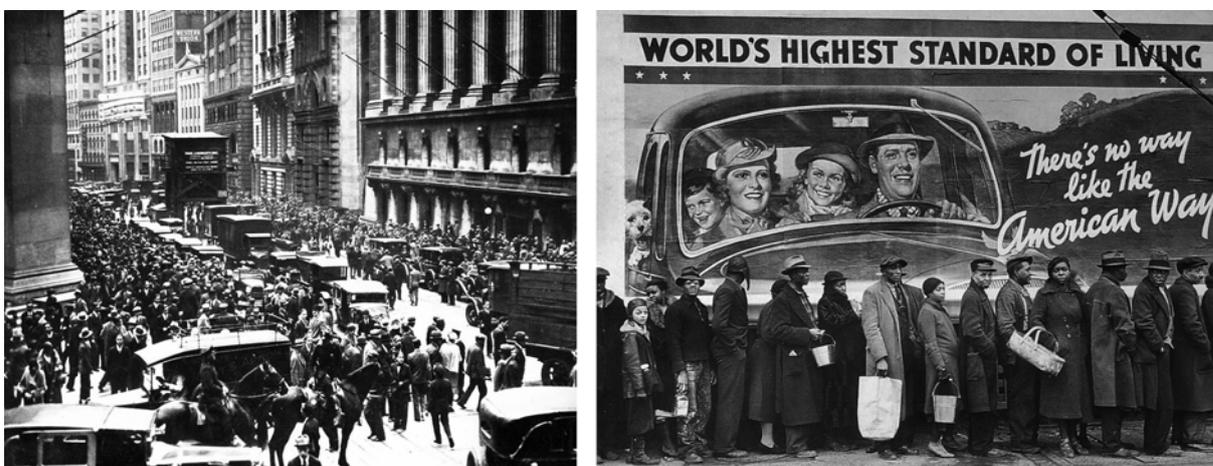


Figura 5.1.1.: 1929: À esquerda, caos na Wall Street em Nova York. À direita, fotografia de Margaret Bourke-White mostra o contraste entre a realidade e o out-door que alardeia o estilo de vida dos EUA.

² Introdução de Jorge Amado ao livro *Viagem*, de Graciliano Ramos, sob o título “Mestre Graça”

³ ROMERO, José Luis. *América Latina: las ciudades y las ideas*. 1976, p.319.

5.1.1. Primeira Guerra , vanguardas europeias e a Revolução de Outubro

De um lado do abismo, encontramos o sistema decrépito do pensamento europeu – um ecletismo sem fundamento, que dispõe sempre de milhares de receitas artísticas – pronto a buscar a verdade em qualquer lugar, desde que seja no passado. Do outro lado abre-se uma nova via, que ainda é preciso desbravar, terras desconhecidas que é preciso colonizar. A concepção de mundo do arquiteto contemporâneo forja-se no contato com sua época para que se elaborem os *novos métodos do pensamento arquitetônico*. (GINZBURG: 1926)⁴

De acordo com Hobsbawm, “a política internacional de todo o Breve Século XX após a Revolução de Outubro pode ser mais bem entendida como uma luta secular de forças da velha ordem contra a revolução social”⁵. Entretanto, o que desencadeia a guerra em 1914 não é tal oposição de valores e ideologias mas, ao contrário, disputas no interior dos regimes imperialistas, fruto da fusão entre política e economia que lhes era própria. Promovida por nações imbuídas do espírito de crescimento ilimitado prometido pela lógica do jogo capitalista, a disputa era de tudo ou nada. Para ser breve, tratava-se de uma disputa política e comercial da ascendente economia da Alemanha de Bismarck (unida ao império Austro-húngaro) contra a hegemonia britânica (aliada com França e Rússia). O início do conflito seria desencadeado pelo ataque austríaco à Sérvia, em 28 de julho de 1914.

Ao final, a sangrenta e irracional refrega deixaria na Europa cerca de 8 milhões de mortos, 7 milhões de incapacitados e 15 milhões de feridos graves. Mas este seria apenas o primeiro capítulo do que Hobsbawm considera, com razão, ser a “Guerra dos trinta e um anos”. A busca da absurda *vitória total* que estava por trás do primeiro conflito trouxe consigo, segundo Hobsbawm, uma derrota que “arruinou vencedores e vencidos”, empurrando “os derrotados para a revolução e os vencedores para a bancarrota”, não guardando a Europa de 1918 nenhuma semelhança com o continente “estável, liberal e burguês”⁶ que entrara em conflito quatro anos antes. De acordo com o historiador, a frágil e arbitrária divisão territorial estabelecida em 1918 pelo Tratado de Versalhes já dava a entender que haveria continuidade, embora segundo ele quase todos os que lutaram no primeiro conflito saíram dele inimigos da guerra. Contudo, para uma pequena parte dos combatentes, ter lutado no *front* era considerado a “experiência formativa da vida”, da qual extraíam “sentimento de incomunicável e bárbara superioridade”⁷. Dentre estes, estava aquele que Hobsbawm considera sem meias palavras ser o causador da Segunda Guerra Mundial: Adolf Hitler. Obviamente, uma guerra mundial não se faz só, mas os ingredientes

⁴ Citado por KOPP: 1986, p.13. Moisei Ginzburg, in: *Sovremennaia Arkitektura*, no. 4, 1926, Moscou.

⁵ HOBBSAWM, Eric. *O Breve Século XX*. 2000, p. 63.

⁶ *Idem*, p. 38.

⁷ *Idem*, p. 34.

necessários a um novo conflito fermentavam desde 1918. A crise econômica sem precedentes que estoura em 1929 daria a receita, preparada por Hitler: a ascensão de forças políticas militares de extrema direita no Japão e na Alemanha. Hobsbawm aponta que aqueles que viviam no princípio do século XX concordavam que “paz” significava “antes de 1914”⁸, pois, “só os EUA saíram das guerras mundiais como tinham entrado, apenas um pouco mais fortes. Para todos os demais, o fim das guerras significou levantes.”⁹

A Revolução Bolchevique de outubro de 1917¹⁰ seria de fato catalisada pela guerra. Mais especificamente, pela derrota russa pelos alemães pouco antes do final do conflito. Espantado com o caminho pelo qual a Europa havia sido levada, o povo esperava por uma alternativa. Segundo Hobsbawm, “os partidos socialistas, com o apoio das classes trabalhadoras em expansão, [...] representavam essa alternativa na maioria dos Estados da Europa” e “aparentemente, só era preciso um sinal para os povos se levantarem, substituírem o capitalismo pelo socialismo, e com isso transformarem os sofrimentos sem sentido da guerra mundial em alguma coisa mais positiva.”¹¹

A Revolução Bolchevique de outubro de 1917 pretendeu dar ao mundo esse sinal. Tornou-se portanto tão fundamental para a história deste século quanto a Revolução Francesa de 1789 para o século XIX. Na verdade, não é por acaso que a história do Breve Século XX [...] praticamente coincide com o tempo de vida do Estado nascido da Revolução de Outubro. Contudo, a Revolução de Outubro teve repercussões muito mais profundas e globais que sua ancestral. Pois se as ideias de Revolução Francesa, como é hoje evidente, duraram mais que o bolchevismo, as consequências práticas de 1917 foram muito maiores e mais duradouras que as de 1789. A Revolução de Outubro produziu de longe o mais formidável movimento revolucionário organizado da história moderna. Sua expansão global não tem paralelo desde as conquistas do islã em seu primeiro século. Apenas trinta ou quarenta anos após a chegada de Lenin à Estação Finlândia em Petrogrado, um terço da humanidade se achava vivendo sob regimes diretamente derivados dos 'Dez dias que abalaram o mundo' (Reed, 1919) e do modelo organizacional de Lenin, o Partido Comunista. (HOBSEAWM: 2000, p.62)

Entretanto se, como postulava Marx, a revolução socialista se daria através da união dos operários do mundo, paradoxalmente a Rússia, um país camponês, sinônimo de “pobreza, ignorância e atraso, e onde o proletariado industrial [...] era apenas uma minoria”¹² definitivamente não parecia um ambiente apto a iniciá-la. Deve-se então entender que:

⁸ HOBSEAWM, Eric. O Breve Século XX. 2000, p. 30.

⁹ Idem, p.62.

¹⁰ Hobsbawm observa em nota: “Como a Rússia ainda seguia o calendário juliano, que ficava treze dias atrás do calendário gregoriano [...] a Revolução de Outubro na verdade se deu em 7 de novembro. Foi a Revolução de Outubro que reformou o calendário russo, como reformou a ortografia russa, assim demonstrando a profundidade de seu impacto. Pois é bem sabido que essas pequenas mudanças geralmente exigem terremotos sociopolíticos para trazê-las. A mais duradoura e universal consequência da Revolução Francesa é o sistema métrico.” O breve século XX, 2000, pp. 64-65.

¹¹ Idem, p. 62.

¹² Idem, p.64.

Nada pareceu menos surpreendente e inesperado que a revolução de 1917, que derrubou a monarquia russa e foi universalmente saudada por toda a opinião pública ocidental, com exceção dos mais empedernidos reacionários tradicionalistas. [...] A Revolução de Outubro se via menos como um acontecimento nacional que ecumênico. Foi feita não para proporcionar liberdade e socialismo à Rússia, mas para trazer a revolução do proletariado mundial. Na mente de Lenin e seus camaradas, a vitória bolchevique na Rússia era basicamente uma batalha na campanha para alcançar a vitória do bolchevismo numa escala global mais ampla, e dificilmente justificável a não ser como tal. [...] Se a Rússia não estava pronta para a revolução socialista proletária dos marxistas, tampouco estava para a 'revolução burguesa' liberal. [...] Uma Rússia liberal-burguesa teria de ser conquistada pelo levante de camponeses e operários que não sabiam nem se importavam com o que era isso [...]. Contudo, em 1917 estava claro para [...] russos e não russos que simplesmente não existiam na Rússia as condições para uma revolução *socialista*. Para os revolucionários marxistas na Rússia, sua revolução *tinha* de espalhar-se em outros lugares. (HOBSBAWM: 2000, pp.63-65)

Pronta ou não a Rússia, caíra o czar e a revolução estava posta. Cabia agora encontrar os meios de construí-la na prática. Como coloca Hobsbawm, embora a revolução houvesse se dado na Rússia, o pós-guerra havia desmoronado as estruturas burguesas europeias e havia uma grande predisposição ao socialismo em grande parte dos países, vencedores ou vencidos. Neste ponto começa a despertar e a manifestar-se, de acordo com Anatole Kopp, uma ampla consciência social no meio arquitetônico. Paralelamente, formulam-se na Rússia estratégia que pudessem, com a devida abrangência, promover os fatores necessários à transformação social. Postula-se então que a mutação de camponeses em camaradas se daria através de elementos que operassem como *condensadores sociais*, adquirindo a arquitetura nova papel fundamental. Convergem assim as utopias urbanas e sociais, investigadas por alguns arquitetos desde fins do século XIX e que fariam da Rússia a meca da vanguarda arquitetônica até meados da década de 1930, quando Stálin assume o poder. Nesse sentido Anatole Kopp propõe que:

Os realizadores da revolução arquitetônica dos anos vinte e trinta compartilharam com outros as pesquisas sobre o emprego de materiais e técnicas novas surgidas com a Revolução Industrial; junto com outros tentaram encontrar formas arquitetônicas que não estivessem em contradição com esses materiais e técnicas, como acontecia com as formas do passado [...] mas o que eles foram os únicos a tentar foi a superação do funcionalismo elementar e puramente utilitário que efetivamente marcou certas realizações dos anos vinte e trinta. Para eles, a função da arquitetura não se limitava à satisfação das necessidades biológicas primárias; eles consideravam sua função exatamente como a de parceiros de uma sociedade nova na qual o que Le Corbusier chamava das 'Alegrias Essenciais' não seria mais um privilégio, mas sim um direito. (KOPP: 1990, p. 23)

5.1.2. O Crack de 1929 e reflexos na América Latina

Há momentos em que a história se concentra e sucessos de distinta índole se entrelaçam: são os momentos de câmbio. Como se chegassem a um topo, as pessoas vêm simultaneamente os raios opacos do ocaso e os raios nebulosos de um amanhecer. Embora ambas as visões estejam entre neblinas e tudo pareça confuso, sentem o estremecimento das transformações. Assim se sentiam os latino-americanos nos cinco dramáticos anos que vão de 1928 a 1933. São anos em que se confrontam três gerações de caráter muito distinto: ainda se faz visível a geração declinante, a modernista, e já aparece tumultuosa e sem poder esperar a geração da alvorada, a progressista. No meio, resistindo aos avatares dos tempos, está a geração pan-americana, que sairá inexoravelmente vitoriosa nos anos trinta. (ARANGO: 2012, p.181)

A fragilidade da ordem mundial, na qual a América Latina republicana havia se inserido, seria comprovada pelo colapso do sistema capitalista a partir de 1929. O evento teria reflexos imediatos por todo o continente, embora, como alerta Donghi, “só depois da crise e, mais ainda, depois da Segunda Guerra Mundial, é que será possível medir as consequências dessas alterações nos países periféricos”¹³. De acordo com Romero, a crise traria ao continente consequências que apontavam em mais de uma direção:

A crise de 1929 unificou visivelmente o destino latino-americano. Cada país precisou ajustar as relações que mantinha com aqueles que, no exterior, compravam-lhes e vendiam-lhes, e ater-se às condições que lhes impunham o mercado internacional: um mercado deprimido, em que os mais poderosos lutavam como feras para salvar o máximo que podia do que possuía, mesmo à custa de afogar na lama a seus amigos de ontem. Começava uma era de escassez que se advertia tanto nas cidades quanto nas áreas rurais. A escassez podia chegar a ser a fome e a morte. Mas foi, ainda, o motor desencadeante de intensas e variadas mudanças. (ROMERO: 1976, p. 319)

A abrupta queda nos preços dos produtos agrícolas de exportação é acentuada pela queda na demanda, e a redução forçada da parca produção industrial provocam uma crise tanto no setor primário quanto no setor secundário, levando a uma deterioração nos termos de intercâmbio do regime neocolonial, ainda então vigente na maioria dos países latino-americanos. Somada às dívidas públicas, em geral altíssimas, acumuladas nas últimas décadas junto aos Estados Unidos e à óbvia impossibilidade de recorrer a novos créditos, uma crise econômica e social é instaurada, logo explodindo do lado político. A extensa e impressionante lista de reviravoltas ocorridas na América Latina a partir de 1930 apresentada por Silvia Arango demonstra como a estrutura agroexportadora de incipiente industrialização construída ao longo das décadas anteriores seria severamente abalada:

¹³ DONGHI. História da América Latina. 1975, p. 299.

Os anos que cercam 1930 estão infestados de grandes comoções políticas. Após o assassinato de Álvaro Obregón e em meio a movimentos rebeldes sufocados brutalmente pelo general Plutarco Elías Calles, celebraram-se em novembro de 1929 as eleições presidenciais no México, ganhando o candidato oficial Pascual Ortiz; seu concorrente, José Vasconcellos, apoiado pela esquerda e pelos intelectuais, denuncia uma imensa fraude, tenta uma rebelião, que é sufocada, e deve exilar-se. Em fevereiro de 1930, nas eleições colombianas, o triunfo liberal encerrou 16 anos seguidos de hegemonia conservadora. Se tratava de mudança menor, comparado com as sete tomadas abruptas de poder que se produzem em outros países nesse mesmo ano. No mesmo mês de fevereiro um golpe na República Dominicana levou ao poder Rafael Leónidas Trujillo por mais de três décadas; em junho um golpe militar depôs o presidente Hernando Siles na Bolívia; em Agosto caiu Augusto Leguía no Peru; setembro foi a vez de Hipólito Irigoyen na Argentina; em outubro um movimento armado levanta Getúlio Vargas no Brasil; em novembro Stenio Joseph Vincent no Haiti inicia uma longa ditadura, e em dezembro o golpe militar ocorre na Guatemala, mergulhando o país numa série de revoltas que culminaram com a entronização férrea no poder do general Jorge Ubico. Um mês depois, em janeiro de 1931, é derrubado o presidente panamenho e pouco depois, em junho, Lima presenciou a maior manifestação de sua história para receber Víctor Raúl Haya de la Torre, líder do partido Alianza Popular Revolucionaria Americana, em seu regresso do exílio na Europa. Em julho cai a ditadura de Ibáñez no Chile; em agosto um levante popular no Equador é fortemente reprimido e nos meses seguintes realizou-se um massacre, novos levantes e uma insurreição militar; nas eleições peruanas de outubro se escamoteou o triunfo do APRA e Haya de la Torre é preso; em dezembro o general Maximiliano Martínez tomou o poder em El Salvador. Em 1932 continuava a efervescência com importantes experimentos políticos, como a efêmera república socialista de 100 dias no Chile, que culminou com o golpe militar de outubro de 1932. Após a retirada dos marines dos Estados Unidos, em 1933 subiu ao poder o sanguinário Juan Bautista Sacasa na Nicarágua que assassinou Augusto César Sandino no ano seguinte, encarcerando toda a oposição, e na vizinha Honduras, também em meio à repressão, em fevereiro se elege Tiburcio Carías. No Uruguai, Gabriel Terra, que havia sido eleito em 1931, se faz um auto golpe em 31 de março de 1933, tomando presos ou extraditando conselheiros e políticos opositores; em um dos feitos mais dramáticos da história americana, o ex-presidente e então conselheiro Baltasar Brum, esperando uma revolta popular que não se produziu, no meio da rua se dá um tiro no coração. Em Cuba, em setembro do mesmo ano de 1933, após uma amarga batalha no Hotel Nacional, um movimento de militares de baixa patente dirigida por Fulgencio Batista derrubou o governo de Machado. Como uma exceção, apesar das diversas tentativas de derrubá-lo, o velho ditador Juan Vicente Gómez [no cargo desde 1909] se manteve no poder na Venezuela até sua morte em 1935. (ARANGO: 2012, pp.181-182)

Emergem então destes movimentos muitos dos governos que se fariam sólidos e longevos, iniciando a construção da América Latina moderna, embora ainda não inteiramente democrática. Em geral de cunho marcadamente populista e não poucas vezes ditatorial, tais governos ascenderiam tão rapidamente ao poder por representarem, naquele momento, respostas às insatisfações que vinham pouco a pouco manifestando-se ao longo dos anos vinte por toda parte nos âmbitos ideológico, social e cultural.

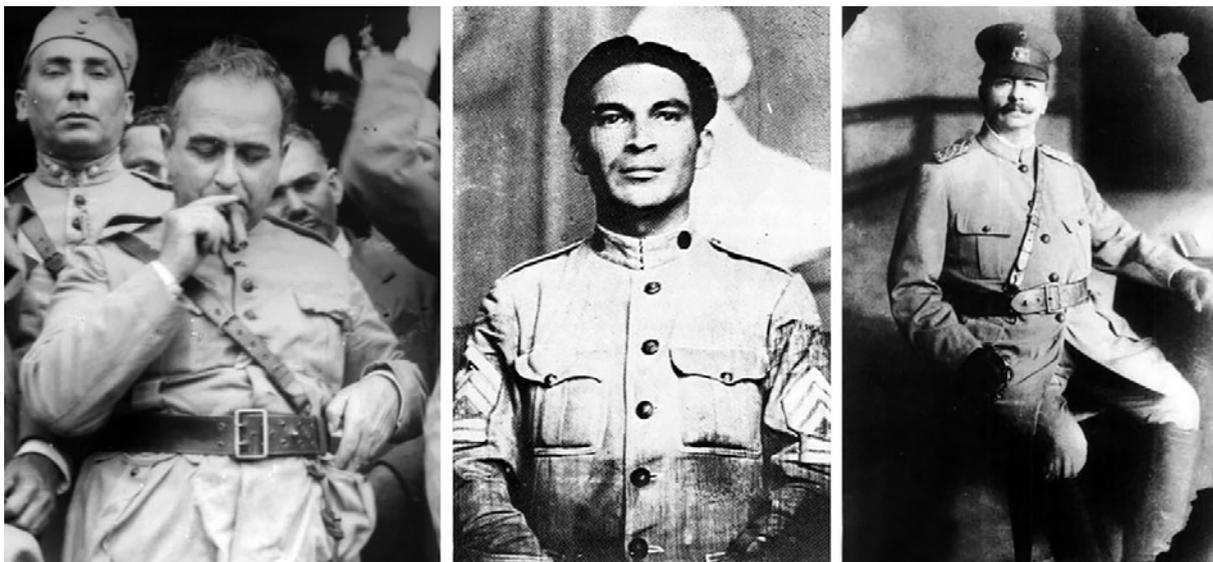


Figura 5.1.2.: Poderes emergentes na América Latina na década de 1930. À esquerda, Getúlio Vargas no Brasil. No meio, Fulgêncio Batista em Cuba. À direita, Juan Vicente Gomez, na Venezuela, é dos únicos a manter-se no poder em meio às reviravoltas políticas pós-1929.

Segundo Arango, a crise financeira seria a “gota d’água” que precipitaria a série de golpes de estado acima enumerada. Ainda primordialmente agrários, os países latino-americanos buscavam estabelecer condições iniciais de unidade nacional, autonomia política e produtiva, fatores que colocavam-se de modo ainda mais pungente com o advento da depressão econômica. Carlos Sambricio aborda as alterações observadas no continente sob tais condições:

Sabemos que o *crack* econômico de 1929 obrigou a repensar as políticas econômicas latino-americanas, do mesmo modo que, após a Segunda Guerra Mundial, houve um segundo desvio: aqueles dois momentos estabeleceram pautas com consequências não só na economia mas na estrutura social, ao propiciar a grande imigração do campo para a cidade. Se em 1929 – ante a queda do mercado norte-americano – a baixa nos preços das exportações obrigou os organismos estatais a intervir nos mercados, a reativação significou a industrialização dos setores de consumo que já haviam aberto espaço: o açúcar, a carne, os metais ou o petróleo exigiram recursos tecnológicos para sua exploração, com o que a industrialização estendeu-se das áreas produtivas para mercados internos (fundamentalmente os núcleos urbanos), onde residia a potencial massa de consumidores. As cidades – que no passado haviam sido objeto de dinamização das economias exportadoras – converteram-se centros de consumo, de promoção de indústrias, dando-se em poucos anos uma singular transformação das mesmas. Mudaram as cidades e, sobretudo houve o ascenso de uma nova classe média que [...] requeria tanto um modo próprio de vestir quanto formas de lazer, espaços políticos ou formas de relação características, do mesmo modo que um novo conceito de moradia e de cidade. (SAMBRICIO: 2013, p. 11)

De acordo com Hobsbawm, “a Grande Depressão destruiu o liberalismo econômico por meio século” e, mais importante, “obrigou os governos ocidentais a dar às considerações sociais prioridade sobre as econômicas em sua políticas de Estado”¹⁴. Efetivamente, é a partir desse momento que se iniciam na América Latina preocupações concretas com questões como seguridade social, legislações trabalhistas e, no que tange a este estudo, investimentos consideráveis em infraestrutura, melhorias urbanísticas, planos de habitação e na criação de grandes equipamentos urbanos de lazer, esportes e, principalmente, universitários. Nesse contexto, “as elites intelectuais e artísticas brasileiras começavam a dar atenção ao seu passado e a uma história nacional, ao mesmo tempo que as inovações técnicas introduzidas pela sociedade industrial iam sendo percebidas como capazes de produzir uma estética: a estética sem fronteiras dos tempos modernos.”¹⁵ Tais iniciativas estatais originam em muitos países latino-americanos uma particular forma de associação entre governos nem sempre democráticos e alguns dos mais talentosos arquitetos em atividade naquele momento. Prologando-se em geral até a década de 1960, estas parcerias resultariam num conjunto de arquiteturas no qual se inserem algumas das realizações mais relevantes no âmbito da América Latina. Boa parte deste fenômeno pode ser compreendido, conforme colocado adequadamente por Sambricio, ao apontar que na Europa

A reconstrução, após a [primeira] guerra, eliminou a situação anterior: se os debates entre profissionais se mantiveram, após os confrontos cada país adotou uma política própria, descartando ou ignorando as pautas estabelecidas por aqueles que poucos anos antes eram seus oráculos. De algum modo se fechava um ciclo. No entanto a continuidade com o debatido nos anos trinta na Europa não se daria neste continente, mas na América Latina. (SAMBRICIO: 2013, p. 8)

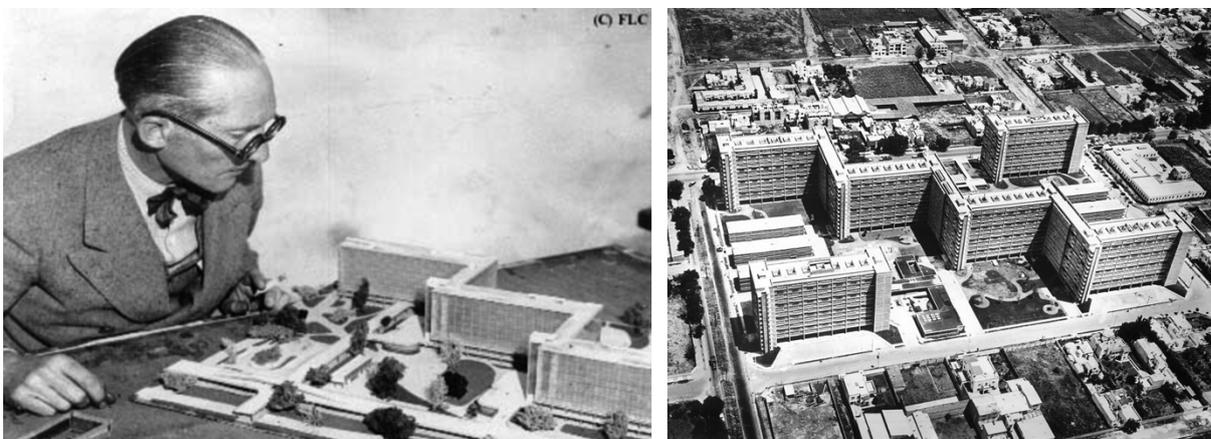


Figura 5.1.3.: À esquerda, Corbusier observa a maquete de um redent da Ville Radieuse. À direita, Multifamiliar Presidente Miguel Alemán, projeto de Mario Pani na cidade do México, 1951.

¹⁴ HOBBSAWM. Era dos extremos: O breve século XX 1914-1991. 2000, p. 299.

¹⁵ VV.AA. Le Corbusier e o Brasil. 1987, p. 11.

5.1.3. Segunda Guerra, desvio do centro e política de boa vizinhança

Os reflexos que seguiram-se ao colapso financeiro de 1929 na América Latina, principalmente aquelas que acabaram por resultar positivas, como a ativação de mercados internos, a aceleração da industrialização e a atenção dedicada a demandas sociais latentes, despertou em certa medida o vislumbre, nestes países, de uma retomada de autonomia sem precedentes, ao menos, desde a invasão europeia nos séculos XV e XVI. Ao longo da segunda grande guerra, o isolamento comercial dos países do Eixo e a nova dinamização do comércio latino-americano com os Aliados promove um acúmulo considerável de capitais que intensifica ainda mais esta impressão. No entanto, a política externa do pan-americanismo iniciada pelos Estados Unidos, embora trouxesse pontos positivos, logo viria desfazer tais ilusões. A breve esperança latino-americana de finalmente deixar sua condição marginal e periférica a partir da derrocada da Europa na guerra duraria apenas até que se percebesse que o mundo tinha agora um novo centro: os Estados Unidos da América, que vinham trabalhando essa posição já a algum tempo.



Figura 5.1.4.: Rockefeller Center, Nova York. Projeto de Andrew Reinhard, Raymond Hood e Wallace Harrison. 1932-1940, torna-se um ícone do período pós 1929, junto com o Chrysler e o Empire State.

Nesse período, os Estados Unidos aumentam a sua influência política com um ritmo mais rápido que o do processo de fortalecimento de sua hegemonia econômica, e reveem sua política para com a América Latina. O republicano Hoover realiza os primeiros passos, sendo seguido pelo seu sucessor democrata Roosevelt, cuja política de boa vizinhança – no quadro da renovação geral da vida política introduzida pelo *New Deal* – parece mais nova do que realmente é. (DONGHI: 1975, p. 308)¹⁶

¹⁶ Os princípios do inter-americanismo e do pan-americanismo no século XIX são abordados por Luís Cláudio

Muitas foram as iniciativas e ações promovidas no âmbito do *New Deal* como parte da política de boa vizinhança de Roosevelt. Suas frentes eram muitas e visavam não apenas a cooptação dos governos latino-americanos a seu favor mas também ir contra a “ameaça comunista”, reforçada pela indiferença da economia soviética frente ao *crack* de 1929, bem como evitar a influência dos regimes fascistas italiano e alemão em ascensão na Europa. As ações incorporavam amplos levantamento de dados e informações sobre as cidades e países do continente para seu relato à Casa Branca e à comunidade estadunidense, visando alterar a percepção que estes tinham dos latino-americanos e o isolacionismo que caracterizava o país naquele período. Promoviam ainda uma intensa ação propagandística dentro dos próprios países vizinhos, visando despertar empatia e simpatia das populações pelos Estados Unidos e disseminar por toda a América Latina o *american way of life*.



Figura 5.1.5.: Política de boa vizinhança de Roosevelt: propaganda e aproximação da América Latina.

O principal órgão criado para levar adiante as ações da política de boa vizinhança era o *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*¹⁷, cuja chefia fora delegada ao magnata Nelson Rockefeller em 1941. Sua ação englobava, entre outras atividades, de um lado, a produção de documentários curtos sobre diversos países e cidades latino-americanos a serem exibidos nos Estados Unidos. De outro, a promoção de uma intensa propaganda (subliminar, uma vez que não era anunciado tratar-se de ação norte-americana) visando enaltecer a imagem e o modo de vida de seu país junto à população dos demais países da América. É nesse contexto que Carmen Miranda é lançada como musa da política

Villafane G. Santos no livro *O Brasil entre a América e a Europa*, onde o autor ressalta que, enquanto monarquia isolada na América, o Brasil via com suspeição a questão pan-americana, tendo participado iniciado sua participação somente no congresso de Washington em 1889-1890, já sob o nome de Primeira Conferência Internacional Americana. Os congressos pan-americanos são objeto de estudo também do pesquisador e arquiteto Fernando Atique e da historiadora Josianne Cerasoli.

¹⁷ A agência tomava importância e dimensão ao longo do governo Roosevelt, chegando a operar com um orçamento de US\$38 milhões em 1942 e alcançar 1.500 funcionários em 1943. Fonte: Gerald K. Haines. *"Under the Eagle's Wing: The Franklin Roosevelt Administration Forges An American Hemisphere"*. In: *Diplomatic History*. 1977, citado em http://en.wikipedia.org/wiki/Coordinator_of_Inter-American_Affairs

de boa vizinhança e Walt Disney é solicitado a criar as personagens do Zé Carioca e do mexicano Panchito, no intuito claro de prestigiar e lisonjear os mais influentes países da região.

Como iniciativas ligadas à questão de planejamento urbano, promovidas pela UNESCO e patrocinadas pelas fundações Rockefeller e Ford, Arturo Almandoz descreve a criação da SIAP – Sociedade Inter-Americana de Planejamento e o CLACSO – Conselho Latino-americano de Ciências Sociais. Através destas instituições, contribuíram para a constituição de um corpo bibliográfico sobre o tema do planejamento na região, além de influenciar na agenda das cidades da América Latina¹⁸. É fruto desta iniciativa, por exemplo, o relevante livro *América Latina en su Arquitectura*, organizado por Roberto Segre em 1976. Quanto à questão, Almandoz destaca ainda que, embora

[...] algumas destas mudanças institucionais fossem alimentadas pelo impulso do desenvolvimentismo e a busca geral por modernização, não devemos esquecer, contudo, do papel de Hardoy, Morse e Gasparini, dentre outros pioneiros cuja iniciativa e senso de oportunidade conduziu o foco para o campo histórico, utilizando para este propósito a ICA - *International Conference Association* e outras conferências interdisciplinares internacionais. (ALMANDOZ: 2006, p.103)

Ideologicamente avessos a intervenções estatais e ações de cunho social, mesmo os Norte-americanos, diante do colapso econômico que haviam protagonizado, se veem forçados a rever temporariamente tais conceitos. De acordo com Anatole Kopp, o governo de Franklin Delano Roosevelt seria o primeiro, e talvez o único, a adotar políticas neste sentido. É no bojo destas iniciativas que são criados a PWA – *Public Works Administration*, instaurada pelo *National Industry Recovery Act* de 1933 e a FHA – *Federal Housing Administration*, baseada no *National Housing Act* de 1934, muito embora ainda então seja clara a suspeição que ronda a ideia de planejamento, em contraposição ao simples fazer, como revela a fala do administrador da PWA, Harold Ickes, em 1936, citada por Kopp:

“Faço essa sugestão (de planejar) com inquietação porque (o planejamento) nunca foi a via americana. Quem arrisca a sugerir que é necessário planejar o futuro, arrisca sua vida. Isso não se faz nos melhores meios norte-americanos. Devemos venerar nossos antepassados e eles nunca planejaram. Quando eles tinham devastado uma floresta, eles passavam para a próxima; quando tinham esgotado a fertilidade de uma fazenda, sempre havia outra fazenda um pouco mais longe. Como eu disse, eles nunca planejavam. Eles se contentavam em explorar. [...] Nós não devemos planejar. (...) Alguns países estrangeiros se puseram a planejar, o que tornaria essa prática não americana, se a adotássemos.” (KOPP: 1990, p.164)¹⁹

¹⁸ ALMANDOZ, Arturo. Urban planning and historiography in Latina America. 2006, p. 103.

¹⁹ Reproduzo aqui a nota de Kopp: ICKES, Harold L. “Why do I favor a program of public work”. Washington

Não obstante a fala de Ickes, algum planejamento e iniciativas estatais no campo da infraestrutura e habitação seriam levadas a cabo no período, em parte sob a influência de Catherine Bauer, estudiosa das realizações habitacionais europeias e então diretora da NPHC – *National Public Housing Conference*. Dentre os projetos habitacionais do período, destacam-se o projeto de William Lescaze para as Williamsburg Houses, projeto de habitação edificado no Brooklyn entre 1933 e 1935, as Jane Adams Houses de John A. Holabird em Chicago e as Carl Mackley Houses na Filadélfia, projetadas por Storonov e Kastner e conduzidas por Pope Barney, todas no âmbito da PWA e conduzidas pela FHA. É também nesse período que são propostos e realizados os projetos para as *Greenbelt Towns*, dentro do espírito rural e dispersão urbana característicos dos Estados Unidos e com clara ligação com a ideia das cidades-jardim. Entretanto, já em uma escala de planejamento regional, a operação de maior envergadura dentre as iniciativas urbanísticas componentes do *New Deal* seria a reestruturação do vale do rio Tennessee através do estabelecimento da TVA – *Tennessee Valley Authority*, projeto cuja amplitude, segundo Kopp, “sustentava na época a comparação com os primeiros planos quinquenais soviéticos”²⁰.

Seria então através de ações como estas, e somente mais de quarenta anos depois, que haveria alguma resposta à denúncia por Jacob Riis das precárias condições de vida nos *tenements* estadunidenses (ver 4.2.3.). Resposta dada pessoalmente pelo presidente e incluída na pauta publicitária do New Deal, através da peça teatral denominada “*One Third of a Nation*”, montada pelo FTP – *Federal Theatre Project* a partir de uma frase retirada de discurso proferido por Roosevelt em 1933:

“Eis em que consiste o desafio lançado à nossa democracia: vejo neste país dezenas de milhões de cidadãos (...) aos quais, neste mesmo momento, é recusada a maior parte do que se considera hoje como o necessário à existência. Eu vejo milhões aos quais são recusados a educação, o lazer e oportunidades de melhorar sua sorte e a de seus filhos. Eu vejo um terço da nação mal alojada, mal alimentada, mal vestida. Não é o desespero que me leva a pintar esse quadro. Eu o pinto para vocês com esperança, para que a nação, vendo e compreendendo a injustiça que lhes é feita, se proponha a eliminá-la.” (KOPP: 1990, p.162)

D.C., 1936. As aspas justificam-se por constarem da citação no livro de Kopp.

²⁰ KOPP, Anatole. Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa. 1990, pp. 162-181.

5.1.4. Vanguardas de Estado na América Latina

Liberar-se do medo do futuro, fixando esse futuro como presente: o fundamento do intervencionismo keynesiano e o das poéticas da arte moderna é o mesmo. (TAFURI: 1972 apud GORELIK: 1986, p.15)²¹

Diferentemente dos casos europeus, o modernismo arquitetônico se impõe rapidamente em alguns países latino-americanos, pois consegue acertar na resposta mais eficaz à demanda que Ortega y Gasset formulou em 1930 na Argentina, organizando todo o imaginário estatal nacionalista: tinha chegado a hora em que os latino-americanos substituíam importações, também na cultura. (GORELIK: 2005, p. 29)

Enquanto na Europa a tão criticada *tabula rasa* do urbanismo moderno buscava lidar com a reconstrução de cidades seculares destruídas pelas guerras, no continente americano ela era uma realidade que se colocava de maneira concreta. No contexto das mudanças promovidas na América Latina como efeitos reflexos da Grande Depressão, muitos dos novos governos convocam arquitetos identificados com a produção da arquitetura nova a tomar parte na construção das imagens nacionais que pretendiam projetar interna e externamente a seus países.



Figura 5.1.6.: Edifício do MESP, no Rio de Janeiro, 1936-45, de Lucio Costa, Affonso Eduardo Reidy, Carlos Leão, Ernani Vasconcellos, Jorge Moreira e Oscar Niemeyer, com consultoria de Le Corbusier.

²¹ TAFURI, Manfredo; CACCIARI, Massimo e DAL CO, Francesco. De La Vanguardia a La Metropoli. 1972. Citado por GORELIK em Das vanguardas a Brasília:

Abordando esse momento, Adrián Gorelik define a especificidade com que a experiência da arquitetura ilumina o conjunto da experiência vanguardista americana, em um movimento com características locais próprias:

Porque, se o intervencionismo Keynesiano consagra o Plano como ideologia da reestruturação pós-crise, o Estado que, mal ou bem, coloca-o em prática na América Latina é muito mais que a vanguarda do capital, no sentido em que o propôs a crítica à ideologia: não pode apontar a recomposição de um grande capital estruturalmente ausente, como a que os sonhos de organização vanguardista estavam realizando nos países europeus. Aqui se tratava ainda de construir no 'vazio' as condições sociais, econômicas, culturais e territoriais para tornar possível sua emergência. [...] A partir dos anos trinta essa ambiguidade estatal se espelha na de um modernismo pronto a disputar com os setores tradicionalistas o lugar a partir do qual se construiria uma tradição, produzindo essa 'paradoxal modernidade de projetar para o futuro o que tencionava resgatar do passado'.²² (GORELIK: 2005, pp. 28-29)

Na América, a maioria dos núcleos urbanos encontravam-se então ainda em pleno processo de crescimento e expansão, que viria intensificar-se nas décadas seguintes de modo nunca visto até então. Nos estados nacionais em formação nas Américas Central e do Sul, a participação requerida dos arquitetos era de tal modo distinta que levaria, de acordo com Gorelik, a uma revisão da própria noção de vanguarda.

O que restaria da definição já canônica de vanguarda que Peter Bürger indicou, como o destrutivo por excelência, se a interrogássemos a partir da arquitetura, disciplina cujo sentido só pode se radicar na construção? [...] A arquitetura irrompe na década de 1930, quanto tal tarefa se estende a outros planos, principalmente aos materiais e territoriais, e quando é adotada energeticamente pelo único ator que, assumindo essa necessidade, oferece os instrumentos para pô-la em prática em grande escala: o Estado intervencionista. [...] Da mesma forma, o novo Estado que surge da crise de 1930, é o que consagra o Plano como ideologia e como poética de tal modernização, seja quando em alguns casos busque prefigurar uma sociedade liberada, e, em outros, servir a um capitalismo em expansão, ou na maioria das vezes consolidar e fortalecer o status quo tradicional, atualizando-se de acordo com as novas condições do mercado internacional. (GORELIK: 2005, pp. 19-28)

Em se tratando de relações íntimas de arquitetos com o poder, são particularmente notáveis os casos de Lúcio Costa, Mario Pani e Carlos Raúl Villanueva, todos nascidos ou formados na Europa e filhos de diplomatas. Partindo provavelmente destes contatos diplomáticos, envolvem-se de modo natural e quase imediato com os governos do Brasil, Venezuela e México respectivamente. É também nestes países onde mais fortemente se observa a construção de arquiteturas estatais de altíssima qualidade. Destacam-se nestes

²² Citação de BRITO, Ronaldo. O trauma do Moderno. *In*: Arte brasileira contemporânea. Cadernos de texto 3. Sete ensaios sobre o Modernismo. Funarte: Rio de Janeiro, 1983

casos um apuro na integração das artes com a arquitetura e, particularmente no Brasil, a presença de intelectuais ligados à cultura ocupando cargos públicos de destaque.

A vanguarda arquitetônica não só oferecerá seu Plano ao conjunto da vanguarda, como modo de configurar o ordenado mundo moderno que ela imaginava ou pressupunha, mas também introduzirá, por definição, o ator fundamental da renovação vanguardista na América Latina: o Estado, promotor privilegiado daqueles impulsos contraditórios. (GORELIK: 2005, p. 15)



Figura 5.1.7.: Campus da UCV – Universidad Central de Venezuela, em Caracas, visto desde a torre da biblioteca central. Projeto de Carlos Raúl Villanueva e equipe, 1940-60. Foto do autor.



Figura 5.1.8.: Campus da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Edifícios da Reitoria e da biblioteca central. Projeto de Mario Pani, Enrique del Moral e equipe, 1949-52. Foto do autor.

Não é então pelo caminho da ideologia, como ocorrera nas primeiras décadas do século na Europa, mas a partir de uma “vanguarda de Estado”, no contexto da reestruturação do capital, que arquitetura moderna viria consolidar-se na América Latina, suscitando uma revisão e um questionamento quanto ao sentido originalmente atribuído à ideia de vanguarda como sendo movimentos de ruptura com ordens preestabelecidas. Se o povo do movimento de 30 agora estava nas ruas, a elite cultural e intelectual da semana de 22 havia, mesmo que indiretamente, chegado ao poder.

[...] De fato, como falar de vanguarda se a principal tarefa que ela se auto atribuiu na América Latina foi a de construção de uma tradição? Essa tarefa começa a se formular nos anos vinte, preparando o terreno para o ator, que rapidamente vai se mostrar em condições de colocá-la em prática, o Estado nacionalista benfeitor que surge da reorganização capitalista pós-crise e que tem continuidade no Estado desenvolvimentista dos anos cinquenta. [...] Porque se a arquitetura pode ser pensada como polo positivo da dialética produtiva da vanguarda, a América Latina – o Sul – pode ser pensada como um dos principais polos positivos em sua dialética espacial, um dos lugares privilegiados onde a construção, mais que possível, aparecia como inevitável. (GORELIK: 2005, pp. 16-23)

Não ocorreu aqui a ambição revolucionária confiada na potencialidade futura de um sujeito social – a classe operária – mas a certeza de colocar-se a serviço da ambição construtiva do Estado, o ator que assegurava o êxito da empresa, que afastava do futuro qualquer dúvida. [...] O Estado latino-americano desempenhou todos os papéis em que se fragmentava o imaginário vanguardista europeu, fazendo as vezes de financista iluminado e de ator histórico privilegiado, encarregando-se das obras e satisfazendo amplamente a representação sobre o sujeito – nacional, mais que social – a que elas se destinavam. (GORELIK: 2005, p. 52)

No caso brasileiro, ocorreu que os arquitetos responsáveis pela construção moderna do novo estado vanguardista eram, paradoxalmente, os mesmos que promoveram uma revalorização do patrimônio dos passados colonial e barroco locais, como confirmado por Lucio Costa em entrevista, ao dizer que “no estrangeiro, quem gosta de arquitetura moderna detesta tradição e vice-versa, Aqui foi diferente – o moderno e a tradição andavam juntos.”²³

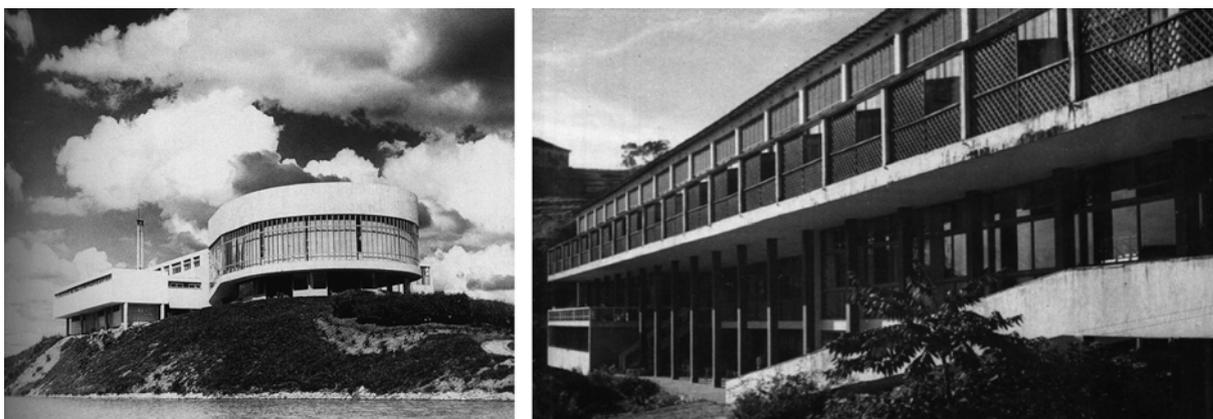


Figura 5.1.9.: Modernidade e tradição no Brasil nos anos de 1940. À esquerda, o Cassino da Pampulha recém-inaugurado. À direita, o Grande Hotel de Ouro Preto, projetos de Oscar Niemeyer.

²³ Trecho de entrevista de Jorge Czajkowski, Maria Cristina Burlamaqui e Ronaldo Brito, publicada originalmente na revista *Arquitetura*, em 1987 e reproduzida aqui a partir do livro *Encontros* | Lucio Costa, organizado por Ana Luiza Nobre em edição de 2010. pp 135.

5.2. Eventos, agentes e influências

Crê o aldeão vaidoso que o mundo inteiro é sua aldeia, e, desde que ele fique como prefeito ou lhe mortifiquem o rival que lhe tirou a noiva, ou lhe aumentem as economias no cofrinho, já acha que a ordem universal é boa, sem se importar com os gigantes que levam sete léguas nas botas e que lhe podem pôr a bota em cima, nem com a luta dos cometas no céu, que vão dormindo pelo ar, engolindo mundos. O que resta de aldeia na América tem de acordar. (José Martí, em *Nuestra América*, 1891)

5.2.1. CIAM e a *debacle* Soviética

Nas primeiras décadas do século XX, a articulação entre setores urbanos, circulações e unidades de moradia são pautas centrais dos primeiros Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, os CIAM, âmbito no qual originam-se as proposições urbanas iniciais dos chamados pioneiros da arquitetura moderna, destacando-se Walter Gropius como expoente da corrente alemã e Le Corbusier como seu mais inquieto participante. Sigfried Giedion, nomeado secretário-geral dos CIAM, aponta que agrupamento semelhante já havia sido tentado sem sucesso por arquitetos alemães em 1927, por ocasião da inauguração da exposição de Weissenhof em Stuttgart.



Figura 5.2.1.: Participantes do I CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), em La Sarraz, Suíça, 1928 (esq.) e do IV CIAM, realizado em viagem de Marselha a Atenas (foto), em 1934.

Iniciados em 1928, os congressos tem sua primeira edição no castelo de La Sarraz, na Suíça, a convite de sua abastada proprietária, a Mme Hélène de Mandrot, entusiasta das vanguardas arquitetônicas e que se tornaria cliente de Le Corbusier. As discussões do I CIAM teriam como fruto o Manifesto de La Sarraz, uma “plataforma comum estabelecida na crença que as construções e o planejamento poderiam ser melhorados em grande medida,

diante das adversidades a serem superadas²⁴. Estabeleceu-se também nesse encontro que a partir da edição seguinte, os estudos apresentados pelos participantes deveriam adotar a mesma escala nos desenhos, bem como técnicas padronizadas de apresentação, de modo a auxiliar na análise comparativa das diversas postulações.

O segundo congresso, promovido por Ernst May, acontece em Frankfurt em 1929, debatendo o tema das unidades habitacionais mínimas. Seu conteúdo foi publicado em Stuttgart no volume *Die Wohnung für Existenzminimum* (traduzido como Habitação de Baixa Renda por Giedion), no ano de 1930.

O terceiro congresso é realizado em 1930, em Bruxelas, na Bélgica, com o auxílio do arquiteto Victor Bourgeois. As discussões desta edição eram “centradas em torno da questão dos modos possíveis de organização de habitações em unidades de vizinhança de modo que as necessidades humanas pudessem ser devidamente atendidas”. Como ponto complementar, coloca-se a questão de quais seriam “as mudanças necessárias em termos de legislação para permitir a viabilização de tais soluções²⁵. Giedion menciona que no encontro foram proferidas palestras de Le Corbusier, Walter Gropius, Richard Neutra e outros. O material gráfico resultante do encontro fora publicado também em Stuttgart sob o título *Rationelle Bauungsweisen* (divisão racional de terrenos), em 1931. Ressalta ainda que “cidade e planejamento regional, que a princípio haviam sido considerados indispensáveis para qualquer solução real de problemas arquitetônicos, tornaram-se agora o interesse central²⁶”.

A quarta edição do congresso, programada para realizar-se em 1933 sob o tema *A Cidade Funcional*, acabaria sendo adiada a partir do surpreendente resultado do concurso para o Palácio dos Sovietes em Moscou, divulgado em 1932. Reunidos em Barcelona em um encontro preparatório para o 4o CIAM, alguns dos principais arquitetos modernos de então recebem a notícia que mudaria radicalmente o rumo que se esperava para a arquitetura moderna mundial:

A causa dessa reviravolta foi o anúncio que acabara de ser feito em Moscou dos resultados do concurso lançado em 1931 pela União Soviética para a construção do Palácio dos Sovietes. Acreditava-se na Europa – parecia evidente – que o Palácio dos Sovietes seria representativo da arquitetura de vanguarda que caracterizara as pesquisas dos anos vinte na URSS. [...]

²⁴ Sigfried Giedion, introdução do livro *Can our cities survive?*, de 1942.

²⁵ Idem

²⁶ Sigfried Giedion, introdução do livro *Can our cities survive?*, de 1942.

Assim, foi com estupefação geral que se descobriu que os três projetos aceitos eram os de B. Jofan, que parecia buscar sua inspiração na arquitetura babilônica, o de I. Joltovski, o 'Palladio russo e soviético' e o americano G. Hamilton, ilustre desconhecido no plano mundial, especializado em 'neogótico' à maneira do edifício Woolworth de New York. [...]

De 'progressista' a imagem [da URSS] passará a 'reacionária' e a pátria da arquitetura 'moderna' aparecerá repentinamente como sendo, na realidade, a do passadismo mais desgastado. (KOPP: 1990, p. 154)



Figura 5.2.2.: À esquerda, projeto “babilônico” de B. Jofan, vencedor do concurso para o Palácio dos Sovietes. À direita, piscina que acabou sendo edificada em seu lugar.

Embora fosse realizado uma vez mais antes da Segunda Guerra Mundial, o IV CIAM marcaria o fim de uma fase. Quanto ao V CIAM e ao contexto de sua realização, Kopp descreve que:

Esse 5º congresso ocorrerá em Paris, durante o verão de 1937. Seu tema, 'Residência e Lazer', se inscreve na área de influência da Frente Popular que, graças à eleição de uma maioria de esquerda na França em 1936, chegara ao poder. Mas esse poder foi efêmero. Na abertura do 5o CIAM o governo constituído logo após as eleições de 1936 acaba de ser deposto. [...] Na Alemanha, Hitler está no poder desde janeiro de 1933; na Áustria, o movimento operário concentrado em Viena e entrincheirado nos grandes conjuntos residenciais [*Höffe*] que se constituem em fortalezas operárias, foi esmagado e em menos de um ano em março de 1938, a Áustria será anexada à Alemanha hitlerista. Enquanto isso a Espanha republicana, praticamente sem apoio exterior, vê o espaço que controla diminuir a cada semana sob a pressão dos exércitos de Franco ajudados pela Alemanha de Hitler e pela Itália de Mussolini. Em todos os países da Europa, é o avanço do fascismo e da reação. Nessas condições, quem ainda pode acreditar em um novo mundo para amanhã? (KOPP: 1990, p. 159.)

Os acontecimentos relatados acima são importantes para compreender, por um lado, o recrudescimento stalinista na URSS e seu afastamento das vanguardas artísticas na

década de 1930, e por outro, a situação de guerra que se instalara na Europa, levando parte considerável dos arquitetos à emigração, em busca de desenvolver suas teorias e seu trabalho alhures: nos EUA, na América Latina ou mesmo na própria URSS. Tal diáspora mudaria definitivamente os rumos da arquitetura mundial e nesse contexto, a América se apresentava como terreno fértil para o florescimento da arquitetura da era industrial e talvez como uma das únicas regiões possíveis naquele momento para o desenvolvimento da arquitetura moderna.

Em contraponto à visão de Anatole Kopp, Adrián Gorelik destaca a pertinência das ideias da corrente teórica denominada “crítica à ideologia”, defendida na virada dos anos de 1960-70 por um grupo de historiadores de Veneza e encabeçado por Manfredo Tafuri:

A crítica à ideologia mostrou as necessárias vinculações da arquitetura com o poder econômico e político e desmistificou o papel contestatório das vanguardas construtivas, trazendo à luz episódios que, justamente por não caberem naquela representação, tinham sido completamente enterrados pela historiografia e pela crítica modernistas: as vanguardas soviéticas e europeias, os modernismos não vanguardistas e, em geral, os processos de desenvolvimento do capital e o papel desempenhado em seu interior pelas disciplinas artísticas e arquitetônicas, apontando centralmente para os dois processos 'mais avançados', o da Europa do período do entre guerras (a social-democracia) e o dos Estados Unidos (o 'capitalismo real'). Desse modo, sustentou-se que a 'única vanguarda' efetiva no período de entre guerras tinha sido a vanguarda da reorganização produtiva do grande capital, reorganização que tem lugar na metrópole e para a qual os movimentos artísticos de vanguarda tinham sido, de qualquer forma, funcionais. (GORELIK: 2005, p. 21)

Com as mudanças na orientação política daquela que se afigurava como a terra prometida da arquitetura moderna a partir da chegada ao poder de Joseph Stalin e do endurecimento dos regimes nazifascistas na Europa a partir de meados da década de 1920, intensifica-se o trânsito de arquitetos europeus rumo à América, tanto em fuga dos regimes autocráticos quanto na busca de novas oportunidades de atuação. O mundo no qual as ideologias iniciais das vanguardas modernas haviam se formado não mais existia e, ao se depararem com as novas realidades encontradas no continente americano (em viagem ou de mudança), os pioneiros modernos se viam compelidos a questionar seus conceitos teóricos e a rever a prática projetual que vinham desenvolvendo até então. A América era para eles um mundo novo e bastante distinto do ambiente já saturado de história e significados que deixavam para trás, tanto dos pontos de vista social e político quanto propriamente na espacialidade urbana das cidades que aqui haviam.

Como hipótese, é possível identificar uma insuspeitada relação entre o resultado de tal concurso e os desdobramentos na arquitetura latino-americana em princípios do século XX. Tal acontecimento faria com que o 4o CIAM, a realizar-se em Moscou em 1933, fosse adiado em um ano, sendo realizado na já mítica viagem a bordo do *Patris II* de Marselha a Atenas e de volta, e ensejando a elaboração por Le Corbusier da *Carta de Atenas*. Caso tivéssemos assistido à URSS tornar-se a meca dos arquitetos de vanguarda, ao invés do recrudescimento stalinista que de fato ocorreu, quiçá hoje teríamos uma *Carta de Moscou*. Provavelmente o trânsito de arquitetos europeus nas Américas seria bem menor, alterando em muito a circulação de ideias que tamanha importância tomaria tanto na América Latina quanto nos Estados Unidos, de modos distintos: aqui, principalmente pelos intercâmbios estabelecidos com os pioneiros modernos e lá, através de atuação direta no ensino e na prática, em especial dos arquitetos da vanguarda alemã.

5.2.2. Le Corbusier, Hilberseimer e Sert

Pela extensão de material publicado e mesmo em virtude de sua *persona* pública, não é incomum que a historiografia da arquitetura atribua a Le Corbusier mérito quase exclusivo na postulação de modelos para a construção da cidade moderna. Entretanto, ao menos desde finais do século XIX, as questões do planejamento integral do espaço urbano e do estabelecimento de novas formas de moradia massiva vinham sendo estudadas e teorizadas por diversos pesquisadores, em várias partes do mundo. No século XX, dois bons exemplos são o trabalho do urbanista alemão Ludwig Hilberseimer, publicado de modo extensivo em seu livro *Großstadtarchitektur* e o do catalão Josep Lluís Sert, cujas ideias desenvolvidas sobre o tema encontram-se no livro intitulado *Can our cities survive?*.

No desenvolvimento da questão urbana, Le Corbusier defendeu a adoção da setorização urbana das distintas atividades, a segregação entre o tráfego de automóveis e pedestres e a adoção de tipologias habitacionais de grande escala que, mais que simplesmente adensar as cidades existentes, estabelecia um novo modelo urbano, de aplicabilidade virtualmente universal. A concentração das habitações, e também dos escritórios, em grandes blocos verticais seria articulada de modo a permitir a liberação de mais áreas livres de uso público destinadas às atividades desportivas e ao ócio. Incluem-se aí seus modelos para o *Plan Voisin* de Paris, a *Ville Contemporaine pour trois millions d'habitants*, ambos de 1922 e o estudo de maior abrangência, e que mais repercussão alcançou: a *Ville Radieuse*, apresentada extensivamente em livro homônimo publicado na França em 1933.

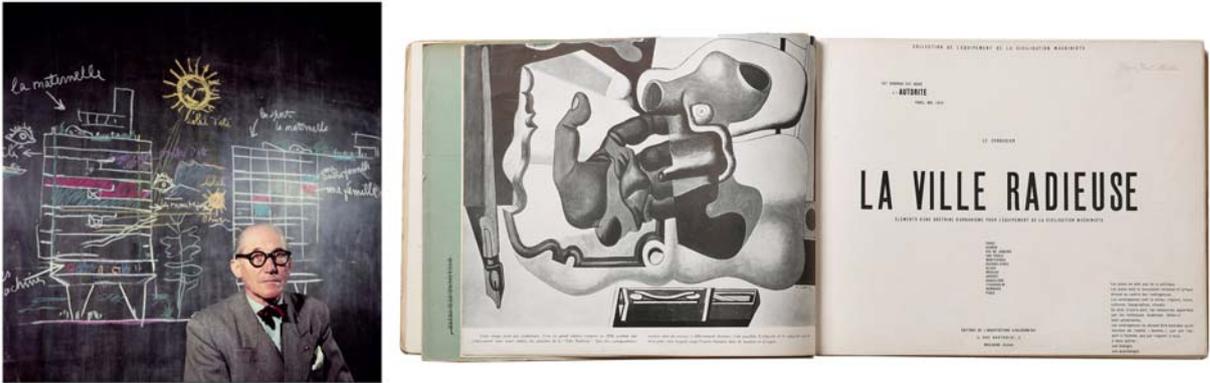


Figura 5.2.3.: Le Corbusier em frente a um croquis da Unité d'habitation, e a edição francesa de seu livro *La Ville Radieuse*, publicado em 1933.

Diferentemente das buscas por aplicação imediata que caracterizaram as proposições do mestre franco-suíço, as postulações de Hilmerseimer têm caráter bem mais científico, como ele mesmo menciona em seu último livro *Un' idea di piano*, de 1963. Seu estudo, publicado em 1928 em *Großstadtarchitektur* (arquitetura da grande cidade), apresenta considerável evolução teórica à proposta corbusiana da *Ville Contemporaine*, projeto no qual o zoneamento de moradias, comércio, escritórios e lazer localizavam-se em setores urbanos distintos. Na proposta do alemão, ao contrário, a setorização da cidade se dava em estratos horizontais sobrepostos: no nível do solo, junto ao trânsito de veículos, seriam localizados os usos comerciais e de serviços e acima destes, a cidade residencial e a livre circulação de pedestres. A proposta previa uma atualíssima sobreposição de atividades, bem mais próxima da multiplicidade de usos e atividades caracterizadora do denominado sinequismo, qualidade urbana defendida por Jane Jacobs em seus estudos urbanos e revalorizada por autores contemporâneos como Edward Soja e Michael Storper dentro do grupo de estudos regionais de Los Angeles.



Figura 5.2.4.: À esquerda, modelo urbano apresentado no livro *Großstadtarchitektur*, de Ludwig Hilmerseimer. À direita, torres do Parque Central, em Caracas, projeto de Daniel Fernandez- Shaw de 1969, no qual a sobreposição de usos em estratos horizontais foi aplicada.

Embora também menos mencionado que Le Corbusier, o catalão Josep Lluís Sert tem papel importantíssimo na discussão do tema dos grandes projetos urbanos. Escassamente analisado e discutido a fundo, seu livro *Can our cities survive? - an ABC of urban problems, their analysis, their solutions*, de 1942, foi em grande parte obscurecido pela publicação da Carta de Atenas por Corbusier. Embora a versão corbusiana só tenha sido publicada em 1943 - embora o texto principal fora publicado em 1941 sob o título *La Ville fonctionnelle* - ambos tratam basicamente do mesmo assunto: os temas discutidos no IV CIAM, realizado em 1934. Uma análise mais detida permite sem dificuldade perceber a maior elaboração e caráter mais científico do livro de Sert, em comparação com o tom panfletário e messiânico adotado por Corbusier na redação da Carta de Atenas, o que prejudica sobremaneira uma leitura isenta do trabalho. À parte a intenção de Corbusier em atribuir à sua publicação certo caráter de produto consensual do IV CIAM, a introdução de Giedion ao livro assinado por Sert não deixa dúvidas de que, ao contrário, *Can Our Cities Survive?* é que de fato poderia ser considerada a publicação, digamos, oficial dos resultados do congresso náutico de 1934.

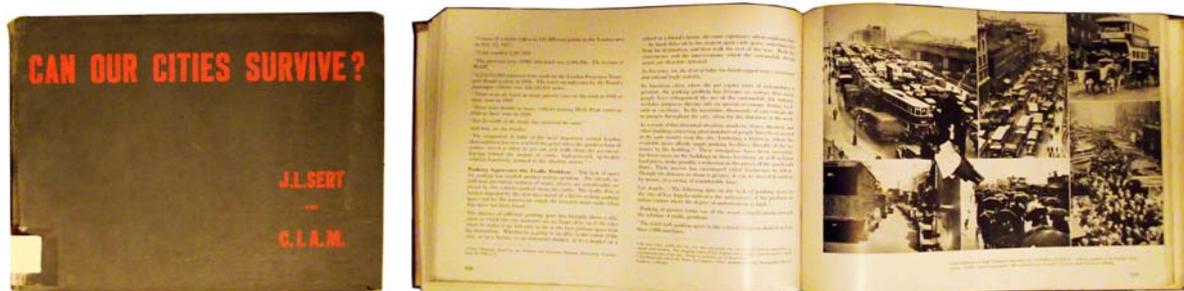


Figura 5.2.5.: Capa e interior do livro *Can Our Cities Survive*, de Josep Luis Sert, publicado em 1942.

Na análise do livro de Sert, há que constatar, antes de tudo, a honestidade científica do autor ao diferenciar claramente suas hipóteses e proposições dos consensos dos congressos de 1934 e 1937, reunidas em uma espécie de ata em apêndice ao final do volume. Neste sentido, é também notável constarem das primeiras páginas não apenas a advertência “baseado nas propostas formuladas pelo CIAM”, eximindo os demais membros do CIAM de postulações das quais pudessem discordar, como também os créditos nominais e agradecimentos aos representantes dos grupos nacionais componentes dos CIAM e daqueles que colaboraram diretamente na elaboração do livro, denotando a generosidade intelectual do autor. Contrastando fortemente com as afirmações sem muita justificativa e palavras de ordem que constituem as páginas da Carta de Atenas, o livro de Sert, dividido em 15 partes e somando 260 páginas em grande formato, traz imensa quantidade de dados,

estatísticas, citações, notas, fotos, planos urbanos e projetos arquitetônicos. Mostrado de modo abrangente, claro e bem apresentado, o material reunido em *Can Our Cities Survive?* consiste assim em um panorama bastante amplo que inclui não apenas muitos dos estudos levados à discussão pelos representantes dos vários países nas discussões promovidas no âmbito do IV e V CIAMs – incluindo aqueles de Corbusier – mas também um grande número de propostas distintas daquelas defendidas por seus membros. Abordadas e discutidas no trabalho sem preconceitos no nível de ideias, contribuem para tornar o livro de Josep Luis Sert retrato fidedigno do estado da arte do planejamento urbano e dos temas correlatos à problemática urbana em debate no princípio da década de 1940. Foi ainda “o primeiro documento que introduziu nos Estados Unidos as experiências e doutrinas da arquitetura e do urbanismo desenvolvidos na Europa pelos CIAM. Durante uma década inteira, representou uma obra essencial de referência para os anglo-saxões.”²⁷

Talvez fruto da aproximação menos dogmática do arquiteto catalão em relação a Corbusier, enquanto este experimentava sucessivas frustrações e era seguidamente preterido por governos franceses e estrangeiros, Josep Luis Sert, juntamente com seus sócios na firma *Town Planning Associates*, Paul Schlulz e Paul Lester Wiener, elaboram inúmeros planos urbanos e constroem extensivamente por toda a América Latina entre os anos de 1939 e 1953. Destacam-se os seguintes projetos: a Cidade do Motores, planejada para abrigar os funcionários da FNM – Fábrica Nacional de Motores, de 1945, não executada; o projeto para a nova cidade de Chimbote, no Peru, de 1948; o plano diretor de Medellín, na Colômbia, de 1949; o plano diretor de Bogotá, Colômbia, entre 1951 e 1953; os projetos de cidades novas na Venezuela, de 1950 a 1953 e o plano piloto de Havana, Cuba, entre 1955 e 1958.

Deste modo, e estes são apenas dois exemplos, pode-se depreender que, embora muitas das proposições do mestre Le Corbusier sejam dotadas de grande pertinência e tiveram uma colossal influência sobre o pensamento arquitetônico do século XX, é necessário ir além de suas propostas para que se alcance uma visão mais abrangente das questões que envolvem o urbanismo moderno e trânsito de ideias que contribuiu para a construção das muitas realidades urbanas do mundo contemporâneo como um todo e da América em particular.

²⁷ FREIXA, Jaume. Josep Ll. Sert. 1979, p. 53.

5.2.3. Os mestres na terra dos tímidos

Para o viajante contemporâneo, que hoje desembarca nesses portos da América batizados há alguns séculos pelos 'Conquistadores' um fato é bem perceptível: desde 1900, há duas gerações, uma nova civilização explode. E a América do Sul está destinada a uma ascensão legítima. Provas abundam – flores da modernidade desta vez – e já bem impressionantes: os brilhantes cais do Rio, os mais belos do mundo. A avenida Alvear de Buenos Aires que está para a cidade como o Paraíso está para o Inferno. Este arranha-céu inimaginavelmente divertido de Montevidéu e, mais ainda, essas praias extremamente modernas, perto das quais situam-se lindos quarteirões residenciais. E em São Paulo, esta opulência nobre de certas avenidas, ornadas de habitações no estilo da Munique anterior ao *modern-style*, impagáveis e engraçadas, no país dos plantadores de café que são como os vice-reis de antigamente. [...]

A Europa burguesa é um peso para a América do Sul.

Libertai-vos! A Europa burguesa está virtualmente enterrada. É chegada uma nova hora. A economia geral do mundo vê na América do Sul um devir iminente. (LE CORBUSIER: 1929²⁸)

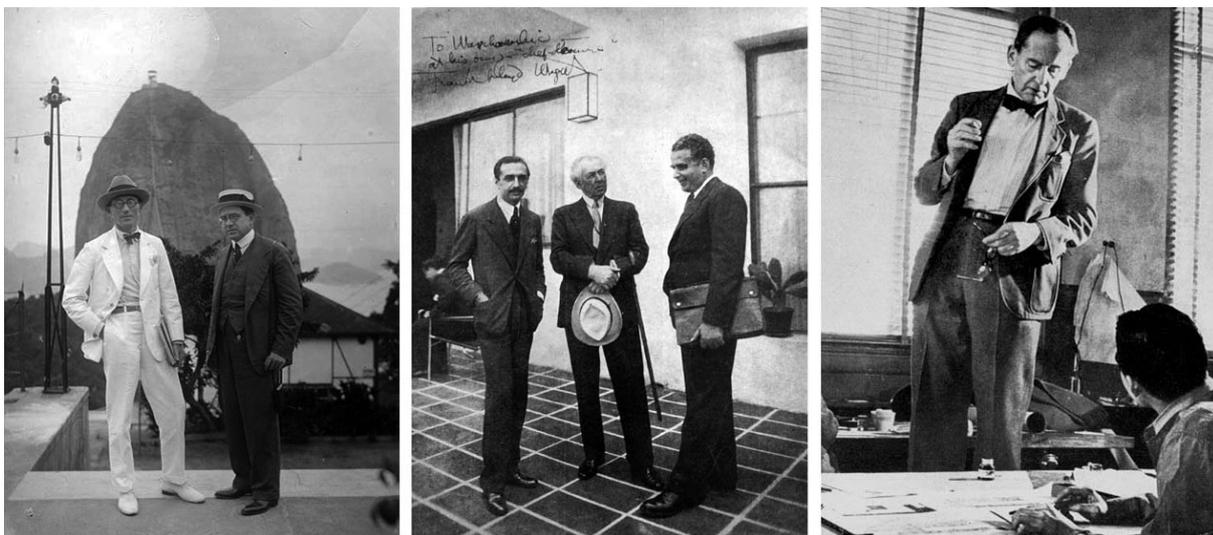


Figura 5.2.6.: Trânsitos na América. À esquerda, Le Corbusier com Paulo Prado no Rio de Janeiro em 1929. No meio, Lucio Costa, Frank Lloyd Wright e Gregori Warchavchick na Casa Nordchild em 1931. À direita, Walter Gropius, que muda-se para os Estados Unidos em 1937.

A partir do período entre guerras, inicia-se gradualmente o fluxo de emigrações de populações europeias profundamente descontentes com o que haviam visto ocorrer em seu continente ao longo dos anos anteriores, fluxo que se veria intensificado a partir de 1930. Diferentemente das migrações forçadas de intelectuais exilados, observada após 1848, e do êxodo de camponeses e artesãos por volta de 1860 em direção aos Estados Unidos, ainda em formação, Giedion destaca que os fluxos da década de 1930 possuem caráter distinto:

²⁸ O Espírito Sul americano, *In*: SANTOS, PEREIRA, PEREIRA e SILVA. Le Corbusier e o Brasil. 1987, p. 69.

A influência da emigração de 30, contudo, pôde, a longo prazo, provar-se mais profunda e mais abarcadora do que aquelas dos anos de 1848 e 1860, pois não era constituída de representantes políticos, comerciantes ou mão de obra desqualificada, mas de representantes da vida cultural – os cientistas, humanistas e artistas mais avançados, que durante os anos 30 tiveram impacto direto sobre todos os domínios da ciência e cultura, da estética moderna à física nuclear. (GIEDION: 2004, p. 527)

Com os arquitetos não seria diferente e, diante da ascensão da extrema direita e do nazifascismo nos países derrotados na guerra e da bancarrota em que se encontravam seus supostos vencedores – agravada pela crise financeira de 1929 –, muitos buscariam novas perspectivas do outro lado do Atlântico, ou no leste europeu. Anatole Kopp descreve o sentido de tais movimentos:

Numerosos arquitetos, centenas no caso da Alemanha, deixaram seu país e partiram em três direções principais: a União Soviética, a Palestina (então sob mandato britânico) e os Estados Unidos da América. As razões essenciais dessas migrações, sem precedentes em uma profissão geralmente ligada a uma clientela definida e devido a isso, relativamente estável, no plano geográfico, foram:

- a crise econômica que começa em 1929 nos Estados Unidos e de lá se estende a todos os países industrializados.
- a chegada de Hitler ao poder na Alemanha em 1933, que terá como consequência na arquitetura a denúncia do '*Neues Bauen*', qualificado como arquitetura 'judeu-bolchevique'.
- enfim, para os que se dirigiam para a União Soviética, a ideia de que a arquitetura moderna tinha uma terra prometida: a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. (KOPP: 1990, p. 204)

Embora não necessariamente engajados politicamente com o socialismo, as perspectivas da construção de uma sociedade e de um homem novos eram sedutoras para muitos arquitetos da vanguarda europeia, que entreviam no discurso bolchevique de 1917 uma consonância com suas próprias pesquisas recentes. É assim que, dentre os mil membros estrangeiros contabilizados entre 1933 e 1936 pela União dos Arquitetos da URSS, a metade deles alemães²⁹, figuras como Ernst May, Hannes Meyer e Erich Mendelsohn decidem conhecer de perto a experiência comunista. Em 1926 Bruno Taut é convidado a proferir conferências e, em 1928, Peter Behrens, Max Taut, Le Corbusier e outros estrangeiros são convidados para o concurso do Centrosoyuz³⁰, resultando Corbusier como vencedor e o edifício, após alguns anos, construído. Não obstante, embora aparentemente promissora, a experiência moderna soviética provaria ter vida curta.

²⁹ Ver KOPP. Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa. 1990, p. 205.

³⁰ Idem, p. 210.

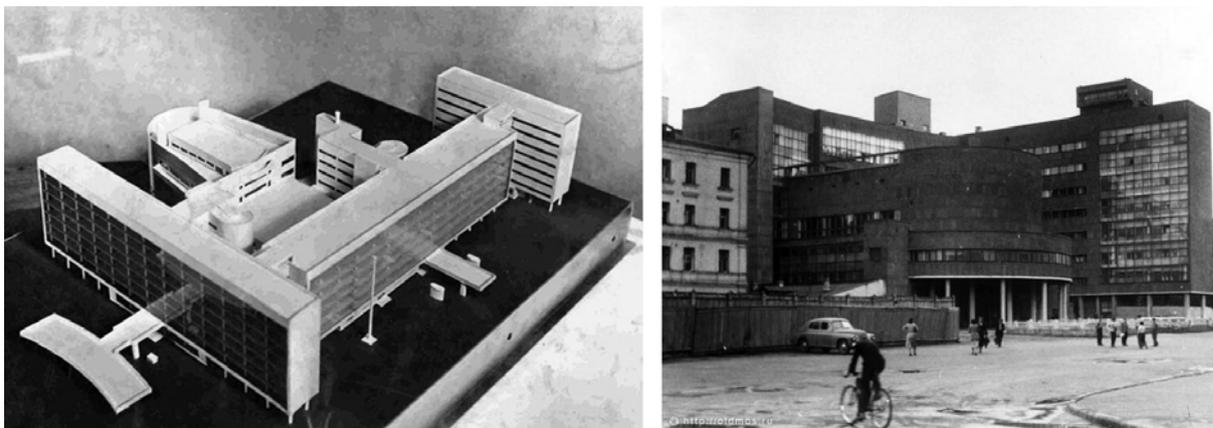


Figura 5.2.7.: Foto da maquete e edifício do Centrosoyuz, em Moscou, 1948, projeto de Le Corbusier.

Preocupados com os descaminhos de sua arquitetura no princípio do século XX, os norte-americanos, identificando sagazmente uma oportunidade de reverter tal processo, convidam grandes nomes da arquitetura vanguardista europeia para lecionar em escolas de arquitetura de universidades da estatura de Harvard, por exemplo. Dominadas à época pela mentalidade Beaux Arts, as escolas de arquitetura norte-americanas não se privariam de incluir entre seus professores nomes como Walter Gropius, Marcel Breuer, Mies van der Rohe, Moholy-Nagy e Alvar Aalto. Embora as primeiras propostas modernas encontrassem resistência, como provou a rejeição à proposta de Gropius e Breuer para o concurso do Wheaton College em 1938, as encomendas logo começariam a chegar. Já em 1939 Mies van der Rohe é chamado a elaborar projetos para o *campus* do IIT – *Illinois Institute of Technology*, e Harvard também viria trabalhar com os arquitetos europeus, em projetos como o Centro de Pós-Graduação de Gropius de 1949, e os dois alojamentos de estudantes projetados por Alvar Aalto e Josep Luis Sert, este último já em 1962-63. Richard Neutra já se encontrava na Califórnia desde a década de 1920, dedicado principalmente à prática e lutando contra a tendência às imitações espanholas.³¹

Após a honestidade estrutural da primeira Escola de Chicago, durante os anos de 1880, a impressionante pureza de expressão arquitetônica de Louis Sullivan e o exemplo incitante de Frank Lloyd Wright por volta de 1900, o espírito da arquitetura [norte-] americana havia degenerado num classicismo mercantil. O impulso para se livrar dessa desastrosa decadência tinha de vir de fora. Isso se deu no final dos anos 30. (GIEDION: 2004, pp. 527-528)

Apesar de não ter sido o destino preferencial dos arquitetos emigrantes, a América Latina também se veria profundamente afetada pelo trânsito dos mestres europeus, embora por meios distintos daqueles observados na América do Norte. Estiveram no Brasil, por exemplo, Frank Lloyd Wright em 1931 e Walter Gropius em 1954, mas apenas para tomar

³¹ GIEDION. Espaço, tempo e arquitetura. 2004, p. 528.

parte em juris de concursos e sem deixar marcas. Enquanto o ecletismo e o neocolonial vigoravam ainda com grande força na América Latina, na Europa, “Corbusier era atacado à direita pela maquinolatria, à esquerda pelo idealismo”³², de acordo com Carlos Eduardo Dias Comas. No entanto, nenhuma das duas questões impediu que fosse naquele momento feito o convite para que Le Corbusier proferisse uma série de conferências na Argentina, Uruguai e Brasil. É Comas quem explicita a condição em que o convite à Argentina passa a incluir também o Brasil como destino da viagem de 1929:

O interesse de Corbusier pelo Brasil despertara em 1926, quando seus amigos Cendrars e Lèger lhe dão notícia da iminência de projeto para uma nova capital no interior, em Planaltina. Corbusier encontra Paulo Prado em Paris e com ele negocia a extensão de sua viagem já acertada com o Círculo de Arte Argentino de Buenos Aires. Prado financia a estadia, mas o patrocínio oficial em São Paulo é do Círculo Politécnico; no Rio, do Instituto Central de Arquitetos. O preconceito da terra contra a arquitetura moderna não é assim tão grande. Aquele é dirigido por Dacio de Moraes, o outro por Morales de los Rios. (COMAS: 2002, p. 58)

Embora nos países do Prata sua presença não trouxesse mudanças de curso imediatas³³, no Brasil os trânsitos de Corbusier em 1929 e 1936 teriam imensa relevância, bem como traria profundos reflexos na visão e no trabalho do mestre o contato com a América Latina, resultando troca frutífera para ambas as partes.

A viagem de Le Corbusier à América do Sul em 1929 foi de vital importância na superação do modelo Beaux-Arts da Cidade Contemporânea para Três Milhões de Habitantes e na formulação de sua revisão posterior, a Ville Radieuse. O projeto de um bairro de negócios em Buenos Aires envolvia os mesmos temas, mas Le Corbusier aborda o tema visando a geografia humana da cidade. Ao invés de locar o centro de negócios no centro histórico, ele analisa a cidade como abrangente evento topográfico, inserindo-o em uma área onde o empreendimento faria sentido econômica e socialmente. [...] A paisagem sul-americana havia catalisado o projeto, despertando um novo caráter e significado para a cidade. O complexo seria no terreno do porto comercial, onde a troca de mercadorias se daria na mais intensa localização geográfica: um lugar unindo a terra, o mar e o céu. [...] A busca de Corbusier pela harmonia com o ambiente levou com que a implantação dos arranha-céus adquirisse uma disposição fixa e cristalizada, numa síntese vibrante de engenhosidade, geometria, paisagem e história cuja busca seria incorporada a todo seu trabalho a partir então. (ÁBALOS e HERREROS: 2005, pp. 16-19)

³² COMAS, Carlos Eduardo Dias. *Precisões Brasileiras*. 2002, p. 60.

³³ “Le Corbusier afirmava em 1936 que ‘os uruguaios estão na vanguarda, enquanto a dois passos dali, em Buenos Aires, até estes últimos anos, a arquitetura estava metida na segurança de cofre dos estilos.’ “ Citado por Ramón Gutiérrez, em *Arquitectura e urbanismo em Iberoamérica*, 1983. p. 594.

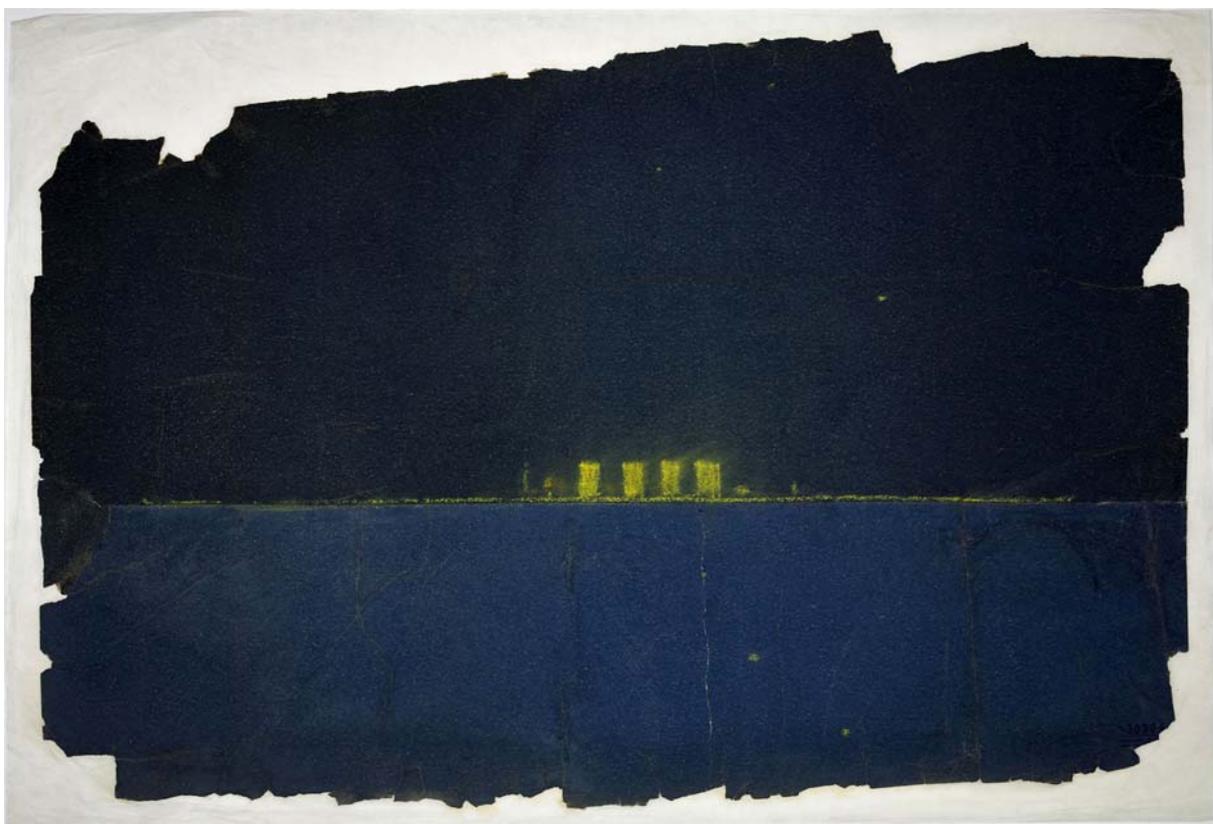


Figura 5.2.8.: Croquis de Le Corbusier para as torres de um bairro de negócios junto ao porto de Buenos Aires, 1929.

Ainda impactado pela experiência que tivera, já na viagem de volta a Paris e “com a cabeça ainda repleta de América”³⁴, Le Corbusier ocupa o tempo a bordo do Lutetia para escrever suas impressões da viagem, logo publicadas sob o título *Précisions sur un état présent de l'architecture e de l'urbanisme*, em 1930. Sua presença no Brasil viria de modo insuspeito influenciar o pensamento de toda uma geração dos arquitetos locais, como confirmado em entrevista pelo próprio Lucio Costa ao declarar que:

[...] quando foi a Buenos Aires, em 1929 [...] ele parou aqui [no Rio] e em São Paulo. Aqui demorou-se um pouco mais e fez uma conferência. O belo registro dessa estada consta do *Précisions*: 'Corolário brasileiro'. [...] Eu era inteiramente alienado nessa época, mas fiz questão de ir até lá. Cheguei um pouco atrasado e a sala estava toda tomada. As portas do salão da Escola estavam cheias de gente e eu o vi falando. Fiquei um pouco, depois desisti e fui embora, inteiramente despreocupado, alheio à premente realidade. [...] Mas Le Corbusier era o único que encarava o problema sobre três ângulos: o sociológico – ele dava importância ao social -, a adequação à tecnologia nova e a abordagem plástica. Isso é que mais me marcou, que o diferenciava de todos, embora Gropius lá na Bauhaus tivesse organizado uma coisa estupenda.[...] Eu tinha estado na Europa em 1926. Fui ver o que estava acontecendo. Ele já tinha feito uma porção de coisas, já tinha feito aquela exposição do *Espirit Nouveau*, mas eu, que passei quase um ano lá, estava inteiramente por fora,

³⁴ LE CORBUSIER. *Precisões*. 2004, p. 15.

inteiramente alienado. Foi só depois que deixei a direção da Escola de Belas Artes, com aquele período do *chômage* [desemprego] de quatro anos, antes do Ministério, que fui estudar mais a fundo todos esses movimentos modernos. Aí fiquei apaixonado, com aquela coisa diferente e nova, uma revelação! (COSTA: 1987)³⁵

Em outra entrevista, republicada no mesmo livro organizado por Ana Luiza Nobre, em relação ao contato de Niemeyer com corbusier por ocasião do projeto do MES, Lucio Menciona:

Foi com a vinda de Le Corbusier, uma iniciativa difícil, exclusiva minha, que surgiu a personalidade do Oscar Niemeyer. Ele trabalhou mais de um ano no meu escritório sem revelar nenhuma qualidade excepcional. É muito perigoso você orientar ou desorientar alguém dizendo que não tem vocação. Eu até sugeri ao Oscar para ir trabalhar num banco porque ele não parecia uma pessoa com vocação. Ele explodiu com o convívio daquele grupo que trabalhou com Le Corbusier. (COSTA: 1992)³⁶

Dos poucos arquitetos estrangeiros que vieram para ficar, os ucranianos Gregori Warchavchick e Wladimiro Acosta, ambos de Odessa, emigram nos anos 20 para a América Latina e, embora com destinos distintos – Warchavchick para o Brasil e Acosta para a Argentina – acabariam por trilhar caminhos semelhantes. Warchavchick, segundo Comas, chega a São Paulo em 1923 para trabalhar na Companhia Construtora de Santos³⁷ e em 1930 seria convidado a lecionar no Rio de Janeiro, durante a curta permanência de Lucio Costa na direção da Escola Nacional de Belas Artes. Trabalhariam posteriormente em sociedade e Warchavchick faria diferença ao engrossar as correntes da arquitetura moderna brasileira, sendo sua Casa Modernista de 1928 considerada um dos primeiros projetos realmente modernos construído em terras brasileiras.



Figura 5.2.9.: À esquerda, duas casas de Warchavchick em São Paulo. À direita, o edifício Nicolás Repetto, projetado para a cooperativa El Hogar Obrero por Wladimiro Acosta e Fermin Bereterbide, na Av. Rivadavia, em Buenos Aires.

³⁵ Trecho de entrevista realizada com Lucio por Jorge Czajkowski, Maria Cristina Burlamaqui e Ronaldo Brito, publicada originalmente na revista *Arquitetura*, em 1987 e reproduzida aqui a partir do livro *Encontros | Lucio Costa*, organizado por Ana Luiza Nobre em edição de 2010. pp 120-144.

³⁶ Trecho de entrevista realizada com Lucio por Lauro Cavalcanti e Cláudia Coutinho, publicada originalmente no *Boletim do IBPC*, em 1992 e reproduzida aqui também a partir do livro *Encontros | Lucio Costa*, organizado por Ana Luiza Nobre em edição de 2010. pp 120-144.

³⁷ Idem, p. 51.

Em Buenos Aires, Wladimiro Acosta também iria adquirir papel relevante ao colocar-se logo como principal crítico à elite arquitetônica dominante bonaerense, quando de sua chegada em 1928.³⁸ Embora somente somente começasse a lecionar em 1957, era arquiteto de intensa prática, envolvendo-se com os meios decisórios do campo arquitetônico e urbanístico e publicando em 1936 o marcante livro *Vivienda y Ciudad: problemas de arquitectura contemporanea*. Adotando o mesmo formato e acabamento que Le Corbusier em suas *Oeuvres Complètes* publicadas a partir de 1929, Acosta reuniria ali uma série de projetos e teorias, sendo o mais influente deles os estudos acerca de modelos de habitação urbana de grande escala, denominados *City Blocks*. Demonstrando no livro grande conhecimento e proximidade com as mais recentes pesquisas da arquitetura moderna, sua teoria do *City Block* seria concretizada em 1941 no edifício Nicolás Repetto, projetado em parceria com o argentino Fermín Hilario Bereterbide e construído pela cooperativa El Hogar Obrero na então prestigiosa avenida Rivadavia.

5.2.4. Le Corbusier e a “escola” da Rue de Sèvres

A passagem de Le Corbusier pela Argentina agitou a polêmica, mas não deixou a mesma 'capacidade instalada' que no Brasil, levou isso sim, dois arquitetos argentinos, Juan Kurchan y Jorge Ferrari Hardoy, com quem completou em 1941 seu plano urbano para Buenos Aires. (GUTIÉRREZ: 1983, p. 596)

Em sua viagem à América do Sul de 1929, Le Corbusier parece haver percebido que o mundo novo que se lhe apresentava trazia questões urbanas, espaciais e humanas que entravam em contradição com várias de suas proposições até o momento. Como o próprio arquiteto descreve em seu *Précisions*, as vivências que tivera em tal viagem trariam mudanças definitivas em sua visão de mundo e na forma abordar os trabalhos que viria desenvolver a partir deste momento. Se bem a América do Sul ensejou mudanças no pensamento de Corbusier, a recíproca também é verdadeira. Não apenas a relação estabelecida por Corbusier com os países da região a partir desta primeira viagem, como também os diversos arquitetos que foram posteriormente trabalhar com o mestre em seu atelier em Paris, contribuíram em grande medida no estabelecimento não somente de uma arquitetura autenticamente moderna na América Latina, mas principalmente de uma arquitetura moderna autenticamente latino-americana.

³⁸ Ver GAITE, Arnoldo. Wladimiro Acosta. 2007.



Figura 5.2.10.: Duas fotos do atelier da Rue de Sèvres nos tempos mais movimentados.

O caso acima observado por Ramón Gutiérrez, da ida de Ferrari e Kurchan para trabalhar com Le Corbusier em Paris, está longe de ser um caso isolado. Muitos foram os arquitetos, não apenas latino-americanos, mas de todo o mundo, que fizeram sua passagem pelo número 35 da Rue de Sèvres. O caso dos latino-americanos é especialmente marcante pois, coincidência ou não, muitos dos que ali estiveram deixaram obras de imensa relevância quando de seu retorno aos países de origem, tornando-se algumas vezes o principal e mais prestigiado arquiteto destes países. A lista dos colaboradores latino-americanos de Corbusier é extensa e impressiona, sendo prováveis aqui algumas omissões. Não obstante, muitos daqueles que vieram a destacar-se como arquitetos em meados do século passado estiveram de algum modo em contato com ele.

Da Venezuela, Augusto Tobito trabalhou com Corbusier tendo, conjuntamente com Iannis Xénakis, André Maisonnier, Vladimir Bodiánsky e André Wogensky chegado a dirigir o atelier em algumas ocasiões.

Da Argentina, trabalharam no atelier de Corbusier os já mencionados Juan Kurchan e Jorge Ferrari Hardoy, onde conhecem o catalão Antoni Bonet Castellana, que seguira a Paris logo após sua graduação em 1936 para trabalhar na rua de Sèvres. Após estourar a guerra espanhola, Bonet decide retornar com os colegas a Buenos Aires, onde tornariam-se sócios. Os três são fundadores do Grupo Austral, criado a partir da base do espanhol GATEPAC - *Grupo de Arquitectos y Técnicos Españoles para el Progreso de la Arquitectura Contemporánea*, tendo participado também do CIAM e do CIRPAC - *Comité International pour la Résolution des Problèmes de l'Architecture Contemporaine*. Além de seu trabalho arquitetônico, a influência de Corbusier pode ser identificada no desenho já clássico da

cadeira BKF, popular em todo o mundo e poucas vezes identificada com as iniciais de Bonet, Kurchan e Ferrari. São de Bonet os projetos não executados para *Bajo Belgrano* e para o *Barrio Sur* de Buenos Aires, este último despertando atenção para o esquecido bairro de San Telmo, que passaria a partir de então a ser objeto de atenção e preservação. Colaboração distinta seria feita com Amancio Williams, a quem Corbusier nomearia para coordenar a construção da Casa do Dr. Curutchet na cidade de La Plata, projetada por Corbusier em 1949.

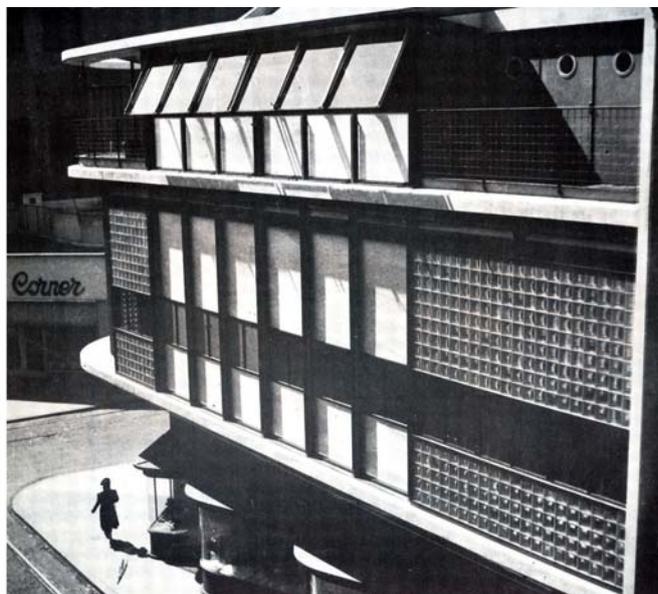


Figura 5.2.11.: À esquerda, cadeira BKF, de Bonet, Kurchan e Ferrari Hardoy. À direita, o edifício de ateliers na esquina das ruas Paraguay e Suipacha, em Buenos Aires, projeto de Antoni Bonet.

Do Chile, trabalharam com Corbusier Roberto Dávila, pouco mais de seis meses, após revalidar seu diploma na Academia de Belas Artes de Viena em 1932. Apresentaria o atelier ao hoje famoso pintor Roberto Matta Echaurren, mantendo este também curto contato com Le Corbusier. O seguinte seria Emilio Duhart, importante arquiteto chileno falecido em 2006, que trabalharia também com Walter Gropius nos EUA. Envolvido por alguns meses no atelier, encontrou grande afinidade com as ideias de Corbusier, como apontam seus projetos para a sede de Vitacura da CEPAL, braço das Nações Unidas no Chile, e no edifício de uso misto de habitações e comércio Plaza de Armas. Por fim, o mais longo colaborador chileno foi o arquiteto Guillermo Jullian de la Fuente, que em 1956, recém-saído da Universidade Católica de Valparaíso, segue a Paris no intuito de visitar as obras de Corbusier. Sentindo-se pronto, escreve ao mestre solicitando trabalhar com ele. Graças à simpatia que Corbusier adquirira com os chilenos, Jullian é aceito e trabalha em Sèvres por vários anos, tendo colaborado em projetos como Centro de Artes Visuais

Carpenter em Massachusetts e no Palácio das Assembleias em Chandigarh. Com a morte de Corbusier em 1965, Jullian de la Fuente se encarregaria de outros projetos como o Hospital de Veneza e a Embaixada da França em Brasília, nenhum dos dois executado. A finais dos anos de 1970, havia construído boa reputação na Europa, embora pouco conhecido no Chile.



Figura 5.2.12.: O edifício da CEPAL e o edifício Plaza de Armas, ambos no Chile, projetos de Emilio Duhart.



Figura 5.2.13.: A Casa de Huéspedes Ilustres de Colombia em Cartagena e o edifício Torres del Parque, em Bogotá, projetos de Rogelio Salmona.

Da Colômbia, estiveram na rua de Sèvres Germán Samper Gnecco e Rogelio Salmona, ainda hoje o mais notável arquiteto colombiano. De volta à Colômbia em 1954, Samper desenvolveria um consistente trabalho e pesquisa na área de habitação coletiva, além de elaborar diversos projetos relevantes em sua firma Esguerra, Sáenz y Samper como o da Biblioteca Luis Ángel Arango em 1957, do *Museo del Oro* em 1963 e do Edifício Avianca em 1968. O caso de Rogelio Salmona é particularmente marcante. Quando da

estada de Corbusier em Bogotá em 1947, fora recebê-lo e saudá-lo na *Universidad Nacional de Colombia* junto a um grupo de estudantes. Percebendo a excitação de Salmona, seu pai oferece um jantar em homenagem a Corbusier, que convida Rogelio a trabalhar com ele em Paris. Um ano depois, e desiludido frente às revoltas iniciadas em Bogotá em 9 de abril de 1948, decide abandonar o curso de arquitetura no segundo ano e seguir a Paris para aceitar o convite do mestre. Mas sua chegada não seria o que o jovem Salmona esperava:

Para sua surpresa, quando chegou a Paris, o mestre, que viajava frequentemente pelo mundo, não se lembrava nem de Rogelio Salmona nem de seu pai nem do jantar em Bogotá, menos ainda do convite ao jovem estudante para trabalhar em seu escritório. O arquiteto lhe disse que não havia trabalho para ele, no entanto, devido à persistência e ao interesse em fazê-lo no atelier do mestre, Salmona conseguiu seu posto de desenhista e aprendiz, embora sem nenhuma remuneração. O salário foi irrelevante, ao menos no começo, pois para Rogelio Salmona poder trabalhar no escritório do mestre era seu grande sonho, e ali permaneceu os seguintes oito anos de sua vida, desde 1948 até 1956. [...] Quando Salmona chegou ao escritório, estavam terminando o projeto da Unidade de Habitação de Marselha e teve oportunidade de participar no desenho. [...] Teodoro González de León, que já estava no escritório antes, foi a primeira pessoa com quem Salmona começou a trabalhar e, sem sabê-lo, quem o apoiou em sua iniciação como arquiteto. Trabalhou ali também com Germán Samper, arquiteto bogotano, com quem participou, de Paris, no plano urbanístico para Bogotá. [...] Dois anos antes de regressar à Colômbia retirou-se do escritório de Le Corbusier, pois sentia a necessidade de viver a etapa construtiva da arquitetura, e foi trabalhar com Pier Luigi Nervi na construção de uma obra imensa: o Salão de Exposições de Paris, uma estrutura de 228 metros de vão. (ARISTIZÁBAL: 2006, pp. 40-45)

A despeito da admiração e respeito por Corbusier, com o tempo Salmona passara a discordar de alguns pontos do trabalho do mestre, que o inquietavam cada vez mais. Segundo Aristizábal, “Salmona sentia que para Corbusier a cidade era um problema teórico, e ainda com admiração por seu professor, não podia compartilhar esse conceito”.³⁹ Havia acompanhado algumas disciplinas na Sorbonne, mas não se graduou. De volta à Colômbia após dez anos de experiência na Europa, embora fosse arquiteto sem diploma, sua experiência logo o fazia reconhecido como tal, tornando-se professor e logo retomando a prática arquitetônica que o consagraria, com projetos como a *Casa de Huéspedes Ilustres de Colombia*, o edifício da Sociedad Central de Arquitectos e o conjunto residencial Torres del Parque, dentre inúmeros outros.

Do México, Teodoro González de León é a referência fundamental. Embora tenha trabalhado no atelier de Paris a partir de 1947 por apenas dezoito meses, esse período relativamente curto se refletiria em toda a sua prática projetual. De acordo com Miquel Adrià:

³⁹ ARISTIZÁBAL, Nora. Rogelio Salmona. 2006, p. 43.

A referência a Le Corbusier é obrigatória na biografia de González de León. O acaso, que alegraria muitos anos depois, associou o desenlace do concurso para a Cidade Universitária [do México] à sua chegada às portas do número 35 da rue de Sèvres. O concurso entre professores da Escola de Arquitetura para a nova Cidade Universitária teve um efeito 'Cinderela', quando o respeitado José Villagrán incentivou ao juri que visse e tivesse em conta o projeto de uns estudantes: era a 'cidade radiante' de Teodoro González de León, Armando Franco e Enrique Molinar. O projeto caiu nas mãos de Enrique del Moral e Mario Pani (com quem trabalhava então), incorporando a suas propostas 'beaux-artianas' boa parte dos aportes de ditos estudantes. Este doloroso êxito desencadeou sua saída do México, com uma bolsa do governo francês debaixo do braço.

Nesses anos de pós-guerra, o escritório de Le Corbusier se nutria do entusiasmo de jovens arquitetos procedentes de todo o mundo, alentados pela efervescência do criador da cidade ideal. Há quem diga que o olhar atordoado de González de León, que conservaria por toda sua vida, provém desses estimulantes anos em que via o mundo com assombro. O que aprendeu, trouxe de volta e aplicou tão logo teve oportunidade de ir construindo, com a experiência de anos e obras, sua própria linguagem. (ADRIÁ: 2010, pp. 21-22)

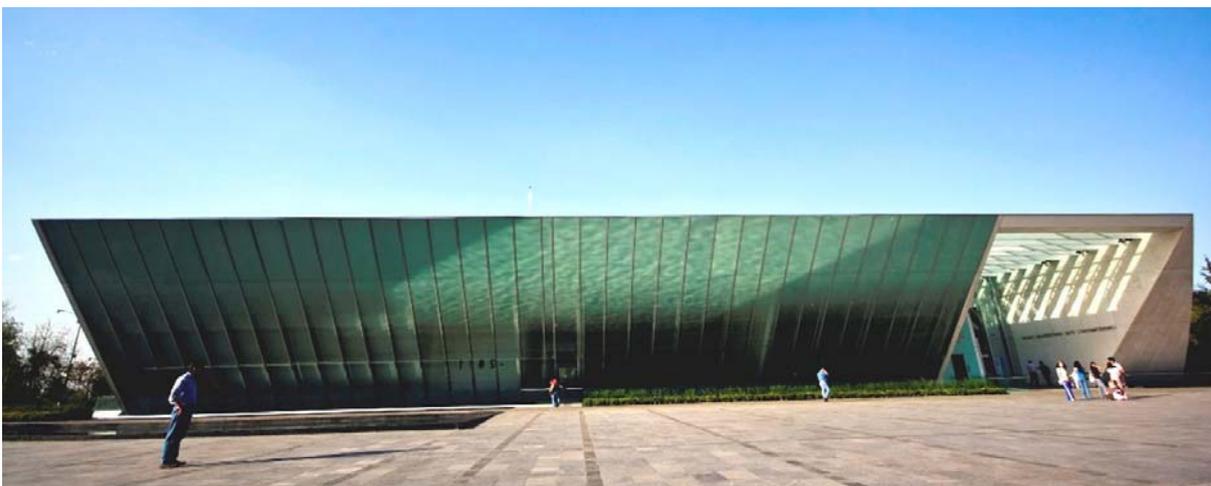


Figura 5.2.14.: O edifício do MUAC, Museo Universitario de Arte Contemporânea, projeto recente de Teodoro González de León, na Cidade do México.

Deste modo, por um período considerável, o atelier de Le Corbusier no número 35 da Rue de Sèvres em Paris, além de simples espaço de projetar arquitetura, converteu-se em espaço de debates, trocas de ideias sobre inúmeros ramos da cultura e, efetivamente, a escola de muitos e muito bons arquitetos. Além dos latino-americanos, muitos passaram pela escola de Sèvres, e não poucos foram aqueles que balizaram sua prática pelo que aprenderam ali. Bom exemplo disso seria o trabalho do escritório de Josics, Candilis e Woods. Havendo os dois últimos trabalhado com Corbusier, ao estabelecerem sua prática independente buscaram, muitas vezes de forma bem sucedida, aprimorar a questão da habitação coletiva a partir dos passos iniciais dados pelo mestre.

Se por um lado Corbusier tivera a abertura necessária a deixar-se influenciar pela cultura dos países da América Latina visitados a partir de 1929, a concretização nesses mesmos países de diversas obras decorrentes direta ou indiretamente de proposições corbusianas – muitas vezes em uma escala que nem mesmo ele conseguiu – reforçam o argumento de uma livre circulação de ideias e influências que caracterizam a própria natureza do trabalho e reflexão arquiteturas. Realizadas por arquitetos estimulados pela eloquência de suas ideias ou pelo contato direto com o mestre no atelier da Rue de Sèvres, tais obras deixariam um legado ainda hoje bastante vivo na paisagem latino-americana.

Mas, voltando a Le Corbusier, é engraçado que na rua de Sèvres ele recebeu gente de todos os continentes, de todos os países, ingleses, japoneses, alemães, mas nenhum brasileiro. [...] Para trabalhar, estagiar, aquela coisa. Depois de algum tempo ele dava um papel dizendo que a pessoa tinha estagiado lá. Mas nenhum brasileiro foi estagiar com ele. E é engraçado porque afinal ele esteve aqui e a receptividade foi maior. Quer dizer, como que se invertem os papéis, ele é que ficou estagiando aqui. (COSTA: 1987)⁴⁰



Figura 5.2.15.: Urbanización 23 Enero, em Caracas, projeto de Carlos Raúl Villanueva e equipe, década de 1950.

⁴⁰ Trecho de entrevista de Jorge Czajkowski, Maria Cristina Burlamaqui e Ronaldo Brito, publicada originalmente na revista *Arquitetura*, em 1987 e reproduzida aqui a partir do livro *Encontros* | Lucio Costa, organizado por Ana Luiza Nobre em edição de 2010. pp 120-144.

5.2.5. MoMA e a invenção de um estilo

Gerard Monnier alerta para um erro corrente da historiografia da arquitetura moderna: “a questão dos elementos do tipo (a cobertura-terraço, o pilotis, a parede-cortina, etc.) tem atraído a atenção em detrimento do tipo em si”. Em seu entendimento, o motivo do erro teria sido estimulado pelo fato destes elementos serem “passíveis de serem incluídos na definição de um estilo, sendo assim passível conectar-se à tradição da história artística da arquitetura, na qual o elemento é priorizado em detrimento do todo”⁴¹. Assim sendo, a oportunidade da ampla divulgação dos edifícios concebidos no âmbito do racionalismo moderno – notadamente pelo MoMA de Nova York – e sua consequente inserção na história da arquitetura acabaria por agrupá-los no interior de um estilo. Esta iniciativa fez com que mais atenção fosse dedicada aos elementos componentes deste estilo inventado do que às novas tipologias construtivas e espaciais que ali se estabeleceram, tão caras aos pioneiros de começos do século XX. Monnier explicita:

Ao afastar a invenção tipológica, a crítica alterou um dos principais objetivos explicitados pela primeira geração dos arquitetos modernos. O conceito de tipologia teve na verdade um espaço central na formação de sua doutrina. A 'tipificação' esteve no centro do debate que, em 1914, opôs Hermann Muthesius e Henry van de Velde em Colônia; a 'criação de formas-tipo como necessidade social', é novamente formulada em 1925 por Walter Gropius. Este princípio, operativo mas abstrato, não resistiu à aproximação formalista da modernidade, que se impôs rapidamente com a consagração do 'estilo internacional' pelo Museu de Arte Moderna de Nova York, em 1932. As manifestações atuais, portanto, são confundidas nos meios cultos com uma série de obras singulares, elementos de uma rede de referências dos arquitetos mais proeminentes [...]. Em suma, uma forma empobrecida de história, reduzida ao homem e sua obra, negligencia ao mesmo tempo o fato de que tal obra se inscreve no interior de uma pesquisa tipológica. A partir de 1940, tanto Alvar Aalto quanto Le Corbusier [...] confrontados pela questão da excepcionalidade, atribuem a suas obras a primazia da singularidade sobre os elementos típicos. De Ronchamp a Chandigarh, a glória tardia de Le Corbusier nutre-se das obras singulares. (MONNIER: 2002, pp. 11-12)

Neste sentido, no âmbito da América Latina, tornam-se centrais o estudo das exposições realizadas na década de 1940 pelo MoMA de Nova Iorque, principalmente *Brazil Builds*, *Latin American Architecture since 1945* e *Built in USA* e seus respectivos catálogos, tema amplamente analisado por Carlos Eduardo Comas em *Precisões Brasileiras*. Tais iniciativas não podem ser vistas como isentas, mas como componentes da agenda do pan-americanismo e da política de “boa vizinhança” conduzida na época junto à América Latina. Chega a ser paradoxal que aquele que talvez seja o único governo dos Estados Unidos a

⁴¹ MONNIER, Gerard. *Le Corbusier: Les unités d'habitation en France*. 2002, p. 11.

demonstrar uma real preocupação social – embora claramente contingencial – seja o mesmo que acabou por ensejar o enquadramento de toda a diversidade de propostas em discussão naquele momento a um suposto movimento estilístico. O bom entendimento da circulação de tais teorias e seus desdobramentos no campo da arquitetura e do urbanismo ocidentais são fundamentais para compreender o período de transição em que a influência europeia na América Latina cede lugar à dominação cultural estadunidense, consolidada definitivamente a partir do segundo pós-guerra.

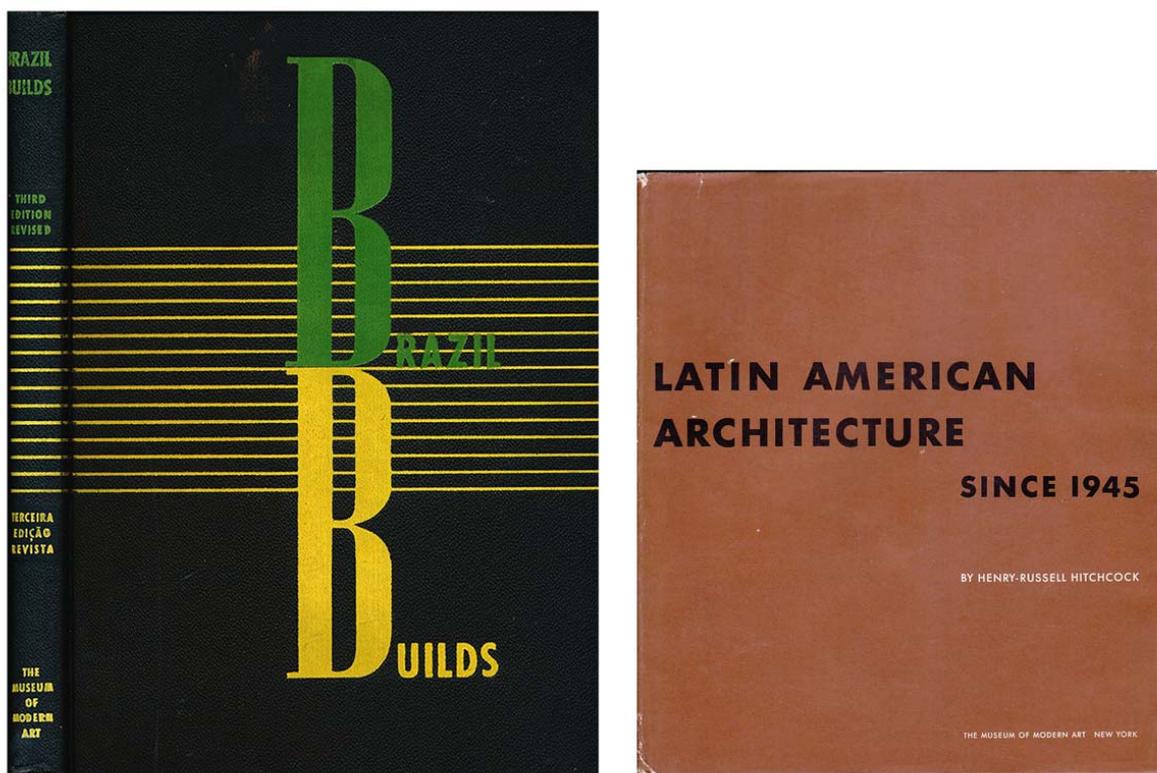


Figura 5.2.16.: Catálogos das exposições de arquitetura do MoMA relacionadas à América Latina: *Brazil Builds*, de 1943 e *Latin American Modern Architecture since 1945*, de 1955.

Por fim, vale ainda relembrar o já mencionado alerta feito por Carlos Sambricio, que aponta o erro em que consiste o agrupamento de todas as postulações e realizações arquitetônicas do racionalismo das primeiras décadas do século XX sob a égide de *Movimento Moderno* ou *International Style*. Aceitar este equívoco e simplificação, em geral incutidos pelos críticos norte-americanos e europeus, resulta apenas em desviar o assunto da questão social inerente a muito do que se discutia e propunha no interior do campo arquitetônico então. Assim, parafraseando Anatole Kopp, os Estados Unidos em geral e o MoMA em especial são em grande medida responsáveis pela conversão da causa original das vanguardas da arquitetura moderna – que a bem dizer, nunca fora por eles completamente compartilhada – em uma mera questão estilística.

6. Considerações finais

Não haveremos demolido tudo se não demolirmos inclusive os escombros. E não vejo outro procedimento para fazê-lo a não ser levantar com eles formosas estruturas bem ordenadas.

Alfred Jarry, *apud* Roberto Fernández

A partir das margens tudo é – ou deveria ser – projeto.

Marina Waisman

As epígrafes acima parecem dizer muito da construção da América em geral e da América Latina em particular, tema central do presente estudo. A frase de Alfred Jarry citada por Roberto Fernández no livro *El Laboratorio Americano* reflete bastante bem a estratégia adotada pelos colonizadores ibéricos – notadamente os espanhóis – para ocupação dos territórios conquistados na América: eliminar os traços da cultura pré-existente e com seus destroços construir estruturas representativas da cultura externa imposta por eles, de modo que com o passar do tempo sua permanência levasse à naturalização e incorporação de tais elementos, até que fossem tidos como próprios. Já a frase tomada de empréstimo de Marina Waisman diz da situação que ainda hoje vivemos e que coloca-se como permanente desafio: o projeto e construção das culturas, arquitetura e cidades latino-americanas. Tendo em vista as várias perdas de referencial que caracterizam historicamente a formação dos países da região, a busca de definições claras acerca de suas identidades culturais segue vigente. Tidas ainda hoje como culturas marginais ou periféricas, tal busca relaciona-se profundamente com a busca contínua de uma maneira coerente de projetar e construir o entorno que nos cerca e nos define (ou deveria definir): nossas cidades e nossa arquitetura.

Vimos ao longo do presente trabalho um panorama que tem como objetivo clarear as bases gerais de formação das cidades, da arquitetura e, porque não, da sociedade e da cultura urbana na América Latina. Tarefa pretensiosa, não pretende no entanto encontrar respostas mas, acima de tudo, levantar perguntas, e se possível instigar a curiosidade daqueles que venham a dedicar um pouco de seu tempo à leitura dessas linhas. A opção por estruturar o trabalho tendo como base três momentos históricos nos quais as mudanças e rupturas ocorridas parecem determinantes na formação de nossa realidade atual partiu em grande parte das dúvidas e desconhecimento do próprio autor com relação a períodos de tamanha importância que, não obstante, são relativamente pouco abordados ao longo da formação em arquitetura e quando o são, o são de modo pouco coeso e fragmentado.

Para proceder à abordagem de tais questões, fez-se necessário estabelecer inicialmente as principais bases conceituais empregadas ao longo do trabalho. São assim apresentados no Capítulo 2 algumas reflexões que buscam estabelecer tais bases. Inicia-se por um questionamento da construção historiográfica correntemente adotada em arquitetura, na qual uma dezena de livros canônicos são adotados como bases da formação em arquitetura em grande parte do mundo. Embora obviamente a leitura de tais livros não deva ser descartada, procura-se apontar porque que ela não abarca a totalidade dos fatores que envolvem a realidade arquitetônica e urbanística dos países latino-americanos, reforçando a necessidade de buscar outras fontes para um entendimento mais amplo da realidade

regional. Vimos ao longo do texto que não apenas outra proposição teórica acerca da origem mesma das cidades é possível, como sugerido por Jane Jacobs em *The Economy of Cities*, mas sobretudo que outra construção historiográfica e crítica pertinentes à nossa realidade encontra-se ainda em processo, do qual fazemos parte os pesquisadores dedicados ao tema. O desdobramento do mesmo capítulo busca também desmistificar questão recorrente quando se trata do pensamento e produção de arquitetura e cidade na periferia do mundo: o controverso tema da influência. Como trata-se aqui do continente americano e particularmente do tramo latino deste imenso continente, fez-se necessária a breve identificação das diferenças primordiais – de formação, cultura, clima etc – entre as principais zonas da América, e que possuem características bastante distintas: norte, centro e sul. Por fim, em tratando-se a América de um território moderno por excelência, ao menos desde sua invasão e modificação pelos colonizadores europeus, considerou-se importante a definição mais clara de alguns termos e conceitos envolvendo a questão da modernidade, não devendo tais conceitos serem delimitados pelo período do chamado Movimento Moderno, mas em termos mais amplos, como sugerido por Cox:

Esta nossa condição de permanente “atraso relativo” na modernização e sobretudo na modernidade, que nos converte em tão dependentes do efeito demonstração, torna particularmente importante que não confundamos o desafio genérico das respostas peculiares de tal ou qual modernidade pioneira, que embora possam adquirir caráter emblemático, não são interpretadas como o que de fato são – emblemas do desafio – mas vistas como receita unívoca, congelada e dogmática, “da modernidade”, sendo assim metahistoricamente mal entendida. (...) Esta grande confusão é filha de uma redução do anímico-cultural-peculiar ao racional-civilizatório-universal, reforçado ainda pelo eurocentrismo do século XIX, quando os acontecimentos europeus se percebiam como sendo “A História Universal”. (COX: 1991, p. 29)

Ao abordar o período inicial da colonização da América Latina, datado aqui pelo ano de 1492, procurou-se ir além da mentalidade corrente, que tem início com a falácia do “descobrimento”, buscando demonstrar como não há nada mais distante da realidade que acreditar que em tão imenso continente nada havia de importante antes da chegada dos europeus. Superar os enganos construídos historicamente ao longo do tempo é um primeiro passo, mas há que reconhecer que a autonomia perdida pelos povos que habitavam a América antes do século XV não foi ainda hoje plenamente recuperada. Se, como bem colocado por Marshall Berman, a partir de 1492 o mundo americano que parecia sólido desmanchou-se – ao ponto que buscar hoje informações acerca da cultura e tradições construtivas e urbanas daquelas sociedades tornou-se questão de arqueologia – a reconstrução de nossa autonomia e auto-determinação em termos plenos deveria ser tomada como objetivo coletivo e político almejado por todos, como cidadãos. Como o

confirma Roberto Fernández, um maior entendimento do período colonial americano é apenas o primeiro passo para se compreender os fatores e particularidades que envolvem nossa realidade atual:

Desde cedo, o cenário americano, enquanto território preferencial de experimentação do laboratório moderno, será um espaço produtivo caracterizado por uma certa internacionalidade, que advém da correlação entre centros ou metrópoles colonizadoras e áreas culturalmente periféricas. As estéticas da Colônia – como manifestações peculiares de arte renascentista e, posteriormente, contra-reformistas –, as buscas neoclássicas e academicistas do período constitutivo das repúblicas e o ingresso nas formas periféricas da modernidade no século XX, explicam uma tendência à articulação de linguagens de importação e *performances* mais ou menos adaptadas às necessidades regionais e locais, nas quais não parecem existir grandes inovações no plano das formulações estéticas, mas sim declinações epigonais em torno dos discursos centrais originários. No entanto, a precoce coexistência das dimensões elitistas e populares – e, mais recentemente, massivas – impõe tensões peculiares que tendem a caracterizar o componente híbrido das linguagens das culturas americanas. A isso se superpõe a história sócio-cultural que mescla componentes aborígenes com formas mestiças – as diversas situações de criolagem – a explosão de massas migrantes exógenas – que compõem o mundo dos gringos – e a dialética campo/cidade, engrandecida pelas circunstâncias peculiares da paisagem natural.

O específico ou regional é, assim, toda essa justaposição e dinâmica histórica de componentes diversos que conduzem a uma situação de hibridização, que [...] é por sua vez, distinta da condição de outros continentes colonizados, como os casos das culturas orientais ou africanas. A principal diferença reside [...] na relativa modernidade da cultura híbrida americana, na marcada vocação para a anulação dos elementos indígenas anteriores e no persistente projeto de encarnar as prefigurações utópicas europeias. Estes traços são eminentemente europeus e manifestaram uma densidade refundadora completamente distintas das outras experiências colonizadoras. (FERNÁNDEZ: 1998, pp. 285-286)

Tratando a seguir do período que envolve a Revolução Industrial, e no qual a América já se encontrava inevitavelmente englobada pela realidade e acontecimentos do chamado “Mundo Ocidental” procurou-se ir além da suposta neutralidade de tal processo, visando à compreensão mais abrangente dos fatores envolvidos e buscando identificar seus reflexos deste lado do Atlântico. Por volta de 1880, data aproximada da consolidação dos desdobramentos da Revolução Industrial europeia, houve na América o primeiro vislumbre de uma possível abertura para um caminho republicano e democrático, mas que acabou por resultar apenas na substituição de um domínio por outro, haja visto o poderio adquirido pela Inglaterra ao longo de sua industrialização pioneira. Busca-se nesta parte identificar de que modo as relações existentes entre a industrialização, a Revolução Francesa, a Independência dos Estados Unidos e as revoluções de independência dos países latino-

americanos viram-se refletidas na conformação e crescimento das cidades do continente. A relativa modernização de valores e costumes que ocorre a partir daí, viriam uma vez mais modificar as realidades locais e nacionais no âmbito da América Latina mas, além disso, alterar globalmente a relação até então existente entre natureza, cidade, habitação e trabalho, de modo definitivo. Intensificam-se enormemente a partir desse momento os trânsitos de ideias, conhecimentos e também de pessoas, cuja circulação na América seria determinante para o estabelecimento das feições urbanas de um território que, considerado *tabula rasa* por excelência, seria submetido, ao longo de cinco séculos, a praticamente todas as ideias em discussão no mundo ocidental:

Desta forma, desde o *horror vacui* barroco até a vontade classificatória iluminista e a análise científicista moderna, todas as técnicas ou procedimentos discursivos do grande arco de modernidade iniciado no século XV, parecem inserir-se comodamente, no trabalho cultural gerado na América, em um marco de intelectualidade erudizante e colecionística que se exemplifica desde Sarmiento ou Sierra até Paz ou Borges. (FERNÁNDEZ: 1998, p. 287)

Alcançando o período mais recente tratado na pesquisa, que inicia-se com o colapso da bolsa de valores de Nova York em 1929, o vislumbre de autonomia apontado pela ruptura dos laços neocoloniais não duraria sequer quinze anos pois, com o desvio do “centro do mundo” da Europa para os Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial, a América Latina caíria então sujeita aos ditames do poderoso vizinho ao norte do continente. Em meio às incertezas que passam a rondar o mundo após a Primeira Guerra Mundial, com a brutal destruição das cidades europeias, a conseqüente descrença no modelo capitalista até então adotado e a ascensão da União Soviética, muitos dos países latino-americanos encontraram-se, por um período, indecisos entre o capitalismo em questionamento e o socialismo em crescimento. Se, como coloca Hobsbawm, “a Grande Depressão destruiu o liberalismo econômico por meio século e obrigou os governos ocidentais a dar às considerações sociais prioridade sobre as econômicas em suas políticas de Estado”¹, não é de se estranhar que a quebra da bolsa de Nova York, que levava consigo muitos dos países da região, abriu também a possibilidade de subida ao poder de governos militares e populistas do México à Argentina o que, como colocado por José Luís Romero, “unificou visivelmente o destino latino-americano”². Se, como aponta Adrián Gorelik, “tinha chegado a hora em que os latino-americanos substituíam importações, também na cultura”³, não seria ainda o momento da sonhada autonomia, uma vez que tanto a dominação econômica inglesa quanto a influência cultural francesa ainda vigentes se veriam ambos substituídos pela presença dos EUA.

¹ HOBBSAWM. Era dos Extremos, 2000, p. 229. (Ver 5.1.2.)

² ROMERO. Las Ciudades y las ideas, 1976, p. 319. (Ver 5.1.2.)

³ GORELIK. Das Vanguardas a Brasília, 2005, p. 29. (Ver 5.1.4)

Vimos assim que as muitas das ideias e proposições urbanas que circularam pela América Latina ao longo dos últimos cinco séculos tenderam a frutificar. Construiu-se aqui o que Roberto Fernández tão bem denominou como o “laboratório americano”, espécie de campo de testes onde todas as ideias novas são geralmente recebidas de bom grado, haja visto que, com escassas exceções, a situação geral nunca esteve boa o suficiente para eliminar a expectativa de que pudesse melhorar, reforçando o mito dos “países do futuro”. Muito do que foi imaginado, às vezes utopicamente, aqui se testou, se realizou, se errou. Ideias mirabolantes, como por exemplo os viadutos habitáveis de Le Corbusier, se não executados em sua inteireza, foram no entanto realizados por partes e compõem hoje o imaginário arquitetônico-urbanístico da região e a paisagem brasileira e latino-americana.

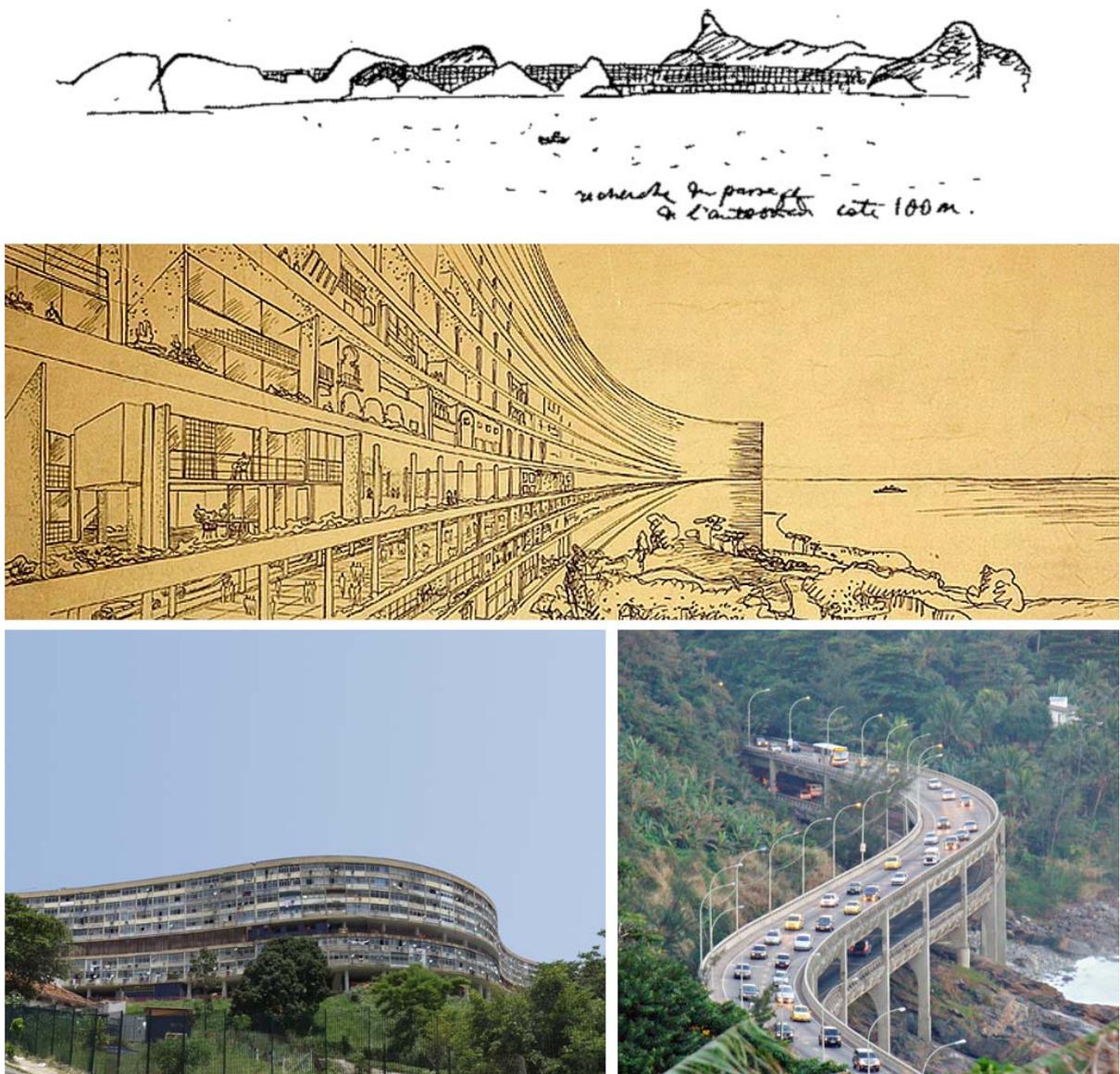


Figura 6.1.: Acima, croquis de Corbusier para o Rio. No centro, plan Obus para Argel. Abaixo, Residencial Pedregulho, projeto de Affonso Eduardo Reidy e o viaduto do Joá, ambos no Rio de Janeiro. Ideias apropriadas, desmembradas e construídas com a liberdade característica do Brasil.

O forte pertencimento a uma situação de internacionalidade – já desde o debate mesmo da denominação e fundação dessa coisa, quase artificial, chamada América – é pois uma condição singular da história cultural americana, marcada por uma forte circulação do novo, entendido ao mesmo tempo como valor e fato inexorável, por uma certa estetização da interpretação do moderno (como facilidade de assimilar estilos e procedimentos mais que programas ou conteúdos: circunstância de inquietante semelhança com o discurso cultural da pós-modernidade) e por uma disponibilidade, por assim dizer, erudita, à manipulação da textualidade moderna, manifesta na tendência às citações, alusões, traduções, simulacros, transliterações etc. (FERNÁNDEZ: 1998, p. 286)

A livre apropriação da ideia dos viadutos habitáveis de Corbusier é apenas um exemplo, mas existem inúmeros outros, como algumas das imagens apresentadas ao longo do trabalho procuram indicar. Os anos recentes apontam com alguma clareza – ao menos no Brasil e alguns dos outros países da região – melhoras paulatinas no campo político e a gradual redução das desigualdades sociais, melhorias que infelizmente não vêm refletindo-se nas cidades e na arquitetura, as quais, via de regra, seguem entregues à especulação.

Se a América é mesmo o continente moderno por definição e, como sugere Fernández, até mesmo pioneiro inadvertido da pós-modernidade, talvez seja este o momento de realmente sermos originais, ou seja, dedicar um novo olhar às nossas origens. Com a atual e necessária revalorização do tema da sustentabilidade – ambiental, econômica e social – uma nova interpretação das sociedades pré-colombianas, por exemplo, parece pertinente e oportuna, pois os modos de vida urbana existentes na América há 500 anos parecem ter muito o que ensinar às nossas cidades atuais. Aprender com os acontecimentos passados é de suma importância e a reinterpretação contínua da história é uma das formas mais eficazes de fazê-lo, pois, conforme já apontado por Simón Bolívar, “um povo ignorante é o instrumento cego de sua própria destruição”.

7. Referências Bibliográficas

ÁBALOS, Iñaki e HERREROS, Juan. *Tower and Office: from modernist theory to contemporary practice*. Cambridge: MIT Press, 2005.

ABOY, Rosa. “*La vivienda social em Argentina: el caso de Buenos Aires*”. In: *Ciudad y Vivienda en América Latina 1930-1960*. Madrid: Lampreave, 2013.

ACOSTA, Wladimiro. *Vivienda y Ciudad*. Buenos Aires: Ignacio Aresti Editor, 1936.

ADRIÁ, Miquel. *et alli*. Teodoro González de León. *Obras completas*. México: Conaculta / Arquine, 2010.

ALMANDOZ, Arturo (ed.). *Latin American Capital Cities 1850-1950*. London and New York: Routledge, 2002.

ALMANDOZ, Arturo. *Urban planning and historiography in Latina America*. In: *Progress in Planning 65*. Caracas: Universidad Simón Bolívar, 2006. www.elsevier.com/locate/plann

AMADO, Jorge. “Mestre Graça”. In: RAMOS, Graciliano. *Viagens*. São Paulo: Didática, 2002. [20a edição]

ARANGO, Silvia. *Historia de un itinerario*. Bogotá: Unibiblos, 2002.

ARANGO, Silvia e SALCEDO, Jaime. “*Aproximación al estudio de las influencias en la historiografía arquitectónica*” in: *Documentos de História y Teoría – Textos no. 8*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Artes. Programa de Maestría em História y Teoría del Arte y la Arquitectura, 2003. pp. 9-20.

ARANGO, Silvia. *Ciudad y Arquitectura: Seis generaciones que construyeron la América Latina Moderna*. México: FCE, FCE-Colombia, Conaculta, 2012.

ARISTIZÁBAL, Nora. Rogelio Salmona. Bogotá: Panamericana, 2006.

BAXANDALL, Michael. *Patterns of Intention: On the Historical Explanation of Pictures*. New Haven and London: Yale UP, 1985.

BENEVOLO, Leonardo et al. *La Proyección da la ciudad moderna*. Barcelona: Gustavo Gili, 1979. [título original italiano: *La progettazione da la città moderna*, 1977]

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Editora Schwarcz, 1987.

BOESIGER, W.(ed); BILL, Max (ed). *Le Corbusier et Pierre Jeanneret - Oeuvre Complète - 8 volumes*. Basel/Boston/Berlin: Birkhäuser, 1929-1970.

BRUAND, Yves. *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

BRUNNER, Karl H. *Manual de urbanismo*. Bogotá: Imprenta Oficial, 1940.

BULLRICH, Francisco. *New Directions in Latin American Architecture*. London: Studio Vista, 1969.

BURNS, Ric. *New York: A Documentary Film*. PBS. (documentário em vídeo)

BURNS, Ken. *Ken Burn's America – Brooklyn Bridge*. 1981. (documentário em vídeo)

CANÊDO, Leticia Bicalho. *A revolução industrial*. São Paulo: Atual, 1987.

CARPENTIER, Alejo. *Consciência e Identidade na América*, 1975.

CARPENTIER, Alejo. *La novela latinoamericana em visperas de un nuevo siglo y outros ensayos*. Siglo XXI Editores: México, 1981.

CETTO, Max. *"Influencias externas y significado de la tradición"*. In: *América Latina en su arquitectura*. México: Unesco, 1975.

COHEN, Jean-Louis. *The Future of Architecture Since 1889*. London and New York: Phaidon, 2012.

COHEN, Jean-Louis. *Scenes of the World to Come: European Architecture and the American Challenge 1893-1960*. Paris: Flammarion, 1995.

COHEN, Jean-Louis. *The Future of Architecture Since 1889*. London and New York: Phaidon, 2012.

COLLINS, Peter. *Los Ideales de la arquitectura moderna e su evolución (1750-1950)*. Barcelona: Gustavo Gili, 1973. [título original inglês: *Changing ideals in modern architecture: 1750-1950*, 1965]

COLQUHOUN, Alan. *Modernidade e tradição clássica: ensaios sobre arquitetura 1980-87*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. [título original inglês: *Modernity and the classical tradition*, 1989]

COMAS, Carlos Eduardo Dias. *Precisões brasileiras : sobre um estado passado da arquitetura e urbanismo modernos : a partir dos projetos e obras de Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, MMM Roberto, Affonso Reidy, Jorge Moreira & Cia., 1936-45*. (tese de doutorado)

COX, Cristian Fernández. *Modernidade Apropriada, Modernidade Revisada, Modernidade Reencantada*. In: *Revista Summa*, nº 289, 1991

COX, Cristian Fernández. *Afirmção cultural: Uma atitude ativa na busca da identidade na arquitetura* in: vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.055/515/pt. Dezembro 2004. (consultado em dezembro de 2013)

DE ANDA, Enrique X. *Historia de la arquitectura mexicana*. Barcelona: Gustavo Gili, 2013.

DEL PRIORE, Mary. VENÂNCIO, Renato. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2010.

DONGHI, Tulio Halperin. *História da América Latina*. São Paulo: Círculo do Livro, 1975

DURAND, José Carlos. *Le Corbusier no Brasil: Negociação Política e Renovação Arquitetônica, contribuição à história social da arquitetura brasileira*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, no.16, Julho de 1991.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

FERNÁNDEZ, Roberto. *El Laboratorio Americano: Arquitectura, Geocultura y Regionalismo*. Madri: Biblioteca Nueva, 1998.

FERNÁNDEZ, Roberto. *Propiedad y ajenidad en la arquitectura latinoamericana*, In: *Nueva arquitectura em América Latina: presente y futuro*, 1990. pp. 56-67.

FRECHILLA, J. J. Martin. Desde la arquitectura, la ciudad moderna: ilusiones y quimeras. Caracas: CID / FAU / UCV, 1989.

FREYRE, Gilberto. Casa grande & senzala. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 1999.

FREIXA, Jaume. Josep Ll. Sert. Estudio paperback. Barcelona: Gustavo Gili, 1979.

GAITE, Arnoldo. Wladimiro Acosta: textos, proyectos y obras – testimonios sobre el maestro. Buenos Aires: Nobuko, 2007.

GASPARINI, Graziano. “Significado presente de la arquitectura del pasado”. In: *América Latina en su arquitectura*. México: Unesco, 1975.

GIEDION, Sigfried. Espaço, Tempo e Arquitetura: O desenvolvimento de uma nova tradição. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (org.). Urbanismo na América do Sul: circulação de ideias e constituição do campo 1920-1960. Salvador: EDUFBA, 2009.

GOODWIN, Philip. *Brazil Builds - Architecture New and Old 1652-1942*. 1st ed. New York: MoMA, 1943.

GORELIK, Adrián. Das Vanguardas a Brasília: Cultura Urbana e Arquitetura na América Latina. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

GROPIUS, Walter. Alcances de la Arquitectura Integral, 1957

GROPIUS, Walter. Arquitectura y Planeamiento, 1958

GUIDO, Ángel. Redescubrimiento de América em el Arte. Buenos Aires: Ateneo, 1944.

GUTIÉRREZ, Ramón. *Arquitectura y Urbanismo en Iberoamerica*. Madrid: Catedra, 1983.

GUTIÉRREZ, Ramón. *Arquitectura Latinoamericana: Textos para reflexão e polêmica*. São Paulo: Nobel, 1989.

GUTIÉRREZ, Ramón. O princípio do urbanismo na Argentina. 2007. In: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.087/216>

HARDOY, Jorge E. “El proceso de urbanización”. In: *América Latina en su arquitectura*. México: Unesco, 1975.

HARDOY, Jorge E. “Las areas metropolitanas”. In: *América Latina en su arquitectura*. México: Unesco, 1975.

HILBERSEIMER, Ludwig. *Arquitectura de La Gran Ciudad*, La. 1a Edição. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1979.

HILBERSEIMER, Ludwig. Un’idea di piano. 2a Edição. quaderni di architettura e urbanistica polis n. 2. Padova: Marsilio Editori, 1970.

HITCHCOCK, Henry Russel. *Latin american architecture since 1945*. New York: MoMA, 1955.

- HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Schwarcz, 2000.
- HOBBSAWM, Eric. *Industry and Empire*. Middlesex: Pelican, 1969.
- HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- JACOBS, Jane. *The Economy of Cities*. New York: Vintage Books, 1970. [1969]
- KOOLHAAS, Rem. *Delirious New York: A Retroactive Manifesto for Manhattan*. New York: Monacelli, 1994.
- KOPP, Anatole. *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*. São Paulo: Nobel, 1990.
- LE CORBUSIER. "O Espírito Sul-americano" *In*: SANTOS, Cecília Rodrigues; PEREIRA, Margareth C. Da Silva et alli. *Le Corbusier e o Brasil*. São Paulo : Tessela/ Projeto, 1987
- LE CORBUSIER. *Carta de Atenas*. Belo Horizonte: DA-EAUFMG, 1964.
- LE CORBUSIER. *Precisões: sobre um estado presente da arquitetura e do urbanismo*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. [1ª edição francesa: 1930]
- LIERNUR, Jorge Francisco. *Arquitectura, em teoria: Escritos 1986-2010*. Buenos Aires: Nobuko, 2010.
- MARGENAT, Juan Pedro. *Tiempos Modernos: Arquitectura Uruguay a afín a las vanguardias 1925-1940*. Montevideo: Tradinco, 2009.
- MARGENAT, Juan Pedro. *Tiempos Modernos: Arquitectura Uruguay a afín a las vanguardias 1940-1970*. Montevideo, 2013.
- MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MARTÍ, José. *Nossa América / Nuestra América*. Brasília: UnB, 2011.
- MINDLIN, Henrique E. *Modern Architecture in Brazil*. London: The Architectural Press, 1956.
- MOCK, Elizabeth (ed.). *Built in USA- since 1932*. New York: MoMA, 1945.
- MONNIER, Gerard. *Le Corbusier: Les unités d'habitation en France*. Paris: Éd. Belin, 2002.
- MONTANER, Carlos Alberto. *Cuba, Castro and the Caribbean: The Cuban Revolution and the Crisis in Western Conscience*. New Brunswick and Oxford: Transaction Books, 1985.
- NOBRE, Ana Luiza. *Encontros: Lucio Costa*. Rio de Janeiro: Azougue, 2010.
- PANERAI, Philippe. *Análise Urbana*. Brasília: Editora UNB, 2006.
- PANERAI, Philippe; CASTEX, Jean; DEPAULE, Jean-Charles. *Formes urbaines: de l'îlot à la barre*. Paris: Dunod, 1977.
- PAZ, Octavio. *El laberinto de la soledad/ Postdata /Vuelta a "El laberinto de la soledad"*. México: FCE, 1999.

- PEREGALLI, Enrique. A América que os europeus encontraram. São Paulo: Atual, 1987.
- RIBEIRO, Darcy. As Américas e a civilização. Petrópolis: Vozes, 1983.
- RIBEIRO, Darcy. "Introdução". *In: América Latina en su arquitectura*. México: Unesco, 1975.
- RISÉRIO, Antonio. A Cidade no Brasil. São Paulo: Editora 34, 2013.
- ROMERO, José Luis. Latinoamérica: las ciudades y las ideas. Buenos Aires: SigloXXI, 1976.
- SAMBRICIO, Carlos (ed.). *Ciudad y Vivienda en América Latina 1930-1960*. Madrid: Lampreave, 2013.
- SANTOS, Cecília Rodrigues; PEREIRA, Margareth C. Da Silva et alli. Le Corbusier e o Brasil. São Paulo : Tessela/ Projeto, 1987
- SANTOS, Luís Cláudio Villafane G. O Brasil entre a América e a Europa: O Império e o interamericanismo. São Paulo: Unesp, 2003.
- SEGAWA, Hugo. Arquiteturas no Brasil 1900-1990. São Paulo: EdUSP, 1998.
- SEGRE, Roberto (org). *América Latina en su arquitectura*. México: Unesco, 1975.
- SEGRE, Roberto. "Mestres e discípulos no urbanismo latino-americano (1920-1940): Buenos Aires e Havana, duas cidades paradigmáticas." *In: Urbanismo na América do Sul: circulação de ideias e constituição do campo 1920-1960*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- SCHWARZ, Roberto. "As ideias fora do lugar." *In: Ao Vencedor as Batatas: Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1977
- SCULLY Jr., Vincent. Arquitetura Moderna – a arquitetura da democracia. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.
- SERT, Josep Luis. *Can our cities survive? - an ABC of urban problems, their analysis, their solutions*. Cambridge, Mass.: The Harvard University Press, 1942.
- SILVA, Mozart Linhares. "Modernidade e tradição no processo de institucionalização da sociedade brasileira" *In: Modernidade e urbanização no Brasil*. Porto Alegre: PUCRS, 1998.
- SJOBORG, Gideon. Origem e evolução das cidades. *In: Cidades: a urbanização da humanidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- SOJA, Edward W. Postmetropolis: Estudios críticos sobre las ciudades y las regiones. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008. [1a edição: 2000]
- TAFURI, Manfredo. Projecto e Utopia: Arquitetura e Desenvolvimento do Capitalismo. Lisboa: Presença, 1985. [1973]
- TOCA, António (ed.). Nueva Arquitectura en América Latina: presente e futuro. México: GG, 1990.
- VILLANUEVA, Paulina e PINTÓ, Maciá. Carlos Raúl Villanueva. Basel; Boston; Berlin: Birkhäuser, 2000.
- WAISMAN, Marina. O interior da história: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos. São Paulo: Perspectiva, 2013.